



CAROLINE GUTERRES DE SOUZA

**CIDADES QUE SENTEM: UM MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE
AVALIAÇÃO URBANA INTEGRANDO INDICADORES TÉCNICOS, MEMÓRIA
COLETIVA E IDENTIDADE CULTURAL**

CANOAS, 2026.

CAROLINE GUTERRES DE SOUZA

**CIDADES QUE SENTEM: UM MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE
AVALIAÇÃO URBANA INTEGRANDO INDICADORES TÉCNICOS, MEMÓRIA
COLETIVA E IDENTIDADE CULTURAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Memória Social e Bens Culturais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ingridi Vargas Bortolaso

CANOAS, 2026.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729c Souza, Caroline Guterres de.

Cidades que sentem [manuscrito] : um modelo teórico-metodológico de avaliação urbana integrando indicadores técnicos, memória coletiva e identidade cultural / Caroline Guterres de Souza. – 2026.

354 f. : il.

Tese (doutorado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2026.

"Orientação: Profª. Drª. Ingridi Vargas Bortolaso".

1. Memória social. 2. Identidade cultural. 3. Gestão cultural. 4. Desenvolvimento urbano sustentável. I. Bortolaso, Ingridi Vargas. II. Título.

CDU: 316.334.56:711.4

Bibliotecária responsável: Joana Pereira Bortoluzzi - CRB 10/2959

CAROLINE GUTERRES DE SOUZA

**CIDADES QUE SENTEM: UM MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE
AVALIAÇÃO URBANA INTEGRANDO INDICADORES TÉCNICOS, MEMÓRIA
COLETIVA E IDENTIDADE CULTURAL**

Tese **aprovada** para obtenção do título de doutora
pelo Programa de Pós-Graduação em Memória
Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Danielle Heberle Viegas
Gerda Henkel Foundation

Prof. Dr. Rubens Moreira Rodrigues de Carvalho
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Rute Henrique da Silva Ferreira
Universidade La Salle

Prof. Dr. Moisés Waismann
Universidade La Salle

Prof.^a Dr.^a Ingridi Vargas Bortolaso
Orientadora e Presidente da Banca – Universidade La Salle

Área de Concentração: Memória Social e Bens Culturais

Curso: Doutorado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 8 de maio de 2026.

"Se queres prever o futuro, estuda o passado."

Confúcio

RESUMO

Integrada à linha de pesquisa Memória, Cultura e Gestão, esta tese parte do pressuposto de que a sustentabilidade urbana contemporânea, consolidada na Agenda 2030 e na Nova Agenda Urbana, precisa transcender visões tecnocráticas que negligenciam as dimensões imateriais da vida cidadina, sobretudo diante da lacuna teórica e empírica no monitoramento da dimensão cultural no Brasil. Diante da persistente inviabilidade analítica de indicadores intangíveis, este trabalho investiga de que maneira a memória, enquanto categoria analítica estruturante, pode reconfigurar os modelos de avaliação urbana. O objetivo central é desenvolver um modelo teórico-metodológico que reconfigure os processos de avaliação de sustentabilidade urbana, incorporando de forma estruturante a memória coletiva e a identidade dos cidadãos por meio de suas dimensões simbólicas, culturais e afetivas. A fundamentação metodológica ancora-se na *Design Science Research* (DSR), selecionada por sua natureza prescritiva voltada à criação de artefatos funcionais aplicados e validados no município de Canoas, no Rio Grande do Sul. Os resultados obtidos revelaram uma profunda dissonância entre o robusto crescimento econômico do município e a experiência vivida pela população, evidenciada por uma média geral de percepção de apenas 2,37. Os dados quantitativos demonstraram que o planejamento municipal é percebido como excessivamente tecnocrático, com o indicador de "Inclusão da Experiência Cotidiana nas Decisões" registrando a menor pontuação (2,02), confirmando o distanciamento entre a gestão técnica e a alma urbana. Como contribuição final, a tese apresenta o refinamento do artefato em sua segunda versão, propondo indicadores técnicos inéditos como o Índice de Acessibilidade a Serviços Públicos Culturais (IASC) e o Grau de Efetividade da Governança Cultural (GEC), capazes de operacionalizar o "sentir" e o "medir" de forma sinérgica. Conclui-se que a inteligência urbana reside na capacidade da cidade em dialogar com a alma humana que habita entre seus edifícios, oferecendo aos gestores públicos uma regra tecnológica e uma bússola ética para a reconstrução de vínculos afetivos e sociais no planejamento de cidades mais resilientes e humanas.

Palavras-chave: Memória Social, Sustentabilidade Urbana, Identidade Cultural, Gestão Cultural.

ABSTRACT

Integrated into the "Memory, Culture, and Management" research line, this doctoral thesis is grounded in the premise that contemporary urban sustainability—consolidated in the 2030 Agenda and the New Urban Agenda—must transcend technocratic views that neglect the immaterial dimensions of city life, particularly given the theoretical and empirical gap in monitoring the cultural dimension in Brazil. In light of the persistent analytical unfeasibility of intangible indicators, this study investigates how memory, as a structuring analytical category, can reconfigure urban sustainability assessment models. The main objective is to develop and validate the "Cidades que Sentem" (Cities that Feel) theoretical-methodological model, which integrates conventional technical indicators with symbolic, cultural, and affective dimensions rooted in collective memory and citizen identity. The methodological framework is anchored in Design Science Research (DSR), selected for its prescriptive nature geared toward creating functional artifacts applied and validated in the municipality of Canoas, Rio Grande do Sul. The results revealed a profound dissonance between the municipality's robust economic growth and the population's lived experience, evidenced by an overall perception average of only 2.37. The quantitative data demonstrated that municipal planning is perceived as excessively technocratic, with the "Inclusion of Everyday Experience in Decisions" indicator registering the lowest score (2.02), confirming the gap between technical management and the urban soul. As a final contribution, the thesis presents the refinement of the artifact in its second version, proposing unprecedented technical indicators such as the Cultural Public Services Accessibility Index (IASC) and the Cultural Governance Effectiveness Degree (GEC), capable of synergistically operationalizing "feeling" and "measuring". The study concludes that urban intelligence lies in the city's capacity to dialogue with the human soul that inhabits its buildings, offering public managers a technological rule and an ethical compass for rebuilding affective and social bonds in the planning of more resilient and humane cities.

Keywords: Social Memory, Urban Sustainability, Cultural Identity, Cultural Management.

RESUMEN

Integrada en la línea de investigación Memoria, Cultura y Gestión, esta tesis parte del supuesto de que la sostenibilidad urbana contemporánea, consolidada en la Agenda 2030 y en la Nueva Agenda Urbana, debe trascender las visiones tecnocráticas que descuidan las dimensiones inmateriales de la vida de la ciudad, sobre todo ante la brecha teórica y empírica en el monitoreo de la dimensión cultural en Brasil. Frente a la persistente inviabilidad analítica de los indicadores intangibles, este trabajo investiga de qué manera la memoria, como categoría analítica estructurante, puede reconfigurar los modelos de evaluación urbana. El objetivo central es desarrollar un modelo teórico-metodológico que reconfigure los procesos de evaluación de la sostenibilidad urbana, incorporando de forma estructurante la memoria colectiva y la identidad de los ciudadanos a través de sus dimensiones simbólicas, culturales y afectivas. La fundamentación metodológica se ancla en la *Design Science Research* (DSR), seleccionada por su naturaleza prescriptiva orientada a la creación de artefactos funcionales aplicados y validados en el municipio de Canoas, en Rio Grande do Sul. Los resultados obtenidos revelaron una profunda disonancia entre el robusto crecimiento económico del municipio y la experiencia vivida por la población, evidenciada por un promedio general de percepción de apenas 2,37. Los datos cuantitativos demostraron que la planificación municipal se percibe como excesivamente tecnocrática, siendo el indicador de "Inclusión de la Experiencia Cotidiana en las Decisiones" el que registró la menor puntuación (2,02), lo que confirma el distanciamiento entre la gestión técnica y el alma urbana. Como contribución final, la tesis presenta el refinamiento del artefacto en su segunda versión, proponiendo indicadores técnicos inéditos como el Índice de Accesibilidad a Servicios Públicos Culturales (IASC) y el Grado de Efectividad de la Gobernanza Cultural (GEC), capaces de operacionalizar el "sentir" y el "medir" de forma sinérgica. Se concluye que la inteligencia urbana reside en la capacidad de la ciudad para dialogar con el alma humana que habita entre sus edificios, ofreciendo a los gestores públicos una regla tecnológica y una brújula ética para la reconstrucción de vínculos afectivos y sociales en la planificación de ciudades más resilientes y humanas.

Palabras clave: Memoria Social, Sostenibilidad Urbana, Identidad Cultural, Gestión Cultural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	38
Figura 2. Cinco áreas de importância da Agenda 2030.	39
Figura 3. As 5 áreas de importância da Agenda 2030 e os seus 17 ODS	41
Figura 4. ODS de acordo com as esferas de atuação.....	42
Figura 5. Ícones dos ODS 18, 19 e 20	43
Figura 6. Relação entre as metas do ODS 11 com os demais objetivos da Agenda 2030	47
Figura 7. Conceito de cidade inteligente, seus 5 princípios balizadores, 6 diretrizes norteadoras e 8 objetivos estratégicos.....	65
Figura 8. Níveis de certificação nas normas ISO e quantidade de indicadores necessários	67
Figura 9. Eixos temáticos utilizados no Ranking Connected Smart Cities.	69
Figura 10. Indicadores de Sustentabilidade de acordo com Agenda 21	75
Figura 11. Dimensões e indicadores do Índice de Bem-Estar Urbano Municipal.....	77
Figura 12. Dimensões, componentes e perguntas orientadoras do IPS	78
Figura 13. Domínios Culturais estabelecidos no Marco Referencial para as Estatísticas Culturais	80
Figura 14. Estrutura do caderno Cultura 21: Ações	86
Figura 15. As 30 áreas do documento “Cultura 21 Plus”.....	87
Figura 16. Relação entre os Indicadores Cultura 2030 e os ODS.....	91
Figura 17. Objetivos e Princípios Norteadores dos Indicadores Cultura 2030	92
Figura 18. Relevância e rigor na <i>Design Science Research</i>	113
Figura 19. Processo geral da <i>Design Science Research</i>	114
Figura 20. Esquema do método de trabalho	123
Figura 21. Localização do município de Canoas/RS na Região Metropolitana de Porto Alegre.....	139
Figura 22. Articulação entre os 7 constructos	158
Figura 23. Nuvem de palavras gerada a partir da análise da Agenda 2030, da Nova Agenda Urbana e dos Indicadores Cultura 2030.....	160
Figura 24. Nuvem de palavras gerada a partir da análise da Agenda 2030.....	160

Figura 25. Nuvem de palavras gerada a partir da análise da Nova Agenda Urbana	
.....	161
Figura 26. Nuvem de palavras gerada a partir da análise dos Indicadores Cultura 2030	
.....	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Eventos importantes relacionados ao desenvolvimento sustentável.....	35
Quadro 2. Relação entre Metas do ODS 11 e Indicadores Municipais	52
Quadro 3. Avaliação dos indicadores propostos pelo IPEA para monitoramento das metas da Agenda 2030 relacionadas diretamente com a cultura.....	57
Quadro 4. Matriz dos Indicadores de Cultura para o Desenvolvimento (IUCD)	81
Quadro 5. Principais marcos da retomada da cultura no desenvolvimento sustentável	84
Quadro 6. Impactos da cultura nos ODS.....	88
Quadro 7. Dados para cálculo do indicador da dimensão Meio Ambiente e Resiliência	93
Quadro 8. Dados para cálculo do indicador da dimensão Prosperidade e Meios de Subsistência	94
Quadro 9. Dados para cálculo do indicador da dimensão Conhecimento e Habilidades	95
Quadro 10. Dados para cálculo do indicador da dimensão Inclusão e Participação	96
Quadro 11. Quadro resumo dos principais conceitos das agendas globais.....	107
Quadro 12. Esquema teórico da tese	109
Quadro 13. Tipos de artefatos da <i>Design Science Research</i>	115
Quadro 14. Métodos para avaliação dos artefatos desenvolvidos pela <i>Design Science Research</i>	117
Quadro 15. Etapas da <i>Design Science Research</i> e suas saídas	118
Quadro 16. Exemplo de cálculo de média de um constructo	170
Quadro 17. Exemplo de cálculo de média e desvio padrão geral	171
Quadro 18. Indicadores técnicos para o constructo “A Centralidade da Pessoa na Cidade”.....	172
Quadro 19. Indicadores técnicos para o constructo “Os Limites dos Indicadores Urbanos”.....	172
Quadro 20. Indicadores técnicos para o constructo “Espaços de Encontro e Pertencimento”	173

Quadro 21. Indicadores técnicos para o constructo “A Cultura como Estruturante da Cidade”	174
Quadro 22. Indicadores técnicos para o constructo “A Memória Coletiva”	174
Quadro 23. Indicadores técnicos para o constructo “A Relação entre Passado, Identidade e Futuro”	175
Quadro 24. Indicadores técnicos para o constructo “A Identidade Urbana e a Diferença Cultural”	176
Quadro 25. Indicadores técnicos para o constructo “A Centralidade da Pessoa na Cidade”	249
Quadro 26. Indicadores técnicos para o constructo “Os Limites dos Indicadores Urbanos”	249
Quadro 27. Indicadores técnicos para o constructo “Espaços de Encontro e Pertencimento”	250
Quadro 28. Indicadores técnicos para o constructo “A Cultura como Estruturante da Cidade”	251
Quadro 29. Indicadores técnicos para o constructo “A Memória Coletiva”	252
Quadro 30. Indicadores técnicos para o constructo “A Relação entre Passado, Identidade e Futuro”	252
Quadro 31. Indicadores técnicos para o constructo “A Identidade Urbana e a Diferença Cultural”	253

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Cidades certificadas nas normas ABNT NBR ISO 37120, 37122 e 3712368	
Tabela 2. Três primeiros colocados no Ranking <i>Connected Smart Cities</i> entre 2021 e 2024	69
Tabela 3. Comparativo dos resultados do Ranking CSC 2024: São José dos Campos e Pindamonhangaba	70
Tabela 4. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades 2024: Ranking Geral e Ranking do Rio Grande do Sul.....	79
Tabela 5. Comparativo entre IDH 1991, 2000 e 2010	146
Tabela 6. Comparativo do Índice de Bem-Estar Urbano para as cidades de Canoas, São Jose dos Campos e Pindamonhangaba	146
Tabela 7. Comparativo do Índice de Progresso Social para as cidades de Canoas, São Jose dos Campos e Pindamonhangaba.....	147
Tabela 8. Resultados de Canoas no Ranking CSC no período entre 2021 e 2024.	148
Tabela 9. Resultados de Canoas no Ranking IDSC no período entre 2022 e 2024	150
Tabela 10. Análise de frequência dos constructos na Agenda 2030, na Nova Agenda Urbana e nos Indicadores Cultura 2030	162
Tabela 11. Escala Likert utilizada na pesquisa “Avaliação Urbana: Dimensão Humana e Cultural”	169
Tabela 12. Quantidade de respostas por município de residência.....	186
Tabela 13. Município de trabalho dos respondentes residentes em Canoas	187
Tabela 14. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo “A Centralidade da Pessoa na Cidade”.....	190
Tabela 15. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo “Os Limites dos Indicadores Urbanos”	197
Tabela 16. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo “Espaços de Encontro e Pertencimento”	203
Tabela 17. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo “A Cultura como Estruturante da Cidade”	210
Tabela 18. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo “A Memória Coletiva”	218
Tabela 19. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo “A Relação entre o Passado, Identidade e Futuro”	227

Tabela 20. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo “A Identidade Urbana e a Diferença Social”	236
Tabela 21. Resultado geral da avaliação da percepção	244

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Comparativo das notas do Ranking CSC entre 2021 e 2024 para as cidades de Canoas, São Jose dos Campos e Pindamonhangaba	149
Gráfico 2. Comparativo das notas do Ranking IDSC entre 2022 e 2024 para as cidades de Canoas, São Jose dos Campos e Pindamonhangaba	151
Gráfico 3. Percentual de ocorrências dos constructos na Agenda 2030, na Nova Agenda Urbana e nos Indicadores Cultura 2030.....	163
Gráfico 4. Gênero dos respondentes residentes em Canoas.....	187
Gráfico 5. Perfil de idade dos respondentes residentes em Canoas.....	188
Gráfico 6. Distribuição de renda dos respondentes residentes em Canoas.....	188
Gráfico 7. Resultados do indicador “Percepção da Consideração das Necessidades Diárias”	191
Gráfico 8. Resultados do indicador “Percepção do Protagonismo Cidadão”.....	192
Gráfico 9. Resultados do indicador “Avaliação das Ações Municipais na Qualidade de Vida”	194
Gráfico 10. Resultados do indicador “Percepção da Adequação dos Indicadores” ..	198
Gráfico 11. Resultados do indicador “Percepção da Priorização da Tecnocracia” ..	200
Gráfico 12. Resultados do indicador “Percepção de Espaços para o Encontro Social”	204
Gráfico 13. Resultados do indicador “Sentimento de Vínculo e Pertencimento”	206
Gráfico 14. Resultados do indicador “Promoção da Convivência pela Arquitetura” ..	207
Gráfico 15. Resultados do indicador “Percepção da Cultura como Elemento Estruturante da Identidade”	212
Gráfico 16. Resultados do indicador “Valorização e Promoção das Manifestações Culturais”	213
Gráfico 17. Resultados do indicador “Inclusão da Experiência Cotidiana nas Decisões”	215
Gráfico 18. Resultados do indicador “Valorização e Preservação da História e Memórias”	220
Gráfico 19. Resultados do indicador “Contribuição dos Eventos Históricos para a Identidade”	222

Gráfico 20. Resultados do indicador “Presevação do Conhecimento Tradicional pelo Planejamento Urbano”	223
Gráfico 21. Resultados do indicador “Consideração da História e Memória Coletiva nos Planos Futuros”	229
Gráfico 22. Resultados do indicador “Revisitação do Passado para Identidade”	231
Gráfico 23. Resultados do indicador “Memória como Elemento Dinâmico na Construção de Identidades Futuras”	233
Gráfico 24. Resultados do indicador “Fortalecimento da Identidade Cultural”	238
Gráfico 25. Resultados do indicador “Reconhecimento e Valorização das Diferenças Culturais”	239
Gráfico 26. Resultados do indicador “Promoção da Inclusão e Respeito a Diversas Culturas e Minorias”	241

LISTA DE SIGLAS

AGNU - Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas

AIC - Avaliações de Impacto Cultural

AtlasBR - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

CBCI - Carta Brasileira par Cidades Inteligentes

CF - Constituição Federal

CGLU - Cidades e Governos Locais Unidos

CIB - Comissão Intergestores Bipartite

Cidade 3C - Cidade Compacta, Conectada e Coordenada

Cidade 3D - Cidade Distante, Dispersa e Desconectada

CMPCC - Conselho Municipal de Políticas Culturais de Canoas

CNDOS - Comissão Nacional dos ODS

CNM - Confederação Nacional de Municípios

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COP - Conferência das Partes

CPI - Índice de Prosperidade das Cidades

CSC - Connected Smart Cities

CSD - Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

CTODS18 - Câmara Temática para o décimo oitavo ODS

DOTS - Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável

DSR - *Design Science Research*

EC - Estatuto das Cidades

ECOSOC - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

EM - Estatuto das Metrôpoles

FMCC - Fundo Municipal de Cultura de Canoas

GEC - Grau de Efetividade da Governança Cultural

HIV/AIDS - Vírus da Imunodeficiência Humana/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

HLPF - Fórum Político de Alto Nível

IA - Inteligência Artificial

IASC - Índice de Acessibilidade a Serviços Públicos Culturais

IBEU-Municipal - Índice de Bem-Estar Municipal

ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites*

ICP - Integração da Cultura no Planejamento

ICS - Instituto Cidades Sustentáveis

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDSC - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades

Indicadores Cultura|2030 - Indicadores Temáticos da UNESCO para a Cultura

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPS - Índice de Progresso Social

IRM - Índice de Representatividade de Minorias

ISA - Índice de Sustentabilidade Ambiental

ISO/TC - *ISO Technical Committee*

IUCD - Indicadores de Cultura para o Desenvolvimento

MEC - Marco de Estatísticas Culturais da UNESCO

MinC - Ministério da Cultura

NAU - Nova Agenda Urbana

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OMS - Organização Mundial da Saúde

OUC - Operação Urbana Consorciada

PCS - Programa de Cidades Sustentáveis

PEIR - Pressão-Estado-Impacto-Resposta

PER - Pressão-Estado-Resposta

PIB - Produto Interno Bruto

PMCC - Plano Municipal de Cultura de Canoas

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Viva

PNC - Plano Nacional de Cultura

PNDEC - Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbanos

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PNMC - Política Nacional contra as Mudanças do Clima

PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPA - Plano Plurianual

PPCFM - Projetos de Planejamento de Cenários Futuros com Memória

REFAP - Refinaria Alberto Pasqualini

RFFSA - Rede Ferroviária Federal

RM - Região Metropolitana

RMPA - Região Metropolitana de Porto Alegre

RNSP - Rede Nossa São Paulo

RNV - Relatório Nacional Voluntário

SDSN - *UN Sustainable Development Solution Network*

SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais

SMCC - Lei do Sistema Municipal de Cultura de Canoas

SNC - Sistema Nacional de Cultura

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

TRENSURB - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UN-Habitat - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

VLT - Veículo Leve sobre Trilhos

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1.	MEMORIAL	24
2.	INTRODUÇÃO.....	30
3.	DIMENSÃO URBANA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	34
3.1.	Desenvolvimento sustentável: da Declaração de Estocolmo até a Nova Agenda Urbana	34
3.1.1.	Objetivo de desenvolvimento sustentável 11 e a Nova Agenda Urbana	45
3.2.	Instrumentos regulatórios urbanísticos e culturais e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável no Brasil	50
3.2.1.	Avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil	56
3.3.	A dinâmica das cidades: conceitos, desafios e indicadores	59
3.4.	Indicadores: conceitos e aplicações	73
4.	DIMENSÃO CULTURAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	83
4.1.	A retomada da cultura no desenvolvimento sustentável.....	83
4.2.	Indicadores Cultura 2030: dimensões, objetivos e metodologias	90
4.3.	Memória, identidade, patrimônio e cultura: definições e inter-relações	97
4.4.	A evolução dos conceitos de cultura e seu papel nas agendas globais	103
5.	ESQUEMA TEÓRICA DA TESE	109
6.	METODOLOGIA DE PESQUISA	113
6.1.	Caracterização da pesquisa	124
6.2.	Coleta de dados.....	125
6.3.	Objetivos.....	128
6.4.	Justificativa	129
7.	CULTURA E SUSTENTABILIDADE: A CONSTRUÇÃO DAS CIDADES ATRAVÉS DAS PESSOAS.....	132
8.	A TRAJETÓRIA DA URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANOAS/RS....	139
8.1.	Análise da trajetória de adesão de Canoas ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)	144

8.2.	Índices de desenvolvimento de Canoas/RS: uma perspectiva atual	145
9.	CONFIGURAÇÃO DO MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE AVALIAÇÃO URBANA.....	152
9.1.	Definição dos Constructos	153
9.1.1.	A Centralidade da Pessoa na Cidade	154
9.1.2.	Os Limites dos Indicadores Urbanos	154
9.1.3.	Espaços de Encontro e Pertencimento	155
9.1.4.	A Cultura como Estruturante da Cidade	155
9.1.5.	A Memória Coletiva	156
9.1.6.	A Relação entre Passado, Identidade e Futuro	156
9.1.7.	A Identidade Urbana e a Diferença Cultural	157
9.2.	Como os constructos de enquadram nas agendas globais?	159
9.3.	Construção do instrumento de avaliação qualitativa.....	165
9.4.	Definição dos Indicadores técnicos	171
9.5.	Primeira versão do artefato	176
10.	VALIDAÇÃO DO MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	185
10.1.	Aplicação do instrumento de coleta de dados	185
10.2.	Análise do perfil dos respondentes.....	186
10.3.	Constructo 1 - A Centralidade da Pessoa na Cidade	189
10.4.	Constructo 2 - Os limites dos Indicadores Urbanos.....	197
10.5.	Constructo 3 - Espaços de Encontro e Pertencimento	202
10.6.	Constructo 4 - A Cultura como Estruturante da Cidade.....	210
10.7.	Constructo 5 - A Memória Coletiva	218
10.8.	Constructo 6 - A Relação entre Passado, Identidade e Futuro.....	226
10.9.	Constructo 7 - A Identidade Urbana e a Diferença Social	236
10.10.	A percepção sobre a dimensão humana e cultural de Canoas	244
10.11.	Redefinição dos indicadores técnicos.....	248
10.12.	Segunda versão do artefato	254
11.	RELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO HUMANO-CULTURAL E A TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL DE CANOAS	262
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	267

13.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	270
14.	APÊNDICES	290
14.1.	<i>Scorecard</i> de Canoas (RS) no IPS Brasil 2025	290
14.2.	<i>Ranking Connected Smart Cities</i> (CSC).....	291
14.3.	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC)	292
14.4.	Identificação de palavras-chave da Agenda 2030	293
14.5.	Identificação de palavras-chave da Nova Agenda Urbana (NAU)	299
14.6.	Identificação de palavras-chave dos Indicadores Cultural 2030.....	311
14.7.	Padronização de expressões das agendas globais – Etapa 01	313
14.8.	Enquadramento analítico das expressões padronizadas frente aos constructos	319
14.9.	Formulário de Avaliação Urbana: Dimensão Humana e Cultural	323
14.9.1.	A Centralidade da Pessoa na Cidade.....	323
14.9.2.	Os Limites dos Indicadores Urbanos	323
14.9.3.	Espaços de Encontro e Pertencimento.....	324
14.9.4.	A Cultura como Estruturante da Cidade	324
14.9.5.	A Memória Coletiva	324
14.9.6.	A Relação entre Passado, Identidade e Futuro	325
14.9.7.	A Identidade Urbana e a Diferença Cultural	325
14.10.	Dados brutos do Formulário de Avaliação Urbana: Dimensão Humana e Cultural.....	327
14.10.1.	Perfil dos respondentes.....	327
14.10.2.	A Centralidade da Pessoa na Cidade.....	334
14.10.3.	Os Limites dos Indicadores Urbanos.....	337
14.10.4.	Espaços de Encontro e Pertencimento	340
14.10.5.	A Cultura como Estruturante da Cidade	343
14.10.6.	A Memória Coletiva	346
14.10.7.	A Relação entre o Passado, Identidade e Futuro	349
14.10.8.	A Identidade Urbana e Diferença Cultural	352

1. MEMORIAL

O presente memorial apresenta, em primeira pessoa, minha trajetória acadêmica e profissional que culminou na realização desta pesquisa de doutorado.

Minha trajetória pessoal normalmente causa estranhamento aos que a escutam ao apresentar um caminho pouco convencional. Sempre quis ser arquiteta, mas ao finalizar o ensino médio e prestar vestibular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), percebi que não teria condições de ingressar no curso que almejava. Como minha família não tinha condições financeiras para que eu pudesse cursar Arquitetura em uma universidade particular, decidi entrar em um curso com o qual também me identificava. Desta forma, passei na UFRGS para o curso de Química Industrial em 2002, me formando no ano de 2006. Durante este período, participei de vários grupos de pesquisa. Ao finalizar meu TCC em um laboratório, surgiu a oportunidade de cursar o Mestrado com bolsa do CNPq – chance esta que aceitei de pronto.

Ao finalizar o mestrado, iniciei minha carreira profissional em uma empresa multinacional, onde pude desenvolver habilidades aplicáveis até hoje no campo da Arquitetura, como, por exemplo implementação de sistemas de gestão, planejamento estratégico, entre outros. Neste intervalo, cursei pós-graduação *lato sensu* em Engenharia da Qualidade, no Centro Universitário Tupy UNISOCIESC. Apesar de gostar das atividades que desenvolvia, não me sentia completa. Dessa forma, decidi retomar os estudos em 2015 e iniciar a graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade La Salle. Para tal, tracei um plano de transição de carreira para que eu realizasse o maior número de estágios possível durante o período de 5 anos, para que tivesse certeza da área de atuação que gostaria de seguir. Além disso, pretendia participar do programa de mobilidade acadêmica para ter uma experiência internacional.

Durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade La Salle, fui uma aluna muito participativa durante as aulas, pois queria assimilar o máximo de conteúdo para aplicar na prática todo o conhecimento adquirido. Pude realizar 3 estágios em campos de atuação distintos, além de participar como monitora das disciplinas de Análise Estrutural I e II por 2 semestres no programa disponibilizado

pela universidade e atuar como representante discente pelo período de 1 ano. Também pude participar de uma quantidade significativa de cursos de extensão e realizar duas atividades de voluntariado.

Dentre todas as minhas experiências, posso destacar as que mais influenciaram na decisão em cursar o doutorado: história dos meus pais e avós que vieram grande parte da vida em função da malha ferroviária, o primeiro estágio, realizado na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e a participação do programa de mobilidade da Universidade La Salle que me possibilitou estudar em Lisboa e viajar por algumas cidades europeias.

Para falar sobre a minha história familiar, trouxe nos cinco próximos parágrafos um texto elaborado em uma disciplina do doutorado, mas que deixa claro a influência das memórias dos meus pais na escolha do meu tema de pesquisa:

Quem passa pela BR-116 em Canoas talvez nem se dê conta que está sendo ladeado pela linha do trem. A estrutura robusta que contorna a ferrovia esconde em seu interior não só um meio de transporte de alta capacidade como também uma série de histórias e memórias.

Sempre que algum motorista de aplicativo reclama que a cidade é cortada pelos trilhos, eu tento apaziguar explicando que, na verdade, a malha urbana se teceu no entorno deles, pois a estrada de ferro chegou aqui antes de tudo, mas acho que eles não compreendem. Talvez por não conhecerem a história de sua implementação da mesma forma que eu. Para a maioria dos usuários, é só mais um meio de transporte. Para mim, uma parte de minha identidade, já que meus avós paternos e maternos participaram da construção e manutenção dessa estrada, bem como de outras tantas pelo interior do estado. Por conta disso, meus pais cresceram dentro dos vagões, viajando por várias cidades para visitar amigos e familiares. Assim, começa minha conexão com a via ferroviária.

Cresci ouvindo histórias contadas pelos meus pais e tios. Conheço lugares que já não existem mais. No entanto, isso não impede que eu os recrie nos meus pensamentos. Até consigo ouvir o som da Maria Fumaça passando coladinha à casa de meus avós. Consigo imaginar a Vila do Quadro de Funcionários da RFFSA (conhecida carinhosamente como “Quadro”) que ficava na área em frente ao

aeroporto e o Bairro Navegantes em Porto Alegre, onde várias peripécias foram feitas pelos meus tios, pais e seus amigos. Até o nome do time de futebol sei: o Clube Garratt. Esse nome foi dado em homenagem a um modelo de locomotiva muito famoso na época. Os participantes do clube se encontram anualmente até hoje para relembrar os velhos tempos.

Ainda, conheço histórias de lugares que ainda existem. Quem passa pela antiga estação da cidade de Canoas vê apenas um centro cultural. Para mim, a memória é outra: ela já foi a morada de meus avós maternos, que eram responsáveis pela conservação e manutenção do local. Assim, como a estação de trem da cidade de Triunfo, cidade natal da minha mãe, as de Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa. Por onde passam trilhos perpassa a minha história.

Hoje, por ironia do destino, sou eu quem mora ao lado da linha do trem. Quase dentro da Estação Canoas. Durmo e acordo ouvindo o barulho do trem. Consigo identificar pelo som dos trilhos se os vagões são antigos ou os novos. Toda vez que pesquiso algo sobre mobilidade, a linha ferroviária sempre aparece em algum título, talvez para me relembrar de onde vim ou talvez me indicando o caminho a seguir.

Foi com essa bagagem toda que fiz o meu estágio na antiga Coordenação de Empreendimentos e Operações Urbanas na Unidade de Implementação das Operações Urbanas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Durante esse breve período – apenas 3 meses – tive os primeiros contatos com a legislação urbanística brasileira, em especial o Estatuto das Cidades no que tange às Operações Urbanas Consorciadas (OUC). Com base nos estudos que precisei fazer para exercer minhas funções, eu percebi que o urbanismo era fascinante, pois ele pode colaborar com a melhora na qualidade de vida de todos os habitantes de uma cidade. Tanto que o meu TCC foi a proposição de uma OUC no Bairro Guajuviras, em Canoas/RS.

A minha saída do estágio se deu pois eu havia sido aprovada para estudar na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT) em Lisboa. Durante os 6 meses vividos na capital portuguesa, pude perceber como a memória e os bens culturais podem ser mantidos mesmo com a atualização das estruturas urbanas. O centro histórico se mantém bem preservado, mesmo com a implementação dos VLTs (Veículos Leves sobre Trilhos) e com a necessidade de modernização dos usos das

edificações. Lá, você pode fazer todas as atividades rotineiras sem a necessidade do uso de carro. A memória da cidade é preservada e valorizada, assim como a qualidade de vida dos habitantes e turistas recebe especial atenção. Além de Lisboa, pude conhecer outras importantes capitais onde a relação entre o urbanismo e a memória são *cases* de sucesso: Barcelona, Paris e Londres. Lugares onde as cidades são feitas para as pessoas (parafraseando Jan Gehl).

Todas essas experiências colaboraram para que a doutoranda de hoje consiga vislumbrar que é possível sim pensar no futuro sem se esquecer do passado. Que modernização não significa destruir bens culturais. Que as memórias podem andar de mãos dadas com as tecnologias de informação e comunicação rumo a uma cidade mais justa, inteligente e humana. Porém, a definição do tema de pesquisa também passou um caminho sinuoso.

O tema do projeto de pesquisa apresentado durante o processo de seleção não é o que está sendo apresentado agora. O meu objetivo quando ingressei no programa de pós-graduação era identificar os pontos de convergência e divergência de instrumentos urbanísticos e políticas urbanas para alcance dos objetivos e metas definidos na Agenda 2030 e Nova Agenda Urbana concebidas pela Organização das Nações Unidas em 2015 e 2016, respectivamente. Este estudo seria realizado em três diferentes escalas: federal, regional (Região Metropolitana de Porto Alegre) e municipal (Canoas). Porém, ao longo das disciplinas, verifiquei uma falta de conexão do tema com os temas abordados durante as aulas. Além disso, naquele momento sentia falta do desenvolvimento de algum material entregável, como por exemplo, um projeto. Por estes motivos, após várias reuniões com a coordenação do programa, propus outro projeto de pesquisa, que se conectava com o meu contexto familiar e que estava alinhado com meus anseios e com os temas estudados.

O segundo projeto de pesquisa proposto tinha como objetivo compreender a percepção da população residente no município em relação à estrada de ferro, principalmente do ponto de vista da paisagem urbana. A intenção era elaborar um material que correlacionasse as mudanças da paisagem urbana com a história da ferrovia, esclarecendo aos cidadãos canoenses que a cidade se desenvolveu no entorno da primeira estrada de ferro. Nessa proposta, havia uma conexão direta com as temáticas estudadas, mas tive grande dificuldade de desenvolver uma trama na qual conseguisse chegar ao objetivo definido.

No decorrer do desenvolvimento desta segunda ideia, dois fatos mudaram radicalmente meu projeto de pesquisa e me trouxeram até o trabalho aqui apresentado: a forma de locomoção até meu emprego e a realização do estágio docência.

Desde 2020, realizo todas as minhas atividades a pé ou com transporte coletivo, pois nesse ano precisei vender meu automóvel para finalizar a minha graduação em arquitetura. Durante a pandemia, todas as atividades dos lugares onde trabalhei como Assistente de Arquitetura se deram remotamente. E, em julho de 2022, consegui meu primeiro emprego como arquiteta e de forma presencial. Então, comecei a utilizar rotineiramente o TRENSURB. E foi então que percebi a precariedade deste sistema público. Além de os intervalos não atenderem à demanda, não há nenhum sistema de informação que forneça ao usuário o horário da chegada do trem na estação, assim como também não é possível saber qual o tipo de composição¹ que será utilizada para se posicionar adequadamente na plataforma. Estes problemas me lembraram de como os sistemas de transporte público que pude utilizar na Europa funcionam: lá você tem acesso em tempo real ao posicionamento dos ônibus, trens e metrô. Além disso, se você incluir nos aplicativos de celular o seu destino, saberá de forma precisa o horário de chegada, além de opções de rotas a serem utilizadas.

Durante o meu estágio de docência no segundo semestre de 2022, tive a oportunidade de acompanhar a disciplina “Empreendedorismo, Criatividade e Inovação”. Nela, pude aprender os conceitos ligados à inovação, bem como conhecer as ondas de Schumpeter e entender as macrotendências mundiais previstas até 2030. Uma destas macrotendências diz respeito à urbanização, onde se demonstrou a necessidade de sofisticação tecnológica para o desenvolvimento de cidades inteligentes, principalmente no que tange aos sistemas de transporte público, infraestrutura social e espaço urbano.

Foi a partir de então que direcionei o meu projeto de pesquisa para o estudo de cidades inteligentes, conectando minhas experiências de vida com os temas

¹ Existem duas formas de composição: trem simples ou acoplado. Na primeira opção tem-se aproximadamente 4 vagões que ocupam apenas metade da plataforma de embarque. Sendo assim, se o usuário está posicionado no final da plataforma, não há como embarcar nos vagões. Já o segundo tipo de composição se apresenta com 8 vagões, ocupando toda a plataforma, sendo possível o embarque de todos os usuários, independentemente de sua posição.

estudados e abordados durante as disciplinas e atividades desenvolvidas no doutorado.

A descrição da minha trajetória evidencia a convergência entre a minha formação acadêmica e as minhas experiências profissionais. Neste sentido, emerge o interesse na integração da cultura e do desenvolvimento urbano sustentável. Assim, se propõe a continuidade desse percurso de aprofundar o entendimento sobre o impacto cultural na sustentabilidade de Canoas/RS, refletindo meu compromisso pessoal, profissional e acadêmico com a melhoria das cidades.

2. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade urbana consolidou-se como uma prioridade global a partir da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com especial atenção ao ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. No entanto, a discussão contemporânea revela que a busca por cidades inclusivas e resilientes exige transcender a visão puramente tecnocrática, que frequentemente reduz o planejamento ao tripé econômico, social e ambiental. Diante disso, esta tese propõe a memória e a cultura como o eixo estruturante de uma nova avaliação cidadina. Fundamenta-se na premissa de que a urbe deve ser compreendida como um palimpsesto vivo, onde a inovação tecnológica precisa ser costurada sobre camadas profundas de afeto e história.

Este caminho teórico resgata o conceito de ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs, que originalmente defendia cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Enquanto as três primeiras formaram o *Triple Bottom Line* tradicional, as dimensões espacial e cultural foram progressivamente marginalizadas. A retomada da cultura como pilar do desenvolvimento é amparada pela Nova Agenda Urbana (NAU), que a reafirma como fonte de enriquecimento e propõe sua integração estratégica aos planos urbanos.

Nesse cenário, os modelos de Cidades Sustentáveis e Inteligentes evoluem para abordagens focadas nas pessoas, transitando das cidades 3D (Distantes, Dispersas e Desconectadas) para o modelo 3C (Compactas, Conectadas e Coordenadas). Sob a lente do Urbanismo Humanístico de Jan Gehl e Jane Jacobs, critica-se o planejamento “do alto e de fora”, em favor da escala humana e da vitalidade das ruas. Assim, a cidade passa a ser vista como suporte de identidades, onde a memória e a identidade fornecem os quadros sociais necessários para o pertencimento e a coesão comunitária.

A necessidade desta investigação emerge, portanto, de uma lacuna teórica crítica: a negligência sistemática da dimensão cultural em modelos de cidade-mercadoria. Paralelamente, identifica-se uma lacuna empírica no Brasil, onde a ausência de métricas para aspectos intangíveis gera uma inviabilidade analítica, impedindo que a cultura atue como o quarto pilar da sustentabilidade. Diante desse

cenário, a tese busca responder: De que maneira a memória, enquanto categoria analítica, pode reconfigurar os modelos de avaliação da sustentabilidade urbana, superando a inviabilidade analítica da dimensão cultural nas agendas globais?

Esta tese parte da premissa de que a memória não constitui apenas uma dimensão temática do desenvolvimento sustentável, mas uma categoria analítica estruturante capaz de reorganizar o modo como a sustentabilidade urbana é compreendida e avaliada. Ao assumir a cidade como quadro social de memória, desloca-se o foco exclusivo da racionalidade tecnocrática para incluir as disputas simbólicas e identitárias que atravessam o planejamento urbano.

Nesse sentido, o objetivo geral desta tese é desenvolver um modelo teórico-metodológico que reconfigure os processos de avaliação de sustentabilidade urbana, incorporando de forma estruturante a memória coletiva e a identidade dos cidadãos por meio de suas dimensões simbólicas, culturais e afetivas. Para alcançar o objetivo geral, a pesquisa se desdobra nos seguintes objetivos específicos: Analisar criticamente os modelos e indicadores de avaliação urbana tradicionais, identificando as lacunas analíticas e as limitações das métricas tecnocráticas em capturar a dimensão humana e cultural das cidades; Sistematizar os conceitos de memória coletiva, identidade e bens culturais em diálogo com o espaço urbano, fundamentando-os como pilares essenciais para a sustentabilidade e resiliência das comunidades; Mapear as convergências conceituais entre constructos humanísticos e as metas das agendas globais (Agenda 2030, Nova Agenda Urbana e Indicadores Cultura|2030), garantindo o alinhamento do modelo aos desafios internacionais de desenvolvimento; Desenvolver a arquitetura do modelo teórico-metodológico (artefato), estruturando de forma sinérgica uma camada qualitativa, voltada à percepção dos valores afetivos, e uma camada quantitativa, composta por indicadores técnicos redefinidos; Aplicar o modelo em um estudo de caso (município de Canoas/RS) para diagnosticar o nível de (des)ajuste entre o planejamento urbano atual e a memória dos habitantes, validando a sensibilidade do instrumento de coleta; Validar e refinar o modelo proposto por meio de ciclos de feedback (especialistas e/ou dados empíricos), consolidando-o como uma regra tecnológica testada e útil para a reconstrução de vínculos afetivos e sociais no planejamento público.

Embora a proposta de modelo se conecte com indicadores técnicos consolidados, esta tese não se restringe a promover uma integração adicional entre

dimensões quantitativas e culturais. A partir desta proposta de tese, se propõe é um deslocamento do eixo interpretativo da sustentabilidade urbana, ao reconhecer a memória coletiva como categoria analítica estruturante. Assim, o artefato (modelo) desenvolvido não adiciona a dimensão simbólica como complemento decorativo do tripé clássico, mas reorganiza a própria lógica avaliativa, ampliando seus fundamentos epistemológicos

A relevância científica deste trabalho reside na proposição de uma arquitetura que equilibra o “medir” e o “sentir”, superando a visão da cidade como máquina funcional. No cenário de Canoas/RS, essa discussão ganha contornos de urgência ao se observar como a configuração urbana foi historicamente moldada pela BR-116 e pela linha férrea. Estes eixos, embora estruturantes, atuam como barreiras contíguas que impõem severos bloqueios à circulação e fragmentam o tecido social. Essa segregação converte-se em uma cicatriz urbana, cristalizando divisões simbólicas entre o “lado de lá” e o “lado de cá” dos trilhos. Diante dessa realidade, a resiliência urbana exige mais do que soluções técnicas de mobilidade; requer a transformação dessas áreas em espaços de união e a recuperação dos marcos identitários que devolvam a dignidade e o sentido de pertencimento aos cidadãos.

Para enfrentar esse desafio de transpor a barreira através do fortalecimento da memória, a metodologia escolhida foi a *Design Science Research* (DSR), selecionada por sua natureza prescritiva e pragmática voltada à criação de artefatos que resolvam problemas reais. A escolha justifica-se pela necessidade de transcender a descrição teórica e projetar um modelo funcional fundamentado na ciência do artificial.

O percurso investigativo estruturou-se em três etapas fundamentais: (1) a conscientização do problema via revisão bibliográfica; (2) o desenvolvimento do artefato, integrando camadas qualitativas (constructos) e quantitativas (indicadores); e (3) a avaliação e refinamento por meio de formulários com cidadãos de Canoas. Essa estrutura foi concebida de modo a garantir estrita coerência entre o problema, o referencial teórico e a metodologia, onde a fundamentação em Memória Social fornece o eixo analítico e a *Design Science Research* oferece o rigor metodológico. A validação empírica em Canoas/RS demonstra a aplicabilidade concreta do modelo, assegurando unidade epistemológica e consistência argumentativa à tese. Como resultado, pretende-se entregar uma regra tecnológica que sirva de bússola ética aos gestores públicos, permitindo que o progresso das cidades não apague a alma

humana que habita entre seus edifícios e resgatando, em última análise, o olhar humano no planejamento urbano.

3. DIMENSÃO URBANA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este capítulo estabelece a base estrutural, normativa e métrica da pesquisa, percorrendo a trajetória institucional que molda o território urbano contemporâneo sob a égide da sustentabilidade. O percurso teórico inicia-se com a análise histórica do desenvolvimento sustentável, traçando o caminho desde as discussões inaugurais na Declaração de Estocolmo (1972) até a consolidação da Agenda 2030 e do ODS 11. A discussão avança para o exame do robusto arcabouço legal brasileiro, avaliando como instrumentos como o Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole buscam traduzir metas globais em funções sociais do território. Na sequência, o capítulo explora as dinâmicas de urbanização, diferenciando os modelos de cidades sustentáveis e inteligentes e analisando a transição das cidades 3D (Distantes, Dispersas e Desconectadas) para o modelo 3C (Compacta, Conectada e Coordenada). Por fim, a fundamentação culmina na exploração crítica dos sistemas de indicadores (como IBEU, IPS e IDSC), ferramentas essenciais para quantificar o progresso socioambiental e identificar as lacunas infraestruturais que ainda persistem na gestão pública municipal.

3.1. Desenvolvimento sustentável: da Declaração de Estocolmo até a Nova Agenda Urbana

No contexto desta tese, a seção Desenvolvimento Sustentável emerge como fundamental, uma vez que examina o início e a evolução da preocupação global com o uso responsável e sustentável dos recursos naturais. O exame cuidadoso da história de políticas e debates internacionais sobre o meio ambiente cria um pano de fundo essencial para a compreensão das atuais demandas e desafios que enfrentamos na gestão de cidades. Além disso, o estudo da dimensão cultural nesse contexto também trará reflexões sobre a importância desse aspecto na vida urbana.

O uso saudável e sustentável dos recursos naturais se tornou preocupação mundial a partir da década de 1970, quando a discussão acerca do desenvolvimento sustentável começou a ser realizada globalmente. A Organização das Nações Unidas (ONU) realizou em 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente

Humano, em Estocolmo (Suécia), onde se teve pela primeira vez a oportunidade de se avaliar os efeitos da atividade humana no meio ambiente global. Além disso, houve a tentativa de forjar critérios comuns para enfrentar as tarefas de preservação do meio ambiente, o que resultou na Declaração de Estocolmo² (Handl, 2012).

Neste mesmo ano, houve a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que passou a coordenar os trabalhos e debates sobre aspectos ambientais, gestão de ecossistemas, governança ambiental, eficiência dos recursos naturais e mudanças climáticas (Nações Unidas Brasil, 2020). Desde então, o PNUMA foi responsável pela realização de uma série de encontros e emissão de relatórios, conforme o mostrado no Quadro 1.

Quadro 1. Eventos importantes relacionados ao desenvolvimento sustentável

Ano	Evento	Entidade	Resultado
1972	I Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano – Estocolmo	ONU	Declaração de Estocolmo ^a Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
1976	Conferência Habitat I (Vancouver)	ONU	Criação do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat)
1979	I Conferência Mundial sobre o Clima	PNUMA	
1987	Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas	PNUMA	Relatório Nosso Futuro Comum ^b (Relatório de Brundtland)
1990	Primeira Publicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	PNUD	Conceito de <i>Triple Bottom Line</i> por John Elkington ^c
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Cúpula da Terra – Rio de Janeiro	PNUMA	Agenda 21
1996	Conferência Habitat II (Istambul)	UN-Habitat	
2000	Cúpula do Milênio das Nações Unidas	PNUMA	Declaração do Milênio - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)
2002	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 - Johannesburgo	PNUMA	
2012	Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 – Rio de Janeiro	PNUMA	Relatório “O Futuro que Queremos”
2014	Fórum Urbano Mundial 7 (WUF7)	UN-Habitat	Declaração de Medellín

² Defende amplas metas e objetivos de política ambiental e traz 26 princípios enfatizando os impactos das atividades antropogênicas no meio ambiente.

Ano	Evento	Entidade	Resultado
2015	Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável	PNUMA	Agenda 2030 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
2016	Conferência Habitat III (Quito)	UN-Habitat	Nova Agenda Urbana

^a Defende amplas metas e objetivos de política ambiental e traz 26 princípios enfatizando os impactos das atividades antropogênicas no meio ambiente.

^b Apresenta uma definição de desenvolvimento sustentável: aquele que satisfaz as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

^c Tripé da sustentabilidade: desenvolvimento social, ambiental e econômico. Também conhecido como os 3Ps da sustentabilidade: *People, Planet e Profit* (Avila, 2021).

FONTE: Elaborado pela autora.

Apesar de todos os eventos realizados desde 1972, foi somente em 1987 que o conceito de desenvolvimento sustentável foi elaborado. A publicação foi realizada no relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como “Relatório de Brundtland”, dado em homenagem à sua idealizadora, a médica e diplomata norueguesa Gro Harlem Brundtland. Conforme o relatório, desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Com base neste documento, foram feitas diversas recomendações para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992, no Rio de Janeiro (Nações Unidas Brasil, 2020).

Conhecida como a Cúpula da Terra, a conferência realizada no Rio de Janeiro colocou o desenvolvimento sustentável em pauta na agenda pública, sendo a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento reconhecida em todo o mundo. O resultado deste evento foi a Agenda 21, onde os governos delinearam um programa detalhado para direcionar as atividades de proteção e renovação dos recursos ambientais. As áreas de ação da agenda incluem a proteção da atmosfera, o combate ao desmatamento, a promoção da gestão segura dos resíduos tóxicos, entre outros. Apesar de o foco ter sido as questões ambientais, a agenda trouxe também outros fatores causadores de danos, como a pobreza, as pressões demográficas e a estrutura da economia internacional (Nações Unidas Brasil, 2020).

Neste mesmo período, o termo ecodesenvolvimento ganhou visibilidade pelo economista polonês Ignacy Sachs. Em seu texto “Estratégias de transição para o século XXI” (Sachs, 1993), todo o planejamento de desenvolvimento precisa considerar as cinco dimensões da sustentabilidade: Social, Econômica, Ecológica, Espacial e Cultural. As três primeiras dimensões ainda são utilizadas no *Triple Bottom*

*Line*³ do desenvolvimento sustentável, mas as duas últimas foram progressivamente abolidas, pois a nova proposta encontrou resistência principalmente nos ambientes empresarial e governamental (Barbieri, 2020). A dimensão cultural tinha como compromisso básico a valorização das contribuições das populações locais nas transformações dos recursos, propondo soluções endógenas ao invés de reprodução de modelos utilizados em outros países/localidades, o que contribuía para o sentimento de pertencimento dos habitantes da região.

Neste contexto, Sachs (2002) destaca a relevância de um equilíbrio harmonioso entre a valorização das tradições e a adoção de inovações. Segundo o autor, não é prudente descartar completamente os métodos e práticas convencionais que moldaram nossas sociedades ao longo do tempo. Essas tradições carregam uma riqueza de experiências e sabedoria coletiva que continuam a ter valor no presente. No entanto, Sachs (2002) também reconhece a necessidade imperativa de inovação para enfrentar novos desafios e oportunidades emergentes. Portanto, a tese de Sachs (2002) sugere que as soluções mais eficazes e sustentáveis para a gestão do desenvolvimento emergirão provavelmente de uma síntese cuidadosa de tradição e inovação, preservando o melhor do passado enquanto se abraça o futuro com criatividade e adaptabilidade.

Dando sequência aos debates acerca do desenvolvimento sustentável, foi realizada no ano 2000 a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, em Nova Iorque, se tornando o marco fundador da Declaração do Milênio. Este documento traz oito objetivos globais assumidos pelos países membros da ONU, os quais almejavam atingir a eliminação da pobreza e da fome no planeta (Roma, 2019). Os oito Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são mostrados na figura abaixo. Também foram estabelecidas 21 metas globais para atingimento dos 8 ODS, cujo acompanhamento se deu a partir de 60 indicadores, tendo como horizonte temporal o intervalo entre 1990 e 2015. Conforme orientação da ONU, seria necessária a adaptação destes indicadores de acordo com cada cenário nacional de cada país (Roma, 2019).

³ Tripé da sustentabilidade: desenvolvimento social, ambiental e econômico. Também conhecido como os 3Ps da sustentabilidade: *People*, *Planet* e *Profit* (Avila, 2021).

Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



FONTE: Secretaria de Relações Institucionais, 2015.

Dado o vencimento do período de execução previsto na Declaração do Milênio, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi aprovada em 2015 pelos países membros da ONU com o intuito de elevar o desenvolvimento global, a partir da cooperação entre governos nacional e internacional, agentes e sociedade civil (CNM, 2018). Entrou em vigor no dia primeiro de janeiro de 2016 com o prazo para cumprimento das metas de 15 anos. Também estabeleceu um período para realização das ações necessárias para atingir os objetivos, denominado “Década de Ação”, que engloba o intervalo entre os anos de 2020 e 2030.

A Agenda 2030 é constituída por um conjunto de objetivos e metas para estimular a ação em 5 áreas de importância: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceira. Estas áreas, também conhecidas por 5 P’s, são os pilares que definiram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas (ONU, 2015). As áreas de importância refletem as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade (Prosperidade, Pessoas e Planeta), bem como as suas condições indispensáveis (Paz e Parcerias) (UNESCO, 2020).

Figura 2. Cinco áreas de importância da Agenda 2030.



FONTE: Movimento Nacional ODS, 2021.

Apesar de os ODS terem maior destaque na Agenda 2030 por contemplarem de fato as metas a serem alcançadas, o item 78 traz uma diretriz de extrema importância para que o escopo das ações seja completado:

78. Nós encorajamos todos os Estados-membros a desenvolver logo que possíveis respostas nacionais ambiciosas para a aplicação global da presente Agenda. Estas podem apoiar a transição para os ODS e construir sobre os instrumentos de planejamento existentes, tais como as estratégias de desenvolvimento nacional e de desenvolvimento sustentável, conforme o caso (ONU, 2015).

Neste item, a ONU reforça a necessidade de serem tomadas ações nacionais para atingimento das metas assim que for possível. Além disso, salienta que as ações podem ser baseadas em instrumentos já existentes, mas que é necessária uma transição dos mecanismos atuais para os objetivos definidos na Agenda 2030.

Apesar de a Agenda 2030 ser composta por 91 itens, os que mais se destacam são os que tratam dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Temos ao total 17 ODS que se desdobram em 169 metas universais e transformadoras que são abrangentes, de longo alcance e centradas nas pessoas. Estes objetivos são integrados e indivisíveis e não devem ser tratados ou analisados isoladamente. Um destaque para esse documento é que, pela primeira vez desde 1950, o papel da cultura na promoção do desenvolvimento sustentável é abordado, com a integração e

reconhecimento desse tema nas metas (Alonso, 2020). A seguir serão descritos os 17 ODS (ONU, 2015).

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Cabe ressaltar que os objetivos foram definidos com base nas 5 áreas de importância da Agenda 2030, conforme mostra a Figura 3.

Figura 3. As 5 áreas de importância da Agenda 2030 e os seus 17 ODS



FONTE: Movimento Nacional ODS, 2021.

Além da distribuição dos objetivos nas cinco áreas de importância, podemos também classificá-los de acordo com a esfera de atuação majoritária de cada um deles (CNM, 2018), conforme a Figura 4. Salienta-se que, apesar dessa classificação, os ODS são integrados e indivisíveis e não devem ser tratados ou analisados de forma isolada.

Figura 4. ODS de acordo com as esferas de atuação



FONTE: Elaborado pela autora.

Apesar de a Agenda 2030 apresentar aspectos relativos à justiça social, diversidade cultural e combate às discriminações, não são apresentadas metas específicas que se relacionem com alguns grupos populacionais representativos da realidade brasileira e latino-americana (Cabral e Galvão, 2020). Com o objetivo de dar visibilidade a esta parcela da população e promover a igualdade étnico-racial, o Brasil propôs o estabelecimento de três novos ODS:

- Objetivo 18. Promover a igualdade racial a partir do enfrentamento a todos os tipos de racismo;
- Objetivo 19. Assegurar a pluralidade e liberdade cultural, a democratização da arte e a comunicação inclusiva para todos e todas;
- Objetivo 20. Garantir os direitos e promover a cultura dos povos originários e comunidades tradicionais.

Esta proposta traz à discussão a importância da cultura como espaço de resistência e como território de disputas por reconhecimento e legitimação, visibilizando e traduzindo diretrizes globais para as realidades do sul global (Feltrin, 2022). Além disso, expansão da Agenda 2030 abre a possibilidade de a cultura contribuir para mudanças significativas em termos de políticas institucionais.

Importante ressaltar que essa incorporação ajuda a localizar a sustentabilidade junto aos povos tradicionais, construindo igualdade social e valorizando as culturas locais (Silva, Farbiarz e Nunes, 2025).

Figura 5. Ícones dos ODS 18, 19 e 20



FONTE: Cabral e Galvão, 2020.

Dentre os três ODS propostos, somente o que se refere à igualdade étnico-racial foi regulamentada pelo Brasil. O governo brasileiro propôs à 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas de 2023 a criação e adoção voluntária do ODS 18 (Dias, Batista e Silva, 2024). Ele foi oficialmente estabelecido no país através da Resolução N. 2/2023, que instituiu a Câmara Temática para o décimo oitavo ODS (CTODS18). A partir de então, a Comissão Nacional dos ODS (CNDOS) iniciou as discussões para elaboração de plano de trabalho, metas e indicadores alinhados com o padrão estabelecido na Agenda 2030 (Observatório ODS 18, 2025). O resultado desse debate foi a criação de 10 metas, conforme segue:

- 18.1 - Eliminar o racismo e a discriminação, tanto direta quanto indireta, bem como nas formas múltipla ou agravada, e a intolerância correlata contra os povos indígenas e afrodescendentes nos ambientes públicos e privados de trabalho;
- 18.2 - Eliminar todas as formas de violência contra povos indígenas e afrodescendentes nas esferas pública e privada, levando em conta suas interseccionalidades, em particular o homicídio das juventudes, feminicídio e os resultantes de homofobia e transfobia;
- 18.3 - Garantir aos povos indígenas e afrodescendentes tratamento digno, justo e equânime perante os órgãos do sistema de justiça, de segurança pública e administrativos do Estado, assegurando a efetivação e a ampliação

do acesso à justiça e o devido processo legal;

- 18.4 - Garantir a representatividade equitativa dos povos indígenas e afrodescendentes nas instâncias, colegiados e órgãos de Estado e no quadro de pessoal de empresas públicas e privadas, levando em conta a interseccionalidade;
- 18.5 - Promover a reparação integral das violações socioeconômica e cultural, das perdas territoriais e dos impactos ambientais nos territórios dos povos indígenas e afrodescendentes, especialmente os integrantes de comunidades tradicionais, favelas e comunidades urbanas, garantindo o direito à memória, verdade e justiça;
 - 18.5.1 - Proteger o patrimônio cultural, artístico e religioso dos povos indígenas e afrodescendentes garantindo-lhes os recursos necessários para o resgate, preservação e reconhecimento das memórias e das histórias de seus ancestrais e para o desenvolvimento de linguagens artísticas plurais nos territórios onde vivem;
 - 18.5.2 - Preservar as formas de vivência e convivência estabelecidas pelos povos indígenas e afrodescendentes, bem como sua cosmovisão, liberdade de expressão cultural e religiosa;
- 18.6 - Assegurar moradias adequadas, seguras e sustentáveis aos povos indígenas e afrodescendentes, incluindo comunidades tradicionais, favelas e comunidades urbanas, com garantia de equipamentos e serviços públicos de qualidade, com especial atenção à população em situação de rua;
- 18.7 - Assegurar o acesso à saúde de qualidade, não discriminatória, para os povos indígenas e afrodescendentes, bem como o respeito às suas culturas e saberes ancestrais, garantido o fortalecimento da saúde pública;
- 18.8 - Assegurar a educação de qualidade e não discriminatória aos afrodescendentes, quilombolas e povos indígenas, bem como o respeito às suas culturas e histórias, garantido o fortalecimento da educação pública;
 - 18.8.1 - Garantir o respeito à diversidade linguística, com estabelecimento linguísticas por parte do Estado, que assegurem o reconhecimento, o uso, o registro, a preservação, vitalização e revitalização das línguas dos povos indígenas;

- 18.8.2 - Assegurar a inclusão obrigatória de ações de educação antirracista e sobre as culturas e histórias dos povos indígenas e quilombolas, por meio de currículos e estratégias formativas em todos os níveis educacionais;
- 18.9 - Promover o reconhecimento dos saberes dos povos indígenas e afrodescendentes e garantir-lhes a participação nos processos de tomada de decisão na execução de grandes obras e empreendimentos que afetam seus territórios, na exploração econômica da biodiversidade e no acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado;
 - 18.9.1 - Assegurar o reconhecimento dos povos indígenas e afrodescendentes como guardiões da biodiversidade e garantir suas demandas e direitos na agenda de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e na repartição de benefícios;
 - 18.9.2 - Assegurar a justa repartição de benefícios em obras e empreendimentos em territórios ocupados por povos indígenas e afrodescendentes preservando sua ampla autonomia e autodeterminação;
- 18.10 - Eliminar a xenofobia e assegurar que todas as metas anteriores, quando cabíveis, sejam refletidas também no tratamento de imigrantes indígenas e afrodescendentes.

3.1.1. Objetivo de desenvolvimento sustentável 11 e a Nova Agenda Urbana

A compreensão do desenvolvimento sustentável fornece um quadro teórico essencial para a análise do impacto cultural nas cidades. Neste sentido, ODS 11 que visa tornar os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis refletindo a importância da sustentabilidade no contexto urbano. Ele se desdobra em 10 metas que serão descritas a seguir:

- 11.1 - Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;

- 11.2 - Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;
- 11.3 - Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países;
- 11.4 - Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;
- 11.5 - Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;
- 11.6 - Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;
- 11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência;
- 11.a - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento;
- 11.b - Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis;
- 11.c - Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

É possível observar que a integração da cultura é explícita na meta 11.4, porém, ela desempenha um papel transversal a outras metas da Agenda 2030 devido ao seu caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar (Melara, 2024). Desta maneira, a cultura atravessa por toda a Agenda 2030 de forma implícita a ponto de a UNESCO considerar fundamental medir a sua contribuição para o atingimento de todos os ODS (Gama, 2021). Sendo assim, o cumprimento da Agenda 2030 passa pelas questões culturais já que esta está centrada nas pessoas.

Por tratar da questão urbana de forma mais específica, englobando temas da habitação, mobilidade, segurança pública, resiliência, patrimônio cultural, planejamento e relações urbano-rurais, o ODS 11 integra outros objetivos da Agenda 2030 de forma que coloca as cidades e os assentamentos humanos no centro das metas sugeridas (CNM, 2017). A figura que segue detalha a relação entre as metas do ODS 11 com os demais.

Figura 6. Relação entre as metas do ODS 11 com os demais objetivos da Agenda 2030



FONTE: Elaborado pela autora.

Apesar de o objetivo 11 ser o foco principal dos governos, Young ressalta que:

Os ODS constituem-se, portanto, como um conjunto de metas que só farão sentido se forem traduzidos em políticas públicas, interdisciplinares, interdependentes e sistêmicas. De nada valerá o esforço isolado de

implementação das metas do ODS 11, relativo às cidades, se não estiverem devidamente articuladas com os outros 16. (Young, 2018)

Esta citação demonstra a importância da criação de instrumentos integrados de forma que todas as disciplinas tenham condições de atuar de forma conectada para o atingimento das metas de forma global e sistêmica. Tanto é necessária essa integração que os ODS 11 e ODS 13 foram a base para a definição das ações estratégicas firmadas pela Nova Agenda Urbana.

A Nova Agenda Urbana (NAU) foi aprovada em 2016 na III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) e sugere uma mudança de paradigma com o estabelecimento de novos padrões e princípios de planejamento, construção, desenvolvimento, administração e melhora das áreas urbanas (ONU, 2019), defendendo o valor da urbanização sustentável (ONU, 2020). Ela foi construída sob a luz de 5 pilares essenciais:

- Política Nacional Urbana;
- Legislação Urbana;
- Planejamento e Desenho Urbano;
- Financiamento Urbano;
- Implantação Local.

Seu conteúdo conta com 175 princípios que contribuem para a implementação e a localização da Agenda 2030 de maneira integrada, conduzido os países participantes ao alcance dos ODS nos próximos 20 anos. A concretização da NAU se dá a partir de 3 princípios interligados definidos no item 14:

- Não deixar ninguém para trás;
- Assegurar economias sustentáveis e inclusivas;
- Garantir a sustentabilidade ambiental.

O princípio “Não deixar ninguém para trás” tem sido usado como mote para chamar a atenção de que todas as pessoas precisam ser contempladas nas ações a

serem desenvolvidas. As verdadeiras cidades inteligentes são orientadas para as pessoas e não necessariamente as que apresentam alto grau de tecnologias (ONU, 2020). Além disso, a NAU reafirma a relevância da cultura e da diversidade cultural como fontes de enriquecimento para a humanidade (CEPAL/OEI, 2021).

O Relatório Mundial das Cidades (ONU, 2020) destaca alguns planos de ação de extrema relevância e definirão o sucesso ou não da NAU:

- 19 - Estimular as forças de localização da Agenda 2030 e da NAU nas cidades e territórios: Integração com os planos, programas, orçamentos desde o nível nacional até o local; Adaptação dos compromissos globais aos contextos locais;
- 21 - Fazer da forte governança metropolitana um componente chave da nova governança urbana;
- 26 - Apelo à ação: Senso de urgência e compromisso a longo prazo pois os custos da inação e atraso são elevados.

Estes itens vão ao encontro do que Young e Casa Fluminense descreveram em seus documentos, onde ressaltaram a importância dos governos municipais e da governança das Regiões Metropolitanas (RM's) no estabelecimento de políticas urbanas de acordo com o contexto e necessidades locais (Young, 2018; Casa Fluminense, 2017). Conforme já mencionado anteriormente, metade da população brasileira vive nas RM's, demonstrando que estas devem ser as áreas de ação prioritária para o atingimento das metas estabelecidas na Agenda 2030 e NAU.

A seguir serão descritos resumidamente outros planos de implementação da NAU que corroboram as afirmações de Young e Casa Fluminense:

- 26 – Desenvolvimento urbano e rural centrado em pessoas;
- 34 – Eliminação das barreiras legais, institucionais, socioeconômicas e físicas;
- 41 – Participação de todos na tomada de decisão;
- 72 – Processos de planejamento urbano e territorial de longo prazo;
- 96 – Planos metropolitanos e entre cidades e regiões – sinergia e integração entre áreas urbanas;

- 97 – Promover expansões urbanas planejadas e ocupação de vazios urbanos;
- 100 – Espaços públicos na escala humana;
- 111 – Estruturas regulatórias adequadas;
- 112 – Evitar produção em massa de habitação em regiões periféricas e isoladas;
- 117 – Coordenação entre os departamentos de transportes e planejamento urbano;
- 124 – Inclusão da cultura nos planos e estratégias urbanas.

Na seção “Chamada para Ação” da NAU, destaca-se o item que segue:

17. Trabalharemos para implementar a Nova Agenda Urbana dentro de nossos próprios países e nos níveis regional e global, levando em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento de cada nação, e respeitando as legislações e práticas nacionais, bem como políticas e prioridades. (ONU, 2019)

A citação anterior demonstra que a NAU estabelece diretrizes gerais para o alcance de suas metas e que os planos de ação propriamente ditos devem ser criados e implementados pela governança conforme a realidade de cada localidade. Por este motivo, se faz necessária a avaliação das políticas e instrumentos urbanísticos do Brasil.

3.2. Instrumentos regulatórios urbanísticos e culturais e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável no Brasil

A presente seção realiza um levantamento sobre o desenvolvimento da legislação urbanística no Brasil. Nesse sentido, o foco reside nos dispositivos legais que possam apoiar estratégias e o estabelecimento de indicadores para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sob essa premissa, considera-se que uma clara compreensão da legislação urbanística brasileira e de seu desenvolvimento histórico pode fornecer as ferramentas necessárias para a construção de uma cidade mais justa e sustentável, em

conformidade com os princípios dos ODS.

No que concerne ao panorama normativo, a Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Brasil possui a mais avançada legislação urbanística da América Latina, abrangendo desde a Constituição Federal (CF) até os Planos Diretores Municipais (CNM, 2017). Dentre esses marcos, a Lei Federal nº 10.257, sancionada em 2001 e comumente denominada como Estatuto das Cidades (EC), constitui um marco regulatório ao determinar as funções sociais da cidade, não se limitando à normatização do uso do solo como implementado até então (Podcast Urban Studies, 2020). Essa normativa traz novos regulamentos para a proteção do patrimônio histórico, dando à propriedade e à cidade como um todo sua função social, visando melhoria da qualidade do meio ambiente urbano, em todas as suas dimensões (Palmeiras, 2021).

Complementarmente ao EC, outro instrumento de grande impacto nas questões urbanísticas foi a Lei Federal nº 13.089 de 2015, o Estatuto das Metrópoles (EM), que estabeleceu diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas (BRASIL, 2015). Ressalte-se que estes dois instrumentos legais serviram de base para o Brasil na discussão na Conferência Habitat III que teve como resultado a Nova Agenda Urbana (NAU).

Diante da necessidade de reavaliar a legislação vigente no país para o alcance das metas estabelecidas na Agenda 2030 e NAU, alguns autores e instituições realizaram estudos para verificar a adesão dos planos já consolidados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Conforme o Guia para Integração⁴ dos ODS nos Municípios Brasileiros (CNM, 2017), podemos correlacionar instrumentos urbanísticos com objetivos definidos nas agendas globais. A título de exemplo, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) definidas no EC são uma ação em direção ao combate à pobreza (ODS 1) e à desigualdade (ODS 10), enquanto a Lei Federal nº 11.977/2009 que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, vai ao encontro do ODS 11.

Aprofundando essa relação, Sotto *et al.* (2019) descrevem outras políticas que

⁴ É um documento desenvolvido pela Confederação Nacional dos Municípios com o propósito de auxiliar os gestores municipais a integrarem os ODS aos planos municipais brasileiros no período 2018-2021.

contribuem para as ações voltadas às agendas globais: Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Lei Federal nº 6.938/1981; Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) - Lei Federal nº 9.433/1997; Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNDEC) - Lei Federal nº 12.608/2012 e Política Nacional contra as Mudanças do Clima (PNMC) - Lei Federal nº 12.187/2009 (Sotto *et al.*, 2019). Alfonsin (2017) destaca ainda o artigo 225 da Constituição Federal (conexão entre política urbana e a proteção ao meio ambiente) e o inciso V do artigo 6º da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS) que trata dos novos padrões de consumo (Alfonsin *et al.*, 2017). Além dos instrumentos regulatórios, o Guia para Localização dos ODS nos Municípios Brasileiros (CNM, 2016) demonstra alguns indicadores municipais que podem servir para avaliação das políticas implementadas para cumprimento das metas globais. Parte dessa relação está demonstrada no Quadro 2.

Quadro 2. Relação entre Metas do ODS 11 e Indicadores Municipais

METAS	INDICADORES
Meta 11.1 – Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar favelas.	Percentual de domicílios com casas de (taipa+madeira aproveitada) em relação ao total de domicílios.
Meta 11.2 – Até 2030 proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.	Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre.
Meta 11.4 – Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mudo.	Existência de ações e/ou instrumentos de preservação do patrimônio cultural e natural do município.
Meta 11.6 – Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.	Grau de emissões de CO ₂ , NO _x , RCHO, NMHC e CH ₄ . ⁵
	Percentual de famílias com coleta de lixo, lixo queimado/enterrado, lixo a céu aberto
	Índice municipal de sustentabilidade de limpeza urbana.

FONTE: CNM, 2016

⁵ Gases do efeito estufa: dióxido de carbono (CO₂), óxidos de nitrogênio (NO_x), aldeídos (RCHO), hidrocarbonetos não metano (NMHC) e metano (CH₄).

A partir dos dados expostos, depreende-se que mecanismos e instrumentos nacionais de regulação urbanística estão disponíveis e alinhados às metas da Agenda 2030 e NAU, mesmo que suas publicações datem de períodos anteriores às agendas globais. Nessa perspectiva, também estão claros os indicadores que podem servir de farol para os planos de ação municipais. Contudo, verifica-se que pouco se fala de políticas urbanas regionais e municipais para atendimento das metas pré-estabelecidas e já demonstradas neste projeto de pesquisa. Tampouco se discorre sobre os planos urbanos estratégicos de longo prazo e com abordagem integrada ou sobre planejamento para sustentabilidade (visão holística) como solicita a Agenda 2030.

Ademais, nota-se que os estudos aqui apresentados são voltados majoritariamente ao monitoramento de indicadores de cunho econômico, social e ambiental, deixando de lado as questões voltadas à cultura. Nesse sentido, não se verificou a existência de nenhuma legislação federal que fomenta o investimento na cultura voltada especificamente para alavancar o desenvolvimento sustentável e atingimento das metas da Agenda 2030. Isso demonstra uma lacuna entre o que está sendo proposto nos ODS e o que está sendo aplicado na prática. De acordo com Pimenta (2021), o monitoramento do desenvolvimento sustentável deve ser realizado através de políticas culturais construídas por uma configuração horizontal, solidárias e cooperativa (Pimenta, 2021). O autor ainda reforça a necessidade de adaptação dos planos de acordo com as dinâmicas locais, sem receitas prontas.

Em uma atualização normativa recente, em setembro de 2025, o Ministério das Cidades publicou a Portaria MCID nº 1.012/2025, que estabelece as diretrizes para a elaboração de estratégias municipais para a transformação digital urbana. Nela são definidas diretrizes, instrumentos, elementos e soluções tecnológicas relacionadas ao planejamento urbano municipal. O ponto de destaque dessa legislação é que as diretivas nela contida estão alinhadas com o desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, ela converge com o Estatuto das Cidades, já discutida neste documento, e com a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, que será abordada no capítulo a seguir. Os principais objetivos da portaria é guiar a transformação digital urbana, melhorar a qualidade de vida da população e promover a gestão democrática (BRASIL, 2025).

Embora não vinculadas estritamente ao desenvolvimento sustentável,

trazemos à discussão algumas medidas legislativas que foram implementadas antes da promulgação da Agenda 2030, que fomentam a cultura e que podem, de forma indireta, alavancar o atingimento dos ODS. A seção II, Capítulo III, Título VIII da Constituição da República Federativa do Brasil versa especificamente sobre Cultura, garantindo o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura. No artigo 216 encontramos a definição de patrimônio cultural brasileiro, que inclui “os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2024).

Dando continuidade a essa evolução, em 2005, a Emenda Constitucional nº 48 estabeleceu o Plano Nacional de Cultura (PNC), tendo por finalidade o desenvolvimento cultural do país através da valorização do patrimônio cultural por meio da qualificação da gestão, valorização da diversidade cultural e democracia no acesso à cultura (BRASIL, 2024; Chagas e Saraiva, 2021). Neste mesmo ano, foi criado o Sistema Nacional de Cultura (SNC), através do Decreto nº 5.520, mas sua inclusão no artigo 216-A da Constituição Federal só foi realizada em 2017 através da Emenda Constitucional nº 71 (BRASIL, 2024). O seu marco regulatório ocorreu em 2024, pela Lei nº 14.835 (BRASIL, 2024).

Sob essa ótica, o SNC é um mecanismo de gestão e promoção de políticas públicas de cultura que funciona em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa (BRASIL, 2025). Ele engloba conselhos, planos, fundos e órgãos de administração. Nele também é enfatizada o papel crucial da política de identidade, patrimônio e memória na preservação e na promoção da riqueza cultural nacional, reconhecendo que a memória coletiva contribui para o enriquecimento da diversidade cultural e favorecendo o sentimento de pertencimento (IPEA, 2024).

Quanto aos requisitos para a adesão ao SNC, os entes federados (estados, municípios e Distrito Federal) devem atender de forma voluntária aos requisitos requeridos, formalizando a participação no sistema de gestão cultural. Este processo se estrutura em dois tipos de adesão: a provisória e a plena. A primeira, adesão provisória, é concedida mediante a comprovação da institucionalização dos três pilares fundamentais, conhecidos como o "CPF da Cultura": o Conselho de Política Cultural, o Plano de Cultura e o Fundo de Cultura, além de plano de trabalho que preveja prazos para a adesão plena. Por outro lado, a adesão plena exige o cumprimento dos mesmos requisitos da provisória (Conselho, Plano e Fundo),

acrescidos da criação da Lei do Sistema de Cultura e da instituição da Comissão Intergestores Bipartite, esta última sendo um requisito específico para os estados, atuando como um órgão essencial de articulação intergovernamental.

A adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) pelos entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) é um ato voluntário que exige o atendimento a requisitos específicos, formalizando a participação no sistema de gestão cultural compartilhada. É fundamental reconhecer, contudo, que a participação pode se dar em diferentes níveis. A estrutura formal divide-se em dois tipos de adesão: a Provisória e a Plena. Inicialmente, para qualquer modalidade formal, os estados e municípios devem publicar o Acordo de Cooperação Federativa e preencher um plano de trabalho. A esse respeito, reitera-se que a adesão provisória é concedida mediante a comprovação da institucionalização do "CPF da Cultura". Esses instrumentos desempenham um papel crucial na orientação e organização das políticas culturais locais, e a sua criação tem o potencial de impulsionar a participação ativa da comunidade.

Em síntese, a adesão plena exige o cumprimento dos mesmos requisitos da provisória (Conselho, Plano e Fundo), acrescidos da criação da Lei do Sistema de Cultura e da instituição da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), esta última um requisito específico para os estados (BRASIL, 2025; IPEA, 2024; SECULT, 2024; Chagas e Saraiva, 2021). Vale ressaltar que, na prática, pode haver entes federados (especialmente municípios) que, embora tenham manifestado interesse em aderir ao SNC, não conseguem cumprir os requisitos mínimos exigidos para a adesão provisória. Nesses casos, o ente não se enquadra formalmente em nenhuma das duas categorias de adesão estabelecidas (provisória ou plena), mas permanece em um status de não adesão plena até que consiga institucionalizar os componentes necessários para, no mínimo, a adesão provisória. O alcance da adesão plena representa, portanto, o estágio mais completo e desejável de institucionalização e integração ao SNC. O alcance da adesão plena representa o estágio mais completo de institucionalização, garantindo a integração total do ente federado ao SNC (BRASIL, 2025).

3.2.1. Avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil

No que tange à implementação prática, o compromisso nacional com a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi formalmente estabelecido em 2015, após a participação brasileira na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Em apoio a essa nova diretriz, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) iniciou, em 2018, a série Cadernos ODS, um esforço institucional para divulgar estudos e pesquisas que fornecessem subsídios técnicos à implementação e ao monitoramento da Agenda.

No entanto, o quadriênio subsequente (2019–2022) foi marcado por uma ruptura na orientação política e na liderança executiva, o que resultou em um notável arrefecimento do engajamento nacional em iniciativas globais e, criticamente, na despriorização da Agenda 2030 na pauta de políticas públicas do governo federal.

A retomada desse compromisso institucional ocorreu a partir de 2023, sendo um reflexo direto da retomada de um projeto democrático participativo. Um marco essencial neste processo foi a recriação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) em setembro de 2023, restabelecendo uma estrutura de governança anteriormente extinta. A partir desse momento, o Brasil reafirmou seu papel na AGNU, comprometendo-se, entre outras ações, a apresentar seu segundo Relatório Nacional Voluntário (RNV) em 2024. Ressalta-se, ainda, o anúncio de uma proposta para a criação de um 18º ODS dedicado à igualdade racial, conforme já discutido anteriormente nesta tese.

Para fins analíticos, o trabalho de avaliação do Ipea oferece uma análise retrospectiva fundamental da evolução de cada indicador ao longo dos primeiros sete anos de vigência da Agenda 2030 (2016–2022). A metodologia empregada neste trabalho integrador busca a consonância entre as metas dos ODS e os eixos estratégicos de desenvolvimento delineados no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027. Para o monitoramento, o sistema nacional definiu 263 indicadores para os 17 ODS originais, destacando-se, por exclusão, que não houve definição de indicadores para os ODS que extrapolaram o quadro estrutural inicial da Agenda (ODS 18, 19 e 20).

Nesse monitoramento, as metas foram submetidas a uma avaliação multicategórica e classificadas em quatro conjuntos distintos, visando a medição do

progresso: i) metas consideradas alcançadas; ii) metas que demonstraram evolução positiva no período; iii) metas que sofreram impacto negativo direto da pandemia de COVID-19; e iv) metas que apresentaram inviabilidade analítica em função da ausência ou da irregularidade nas séries de indicadores disponíveis. O quadro a seguir sumariza os resultados obtidos especificamente para as metas da Agenda 2030 que apresentam conexão direta ou indireta com a dimensão cultural, servindo como fundamento para a análise subsequente.

Quadro 3. Avaliação dos indicadores propostos pelo IPEA para monitoramento das metas da Agenda 2030 relacionadas diretamente com a cultura

Meta global	Indicadores	Evolução dos indicadores	Avaliação das metas
2.5. Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente	2.5.1 – Número de recursos genéticos vegetais e animais para a alimentação e agricultura, protegidos a médio ou longo prazo em instalações de conservação.	Sem evolução	Sem evolução
	2.5.2 – Proporção de raças locais classificadas como em risco de extinção.	Sem indicadores ou série curta ou irregular	
4.7. Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável	4.7.1 - Grau em que a educação para a cidadania global e a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas políticas nacionais de educação; currículos escolares; formação de professores; e avaliação de estudantes.	Não possui indicador oficial apurado até o momento	
8.9. Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	8.9.1 – Turismo em porcentagem do PIB e taxa de variação.	Sem indicadores ou série curta ou irregular	Sem indicadores ou série curta ou irregular
11.4. Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o	11.4.1 – Total da despesa (pública e privada) per capita	Evolução	Evolução

Meta global	Indicadores	Evolução dos indicadores	Avaliação das metas
patrimônio cultural e natural do mundo	gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural, por tipo de patrimônio (cultural, natural, misto e por designação do Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional, regional e local), tipo de despesa (despesas correntes/de investimento) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, setor privado sem fins lucrativos e patrocínios).	positiva	positiva
12.b. Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais	12.b.1 – Aplicação de instrumentos contábeis padronizados para monitorar os aspectos econômicos e ambientais da sustentabilidade do turismo.	Sem indicadores ou série curta ou irregular	Sem indicadores ou série curta ou irregular
13.3. Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	13.3.1 – Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes.	Sem indicadores ou série curta ou irregular	Sem indicadores ou série curta ou irregular
15.c. Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável	15.c.1 – Proporção da vida silvestre comercializada que foi objeto de caça furtiva ou de tráfico ilícito.	Sem indicadores ou série curta ou irregular	Sem indicadores ou série curta ou irregular

FONTE: Elaborado pela autora (baseado em IPEA, 2024)

Em última análise, a avaliação das metas da Agenda 2030 ligadas, direta ou indiretamente, à dimensão cultural, demonstrada na tabela anterior, revela um déficit estrutural no monitoramento nacional para o período de 2016 a 2022. Os dados são categóricos: das oito metas examinadas, seis (equivalente a 75%) tiveram seu progresso comprometido pela inviabilidade analítica, seja pela ausência de indicadores oficiais apurados, séries curtas ou irregularidades nos dados. Este

resultado sublinha a baixa capacidade institucional de mensurar o avanço da cultura em eixos cruciais, como a educação para a sustentabilidade (ODS 4.7) e o turismo sustentável. Em suma, o período foi marcado pela ausência de métricas para aspectos culturais intangíveis e de capacitação, limitando drasticamente a avaliação da efetividade das políticas públicas federais no setor.

A partir das evidências aqui reunidas, depreende-se que o panorama delineado nesta seção revela que a eficácia do robusto arcabouço legal brasileiro ainda encontra barreiras significativas em sua tradução para práticas locais mensuráveis. Esse déficit de monitoramento, evidenciado pela inviabilidade analítica de indicadores da Agenda 2030, expõe uma lacuna crítica e persistente: a carência de dispositivos e regulações urbanísticas que articulem, de forma orgânica e sistemática, a preservação da memória, o fortalecimento da identidade e o fomento à cultura como eixos centrais do desenvolvimento. Tal vácuo regulatório sugere uma visão de sustentabilidade ainda excessivamente tecnocrática e limitada à gestão de recursos físicos, negligenciando a dimensão imaterial que confere sentido à vida urbana. Diante desse cenário de contrastes, torna-se imperativo investigar a progressão evolutiva dos conceitos de cidades sustentáveis e inteligentes — tema da seção seguinte —, buscando compreender como a inovação tecnológica pode (ou deve) dialogar com o tecido histórico e social. Essa análise servirá de alicerce para o debate central desta tese, que buscará demonstrar que a sustentabilidade urbana é indissociável da proteção da memória viva e da identidade das comunidades, elementos que devem transitar da periferia dos discursos para o centro das políticas urbanas.

3.3. A dinâmica das cidades: conceitos, desafios e indicadores

Semelhante ao conceito de desenvolvimento sustentável, que ao longo do tempo passou por diversas modificações conforme descrito anteriormente, a categorização das cidades também se alterou e evoluiu no mesmo ritmo. As transformações nestes dois aspectos ocorreram paralelamente, demonstrando a dinamicidade intrínseca a essas questões. Nesta seção serão descritos os conceitos de cidades sustentáveis e cidades inteligentes (segundo as definições da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, das normas ISO e da *Connected Smart Cities*).

É importante destacar que as categorias que serão tratadas na sequência não se encontram organizadas conforme sua relevância, mas sim segundo a progressão evolutiva na qual os assentamentos humanos se desenvolvem. Isso implica que as cidades categorizadas como inteligentes não detêm uma superioridade em relação àquelas denominadas sustentáveis. As categorias refletem apenas o grau de evolução das ações e políticas públicas implementadas.

Iniciaremos a conceituação de cidades sustentáveis com o que está definido no Estatuto das Cidades. O artigo 2º estabelece a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001). Essa diretriz está alinhada com o princípio “Não deixar ninguém para trás” da Nova Agenda Urbana, ao visar reduzir desigualdades que prejudicam o acesso de pessoas e grupos vulneráveis a oportunidades, bens e serviços (MDR, 2021).

De acordo com Leite, cidades sustentáveis precisam atender aos objetivos sociais, ambientais, políticos e culturais, bem como aos objetivos econômicos e físicos de seus cidadãos (Leite, 2012). O autor destaca a imprescindibilidade de as cidades sustentáveis adotarem um modelo de desenvolvimento urbano que assegure um equilíbrio eficaz na utilização dos recursos necessários à sua operação. Esta otimização na gestão de recursos busca alinhar-se da maneira mais efetiva possível com os objetivos estabelecidos pela sociedade urbana. Para tal, se faz necessário buscar novos modelos de funcionamento, gestão e crescimento, diferentes daqueles utilizados no século XX, onde a expansão era almejada a custo do esgotamento dos recursos naturais. Essas premissas demonstram que a discussão acerca do desenvolvimento sustentável em espaços urbanos vem sendo realizada mesmo antes da implementação da Agenda 2030.

Em seu livro *“Morte e Vida de Grandes Cidades”*, de 1961, Jane Jacobs também retrata sua preocupação em relação à sustentabilidade principalmente do ponto de vista da mobilidade urbana, já que ela mostrou àquela época que as cidades estavam se conformando para a acomodação do aumento do tráfego de automóveis. Segundo ela, esse movimento, em conjunto com a ideologia urbanística do modernismo - onde a cidade é dividida por zonas de uso -, acarretaria a baixa qualidade dos espaços urbanos. O motivo pelo qual a priorização do uso do automóvel

vem aumentando é justamente o espraiamento urbano – movimento que vai no sentido contrário à sustentabilidade - que não é acompanhado pela melhoria na infraestrutura de transporte público. Leite corrobora a visão de Jacobs quando reforça que um dos maiores desafios para a promoção da sustentabilidade nas cidades está na mobilidade urbana (Leite, 2012; Jacobs, 2011). Segundo este mesmo autor, para que uma cidade se torne de fato sustentável, ela precisa de “um eficiente sistema de mobilidade urbana que conecte os núcleos adensados em rede, promovendo maior eficiência nos transportes públicos e gerando um desenho urbano que encoraje a caminhada e o ciclismo.” (Leite, 2012, p. 136).

Concomitantemente à busca por modelos de sustentabilidade baseados na morfologia e na gestão de recursos, o termo cidade inteligente emergiu aproximadamente duas décadas atrás, quando o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) identificou que o ambiente urbano se configurava como um expressivo mercado em potencial. Foi nessa época que começaram a ser ofertadas soluções tecnológicas para melhorar a prestação de serviços urbanos (MDR, 2021). À medida que o tempo avançava, a ideia de cidade inteligente ganhava notoriedade e experimentava uma diversidade de interpretações. Estas nuances de compreensão eram tipicamente norteadas pelo campo disciplinar que embasava sua definição, tornando-a, assim, um conceito multidimensional e adaptável às diferentes perspectivas de estudo. Apesar da criação de variações no conceito, o objetivo de maneira geral se concentra na aplicação de tecnologias a serviço das cidades para auxiliar no combate aos crescentes desafios das grandes aglomerações urbanas (Eleutheriou, 2017). Um ponto de destaque acerca do conceito de cidade inteligente é trazido por Bellocchio:

El concepto de las smart cities tiene la obligación de estar en constante evolución, para poder acompañar un contexto de urbes densamente pobladas que deben hacer frente al cambio climático y debido al indiscutible uso y la adopción masiva de las tecnologías de la información y comunicación por parte de la sociedad. (Bellocchio, 2023, p. 14)

Antes de entrarmos na discussão acerca das cidades inteligentes, será preciso trazer o conceito de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): estas podem ser caracterizadas como sendo os recursos tecnológicos utilizados para o tratamento

de informações visando auxiliar na comunicação. Seu desenvolvimento se deu a partir da evolução das tecnologias digitais, que alteraram nossos padrões comportamentais e potencializaram as mobilizações populares e o engajamento cívico (Bugs, 2014). A popularização da Internet, nas últimas décadas, impulsionou e potencializou o uso das TIC nos mais diversos campos. Complementarmente, a UNESCO define TIC como sendo um conjunto de ferramentas e recursos tecnológicos (hardware, software, rede) que permite às pessoas acessar, armazenar, transmitir e manipular informações. Estendem o conceito de tecnologia da informação (TI), enfatizando o papel das comunicações unificadas e a integração de telecomunicações, telefones, rádio, computadores, *software*, *middleware*, armazenamento e sistemas audiovisuais, que permitem aos usuários acessar, armazenar, transmitir e manipular informações por meio de um sistema integrado de cabeamento ou *link* de rádio (MDR, 2021).

De acordo com Leite, cidades inteligentes podem ser caracterizadas por lugares onde as funções básicas da cidade são otimizadas por novas formas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) (Leite, 2012). Ele ainda ressalta que as cidades inteligentes são necessariamente compactas e densas já que maiores densidades urbanas representam menor consumo de energia *per capita*, otimização das infraestruturas urbanas e propiciam maior qualidade de vida promovida pela sobreposição de usos. A compactidade das cidades é uma das premissas da cidade 3C, definida na estratégia de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS)⁶.

As cidades podem ser identificadas como sendo 3D ou 3C, de acordo com o DOTS. As cidades 3D - Distantes, Dispersas e Desconectadas – apresentam uma configuração urbana distante, com territórios periféricos muito afastados do centro; dispersa, com núcleos urbanos espalhados em todo o território; e desconectada, ou seja, esses núcleos urbanos não estão bem conectados aos demais núcleos e ao centro da cidade (WRI, 2018). Já as cidades 3C - Compactas, Conectadas e Coordenadas - são resultado da concentração de pessoas e atividades em áreas específicas, produzindo assim, cidades menos espalhadas. Elas são caracterizadas por três princípios de ordenamento territorial: crescimento urbano compacto,

⁶ Estabelece diretrizes para evitar o espraiamento urbano e promover o uso eficiente da infraestrutura urbana, aproximando as áreas de moradia e as oportunidades de emprego por meio de incentivo ao uso misto do solo próximo aos corredores e eixos de transporte coletivo. Esses benefícios colaboram para o desenvolvimento econômico, social e a qualificação ambiental das áreas urbanas ((WRI, 2018)).

infraestrutura conectada e gestão coordenada. O objetivo principal de uma cidade 3C é planejar para evitar ocupações dispersas no território, buscando intensificar a ocupação de áreas onde a infraestrutura urbana já foi implantada anteriormente. Esse movimento também evita a degradação ambiental e reduz significativamente os deslocamentos da população (WRI, 2018).

É importante ressaltar que nas cidades inteligentes a TIC pode ser utilizada como meio propagador de boas práticas e não somente como eixo estruturante. Um exemplo disso são os *smart informal territories*, onde o urbanismo tático⁷ aparece como processo emergente nas metrópoles contemporâneas no qual essas práticas de baixo-para-cima (*bottom-up*) se replicam através da divulgação dos resultados pelas redes sociais (Leite, 2012). Além disso, a tecnologia pode ser utilizada como uma ferramenta auxiliar para o atingimento dos ODS, desde que seja utilizada a serviço das pessoas e da natureza, favorecendo o equilíbrio necessário para termos cidades mais sustentáveis (Bellocchio, 2023).

Em um dado momento, houve uma desconexão entre as partes “cidade”, que se refere mais diretamente ao planejamento urbano, e “inteligentes”, voltada para o uso de TIC. Isso fez com que a transformação digital se limitasse aos setores imobiliários e de transportes urbanos, o que acabou por associar a agenda das cidades inteligentes a ambientes altamente conectados (MDR, 2021). Essa associação fez com que o termo fosse vinculado majoritariamente a cidades projetadas do zero, onde a conectividade estava presente desde a sua criação.

Nesse contexto, foi criada a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. Nela, definiu-se um conceito brasileiro de cidade inteligentes, contemplando os conceitos auxiliares de “Transformação Digital Sustentável”⁸ e “Desenvolvimento Urbano Sustentável”⁹ baseado em uma visão ampliada considerando a complexidade e as

⁷ O conceito de urbanismo tático inclui mudanças temporárias e de baixo custo para mudar o ambiente o construído, fortalecendo laços de vizinhança e promovendo novos espaços públicos. Essas mudanças temporárias podem ser aprimoradas a partir da avaliação dos usuários e até mesmo se tornar permanentes depois (Malagi e Mehta, 2020)).

⁸ É o processo de adoção responsável de TICs, baseado na ética digital. Deve ser orientado para o bem comum, respeitando as características socioculturais, econômicas, urbanas, ambientais e político-institucionais específicas de cada território, à conservação dos recursos naturais e das condições de saúde das pessoas (MDR, 2021).

⁹ É o processo de ocupação urbana orientada para o bem comum e para a redução de desigualdades, que equilibra as necessidades sociais, dinamiza a cultura, valoriza e fortalece identidades, utilizando de forma responsável os recursos naturais, tecnológicos, urbanos e financeiros, com respeito a pactos sociopolíticos estabelecidos em arenas democráticas de governança colaborativa (MDR, 2021).

particularidades dos diferentes territórios nacionais.

A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI) é um documento político que expressa uma agenda pública cuja meta é alcançar um público abrangente, que trabalha com desenvolvimento urbano e transformação digital ou tem interesse nesses temas. Ela estrutura uma estratégia nacional para desenvolvimento das cidades inteligentes e sustentáveis baseada no contexto brasileiro de sociedade, além de promover padrões de desenvolvimento urbano sustentável.

A realidade nacional apresenta uma grande diversidade territorial, sendo marcada por desigualdades socioeconômicas e espaciais. A carta define a diversidade territorial como sendo o que faz com que uma cidade seja diferente da outra considerando os seguintes aspectos: porte populacional, relação com as outras cidades, localização, clima, patrimônio cultural, patrimônio natural, biomas, matriz produtiva, relações sociopolíticas e capacidades administrativas. Por este motivo, a carta não apresenta uma solução global para os problemas urbanos. Ela sugere conceitos, princípios, diretrizes e objetivos estratégicos que visam auxiliar na tomada de decisão.

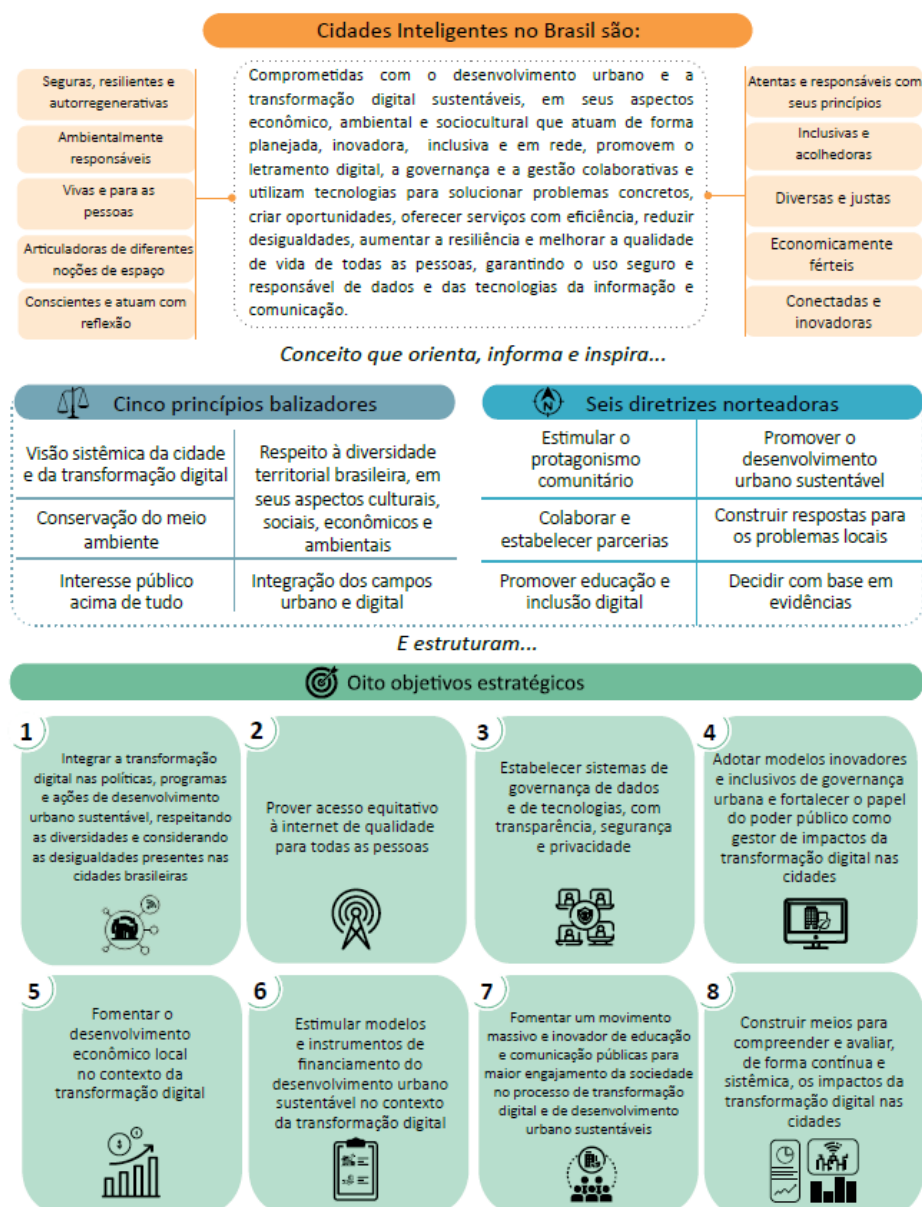
O documento estabelece um conceito para cidades inteligentes de acordo com o contexto brasileiro:

Cidades Inteligentes são cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural, que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação. (MDR, 2021, p. 28)

Além disso, a carta estabelece oito pilares que estruturam o conceito, cinco princípios balizadores e seis diretrizes norteadoras que direcionam os agentes de transformação - quem trabalha com desenvolvimento urbano e transformação digital ou que tem interesse nesses temas e que atuam dentro ou fora do setor público - à implementação do conceito de cidades inteligentes. Estes instrumentos servem de estrutura para os 8 objetivos estratégicos e suas 163 recomendações de ações que são o coração da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes e estão vinculados à

Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e à Política Nacional de Desenvolvimento Urbanos (PNDU). A Figura 7 demonstra como essas ferramentas estão organizadas.

Figura 7. Conceito de cidade inteligente, seus 5 princípios balizadores, 6 diretrizes norteadoras e 8 objetivos estratégicos.



FONTE: MDR, 2021.

Analisando a estrutura proposta na CBCI, podemos identificar que fatores culturais estão presentes, mesmo que não claramente, em dois pilares do conceito (Inclusivas e acolhedoras; Diversas e justas), em um dos princípios balizadores

(Respeito à diversidade territorial em seus aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais), em uma diretriz balizadora (Estimular o protagonismo comunitário) e em um objetivo estratégico (Respeitar a diversidade das cidades brasileiras). Isso demonstra a importância da diversidade cultural e como ela pode ser determinante no desenvolvimento sustentável. Nota-se também que um dos pilares do conceito está direcionando a atenção para as pessoas que vivem nas cidades (Viva e para as pessoas), corroborando com a necessidade de colocar a população, em especial a mais vulnerável, no centro das discussões sobre desenvolvimento sustentável e a busca por cidades inteligentes.

Para além das diretrizes políticas e conceituais, a padronização técnica internacional, representada pela *International Organization for Standardization* (ISO)¹⁰, apresenta outra abordagem sobre cidades inteligentes. Em 2014, o ISO/TC 268 - *Sustainable cities and communities*, elaborou a norma ISO 37120 *Sustainable development of communities - Indicators for city services and quality of life* visando auxiliar a gestão pública a alcançar o desenvolvimento sustentável nas cidades ao redor do mundo. Com a implementação da Agenda 2030 em 2015, a organização responsável pela padronização iniciou o processo de revisão para orientar os governantes para ações que levem ao atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Ribeiro, 2019). Além da norma ISO 37120, uma série de padrões sobre indicadores de cidades foram criadas, como, por exemplo, a ISO 37122 - *Sustainable cities and communities - Indicators for smart cities* e a ISO 37123 - *Sustainable cities and communities - Indicators for resilient cities*.

Estas normas estabelecem indicadores onde são avaliados 19 setores que se relacionam com os ODS: Economia; Educação; Energia; Meio Ambiente e Mudanças no Clima; Finanças; Governança; Saúde; Habitação; População e Condições Sociais; Recreação; Segurança; Lixo Sólido; Esporte e Cultura; Telecomunicações; Transportes; Agricultura urbana/local e Segurança Alimentar; Planejamento Urbano; Saneamento e Água (Nunes, 2022). A norma ISO 37120 é base de orientação para a aplicação das normas ISO 37122 e ISO 37123. Nela são definidos 128 indicadores,

¹⁰ A ISO é uma entidade cujo objetivo é padronizar e normatizar processos nas mais diversas áreas através da publicação de normas técnicas, classificações de países, normas de procedimentos e processos. A padronização se dá a partir da discussão dos membros participantes dos Comitês Técnicos (*Technical Committee – ISO/TC*).

sendo 45 essenciais¹¹, 59 de apoio¹² e 24 de perfil¹³. Já as normas ISO 37122 e ISO 37123 estabelecem 80 e 68 indicadores, respectivamente.

O conceito de cidade inteligente definido pela *International Organization for Standardization* está definido na norma ISO 37122:

Cidade que aumenta o ritmo em que proporciona resultados de sustentabilidade social, econômica e ambiental e que responde a desafios como mudanças climáticas, rápido crescimento populacional e instabilidades de ordem política e econômica, melhorando fundamentalmente a forma como engaja a sociedade, aplica métodos de liderança colaborativa, trabalha por meio de disciplinas e sistemas municipais, e usa informações de dados e tecnologias modernas, para fornecer melhores serviços e qualidade de vida para os que nela habitam (residentes, empresas, visitantes), agora e no futuro previsível, sem desvantagens injustas ou degradação do ambiente natural. (ABNT, 2020 *apud* Andrade e Marè, 2022).

A certificação é um processo evolutivo através da classificação em 4 níveis cada norma: Bronze, Prata, Ouro e Platina, a depender da quantidade de indicadores certificados, conforme figura que segue. Por se tratar de um processo evolutivo, pode-se solicitar a extensão da certificação para categorias superiores ao longo do tempo a partir de avaliação de indicadores adicionais.

Figura 8. Níveis de certificação nas normas ISO e quantidade de indicadores necessários

	37120	37122	37123
	Indicadores	Indicadores	Indicadores
Bronze	45 essenciais + 0 a 14 de apoio	40 a 49	34 a 39
Prata	45 essenciais + 15 a 29 de apoio	50 a 59	40 a 49
Ouro	45 essenciais + 30 a 44 de apoio	60 a 69	50 a 59
Platina	45 essenciais + 45 a 59 de apoio	70 a 80	60 a 68

FONTE: ABNT, 2023.

¹¹ Indicadores Essenciais são considerados indispensáveis para direcionar e avaliar o desempenho da gestão de serviços urbanos e qualidade de vida (Almeida, 2019).

¹² Indicadores de Apoio tem função complementar e é conveniente que se apliquem a fim de se obter melhores práticas (Almeida, 2019).

¹³ Indicadores de Perfil fornecem estatísticas básicas e informações que permitem a caracterização das cidades (Almeida, 2019; Ribeiro, 2019).

No Brasil, as duas primeiras cidades certificadas pela ISO/ABNT são São José dos Campos e Pindamonhangaba, ambas em São Paulo. As duas cidades se basearam na metodologia de diagnóstico e acompanhamento do processo de certificação desenvolvida pelo Parque Tecnológico de São José dos Campos (Nunes, 2022). São José dos Campos foi certificada em 2022 e foi a primeira cidade brasileira a receber essa certificação. O município atingiu o nível Platina na norma ISO 37120 e Ouro nas normas ISO 37122 e ISO 37123. Já Pindamonhangaba recebeu em 2023 certificação somente na norma ISO 37120 no nível Platina (ABNT, 2023). Em 2024, foram certificadas mais 4 cidades: Salvador (Bahia), Lagoa Dourada (Minas Gerais), São Paulo (São Paulo) e Recife (Pernambuco) (ABNT, 2025).

Tabela 1. Cidades certificadas nas normas ABNT NBR ISO 37120, 37122 e 37123

Cidade	Ano de certificação	Norma certificada	Nível de certificação
São Jose dos Campos	2023	ABNT NBR ISO 37120	Platina
		ABNT NBR ISO 37122	Platina
		ABNT NBR ISO 37123	Platina
Pindamonhangaba	2023	ABNT NBR ISO 37120	Platina
		ABNT NBR ISO 37122	Ouro
		ABNT NBR ISO 37123	Platina
Salvador	2024	ABNT NBR ISO 37120	Ouro
		ABNT NBR ISO 37122	Bronze
		ABNT NBR ISO 37123	Platina
Lagoa Dourada	2024	ABNT NBR ISO 37120	Ouro
São Paulo	2024	ABNT NBR ISO 37120	Platina
		ABNT NBR ISO 37122	Ouro
		ABNT NBR ISO 37123	Platina
Recife	2024	ABNT NBR ISO 37120	Platina

FONTE: Elaborado pela autora (baseado em ABNT, 2025).

Outra iniciativa brasileira que analisa indicadores para qualificar as cidades mais inteligentes e conectadas do país e que apresentam maior potencial de desenvolvimento é o ranking *Connected Smart Cities* (CSC), da *Urban Systems*¹⁴. O estudo considera o conceito de cidade inteligente, que entende que o desenvolvimento sustentável só é atingido quando os agentes envolvidos compreendem o poder de conectividade entre os setores (Ranking Connected Smart Cities, 2024). Nesse ranking, são analisados 75 indicadores distribuídos em 11 eixos

¹⁴ Urban Systems é uma empresa de consultoria que desenvolve metodologias, elabora estudos e pesquisas sobre temas voltados ao planejamento urbano e cidades, Mobilidade e Transportes, entre outros (Ranking Connected Smart Cities, 2024).

temáticos, conforme mostrado na figura a seguir.

Figura 9. Eixos temáticos utilizados no Ranking Connected Smart Cities.



FONTE: Ranking Connected Smart Cities, 2024.

Os resultados deste estudo são divulgados anualmente desde 2015 e podem ser consultados em plataforma específica¹⁵. Nela é possível analisar o ranking nacional, os resultados por estado, por eixo temático, por região e pelo porte da cidade. Além disso, é possível verificar os dados e histórico de cada cidade, bem como comparar os resultados obtidos entre duas cidades. Na tabela que segue são mostradas as três primeiras colocações do ranking geral brasileiro no período entre 2021 e 2024.

Tabela 2. Três primeiros colocados no Ranking *Connected Smart Cities* entre 2021 e 2024

Posição no Ranking CSC	2021			2022			2023			2024		
	Município	UF	Nota	Município	UF	Nota	Município	UF	Nota	Município	UF	Nota
1	São Paulo	SP	37,584	Curitiba	PR	38,571	Florianópolis	SC	36,762	Florianópolis	SC	37,525
2	Florianópolis	SC	37,385	Florianópolis	SC	39,925	Curitiba	PR	35,789	Vitória	ES	37,513
3	Curitiba	PR	37,375	São Paulo	SP	36,877	São Paulo	SP	35,604	São Paulo	SP	36,828

FONTE: Elaborado pela autora.

Importante ressaltar que o estudo realizado pela *Urban Systems* se baseia em diversas publicações internacionais e nacionais sobre o tema de cidades inteligentes, cidades conectadas e cidades sustentáveis, entre elas as normas ISO já citadas. Este fato é de suma relevância pois, ao compararmos os resultados obtidos nas duas

¹⁵ Ferramenta disponível em: <http://bit.ly/plataformarcsc22>

idades certificadas, vemos que há uma grande discrepância nas posições alcançadas por cada uma delas (veja tabela abaixo). Essa diferença pode ser explicada pelo fato de que neste estudo os mesmos indicadores são avaliados em todas as cidades, enquanto na certificação ISO, os indicadores apresentados podem ser diferentes desde que atendam aos requisitos nela determinado.

Tabela 3. Comparativo dos resultados do Ranking CSC 2024: São José dos Campos e Pindamonhangaba

	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PINDAMONHANGABA
Nota	32,407	30,582
Posição Geral	35°	61°
Posição Região	17°	32°
Posição Porte (População)	18°	33°

FONTE: Elaborado pela autora.

Contudo, a despeito do rigor métrico dessas certificações, a realidade urbana brasileira impõe desafios que a mera categorização técnica não é capaz de exaurir. Nesse sentido, percebe-se que a dinâmica contemporânea das cidades exige uma compreensão que ultrapassa a mera categorização técnica, integrando as transformações socioeconômicas à experiência humana no espaço urbano. Embora o Estatuto da Cidade e o ODS 11 estabeleçam o direito a cidades sustentáveis, seguras e inclusivas, a prática do planejamento no Brasil é frequentemente marcada pelo fenômeno das "ideias fora do lugar", onde um aparato regulatório rigoroso e modernista é aplicado apenas à cidade "oficial", enquanto a cidade real cresce na ilegalidade e na exclusão (Arantes, Vainer e Maricato, 2013). Esse cenário revela o que se pode chamar de "plano-discurso", uma construção ideológica que utiliza a retórica da sustentabilidade para mascarar investimentos que priorizam a valorização imobiliária e os interesses de grupos dominantes, em detrimento de uma efetiva democratização do solo (Arantes, Vainer e Maricato, 2013).

Nesse contexto, a emergência das cidades inteligentes não deve ser reduzida ao uso intensivo de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), mas sim voltada para a resolução de problemas concretos e a redução de desigualdades. A crítica ao planejamento estratégico urbano aponta que muitas dessas iniciativas tratam a cidade sob uma tríplice analogia paradoxal: a cidade-mercadoria, vendida em um mercado

competitivo; a cidade-empresa, gerida sob critérios de produtividade e eficiência empresarial; e a cidade-pátria, que busca um consenso fabricado em torno de uma marca ou identidade cívica (Arantes, Vainer e Maricato, 2013). Tal modelo, muitas vezes importado de experiências como a de Barcelona, foca na atração de investidores e "usuários solventes", resultando em processos de gentrificação estratégica que expulsam as camadas populares para periferias desprovidas de infraestrutura.

Como alternativa a essa visão tecnocrática e segregacionista, torna-se fundamental resgatar a dimensão humana no planejamento, reconhecendo que a vida na cidade ocorre na interação entre o espaço e as pessoas (Gehl, 2018). Jane Jacobs e Jan Gehl alertam que a obsessão pelo tráfego motorizado e pelo zoneamento funcionalista acabou por "matar a rua", gerando ambientes urbanos disfuncionais que negligenciam o uso que as pessoas fazem dos espaços. Uma cidade verdadeiramente inteligente e sustentável deve ser legível e imaginável, possuindo uma forma física que evoque imagens mentais fortes e coerentes em seus habitantes, permitindo-lhes navegar e se identificar com o meio ambiente através de vias, limites, bairros, cruzamentos e pontos marcantes (Lynch, 2011).

Nesse contexto, a obra de Jan Gehl (2015) oferece uma lente essencial ao postular que a transformação urbana deve ser mediada pela escala humana e pela primazia do espaço público como *locus* de interação social. Gehl argumenta que a inovação deve servir ao resgate da vitalidade urbana, subvertendo a lógica da cidade modernista dominada pelo automóvel em favor de um ambiente que privilegie o pedestre e a convivência orgânica. Essa perspectiva encontra eco nas críticas de Jane Jacobs (2011) ao planejamento tecnocrático e segregacionista; para Jacobs, a inovação mais autêntica reside na complexidade e na diversidade de usos do solo, onde a vitalidade das calçadas e a vigilância natural dos "olhos da rua" estruturam uma segurança e uma coesão social que nenhuma tecnologia isolada poderia emular. Assim, o planejamento participativo e a valorização do cotidiano emergem como ferramentas de inovação que respeitam a memória viva das comunidades.

Em diálogo com a necessidade de vitalidade nas ruas, a percepção cognitiva do espaço, conforme a contribuição de Kevin Lynch (2011) acerca da legibilidade urbana, revela-se essencial ao enfatizar que a percepção mental do cidadão é o que define a funcionalidade real de uma metrópole. Uma cidade que inova sem considerar

seus marcos, nós e caminhos históricos corre o risco de tornar-se ilegível, desorientando seus habitantes e fragilizando o sentimento de pertencimento. Portanto, a memória opera como uma bússola ética e epistemológica, orientando o desenvolvimento tecnológico rumo a soluções que sejam culturalmente enriquecedoras e resilientes. Em última análise, a interdependência entre memória e inovação no urbanismo contemporâneo não configura um antagonismo, mas uma síntese necessária para a forja de cidades vibrantes, inclusivas e capazes de prosperar sem renunciar à própria identidade no horizonte do desenvolvimento sustentável.

Além disso, a cidade deve ser entendida como um fato urbano complexo, uma construção arquitetônica que acumula a memória coletiva e a história da coletividade ao longo do tempo (Rossi, 2001). O direito à cidade manifesta-se, portanto, como uma forma superior de direito à vida urbana, transformada e renovada, onde o espaço não é apenas um produto de consumo, mas uma obra de arte coletiva (Lefebvre, 2001; Arantes, Vainer e Maricato, 2013). Em contraposição aos grandes projetos monumentais que servem como "mostruários" de luxo, a acupuntura urbana surge como uma alternativa de intervenção tática: pequenas e precisas "picadas" criativas que podem curar áreas doentes, resgatar identidades culturais e promover o encontro social de forma imediata e eficaz (Lerner, 2011).

Em suma, o desafio para as cidades no século XXI é superar o "pensamento único" que subordina a cultura e a vida social à lógica do mercado e da acumulação de capital (Arantes, Vainer e Maricato, 2013). O planejamento urbano humanístico deve priorizar a cidade aberta, que é incompleta, errante e diversificada, permitindo que a inovação surja das margens e que a infraestrutura esteja a serviço da reconstrução de vidas, histórias e vínculos (Sennett, 2020). Somente ao integrar funções, rendas e identidades, devolvendo o domínio da urbe às pessoas, será possível transformar a cidade de um mero balcão de negócios em um espaço de autêntica cidadania e sustentabilidade (Lerner, 2011).

A convergência entre memória, inovação e planejamento urbano constitui um nó crítico na ontologia das cidades contemporâneas, estabelecendo-se como o alicerce sobre o qual se projeta o futuro do habitat humano. A memória, compreendida não como um repositório estático de nostalgias, mas como um palimpsesto dinâmico de práticas sociais e identitárias, atua como o substrato necessário para que a

inovação tecnológica e morfológica não resulte em processos de alienação espacial. Sob essa ótica, a eficácia das cidades inteligentes e inovadoras transcende a mera implementação de dispositivos de eficiência e mobilidade, ancorando-se na capacidade de tais tecnologias em dialogar com a herança cultural e o tecido social preexistente. O equilíbrio entre o novo e o pretérito, conforme defendido por teóricos fundamentais do urbanismo humanista, revela que a sustentabilidade urbana é indissociável da preservação dos marcos simbólicos que conferem sentido à experiência cidadã.

A cidade, em sua essência, funciona como um palimpsesto vivo: um tecido onde as novas tecnologias de uma cidade inteligente devem ser costuradas sobre as camadas profundas da memória e do afeto, garantindo que o progresso técnico nunca apague a alma humana que habita entre os edifícios.

Em última análise, a compreensão da dinâmica urbana contemporânea revela que a eficácia das cidades, sejam elas denominadas sustentáveis ou inteligentes, não reside apenas na sofisticação de suas infraestruturas ou no rigor de seus indicadores técnicos, mas na sensibilidade com que estas dialogam com o tecido social e a identidade de seus habitantes. Como observado, a cidade funciona como um palimpsesto vivo, onde a inovação deve ser costurada sobre as camadas da memória coletiva para não resultar em espaços alienantes. Essa percepção de que a dimensão humana e simbólica é indissociável do desenvolvimento urbano sustentável aponta para um elemento que, embora por vezes negligenciado nas métricas tradicionais, tornou-se o centro de intensos debates internacionais.

3.4. Indicadores: conceitos e aplicações

Nessa seção, daremos enfoque principal aos indicadores utilizados na avaliação do desenvolvimento sustentável das cidades, bem como alguns outros que podem dar suporte a esse tipo de avaliação.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), indicadores podem ser definidos como parâmetros, ou como sendo um valor derivados de parâmetros, que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno, de um ambiente ou de uma área. Também pode ser uma medida

resumida que apresenta informação sobre o estado ou a mudança de um sistema (Thorstensen e Mota, 2021; Van Bellen, 2004).

Outra abordagem sobre o conceito de indicadores é o apresentado por Sato, que afirma que “os indicadores são instrumentos que permitem simplificar, quantificar e analisar informações técnicas para transmiti-las aos mais diversos grupos de usuários” (Sato, 2005 *apud* Rossi e Carvalho, 2009). Importante ressaltar nesse conceito a questão da transmissão, pois é a partir dela que as informações poderão ser utilizadas para auxiliar na definição de estratégias. Philippi Jr. também traz esse apontamento, reforçando ainda a necessidade de compreensão por todos os atores da comunidade (Philippi Jr., Malheiros e Aguiar, 2005).

Do ponto de vista ambiental, o sistema de indicadores desenvolvido pela OCDE é o que mais tem sido aplicado (Tayra e Ribeiro, 2006), onde são definidas três dimensões: Pressão-Estado-Resposta (PER). Os indicadores de pressão descrevem a situação atual através dos impactos, diretos ou indiretos, causados pelas atividades humanas em função da quantidade e qualidade dos recursos naturais. Já os indicadores de estado indicam as atividades que estão mantendo ou causando o estado atual, apresentando uma visão sistêmica da situação do meio ambiente de conforme as pressões sofridas. Já os indicadores de resposta demonstram as ações que estão sendo tomadas pela sociedade civil organizada, através de políticas ambientais, econômicas e sociais para a melhoria ou reversão do quadro encontrado (Rossi e Carvalho, 2009; Philippi Jr., Malheiros e Aguiar, 2005; Thorstensen e Mota, 2021).

Outra abordagem mais ampliada, derivada do PER, é a PEIR (Pressão-Estado-Impacto-Resposta), utilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Nesse sistema, houve a inclusão da variável Impacto, que busca mensurar o efeito produzido pelo estado do meio ambiente sobre diferentes aspectos, como, por exemplo, qualidade de vida e economia urbana local, entre outros. Esse tipo de sistema foi utilizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo na definição de 83 indicadores, sendo 23 deles classificados como sendo de pressão sobre o meio ambiente, 20 de estado do meio ambiente, 19 de impacto sobre a saúde humana e meio ambiente e 21 de respostas da sociedade. De acordo com Tayra, o problema mais recorrente de um sistema de informações dessa grandeza é a obtenção de dados na escala desejada. Além disso, a qualidade do material obtido pode comprometer a

capacidade de analisar a situação real do espaço, bem como a comparabilidade dos indicadores (Tayra e Ribeiro, 2006).

Em se tratando de indicadores de sustentabilidade, podemos defini-los como sendo medidas que servem para traduzir ou simplificar conteúdos complexos de um sistema. Através deles é possível localizar informações relevantes para avaliação do estado de um sistema (Rossi e Carvalho, 2009).

A construção de indicadores de sustentabilidade foi liderada pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CSD) através da discussão sobre o tema com governos nacionais, instituições acadêmicas, organizações não-governamentais e as organizações do sistema da ONU no início da década de 1990. Esse movimento se deu para concretização das disposições dos capítulos 8 e 40 da Agenda 21 (Tayra e Ribeiro, 2006). Nesse mesmo período, a OCDE emitiu o documento *“Recommendation of the Council on Environmental Information”* recomendando a elaboração de um sistema de mensuração da sustentabilidade (Thorstensen e Mota, 2021). Foram propostos 134 indicadores no modelo PER, agrupados em quatro dimensões: econômica, social, ambiental e institucional (esta última diz respeito à capacidade de organização social e de resposta política) (Philippi Jr., Malheiros e Aguiar, 2005; Tayra e Ribeiro, 2006). Na imagem abaixo é possível verificar alguns indicadores propostos para cada dimensão.

Figura 10. Indicadores de Sustentabilidade de acordo com Agenda 21

INDICADORES SOCIAIS	INDICADORES AMBIENTAIS	INDICADORES ECONÔMICOS	INDICADORES INSTITUCIONAIS
• Nível de emprego • Cobertura do saneamento • Bem-estar • Qualidade de Vida • Herança cultural • Distribuição de renda • Acesso à terra • Vida em comunidade • Equidade	• Uso sustentável de recursos naturais • Diminuição da camada de ozônio • Turismo sustentável • Uso do solo • Gestão das florestas • Poluição do ar • Clima global	• Dependência econômica • Endividamento • Uso da energia • Padrão de consumo e produção • Gestão de resíduos	• Tomada de decisão integrada • Capacidade de construção • Participação em convenções internacionais • Papel da sociedade civil • Participação pública

FONTE: Elaborado pela autora.

Outros modelos de indicadores vêm sendo utilizados no âmbito internacional para medir o desenvolvimento sustentável, como por exemplo o Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISA) proposto pelo Fórum Econômico Mundial, Pegada Ecológica e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (Philippi Jr., Malheiros e Aguiar, 2005). O ISA tem por objetivo medir a possibilidade de economias atingirem o desenvolvimento sustentável. Ele é composto por 68 variáveis distribuídas em 5 componentes, a saber: Sistemas ambientais, Stress ambiental, Vulnerabilidade da população e impactos ambientais, Capacidade social e institucional, Capacidade de mudança global (Philippi Jr., Malheiros e Aguiar, 2005). Já a Pegada Ecológica é ferramenta utilizada para estimar a quantidade média de terra produtiva que uma nação necessita para suprir seu consumo material e energético, bem como a disposição dos resíduos gerados, refletindo assim o padrão de consumo de determinado país (Philippi Jr., Malheiros e Aguiar, 2005). E o IDH avalia o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos habitantes de uma região, e é composto por três dimensões: Renda, Saúde/Longevidade e Educação (Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021).

Destaca-se também o Índice de Prosperidade das Cidades (CPI) da ONU-Habitat, cuja finalidade é medir a sustentabilidade das cidades e auxiliar no acompanhamento do ODS 11. A prosperidade aqui definida possui uma noção ampla e abrangente das políticas para que haja um desenvolvimento equilibrado e harmonioso. Os resultados são distribuídos em 6 temas¹⁶ com 22 dimensões, com valores entre 0 e 100, onde o valor máximo se refere a um nível de prosperidade sólido (Bencke e Perez, 2018).

Trazendo a discussão para os dados avaliados no Brasil, apontamos os indicadores de desenvolvimento sustentável publicados pelo IBGE entre 2002 e 2015 os, de acordo com as recomendações da CSD da ONU já citadas anteriormente. Na edição de 2015 foram avaliados 63 indicadores distribuídos em quatro dimensões: ambiental, social, econômica e institucional. Os dados apontados foram baseados nas informações disponibilizadas pelo próprio IBGE, em conjunto com os advindos de outras instituições (IBGE, 2015). Apesar da relevância do material, não é possível analisar a situação no âmbito municipal, já que o relatório traz somente resultados por

¹⁶ Produtividade, Desenvolvimento de infraestrutura, Qualidade de vida, Equidade e inclusão social, Sustentabilidade ambiental, Governança e legislação urbanas. (Bencke e Perez, 2018))

estado, região e o consolidado nacional.

Um instrumento de avaliação de políticas públicas disponível em âmbito municipal é o Índice de Bem-Estar Municipal (IBEU-Municipal). Este modelo “procura avaliar a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros promovido pelo mercado, via o consumo mercantil, e pelos serviços sociais prestados pelo Estado” (Ribeiro e Ribeiro, 2016, p. 1). Ele também avalia as condições coletivas de vida que o ambiente construído das cidades proporciona nas escalas da habitação e vizinha próxima. O indicador é composto por cinco dimensões que contribuem com o mesmo peso para a definição do IBEU-Municipal. Cada dimensão é composta por um diferente número de variáveis que variam de zero a 1: quanto mais próximo de 1 melhores são as condições urbanas. Importante ressaltar que todas os parâmetros são provenientes do Censo Demográfico do IBGE. De acordo com o último relatório emitido em 2016, o principal problema enfrentado pelos municípios brasileiros é de infraestrutura, como pavimentação, calçamento e iluminação (Ribeiro e Ribeiro, 2016). A figura abaixo detalha as cinco dimensões e seus indicadores.

Figura 11. Dimensões e indicadores do Índice de Bem-Estar Urbano Municipal

MOBILIDADE URBANA	CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS	CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS	ATENDIMENTO DE SERVIÇOS COLETIVOS URBANOS	INFRAESTRUTURA URBANA
• Deslocamento casa-trabalho	• Arborização do entorno dos domicílios • Esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios • Lixo acumulado no entorno dos domicílios	• Aglomerado subnormal • Densidade domiciliar • Densidade morador/banheiro • Material das paredes dos domicílios • Espécie de domicílio	• Atendimento adequado de água • Atendimento adequado de esgoto • Atendimento adequado de energia elétrica • Coleta adequada de lixo	• Iluminação pública • Pavimentação • Calçada • Meio-fio/guia • Bueiro ou boca de lobo • Rampa para cadeirantes • Logradouros

FONTE: Elaborado pela autora (baseado em Ribeiro e Ribeiro, 2016).

Outra importante ferramenta para medição do desempenho social e ambiental dos municípios é o Índice de Progresso Social (IPS). Ele é definido como “a capacidade da sociedade em satisfazer as necessidades humanas básicas, estabelecer as estruturas que garantam qualidade de vida aos cidadãos e dar oportunidades para que todos os indivíduos possam atingir seu potencial máximo” (Wilm *et al.*, 2025, p. 8). Sua formulação parte do princípio de medir o progresso socioambiental de forma multidimensional, abrangente e atual, e principalmente, sem a inclusão de indicadores econômicos. Assim como o IBEU, o IPS deve ser utilizado

como um balizador para implementação de políticas públicas e programas que acelerem o progresso social. Sua estrutura conta com três dimensões e doze componentes, conforme mostrado na Figura 14. Cada componente responde a uma pergunta orientadora e possui de três a seis indicadores. A escala de avaliação varia entre 0 e 100, sendo 100 o melhor resultado. Ao total, são utilizados 57 indicadores que são provenientes de fontes oficiais e de institutos de pesquisa brasileiros¹⁷.

Figura 12. Dimensões, componentes e perguntas orientadoras do IPS

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS	FUNDAMENTOS DO BEM-ESTAR	OPORTUNIDADES
 Nutrição e Cuidados Médicos Básicos As pessoas têm comida suficiente para comer e recebem assistência médica básica?  Água e Saneamento As pessoas podem beber água e manter-se limpas sem ficarem doentes?  Moradia As pessoas têm moradia adequada com serviços básicos?  Segurança Pessoal As pessoas estão seguras?	 Acesso ao Conhecimento Básico As pessoas têm acesso à educação fundamental?  Acesso à Informação e Comunicação As pessoas podem acessar livremente ideias e informações de qualquer lugar do mundo?  Saúde e Bem-estar As pessoas vivem uma vida saudável?  Qualidade do Meio Ambiente O meio ambiente influencia o bem-estar social?	 Direitos Individuais Os direitos individuais das pessoas estão protegidos?  Liberdades Individuais e de Escolha As pessoas estão livres para fazer suas próprias escolhas?  Inclusão Social Ninguém está excluído da oportunidade de ser um membro contribuinte da sociedade?  Acesso à Educação Superior As pessoas têm acesso a níveis de educação superior?

FONTE: Wilm *et al.*, 2025.

Também é importante destacar o monitoramento realizado pelo Instituto Cidades Sustentáveis¹⁸ (ICS) a partir do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC). A metodologia utilizada na elaboração do IDSC nasceu na própria ONU, através da rede *UN Sustainable Development Solution Network* (SDSN), para mobilizar conhecimentos técnicos e científicos para apoio em soluções em escaladas locais, nacionais e globais. Esse sistema de avaliação é baseado na distância para se atingir as metas dos ODS nos municípios brasileiros, através da utilização de dados disponíveis em fontes públicas e oficiais. A pontuação é atribuída no intervalo de 0 a 100 e pode ser interpretada como a porcentagem do desempenho ótimo. Isso significa

¹⁷ DataSUS, Sisvan/Ministério da Saúde, Ministério da Cidadania, Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mapbiomas, Anatel, CadÚnico, entre outros (Wilm *et al.*, 2025).

¹⁸ O Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) atua para o desenvolvimento justo e sustentável das cidades no Brasil. As suas duas principais iniciativas são o Programa de Cidades Sustentáveis (PCS) e a Rede Nossa São Paulo (RNSP). Por meio do PCS, o instituto atua de forma propositiva para a implementação de políticas públicas estruturantes nos municípios do Brasil.

que quanto mais próximo da pontuação máxima, mais próximo está o município de atingir todas as metas estabelecidas na Agenda 2030 (Instituto Cidades Sustentáveis, 2024). Na Tabela 4 podemos observar os três municípios brasileiros mais bem avaliados pelo IDSC no ano de 2024, bem como os três melhores do estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 4. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades 2024: Ranking Geral e Ranking do Rio Grande do Sul

RANKING GERAL				
Posição Geral	UF	Município	Pontuação	Região
1	SP	Alfredo Marcondes	66,76	Sudeste
2	SP	Uru	65,55	Sudeste
3	PR	São Jorge do Ivaí	64,71	Sul
RANKING DO RIO GRANDE DO SUL				
Posição Geral	UF	Município	Nota	Região
29	RS	Santa Tereza	62,47	Sul
51	RS	Tupandi	61,23	Sul
67	RS	Campina das Missões	60,51	Sul

FONTE: Elaborado pela autora.

Do ponto de vista da cultura, podemos mencionar outra iniciativa do IBGE que é o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), onde são compiladas estatísticas que visam compreender o papel da cultura na vida das pessoas. O projeto foi iniciado em 2004 em parceria com o Ministério da Cultura (MinC) e tem por propósito retratar o setor, ser instrumento para elaboração de políticas públicas e subsidiar decisões de investimento públicas e privadas. Essa escalada na cadeia de valor é de extrema relevância uma vez que os dados (estatísticas) precisam ser transformados em informações (indicadores), servindo assim de base para o conhecimento (parâmetros de referência). Somente assim será possível estabelecer políticas públicas de acordo com contexto analisado (sabedoria) (Mercer, 2012).

As atividades e ocupações analisadas no SIIC são baseadas no documento *2009 Unesco framework for cultural statistics*, que estabelece o Marco de Estatísticas Culturais da UNESCO (MEC). A classificação das atividades em setores culturais se dá a partir dos chamados domínios culturais, domínios transversais¹⁹ e domínios relacionados, conforme apresentado na Figura 13.

¹⁹ Patrimônio cultural imaterial, Educação e capacitação, Arquivos e preservação, e Equipamentos e materiais de apoio (IBGE, 2023).

Apesar desse sistema de indicadores ser baseado em uma normativa da UNESCO, ele não está vinculado à medição do nível de sustentabilidade dos municípios. Isso demonstra a necessidade de construir indicadores que abordem a dimensão cultural no desenvolvimento sustentável e que possam subsidiar a elaboração de um programa de políticas culturais que incorpore demandas do campo da diversidade, da diferença e do local monitorado (Ortega-Villa e Ley-Garcia, 2017).

Figura 13. Domínios Culturais estabelecidos no Marco Referencial para as Estatísticas Culturais



FONTE: IBGE, 2023.

No contexto internacional, a UNESCO apresenta os Indicadores de Cultura para o Desenvolvimento (IUCD). Esse sistema apresenta uma abordagem flexível que se adapta às realidades estatísticas nacionais dos países de média e baixa renda, sendo normalmente caracterizados pela escassez de dados disponíveis e pela limitada capacidade de tratamento estatísticos. Para ter essa abrangência, o modelo proposto indica indicadores alternativos caso não possam ser construídos os indicadores centrais (Alonso, 2020).

Os IUCD foram concebidos em 2009 como um projeto de pesquisa aplicada, que tinha como objetivo relacionar a importância da cultura no desenvolvimento dos países. Com base nesse estudo, 22 indicadores foram definidos, sendo eles ajustados e validados em 12 países entre os anos de 2009 e 2014. Somente após esse processo

houve a apresentação dessa matriz à comunidade internacional. Os 22 indicadores colocam a cultura como fator de progresso econômico e social, apresentando uma visão sistêmica do desenvolvimento onde a cultura atua como motor do desenvolvimento (Alonso, 2020). Os indicadores são organizados em 7 dimensões, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4. Matriz dos Indicadores de Cultura para o Desenvolvimento (IUCD)

Dimensão	Subdimensão	Descrição
Comunicação	Diversidade de conteúdos de ficção na programação televisiva pública	Proporção de tempo dedicado anualmente à difusão de programas televisivos de ficção nacionais com relação ao tempo total dedicado anualmente à difusão de ficção, nos canais de televisão públicos de acesso livre e gratuitos
	Liberdade de expressão	Índice de liberdade da imprensa escrita, radiofônica e televisiva e dos meios de comunicação baseados na internet
	Acesso e uso da internet	Porcentagem de pessoas que usam a internet
Economia	Valor agregado das atividades culturais	Contribuição das atividades culturais privadas e formais para o PIB
	Emprego cultural	Porcentagem de pessoas com ocupações culturais em relação ao total de ocupados
	Gastos dos lares em cultura	Porcentagem do gasto dos lares em bens e serviços culturais em relação ao total de gastos dos lares
Educação	Valorização da interculturalidade, a diversidade cultural e a criatividade na educação básica	Porcentagem de horas de instrução dedicadas à promoção do multilinguismo em relação ao total de horas de instrução dedicadas ao ensino de línguas (7º e 8º anos)
		Porcentagem de horas de instrução dedicadas à educação artística em relação ao total de horas de instrução (7º e 8º anos)
	Escolaridade completa, equitativa e integradora	Índice de escolaridade média da população entre 17 e 22 anos ajustado em função das desigualdades
	Capacitação profissional do setor cultural	Índice de coerência e cobertura do sistema técnico educativo e superior no âmbito da cultura
Governança	Repartição das infraestruturas culturais	Repartição das infraestruturas culturais escolhidas em relação à distribuição da população nacional nas unidades político-administrativas imediatamente inferiores em nível estatal
	Quadro normativo cultura	Índice de desenvolvimento do quadro normativo para a proteção e promoção da cultura, dos direitos culturais e da diversidade cultural
	Quadro político e institucional na cultura	Índice de desenvolvimento do quadro político e institucional para a proteção e a promoção da cultura, dos direitos culturais e da diversidade cultural

Dimensão	Subdimensão	Descrição
	Participação da sociedade civil na governança cultural	Índice de promoção da participação dos representantes dos profissionais da cultura e das minorias nos processos de formulação e execução de políticas, medidas e programas culturais que lhes dizem respeito
Gênero	Percepção da igualdade de gênero	Níveis de avaliação positiva da igualdade de gênero (abordagem subjetiva)
	Níveis de igualdade de gêneros	Índice de diferenças na situação de mulheres e homens nos campos político, educacional e trabalhista e em legislações específicas em termos de equidade de gênero (abordagem objetiva)
Participação Social	Participação em atividades culturais	Porcentagem da população que participou pelo menos uma vez em uma atividade cultural fora do domicílio nos últimos 12 meses
		Porcentagem da população que participou pelo menos uma vez em uma atividade cultural identitária nos últimos 12 meses
	Confiança	Grau de confiança em relação às pessoas com diferentes origens culturais
		Grau de confiança interpessoal
	Livre determinação	Resultado médio da livre determinação percebida
Patrimônio	Proteção do patrimônio	Índice de valorização e promoção do patrimônio cultural, natural e intangível

FONTE: UNESCO, 2016.

Em suma, os instrumentos normativos e os sistemas de indicadores técnicos analisados fornecem a estrutura indispensável para a governança e o monitoramento físico e socioeconômico das cidades contemporâneas. Contudo, a aplicação prática deste arcabouço revela uma lacuna crítica: a inviabilidade analítica de indicadores tradicionais para capturar a complexidade da vida cotidiana e os fluxos imateriais do território. Compreende-se que a eficácia de uma cidade, seja ela sustentável ou inteligente, não reside apenas no rigor de suas métricas infraestruturais, mas na sua capacidade de dialogar com a sensibilidade de seus habitantes. Diante dessa constatação de insuficiência da visão puramente tecnocrática, torna-se imperativo investigar a trajetória de retomada da cultura e das dimensões subjetivas. O próximo capítulo dedicar-se-á, portanto, a explorar como a cultura, a memória e a identidade podem atuar como pilares centrais para uma sustentabilidade urbana verdadeiramente humanística e resiliente.

4. DIMENSÃO CULTURAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este capítulo dedica-se a investigar a camada imaterial e qualitativa da vida cidadina, transpondo a visão tecnocrática para mergulhar na dimensão simbólica que confere sentido e alma ao habitat humano. A trajetória inicia-se com a análise da retomada da cultura nas discussões sobre sustentabilidade, resgatando o conceito de ecodesenvolvimento e os marcos da CGLU que posicionam a cultura como o quarto pilar do desenvolvimento. Na sequência, detalha-se o sistema de Indicadores Cultura|2030 da UNESCO, avaliando sua capacidade de monitorar a contribuição transversal do setor cultural para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O percurso teórico aprofunda-se em uma reflexão interdisciplinar sobre memória, identidade e patrimônio, compreendendo-os como processos vivos que transformam o suporte físico em lugar antropológico de pertencimento. O capítulo encerra-se com o exame da evolução do conceito de cultura nas agendas globais, desde as definições antropológicas da década de 1980 até a sua recente consagração como um bem público mundial indispensável para a resiliência e a coesão das sociedades futuras.

4.1. A retomada da cultura no desenvolvimento sustentável

O reconhecimento do papel essencial da cultura no fomento de sociedades inclusivas e sustentáveis está ganhando terreno a nível mundial (UNESCO, 2025). A dimensão cultural fazia parte do conceito de ecodesenvolvimento proposto por Ignacy Sachs, sendo ela gradualmente excluída das discussões acerca da sustentabilidade. Alonso corrobora essa exclusão salientando que havia uma notável ausência da cultura nos principais instrumentos de mensuração do desenvolvimento sustentável, mesmo diante do esforço de instituições em propor abordagens metodológicas para medir a relação entre cultura e desenvolvimento (Alonso, 2020).

Nessa sessão serão consolidados os avanços do movimento de inclusão da dimensão cultural nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável. O quadro 4 ilustra os marcos mais relevantes.

Quadro 5. Principais marcos da retomada da cultura no desenvolvimento sustentável

Ano	Entidade	Documento
1996	UNESCO	Nossa Diversidade Criadora
2004	CGLU	Agenda 21 da Cultura
2006	CGLU	Agenda 21 da Cultura: Orientações para implementação local Agenda 21 da Cultura: Indicadores Culturais
2009	UNESCO	Indicadores de Cultura para o Desenvolvimento (IUCD)
2010	CGLU	A cultura é o quarto pilar do desenvolvimento sustentável
2015	CGLU	Cultura 21: Ações
2016	UN-Habitat	Nova Agenda Urbana
2017	ICOMOS	Plano de Ação do ICOMOS sobre Patrimônio Cultural e Localização dos ODS
2019	UNESCO	Resolução 74/230
2020	UNESCO	Indicadores Cultura 2030
2025	CGLU	Cultura 21 Plus

FONTE: Elaborado pela autora.

Um dos primeiros resultados obtidos após a retomada da discussão sobre a importância na cultura no desenvolvimento sustentável foi o relatório “Nossa Diversidade Criadora”. Ele foi emitido em 1996 pela Comissão Mundial da Cultura e do Desenvolvimento e ressalta o lugar da cultura no contexto do desenvolvimento sustentável. Nele, a UNESCO apontou a importância da presença da dimensão cultural nos modelos de desenvolvimento centrado no ser humano, colocando novamente a cultura no centro das reflexões e discussões sobre o desenvolvimento sustentável. Nos anos de 1998 e 2000, a UNESCO novamente desenvolveu essa ideia nas duas edições do Relatório Mundial sobre a Cultura (Dupin, 2020). Além disso, o documento apontou a indissociabilidade entre a cultura e o desenvolvimento (Lopes, 2019).

Nesse mesmo sentido, a organização mundial Cidade e Governos Locais Unidos (CGLU)²⁰, tentou fazer com que a cultura voltasse a ser reconhecida como o 4º pilar do desenvolvimento sustentável. De acordo com essa entidade, diversos projetos de desenvolvimento foram fracassados devido à falta de reconhecimento da cultura local nas ações propostas. Foi nesse momento em que a UNESCO cunhou a

²⁰ É uma plataforma que envolve diversos representantes de cidades, organizações e redes, em escala global, que tem a intenção de promover espaços e ferramentas facilitadoras de aprendizagem, cooperação, políticas, redes e programas de desenvolvimento sustentável por intermédio da cultura (Pimenta, 2021).

expressão “efeito facilitador” da cultura, reforçando novamente a sua importância (Dupin, 2020; Lopes, 2019).

Foi nesse contexto que a Agenda 21 da Cultura foi desenvolvida. O documento foi aprovado em 2004 como sendo um orientador das políticas públicas de cultura, contribuindo para o desenvolvimento cultural da humanidade (CGLU, 2004). O conceito aplicado nessa declaração é a cultura como sendo um campo de disputas econômicas, sociais, políticas, subjetivas, simbólicas com objetivo de alavancar processos de desenvolvimento que estabeleçam dinâmicas de ordem local e regional em bases e princípios pautados na sustentabilidade (Pimenta, 2021). Sua estrutura é composta por 16 princípios, 29 compromissos e 22 recomendações, sendo 4 dirigidos aos governos locais, 6 voltados aos governos de estados e nações e 12 orientados às organizações internacionais. Adicionalmente, a CGLU elaborou outros relatórios orientativos contendo conselhos para a implementação da Agenda 21 da cultura (CGLU, 2006) e indicadores culturais a serem monitorados (CGLU, 2006).

O primeiro deles enfatiza a importância de princípios como liderança política, participação cidadã, transparência, transversalidade e cooperação em redes internacionais. Para viabilizar sua implementação, são sugeridas ferramentas como a formulação de estratégias culturais locais, a criação de conselhos de cultura, a elaboração de cartas de direitos e responsabilidades culturais baseadas nos direitos humanos, e a realização de avaliações de impacto cultural em projetos de desenvolvimento (CGLU, 2006).

Já o segundo, se apresenta como uma ferramenta de apoio à formulação, monitoramento e avaliação de políticas culturais locais e representa um esforço significativo para consolidar a cultura como um dos pilares do desenvolvimento sustentável. O texto propõe um marco de referência que busca tanto orientar políticas culturais locais quanto fomentar processos de autoavaliação. Esse marco é dividido em duas partes principais: a primeira voltada para as políticas culturais locais, abordando aspectos como infraestrutura, inclusão social, território, economia e governança; e a segunda composta por estudos de caso que ilustram projetos culturais exemplares. O documento enfatiza ainda a importância dos indicadores culturais como instrumentos estratégicos, embora reconheça desafios como a escassez de dados qualitativos, a falta de coordenação entre agências e a imprecisão quanto aos seus objetivos e usos. Nesse sentido, ao propor diretrizes conceituais e

práticas, o texto contribui para o fortalecimento das capacidades locais de planejamento e avaliação cultural, além de estimular a cooperação e a troca de experiências entre cidades e governos locais (CGLU, 2006).

De igual maneira, em 2015, foi elaborado o caderno Cultura 21: Ações (CGLU, 2015) sendo este um instrumento prático de orientação para que os municípios elaborem seus planos estratégicos de cultura, partindo de um conjunto de compromissos de escala global circunscritos ao que entendemos por desenvolvimento (Pimenta, 2021). As ações propostas pela CGLU se estruturam em 5 macro pretensões, 3 eixos guias, 21 valores e 9 compromissos, sendo que estes últimos se desdobram em 10 ou 12 ações, totalizando um conjunto de 100 possibilidade de intervenções para o local (Pimenta, 2021).

Figura 14. Estrutura do caderno Cultura 21: Ações



FONTE: Elaborado pela autora.

Entre os anos de 2023 e 2024 foram realizados webinars em diversas cidades²¹ com o intuito de criar o documento “Cultura 21 Plus”. A CGLU deu o pontapé inicial para a criação de um novo guia de promoção e implementação dos direitos culturais nas cidades e comunidades. Essa nova proposta apresenta 6 blocos, com 30 áreas chaves e 200 ações, que permitirá a realização de autoavaliação das políticas culturais dos territórios e a elaboração e estratégias culturais locais baseados nos

²¹ Bandung, Indonésia; Bogotá, Colômbia; Elefsina, Grécia; Esch-sur-Alzette, Luxemburg; Eurásia; Jinju, República da Coreia; Lisboa, Portugal; Oriente Médio e Ásia Ocidental; Cidade do México, México; Cidade do México, México; Segú, Mali; Tailândia.

direitos culturais e na sustentabilidade. A previsão é que a sua adoção seja realizada em 2025 (CGLU, 2024). Na figura que segue são apresentadas as 30 áreas chaves.

Figura 15. As 30 áreas do documento “Cultura 21 Plus”

	DIREITOS		COMUNIDADE	
	GOVERNO			PESSOAS
	1. Direitos culturais		6. Cultura, inclusão e coesão social, pobreza e desigualdades	
	2. Ecossistemas culturais e criativos		7. Cultura, saúde e bem-estar	
	3. Expressões culturais cidadãs, cultura local e bens comuns		8. Cultura e educação	
	4. Serviços públicos, infraestrutura e espaços culturais		9. Cultura, igualdade de gênero e diversidade sexual	
	5. Conhecimento e informação		10. Cultura, paz, segurança e coexistência	
	PROSPERIDADE		TERRITÓRIOS	
	PESSOAS			PLANETA
	11. Economia cultura e estratégias para o desenvolvimento sustentável		16. Planejamento cultural do território	
	12. Indústrias culturais e criativas, emprego e meios de subsistência		17. Cultura e espaços públicos	
	13. Trabalho decente e condições econômicas e sociais para artistas e trabalhadores culturais		18. Patrimônio cultural	
	14. Cultura e turismo sustentável		19. Arte pública e expressões culturais urbanas	
	15. Cultura, digitalização e tecnologia		20. Cultura, arquitetura e desenho urbano	
	NATUREZA		GOVERNANÇA	
	PLANETA			GOVERNO
	21. Cultura, paisagem, espaços e patrimônios naturais		25. Estratégias e políticas culturais	
	22. Cultura, agricultura, alimentação e gastronomia		26. Sistema de gestão pública de cultura	
	23. Cultura e transição ecológica e social		27. Cultura e participação cidadã	
	24. Cultura e mudanças climáticas		28. Mecanismos de governança e cooperação	
			29. Cooperação internacional	
			30. Comunicação	

FONTE: CGLU, 2024.

Reforçando esse movimento de retomada do debate sobre a interdependência entre cultura e processos de desenvolvimento, a Agenda 2030 traz em várias das suas 169 metas a estreita relação entre múltiplos aspectos da cultura com diversos dos seus objetivos (Alonso, 2020). Os ODS são agrupados em objetivos econômicos, sociais e ambientais conforme o tripé da sustentabilidade, tendo a cultura contribuição de forma transversal e sistemicamente para cada um desses pilares, assim como a criatividade (Hosagrahar, 2017) e é um componente essencial do desenvolvimento humano, que representa uma fonte de identidade, inovação e criatividade (CEPAL/OEI, 2021). O seu papel é trazido através do patrimônio cultural, das indústrias criativas, da cultura e produtos locais, da criatividade e inovação e da diversidade cultural, mostrando que ela serve de motor para o atingimento dos ODS (UNESCO, 2020).

Além disso, a cultura garante a eficácia das ações em outros setores e áreas políticas, principalmente onde há priorização de processos participativos e proposição

de soluções locais, garantindo assim a apropriação comunitária (UNESCO, 2018). Sendo assim, o desenvolvimento cultural é condição necessária para avançar na implementação da Agenda 2030, visto que a cultura pode ter um impacto claro na consecução dos ODS fundamentais (CEPAL/OEI, 2021). O quadro que segue traz alguns exemplos do impacto da cultura nos ODS.

Quadro 6. Impactos da cultura nos ODS

ODS		Impacto da cultura
ODS 2	Erradicação da fome	Assegurar um compartilhamento justo e equitativo dos benefícios que decorrem da utilização de recursos genéticos e saberes tradicionais a eles associados, com o objetivo de eliminar a fome e de alcançar a segurança alimentar.
ODS 4	Educação de qualidade	Através educação cultural e artística em ambientes formais e informais, assim como da educação e formação técnica e profissional no setor cultural.
		Necessidade de uma educação que promova a cultura da paz e da não-violência, a cidadania mundial, a apreciação da diversidade cultural e a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
ODS 8	Trabalho decente e crescimento econômico	Apoiando a criação de empregos e a circulação de bens e serviços culturais na economia criativa.
		Criatividade e a inovação sejam encorajadas por meio de políticas de desenvolvimento associadas a atividades produtivas, empregos decentes e o empreendedorismo.
		Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.
ODS 10	Redução das desigualdades	Promovendo a inclusão social nas comunidades - inclusive dos grupos vulneráveis – e favorecendo a diversidade.
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	Fortalecendo a resiliência e o tecido social das áreas urbanas através de uma abordagem inclusiva e centrada no ser humano.
		Necessidade de fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural mundial.
ODS12	Consumo responsável	Conceber e aplicar políticas que promovam o turismo sustentável, inclusive sobre a cultura e os produtos locais, e à necessidade de desenvolver instrumentos de controle de impacto sobre o desenvolvimento sustentável.
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	Por meio de soluções inovadoras de adaptação e mitigação baseadas na comunidade.
ODS 16	Paz e justiça	Fortalecer a recuperação e restituição dos bens roubados.
		Garantir o acesso público à informação (o que implica no reconhecimento da importância das bibliotecas) e proteger as liberdades fundamentais.

FONTE: Adaptado de CEPAL/OEI, 2021 e Dupin, 2020.

Em 2017, o *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS) emitiu o Plano de Ação sobre Patrimônio Cultural e Localização dos ODS com o objetivo de orientar os atores na definição de ações concretas para adaptar os ODS aos contextos

regionais e locais. Desta forma, a localização dos objetivos se torna acessível através da interação ativa ao nível do cidadão. Além disso, na visão definida neste relatório, o ICOMOS se comprometeu a usar a defesa e a produção de conhecimento para apoiar o “reconhecimento, integração e localização do património cultural como um impulsionador e catalisador do desenvolvimento sustentável no processo de implementação das Nações Unidas Agenda 2030 e os ODS” (Labadi *et al.*, 2023).

Durante a realização da 74^a sessão da Assembleia Geral da ONU, a cultura novamente ganhou destaque. O documento “Globalização e interdependência: cultura e desenvolvimento sustentável” salientou a importante contribuição da cultura para as três dimensões do desenvolvimento sustentável e para a concretização dos ODS. A resolução A/RES/74/230 reconheceu que a cultura contribui para um desenvolvimento econômico inclusivo, é fonte de emprego, promove a geração de renda e trabalho decente para toda a comunidade; contribui para um desenvolvimento social inclusivo, por exemplo, incluindo comunidades locais, comunidades indígenas e contribui para a sustentabilidade ambiental, protegendo a diversidade biocultural e o patrimônio natural (ONU, 2019).

Novamente a UNESCO efetuou um grande movimento em direção à atualização da relação entre cultura e desenvolvimento sustentável mediante um processo de revisão dos IUCD. Essa atualização foi baseada nas metas propostas na Agenda 2030 e, em 2017, deu origem aos Indicadores Temáticos da UNESCO para a Cultura (Indicadores Cultura|2030). Esse sistema é dividido em quatro dimensões – Prosperidade e Meios de Subsistência, Inclusão e Participação, Meio Ambiente e Resiliência, Conhecimento e Habilidades – que se correlacionam diretamente com os 5P's da Agenda 2030 – Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceira.

Os Indicadores Cultura|2030 são um marco cujo propósito é avaliar e supervisionar a contribuição da cultura no cumprimento dos 17 ODS. Além disso, avalia o papel da cultura como atividade e sua contribuição transversal aos ODS e ações políticas. Este tema será abordado de forma mais detalhada e profunda na sessão 4.2.

A inclusão da cultura nas metas da Agenda 2030 e Nova Agenda Urbana, por meio de uma abordagem holística e inclusiva, proporciona uma grande oportunidade para interligar áreas regulatórias em busca da gestão de mudança nas cidades em busca de um desenvolvimento urbano sustentável. As cidades serão protagonistas da sociedade global, devendo ser estruturadas como espaços onde diversas pessoas se

encontram e interagem, utilizando a cultura como motor de desenvolvimento (UNESCO, 2016).

Este capítulo explanou sobre a retomada da cultura na pauta de discussão sobre o desenvolvimento sustentável. Com base nisso, pudemos observar que há um movimento para elaboração de iniciativas que contribuam para a cooperação e geração de redes culturais, objetivando o compartilhamento e geração de informações acerca da relação entre cultura e Agenda 2030. Para podermos aprofundar ainda mais o debate sobre essa interdependência, o próximo capítulo versará sobre conceitos de indicadores e sua aplicação.

4.2. Indicadores Cultural|2030: dimensões, objetivos e metodologias

Após a implementação da Agenda 2030 da ONU, a UNESCO revisou os IUCD para adaptá-los à nova realidade. Durante essa revisão, foram propostos 22 novos indicadores agrupados em 4 dimensões temáticas. As três primeiras são diretamente relacionadas aos pilares da sustentabilidade: econômico (Prosperidade e Meios de Subsistência), social (Inclusão e Participação) e ambiental (Meio Ambiente e Resiliência). Já a quarta dimensão diz respeito à educação, ao conhecimento e às habilidades nas áreas culturais (Conhecimento e Habilidades). Cada dimensão é composta por um grupo de indicadores, a descrição dos seus objetivos, as fontes de dados a serem utilizadas e a metodologia de cálculo a ser empregada (UNESCO, 2020). Além disso, a proposta indica quais são os ODS que estão relacionados a cada dimensão analisada, conforme é possível verificar na Figura 16.

Figura 16. Relação entre os Indicadores Cultural|2030 e os ODS

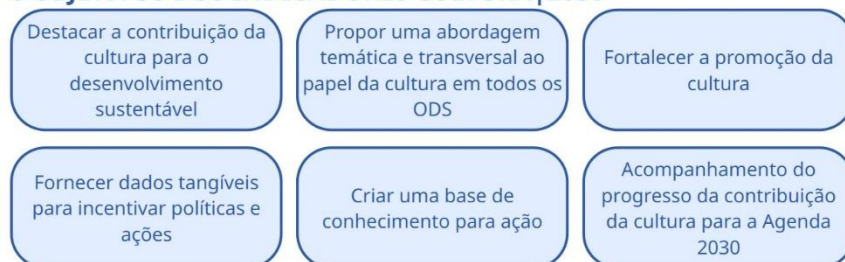
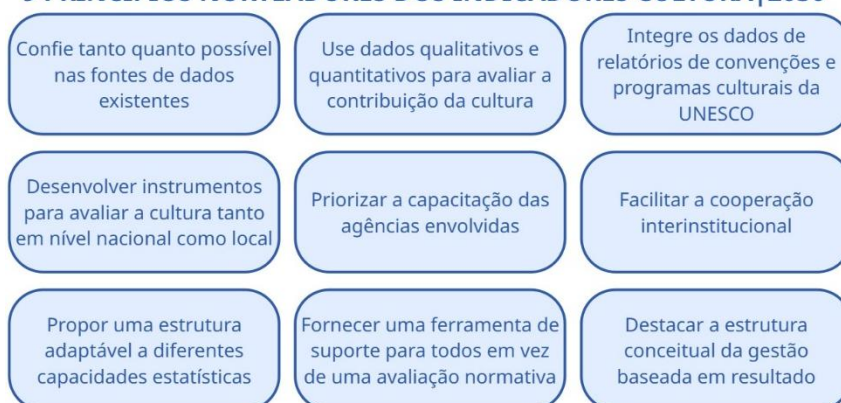


FONTE: UNESCO, 2020.

A proposta da UNESCO foi construir um quadro conceitual transversal baseado em quatro dimensões do desenvolvimento sustentável e 22 indicadores. Além disso, essa proposta aprofunda os vínculos da cultura com o desenvolvimento sustentável, oferecendo aos governos e à sociedade civil um guia de ação (Júnior e Cunha, 2021). Os Indicadores Cultural|2030 são um marco cujo propósito é avaliar e supervisionar a contribuição da cultura no cumprimento dos 17 ODS. Além disso, avalia o papel da cultura como atividade e sua contribuição transversal aos ODS e ações políticas. Os objetivos específicos e princípios norteadores desse sistema são apresentados na Figura 17.

A inclusão da cultura nas metas da Agenda 2030, por meio de uma abordagem holística e inclusiva, proporciona uma grande oportunidade para interligar áreas regulatórias em busca da gestão de mudança nas cidades em busca de um desenvolvimento urbano sustentável. As cidades serão protagonistas da sociedade global, devendo ser estruturadas como espaços onde diversas pessoas se encontram e interagem, utilizando a cultura como motor de desenvolvimento (UNESCO, 2016).

Figura 17. Objetivos e Princípios Norteadores dos Indicadores Cultura|2030

6 OBJETIVOS DOS INDICADORES CULTURA | 2030**9 PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS INDICADORES CULTURA | 2030**

FONTE: Elaborado pela autora (baseado em UNESCO, 2020).

Outro fator relevante e destacado nos indicadores refere-se ao espaço de atuação, pois há diferentes tipos de espacialidades onde as ações podem ser procedidas, quer a nível internacional, nacional, mas também local. As cidades têm ocupado destaque nesse sentido, pois tornam-se perceptíveis as participações dos municípios no que tange à cultura e suas ações voltadas aos interesses dos ODS. E nesse sentido, é possível observar que as ações e os respectivos dados sobre a cultura, quando relacionados com os 17 ODS, vêm sendo relegados no contexto do controle das políticas culturais. Isso porque nota-se a ausência de índices e informações que possam auxiliar na estimativa dos Indicadores Cultura|2030 em todos os níveis avaliados (Luderer, 2021). A seguir serão mostrados os quadros com a consolidação das seguintes informações dos indicadores de cada dimensão: Descrição, objetivo, fontes de dados e método de cálculo.

Quadro 7. Dados para cálculo do indicador da dimensão Meio Ambiente e Resiliência

DIMENSÃO	ID	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	OBJETIVO DO INDICADOR	FONTE DE DADO	MÉTODO DE CÁLCULO
Meio Ambiente e Resiliência	1	Gastos em patrimônio	Indicador mundial do ODS 11.4	Este indicador ilustra como a ação financeira das autoridades públicas em níveis local, nacional e internacional - sozinho ou em colaboração com organizações da sociedade civil (OSC) e do setor privado – com o objetivo de proteger e a salvaguarda do patrimônio cultural e natural tem um impacto direto na proteção do patrimônio e maior sustentabilidade das cidades e povoações humanas. Este indicador permite que a meta seja avaliada por extrapolação.	Dados da UNESCO Institutos locais Dados administrativos	Gastos com preservação, proteção e conservação = (Soma dos gastos públicos para preservação, proteção e conservação do patrimônio cultural e/ou natural + Soma dos gastos privados para preservação, proteção e conservação do patrimônio cultural e/ou natural)/População
	2	Gestão sustentável do patrimônio	Lista de verificação para a estrutura de gestão sustentável para a salvaguarda e gestão do patrimônio cultural e natural, práticas, conhecimento e objetos históricos.	Este indicador fornece uma visão geral das vantagens e desvantagens da ação pública destinada a proteger e promover a gestão sustentável do patrimônio por meio da análise de três componentes: • registros e inventários nacionais e internacionais; • ação que vise proteger, salvaguardar e gerir o patrimônio, envolvendo todos os intervenientes e promovendo a sustentabilidade; • o grau de apoio mobilizado para salvaguardar e revitalizar o patrimônio.	Dados da UNESCO Institutos locais Dados administrativos	Resposta à lista de verificação.
	3	Adaptação às mudanças climáticas e resiliência	Lista de verificação aplicável à estrutura de adaptação às mudanças climáticas, incluindo, em particular, práticas tradicionais de resiliência.	Este indicador tem como objetivo avaliar as medidas tomadas para promover a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas, bem como aumentar a resiliência por meio da proteção e gestão sustentáveis do patrimônio cultural tangível e imaterial e do patrimônio natural.	Dados da UNESCO Institutos locais Dados administrativos	Resposta à lista de verificação.
	4	Equipamentos culturais	Mapeamento espacial da distribuição de equipamentos culturais.	Este indicador visa avaliar a diversidade de equipamentos culturais e sua distribuição com enfoque territorial. Permite a identificação de zonas culturais em relação à população, transporte, administração e centros econômicos. Este indicador complementa o indicador 20 "Acesso à cultura", uma vez que visa avaliar a forma como as instalações culturais estão integradas na paisagem urbana e avaliar se criam um ambiente propício à participação da comunidade em eventos e práticas culturais, bem como para a emancipação dos profissionais e empresas culturais. Também permite uma avaliação espacial das áreas mais bem abastecidas ou mais necessitadas de equipamentos culturais.	Dados da UNESCO Institutos locais Dados administrativos GIS	Análise espacial levando em consideração os seguintes fatores: Diversidade, capacidade, âmbito, análise da rede. Criação de quadro com mapeamento de equipamentos culturais.
	5	Espaço aberto à cultura	Número e tamanho de espaços abertos usados para fins culturais por tipo de uso.	Este indicador visa avaliar a extensão dos espaços públicos abertos, a natureza desses espaços e seu grau de uso público (incluindo mercados tradicionais).	Dados da UNESCO Institutos locais Dados administrativos GIS	Vários parâmetros podem ser usados aqui: • A área (m², ha) de "espaço cultural aberto" como uma porcentagem de todo o espaço público aberto. • Número de "espaços culturais abertos" como uma porcentagem de todos os espaços abertos. • Distribuição percentual de eventos culturais em espaços livres por área do MEC (Marco de Estadísticas Culturales de la UNESCO) Avaliar também acessibilidade e a definição de espaço aberto.

FONTE: Elaborado pela autora.

Quadro 8. Dados para cálculo do indicador da dimensão Prosperidade e Meios de Subsistência

DIMENSÃO	ID	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	OBJETIVO DO INDICADOR	FONTE DE DADO	MÉTODO DE CÁLCULO
Prosperidade e Meios de Subsistência	6	Cultura no PIB	Porcentagem do produto interno bruto atribuível à produção cultural privada e formal.	Este indicador visa avaliar a contribuição global do setor cultural para a economia de um determinado território. Uma das limitações deste indicador é que ele não pode levar em conta todas as atividades culturais, particularmente as informais e não remuneradas. Está em conformidade com a classificação internacional do Marco de Estatísticas Culturais.	Censo Pesquisas do setor cultural Fontes de setor privado	PIB Cultural = soma PIB + Subsídios - Impostos sobre vendas (Não considera a economia informal)
	7	Emprego cultural	Número de pessoas empregadas nos setores culturais e criativos e em ocupações culturais como porcentagem do volume total de empregos no último ano.	Este indicador visa avaliar o papel da cultura como "empregadora" nos níveis nacional e local, bem como a vitalidade e o dinamismo do setor cultural e sua capacidade de melhorar o bem-estar material das pessoas que trabalham no setor.	Censo Pesquisas do setor cultural Fontes de setor privado	Porcentagem de pessoas que se dedicam a ocupações culturais = total de pessoas empregadas em ocupações culturais / população ativa (Não considera a economia informal)
	8	Empresas culturais	Porcentagem de empresas culturais em relação ao total de empresas.	Este indicador visa avaliar as condições favoráveis existentes para as empresas culturais (especialmente as pequenas e microempresas) com base na evolução do número de empresas culturais, em particular, quando não estão disponíveis dados para o indicador 6 "Cultura no PIB".	Registros comerciais	Porcentagem de empresas culturais = quantidade de empresas culturais / quantidade total de empresas (Não considera o porte das empresas)
	9	Despesas culturais	Porcentagem do total de despesas familiares dedicada a atividades, bens e serviços culturais.	Este indicador tem como objetivo avaliar o valor que as famílias de um determinado território atribuem aos bens e serviços culturais por meio de suas transações comerciais, bem como obter informações sobre o tamanho e o potencial das atividades, bens e serviços culturais no mercado local.	Censo Pesquisas do setor cultural Pesquisas sobre gastos familiares	Porcentagem de despesas culturais por família = Despesa total das famílias em atividades culturais / Gasto total das famílias (Não abrange a totalidade do consumo cultural das famílias nem a contribuição da cultura para a produção nacional em termos de despesa)
	10	Comércio de bens e serviços culturais	Porcentagem de exportações de bens e serviços culturais em comparação com o total de exportações.	Este indicador visa avaliar o grau de exportação de produtos conhecidos como expressões culturais e reflete a demanda econômica, o perfil internacional dos produtos e serviços culturais do país/cidade e o ambiente regulatório que o permite.	Dados de importação e exportação	Porcentagem de exportações de bens culturais = valor das exportações de bens culturais (físicas) / valor total das exportações de bens físicos Porcentagem de exportações de serviços culturais = valor das exportações de serviços culturais / valor total das exportações de serviços (Este é um dos dados mais fáceis de obter graças às declarações nacionais de bens físicos incluídas no banco de dados Comtrade da ONU ahahahah)
	11	Financiamento público da cultura	Proporção da despesa pública destinada a atividades culturais e criativas, e orçamento público anual e despesa para os setores culturais e criativos.	Este indicador visa monitorar o montante de gastos públicos reais destinados a atividades culturais e criativas. Quando os números de despesas não estiverem disponíveis, os números do orçamento podem ser enviados.	Dados administrativos Sistema de indicadores da cultura	No que diz respeito à despesa pública em cultura, seria necessária a seguinte discriminação: • Despesa pública por unidade administrativa • Tipo de despesa pública (investimento de capital, despesas operacionais) • Despesa pública por habitante • Por sector de intervenção • Despesa pública por fonte Quanto ao orçamento público para a cultura, seria necessária a seguinte discriminação: • Orçamento público por unidade administrativa • Tipo de despesa pública (investimento de capital, despesas operacionais) • Orçamento público por habitante • Por sector de intervenção • Por fonte de financiamento (doação, subsídio do governo central, impostos locais)
	12	Governança da cultura	Lista de verificação sobre estrutura de governança para apoiar cultura e criatividade.	Este indicador fornece uma visão geral das políticas governamentais e das estruturas regulatórias em vigor para apoiar uma variedade de atividades no setor cultural, a fim de garantir e incentivar sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social, bem como para os processos de tomada de decisão. nas esferas culturais . Este indicador visa avaliar a regulamentação do setor cultural e promover condições de trabalho e negócios mais favoráveis para melhorar os meios de subsistência.	Dados administrativos Sistema de indicadores da cultura	Resposta à lista de verificação.

FONTE: Elaborado pela autora.

Quadro 9. Dados para cálculo do indicador da dimensão Conhecimento e Habilidades

DIMENSÃO	ID	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	OBJETIVO DO INDICADOR	FONTE DE DADO	MÉTODO DE CÁLCULO
Conhecimento e Habilidades	13	Educação para o desenvolvimento sustentável	Indicador mundial do ODS 4.7.1	O indicador visa avaliar até que ponto a educação para a cidadania global e a educação para o desenvolvimento sustentável, com especial atenção à diversidade cultural, estão geralmente integradas em: a) políticas educativas nacionais b) programas de educação, estudo c) formação de professores d) avaliação de alunos.	Dados administrativos Sistema de indicadores da cultura	Não indica a forma de cálculo
	14	Conhecimento cultural	Lista de verificação com foco em educação cultural e capacitação.	Este indicador visa avaliar como o conhecimento cultural aprimora as práticas de desenvolvimento sustentável.	UNESCO	Resposta à lista de verificação.
	15	Educação multilíngue	Porcentagem de horas de ensino dedicadas ao multilinguismo em comparação com o total de horas de ensino dedicadas às línguas no ensino primário e no primeiro ciclo do ensino secundário.	Este indicador é usado para fornecer uma estimativa aproximada da promoção do multilinguismo no ensino primário e secundário, o que permite avaliar a importância que o sistema educativo atribui à promoção do diálogo intercultural, bem como à proteção e compreensão da diversidade cultural.	UNESCO Ministério da educação	Indicador = $ILR + II + (1 - 1/B) \times ION$, onde: ION é a percentagem anual de horas de ensino dedicadas às línguas oficiais ou nacionais durante um determinado nível de escolaridade, em comparação com o número total de horas dedicadas ao ensino da língua; ILR é a percentagem anual de horas de ensino dedicadas às línguas locais ou regionais em um determinado nível de escolaridade, em comparação com o número total de horas dedicadas ao ensino de línguas; II é a percentagem anual de horas letivas dedicadas às línguas internacionais no mesmo nível de ensino, em comparação com o total de horas dedicadas ao ensino de línguas; B é o número de línguas oficiais ou nacionais ensinadas.
	16	Educação cultural e artística	Porcentagem de horas de ensino dedicadas à educação cultural nos dois primeiros anos do ensino médio em comparação ao número total de horas de ensino.	Este indicador visa avaliar o grau de inclusão dos estudos culturais nos currículos do ensino secundário, a fim de determinar em que medida a criatividade e os talentos criativos são encorajados no sistema educativo e o reconhecimento do seu potencial é promovido. As expressões culturais e o "desejo de "cultura" entre os jovens.	UNESCO Ministério da educação	Ver quadro com dados consolidados. Porcentagem de horas dedicadas à educação cultural = horas dedicadas à educação cultural / horas de ensino total
	17	Formação cultura	Porcentagem de alunos matriculados no ensino pós-secundário e superior na área de cultura durante o ano de referência em comparação com o número total de alunos matriculados nesses níveis de ensino. Porcentagem de alunos que se formaram no ensino pós-secundário e superior na área de cultura durante o ano de referência em comparação com o número total de alunos que se formaram nesses níveis de ensino.	Este indicador visa avaliar o grau de participação em cultura e estudos criativos no ensino pós-secundário.	UNESCO Ministério da educação	Porcentagem de estudantes do ensino superior matriculados em programas de estudo relacionados à cultura e à indústria criativa. Porcentagem de estudantes do ensino pós-secundário que concluem programas de estudo relacionados com a cultura e a indústria criativa Porcentagem de estudantes do ensino superior matriculados em programas de estudo relacionados à cultura e à indústria criativa.

FONTE: Elaborado pela autora.

Quadro 10. Dados para cálculo do indicador da dimensão Inclusão e Participação

DIMENSÃO	ID	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	OBJETIVO DO INDICADOR	FONTE DE DADO	MÉTODO DE CÁLCULO
Inclusão e Participação	18	Cultura e coesão cultural	Este indicador de coesão social reúne três indicadores principais: • Tolerância intercultural: porcentagem de pessoas que não se opõem a ter um vizinho de outra cultura. • Confiança interpessoal: porcentagem de pessoas que dizem que podem confiar nos outros. • Percepção da igualdade de gênero: grau de avaliação positiva da igualdade de gênero (abordagem subjetiva).	Este indicador visa avaliar o grau de compreensão intercultural e aceitação individual de pessoas de outras culturas, bem como as diferenças entre mulheres e homens em termos de oportunidades e direitos de participação na vida cultural, social, econômica e política de seu país	Dados administrativos Sistema de indicadores da cultura	• Tolerância intercultural; • Confiança interpessoal; • Percepção da igualdade de gênero;
	19	Liberdade artística	Lista de verificação sobre o grau de apoio à liberdade artística para avaliar o status do artista.	Este indicador visa avaliar o grau de desenvolvimento de um ambiente sustentável para artistas e criadores.	Dados administrativos Sistema de indicadores da cultura	Resposta à lista de verificação.
	20	Acesso à cultura	Disponibilidade de infraestrutura cultural em relação à distribuição populacional.	Este indicador visa avaliar o grau de acesso que diferentes pessoas têm aos equipamentos culturais. Este indicador complementa o indicador 4 "Equipamentos culturais", pois visa avaliar o número de equipamentos culturais em uma cidade ou país em relação ao número de habitantes. Quando os dados estão disponíveis, eles podem ser divididos por tipo de infraestrutura cultural.	Dados administrativos Sistema de indicadores da cultura	Para cada distrito administrativo ou província, indique o número de instalações de cada tipo (por exemplo, um museu) e o número total de habitantes. Calcule o desvio padrão de cada instalação no país/cidade como um indicador da distribuição mais ou menos equitativa das instalações no território.
	21	Participação cultural	Os três subindicadores avaliam os seguintes aspectos: 1. Visitas a locais culturais: evolução do número de visitas a locais culturais ou espetáculos selecionados. 2. Público cultural: porcentagem da população que participou pelo menos uma vez de uma atividade cultural fora de casa nos últimos 12 meses. 3. Atividades culturais individuais: percentagem de agregados familiares que declararam ter realizado atividades culturais em casa nos últimos 12 meses, incluindo a utilização da Internet para fins culturais (método Eurostat).	Este indicador tem três objetivos principais: • Avaliar o número total de visitas a locais ou instalações culturais. Os dados de tendências indicarão se o interesse/visitas a determinados tipos de instalações estão aumentando ou diminuindo. • Avaliar a proporção da população que comparece a um evento ou visita um equipamento cultural. Os dados de tendências ajudarão a determinar se a proporção da população que frequenta eventos culturais fora de casa está aumentando ou diminuindo. • Avaliar até que ponto as pessoas se envolvem em atividades culturais em casa (excluindo práticas cotidianas envolvendo culinária ou vestuário) e avaliar o papel das atividades culturais online.	Dados administrativos Sistema de indicadores da cultura Provedores de internet	1. Visitas a locais culturais: Tendência no número anual de ingressos vendidos ou visitas a estabelecimentos culturais formais: cinema, teatro, salas de concerto e outros eventos culturais realizados em grandes espaços públicos. Esses dados são frequentemente relatados como um número por 1.000 habitantes, mas esse não é um denominador apropriado, pois muitas pessoas são contadas duas vezes ou mais. 2. Público cultural: Porcentagem de pessoas que relatam ter participado de uma das seguintes atividades nos últimos 12 meses: • exibição de filmes, festival de cinema; • apresentação de peça ou dança; • apresentação musical ao vivo; • visita a parques históricos/culturais ou locais protegidos; • visita a museus, galerias de arte ou exposições de artesanato; • poderia ser entendido a outras atividades quando os dados correspondentes existissem. 3. Atividades culturais individuais: Cálculo da porcentagem de pessoas que declaram ter realizado alguma das seguintes atividades nos últimos 12 meses: • música, dança, etc. (atuação/aprendizagem); • prática de artes visuais e atividades artesanais (pintura, escultura, cerâmica, etc.). 4. USO DA INTERNET PARA FINS CULTURAIS Cálculo da porcentagem de pessoas que declaram ter realizado alguma das seguintes atividades nos últimos 12 meses: • ler notícias online; • baixar/usar jogos, imagens, filmes ou músicas online; • ouvir rádio online; • consulta de enciclopédias e bases de dados online; • criação de sites ou blogs.
	22	Processo participativo	Lista de verificação sobre a participação de todas as partes interessadas, incluindo as comunidades locais, nos processos de desenvolvimento e implementação de políticas, programas e iniciativas culturais que lhes dizem respeito.	Este indicador visa avaliar as oportunidades oferecidas à sociedade civil, aos profissionais do setor cultural e às minorias em particular para participarem na formulação e implementação de atividades culturais, bem como nas políticas, medidas e programas em que estão interessados, tanto a nível nacional como regional, municipal, e níveis locais. Este indicador complementa o indicador 12, "Governança da cultura", pois visa avaliar a participação dos cidadãos, comunidades e populações locais nos processos de desenvolvimento e implementação de políticas e projetos relacionados à cultura.	Dados administrativos Sistema de indicadores da cultura	Resposta à lista de verificação.

FONTE: Elaborado pela autora.

Quando analisamos o detalhamento dos dados requeridos para a determinação dos Indicadores Cultura|2030 notamos a dificuldade em coletar todas as informações exigidas, visto que as bases hoje disponíveis ou não disponibilizam os dados requeridos ou não os fornecem para todos os municípios. Além do mais, a UNESCO não especifica a forma de relação entre elementos de cada dimensão para cálculo de um índice consolidado.

Embora apresentem algumas lacunas, os Indicadores Cultura|2030 constituem um avanço significativo na integração da dimensão cultural ao escopo do desenvolvimento sustentável, conforme delineado pela Agenda 2030 da ONU. A partir dessa abordagem, a centralidade da experiência humana é reconhecida como elemento essencial nas discussões sobre desenvolvimento.

Essa centralidade humana, evidenciada pelos Indicadores Cultura|2030, revela que o desenvolvimento sustentável não pode ser plenamente mensurado apenas por cifras econômicas ou métricas de infraestrutura, mas requer a compreensão dos fluxos subjetivos que mantêm o tecido social vivo. Ao reconhecer a cultura como motor de sociedades inclusivas, as métricas da UNESCO tocam em camadas profundas da vida urbana que os indicadores tradicionais costumam ignorar. Para que essas ferramentas de medição cumpram seu papel de transformação nas cidades, é imperativo que elas dialoguem com os pilares que sustentam a vida comunitária: a memória e a identidade. Assim, para além da estrutura técnica de indicadores, o debate sobre a sustentabilidade deve ser reconectado à trajetória histórica da cultura e à sua capacidade de salvaguardar as heranças imateriais, conforme se discutirá a seguir ao analisar o papel essencial da cultura no fomento de sociedades resilientes.

4.3. Memória, identidade, patrimônio e cultura: definições e inter-relações

Após a análise da trajetória normativa do desenvolvimento sustentável, da operacionalização das metas globais no cenário brasileiro e do rigor metodológico proposto pelos Indicadores Cultura|2030, torna-se essencial transpor a dimensão instrumental das políticas públicas para investigar o substrato simbólico que as sustenta. Esta seção dedica-se, portanto, a articular os conceitos de cultura, memória, identidade e patrimônio, compreendendo-os como dimensões indissociáveis e

fundamentais da sustentabilidade urbana. Se as seções anteriores estabeleceram as bases regulatórias e as métricas do desenvolvimento, a presente seção mergulha na cultura como o campo transversal onde a memória e a identidade se processam, conferindo significado e valor ao patrimônio, seja ele material ou imaterial. A efetividade da Nova Agenda Urbana e a legitimidade das metas globais dependem, fundamentalmente, da capacidade de reconhecer que a gestão do território é também uma gestão de sentidos e de pertencimento. Assim, a interconexão entre esses quatro pilares é explorada aqui como um fenômeno dinâmico, essencial para transformar o espaço físico em lugar antropológico e a preservação em um exercício de continuidade e dignidade do coletivo.

A memória é um conceito central nas ciências humanas, especialmente na história e na antropologia, remetendo a um conjunto de funções psíquicas que permitem ao ser humano atualizar e representar informações ou impressões passadas (Le Goff, 1990). Ela não se restringe a um fenômeno estritamente individual e íntimo, mas é, sobretudo, um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e sujeito a flutuações, transformações e mudanças constantes (Pollak, 1992). Diferente da história, que busca a reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais, a memória é a própria vida, carregada por grupos vivos e em permanente evolução, moldada pela dialética da lembrança e do esquecimento. Ela é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente (Assumpção e Castral, 2022).

Nesse contexto, as contribuições de Maurice Halbwachs tornam-se fundamentais ao postular que a memória deve ser entendida como uma construção coletiva e social, sujeita a constantes mudanças e transformações. A ideia de coletividade é primordial: não se pode pensar em nada sem sua relação com outras pessoas e questões. As lembranças são reconstruídas dentro dos quadros sociais da vida real, que servem como referenciais (Halbwachs, 1990). Tais quadros, definidos por Halbwachs (1990; 2023), constituem-se como as estruturas fundamentais (linguagem, espaço e tempo) que permitem aos indivíduos localizar e reconhecer suas lembranças. Para o autor, a memória não é um depósito estático de imagens, mas uma construção social em que o indivíduo só consegue recordar-se ao adotar o ponto de vista de um ou vários grupos sociais, utilizando os pontos de referência comuns fornecidos pela coletividade. Esses quadros conferem estabilidade e generalidade às imagens individuais, e sua dissolução ou transformação no presente acarreta

inevitavelmente o desaparecimento ou a reformulação das lembranças a eles ligadas.

É importante ressaltar, entretanto, que a memória não é uma volta exata ao passado, mas uma reconstrução deste com base em dados emprestados do presente, preparada por outras reconstruções anteriores, onde a imagem original já pode estar alterada (Halbwachs, 1990). A sua natureza é ativa e construtiva, envolvendo a organização e a releitura de vestígios mnésicos. Distintamente de uma visão mecanicista, ela é um sistema dinâmico de auto-organização (Le Goff, 1990). A memória é seletiva, nem tudo é retido. Embora flutuante e mutável, ela possui marcos ou pontos relativamente invariantes e imutáveis, que se solidificam e impedem a modificação de certos elementos ao longo do tempo (Pollak, 1992). Além disso, a memória desempenha uma função social crucial, sendo um ato fundamentalmente de comunicação e intimamente ligada à linguagem. Sua exteriorização é fundamental, passando de formas orais a escritas e, mais recentemente, eletrônicas. A amnésia, por sua vez, pode ser compreendida não apenas como uma perturbação individual, mas como a perda voluntária ou involuntária da memória coletiva, que pode levar a graves perturbações da identidade coletiva (Le Goff, 1990).

Dessa indissociabilidade entre o sujeito e o grupo, Halbwachs distingue dois tipos de memórias que constituem a vida do indivíduo: as memórias individuais e as memórias coletivas. Contudo, essa divisão não é rígida, pois uma está ligada à outra. A memória individual, embora íntima e própria da pessoa, é sempre moldada pelas interações sociais e pela memória coletiva (Halbwachs, 1990; Le Goff, 1990; Pollak, 1992; Candau, 2012). Eventos vividos pelo grupo ou pela coletividade, mesmo que a pessoa não tenha participado diretamente, podem ser incorporados como "memória vivida por tabela", através da socialização política ou histórica (Pollak, 1992). A memória coletiva, por sua vez, é um patrimônio compartilhado por um grupo, envolvendo um processo de reapropriação e negociação do passado (Halbwachs, 1990; Candau, 2012). Ela se manifesta em formas culturais diversas, como comemorações e rituais. No entanto, a memória coletiva não é monolítica; existem disputas e litígios sobre quais datas e acontecimentos serão gravados na memória de um povo ou grupo (Agier, 2011).

Essa complexa teia de lembranças e representações constitui a base para a identidade, a qual está indissociavelmente ligada à memória, sendo um fenômeno construído social e individualmente (Candau, 2012; Pollak, 1992). Michael Pollak

descreve a construção da identidade como a imagem que uma pessoa adquire sobre si mesma e projeta para os outros, influenciada por critérios de aceitabilidade e credibilidade social. Esta autoimagem é dinâmica, sujeita a negociação e transformação em função das interações sociais (Pollak, 1992). Não há busca identitária sem memória, e a cultura, como condição para a construção da história e da memória, é intrinsecamente formadora da identidade de um povo (Assumpção e Castral, 2022). A construção da identidade social, portanto, depende da memória para garantir três elementos vitais: a unidade física (fronteiras de pertencimento), a continuidade no tempo e o sentimento de coerência. Michael Pollak ressalta que essa identidade não é uma essência, mas um valor permanentemente negociado em referência ao "Outro" (Pollak, 1992).

Nesta perspectiva, a memória é intrinsecamente seletiva e organizada em função das preocupações do presente, não sendo apenas um relato factual do passado, mas um instrumento de reconstrução da própria identidade. Pollak enfatiza que a construção identitária depende fundamentalmente da interação com o "Outro", sendo moldada por critérios sociais de aceitabilidade. Assim, a memória e a identidade não são essências imutáveis, mas valores negociados em contextos de conflitos sociais, onde diferentes narrativas disputam reconhecimento e legitimidade (Pollak, 1989; Pollak, 1992). Um conceito central que emerge dessa disputa é o trabalho de enquadramento da memória, uma operação deliberada realizada por atores sociais e instituições, como historiadores orgânicos, partidos políticos e igrejas, visando solidificar e disciplinar a memória coletiva (Pollak, 1989; Pollak, 1992). Sua função primordial é garantir a coesão social, fornecendo aos membros de uma coletividade um sentimento indispensável de unidade, continuidade e coerência (Pollak, 1989).

Todavia, esse enquadramento institucional exerce um controle seletivo sobre a memória, exaltando personagens que assegurem a autoridade da narrativa oficial. Jacques Le Goff reforça esse aspecto político ao postular que o documento é, em essência, um monumento, um produto das relações de força que visam impor ao futuro uma determinada imagem da história (Le Goff, 1990). Esse processo de "enquadrar" a memória enfrenta limites e disputas constantes com memórias subterrâneas de grupos marginalizados, que preservam lembranças clandestinas ou proibidas no silêncio de redes informais, aguardando conjunturas favoráveis para emergirem como resistência (Pollak, 1989; Pollak, 1992). Por outro lado, quando a

"função de ponte" da memória é rompida por eventos catastróficos, deparamo-nos com o trauma, uma inscrição corporal que resiste à narração, permanecendo como um resíduo indissolúvel na psique e no território (Assmann, 2011).

A materialização dessa memória e sua busca por salvaguarda ligam-se intimamente ao conceito de patrimônio, uma das palavras-chave da consciência contemporânea. Ele representa um esforço para salvaguardar elementos do passado (Candau, 2012; Le Goff, 1990). A memória coletiva desempenha um papel ativo na valorização do patrimônio cultural local, sendo a preservação de locais físicos e bens fundamentais para fortalecer a identidade das cidades (Assumpção e Castral, 2022). Contudo, a preservação não é um ato passivo, mas um trabalho transformador e seletivo de reconstrução do passado, realizado no presente com base em valores atuais (Le Goff, 1990). A intersecção entre a obra de Françoise Choay e os conceitos de Halbwachs e Pollak revela que a emergência do monumento histórico não é um dado natural, mas uma invenção que transforma objetos do passado em instrumentos de saber, funcionando como um espelho narcísico onde a sociedade moderna busca uma imagem de si diante da crise da arquitetura e da cidade (Choay, 2014).

Essa necessidade de ancoragem ganha contornos dramáticos diante da "aceleração da história" descrita por Pierre Nora, que aponta o desaparecimento dos ambientes vivos de memória em favor dos lugares de memória. Para Nora, falamos tanto em memória porque ela, em sua forma orgânica, já não existe mais, restando-nos apenas bastiões onde a lembrança se cristaliza (Nora, 1993). Tais lugares de memória surgem para interromper o fluxo do tempo e bloquear o esquecimento, agindo como refúgios para a memória coletiva (Nora, 1993). Eles possuem uma natureza híbrida: material, funcional e simbólica, e só se tornam necessários porque a lembrança, antes transmitida de forma espontânea no cotidiano, desapareceu com a modernização. Assim, monumentos, arquivos e museus operam como uma "memória-prótese" que compensa a perda da memória intocada, tornando legíveis as marcas de uma identidade que, sem esses pontos, se tornaria anônima (Nora, 1993; Pollak, 1989).

Ao encontro dessa busca pelo passado, Joel Candau introduz o termo "mnemotropismo", uma obsessão memorial que surge como resposta à "crise do presentismo" e à fragilidade das identidades modernas (Candau, 2012). Enquanto Choay alerta para o risco de petrificação do passado no patrimônio, Michel Agier

desloca o olhar para a cidade viva e situacional, propondo a noção de "cidade bis", produzida a partir das práticas e representações dos cidadãos (Agier, 2011). No ambiente das cidades, a memória coletiva atua como a "alma da urbe", sendo o substrato que permite a criação de vínculos afetivos e o sentimento de pertencimento (Assmann, 2011). Este pertencimento, por sua vez, é a crença subjetiva em uma origem comum que une indivíduos em uma coletividade, permitindo ao sujeito criar uma identidade e lutar pela sobrevivência de sua cultura e construção de sua memória coletiva (Amaral, 2006 *apud* Assumpção e Castral, 2022).

De forma transversal a esses processos, a cultura fornece o quadro dentro do qual as memórias são elaboradas e as identidades são negociadas. De acordo com a UNESCO (2025), a cultura é a “base de nossa existência humana compartilhada e de nossa memória coletiva”, permitindo que as pessoas forjem conexões que transcendem o tempo. Ela permeia todas as esferas da experiência humana, e por este motivo Celso Furtado defendia que a cultura local não pode ser importada, sob risco de acarretar pobreza criativa e heterogeneidade social (Barbalho, 2011). A cultura manifesta-se através de palavras, imagens e sistemas de conhecimentos tradicionais, servindo como ponte vital entre o patrimônio e a inovação (UNESCO, 2025). Dessa forma, a criação cultural nutre-se de memórias e trocas diretas, resultando na formação de comunidades acessíveis e processos de mestiçagem que tornam as identidades singulares (Agier, 2011).

Em síntese, a compreensão contemporânea da memória exige uma análise que articule o indivíduo ao coletivo dentro desses quadros culturais. A cultura funciona como o meio pelo qual as pessoas forjam identidades e mantêm a continuidade e coerência social, sustentada por uma cultura histórica que engloba tanto a bagagem acadêmica quanto a relação da sociedade com seu passado. Embora o trabalho de enquadramento busque solidificar versões institucionais, a criação cultural nutre-se das influências do cotidiano, revelando que a cultura é o palco dinâmico onde as memórias se formam e onde as identidades são continuamente renegociadas e expressas, frequentemente materializadas e preservadas sob a forma de patrimônio.

A partir dessa compreensão, depreende-se que a memória, a identidade e o patrimônio não são categorias estanques, mas processos vivos que encontram na cultura sua condição de existência e sua matriz de significação. Compreender essa tríade sob o prisma cultural permite enxergar o território não apenas como suporte

físico, mas como um campo de subjetividades, resistências e pertencimentos indispensáveis à sustentabilidade urbana. Todavia, para que essa força simbólica possa ser plenamente integrada às estratégias de desenvolvimento e às métricas globais discutidas anteriormente, é fundamental rastrear como o próprio conceito de cultura foi formalmente construído, disputado e ampliado nas últimas décadas no cenário internacional e nacional. Diante dessa necessidade de precisão terminológica e política, o capítulo seguinte dedica-se a uma análise cronológica da evolução do conceito de cultura nas agendas globais e na legislação brasileira. Partindo das definições antropológicas inaugurais da década de 1980 até a recente consagração da cultura como um "bem público mundial" e motor estratégico de resiliência, buscar-se-á compreender como esses marcos normativos fundamentam a atuação contemporânea sobre o desenvolvimento sustentável.

A memória social não constitui um campo harmônico ou consensual. Conforme Pollak (1992) e Candau (2012), as memórias são atravessadas por disputas simbólicas, silenciamentos e hierarquizações. Assim, incorporar a memória à avaliação urbana não significa cristalizar narrativas dominantes, mas criar condições institucionais para que diferentes grupos sociais possam disputar legitimamente os sentidos do território.

4.4. A evolução dos conceitos de cultura e seu papel nas agendas globais

A presente seção aborda a evolução do conceito de cultura e seu papel nas agendas globais, desde a sua definição inicial como um conjunto de traços distintivos da humanidade até sua crescente integração como motor do desenvolvimento sustentável. A análise cronológica das principais declarações e documentos internacionais demonstra uma progressiva ampliação da visão sobre a cultura, que passa a ser reconhecida não apenas como um campo de expressão artística, mas também como um componente estratégico e transversal para a coesão social, o desenvolvimento econômico e a resiliência urbana.

A Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (México, 1982) estabeleceu uma das primeiras definições abrangentes de cultura no âmbito global. O documento descreve a cultura como "o conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais,

intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, [e que] abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais, os sistemas de valores, as tradições e as crenças" (UNESCO, 2002, p. 1). Essa definição inaugural vai além das artes e das letras para incluir os modos de vida, os direitos fundamentais, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Adicionalmente, ela reconhece a cultura, o desenvolvimento cultural e a democracia cultural como dimensões fundamentais para o desenvolvimento através da integração de áreas como ciência e tecnologia, indústrias culturais e educação (UNESCO, 1982).

Seguindo essa linha, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (México, 2001) ampliou o debate ao reconhecer a diversidade cultural como uma "fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, [...] tão necessária para o gênero humano quanto a diversidade biológica o é para a natureza" (UNESCO, 2002, p. 3). O documento enfatiza que a cultura adquire formas diversas ao longo do tempo e do espaço, manifestando-se na originalidade e pluralidade de identidades. Nesse sentido, a diversidade cultural é considerada um patrimônio comum da humanidade, que deve ser protegido e promovido. A Declaração também situou a cultura no centro do debate sobre identidade, coesão social e o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento. Embora o processo de globalização, facilitado pelas novas tecnologias, represente um desafio para a diversidade cultural, ele também cria condições para um diálogo renovado entre culturas e civilizações. O documento ressalta, ainda, que a diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha e é uma das fontes do desenvolvimento, não apenas em termos de crescimento econômico, mas como um meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória (UNESCO, 2002).

A visão da diversidade cultural presente na Declaração de 2001 foi adotada pela Agenda 21 da Cultura (Barcelona, 2004), que utilizou os mesmos conceitos de cultura e diversidade cultural. Este documento enfatiza que as cidades são ambientes privilegiados para a elaboração cultural e que a identidade cultural de cada indivíduo é dinâmica e em constante evolução (CGLU, 2004).

Três anos depois, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2007, reforçou essa perspectiva, reafirmando que a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade e um patrimônio comum. O texto sublinha a necessidade de incorporar a cultura como elemento

estratégico nas políticas de desenvolvimento e reconhece a importância dos conhecimentos tradicionais, em particular os das populações indígenas, para o desenvolvimento sustentável. Além disso, destaca a importância da cultura para a coesão social e afirma a dupla natureza dos bens e serviços culturais, que são tanto econômicos quanto portadores de identidades, valores e significados. O artigo 4º define a diversidade cultural como a multiplicidade de formas pelas quais as culturas se expressam e se manifestam nos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais. Já o artigo 13º incentiva a integração da cultura nas políticas de desenvolvimento em todos os níveis, a fim de criar condições propícias ao desenvolvimento sustentável. A Convenção também reconhece a cultura como um processo contínuo e mutável, que remodela seu próprio patrimônio e gera novas formas de expressão (UNESCO, 2007).

Com o avanço das discussões, o relatório sobre os Indicadores UNESCO de Cultura para o Desenvolvimento (IUCD), de 2020, definiu a cultura em dois sentidos. Em seu sentido amplo (antropológico), a cultura é o conjunto de normas, valores, saberes, crenças e modos de vida. No sentido restrito (setorial), é um setor de atividade que organiza as manifestações da criatividade intelectual e artística. Ambos os sentidos posicionam a cultura como um catalisador do desenvolvimento (Alonso, 2020).

O papel da cultura como catalisador do desenvolvimento também se reflete na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Embora não apresente um conceito explícito, a Agenda reflete uma visão mais ampla da cultura, que abrange seu papel no desenvolvimento sustentável por meio do patrimônio cultural, das indústrias criativas, dos produtos locais e da diversidade cultural. Diversas metas do documento demonstram a estreita relação entre a cultura e o desenvolvimento. A cultura é vista como um motor que contribui diretamente para benefícios econômicos e sociais, bem como um vetor que melhora a eficiência das intervenções de desenvolvimento. A experiência com projetos de desenvolvimento demonstrou, inclusive, a importância do conhecimento local e da participação comunitária para alcançar o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

A visão de que a cultura contribui para o desenvolvimento das cidades é central na Nova Agenda Urbana (NAU). O documento de 2019 reconhece a cultura e a diversidade cultural como fontes de enriquecimento para a humanidade e uma

contribuição importante para o desenvolvimento sustentável das cidades e assentamentos humanos. A NAU destaca que a cultura deve ser considerada na promoção e implementação de novos padrões de consumo e produção sustentáveis, que enfrentem os impactos das mudanças climáticas. Além disso, propõe a inclusão da cultura como um componente prioritário dos planos e estratégias urbanas (ONU, 2019).

A relevância da cultura nas agendas globais levou à criação dos Indicadores Cultura|2030, em 2020. A estrutura desses indicadores tem como objetivo avaliar o papel da cultura como um setor de atividade e sua contribuição transversal para diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e áreas políticas (UNESCO, 2020).

O ponto culminante dessa trajetória é a Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável - MONDIACULT 2022, que reafirmou os princípios fundamentais das conferências anteriores²². O documento final posicionou a cultura como motor da resiliência, da inclusão, da coesão social, da proteção ambiental e do crescimento sustentável e inclusivo. A Conferência destacou a transversalidade da cultura nas políticas públicas e a sinergia entre educação e cultura, abrangendo o patrimônio cultural, a história e o conhecimento tradicional. A diversidade cultural é reafirmada como o fundamento da identidade dos povos e a cultura é reconhecida como um bem público mundial.

Trazendo a análise para o cenário nacional, é importante verificar como os conceitos de cultura e diversidade cultural são tratados na legislação brasileira, visto que, é com base dessas definições que são elaborados os planos de desenvolvimento cultural. De acordo com a Lei Federal 14.835 de 2024 que institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), a cultura é composta por três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica. A primeira se apresenta na forma de um conjunto de bens que constituem o patrimônio cultural, abrangendo os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Já a segunda, é a: ação efetiva do Estado, garantindo a todos do pleno exercício dos direitos culturais. E por fim, a terceira dimensão representa a criação, implementação e consolidação de

²² Conferência sobre Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (nossa Diversidade Criadora, 1995) e Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998)

iniciativas, de ações e de empreendimentos capazes de gerar renda e inclusão produtiva. Com relação à diversidade cultural, a lei a define como sendo a promoção, salvaguarda, fomento e garantia jurídica de respeito à identidade cultural dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 2024).

A Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável - MONDIACULT 2025, reafirmou os temas abordados em 2022 e inclui na discussão a proteção dos direitos culturais e dos artistas, a igualdade de gênero no setor cultural e o impacto transformador das tecnologias digitais, incluindo os riscos éticos e económicos da Inteligência Artificial (IA). Além disso, dedicou-se atenção significativa à vulnerabilidade do património cultural face às alterações climáticas e à importância da cultura na mitigação de desastres, defendendo a necessidade de um objetivo de cultura independente para impulsionar a agenda pós-2030 (UNESCO, 2025).

A complexidade e a progressão conceitual da cultura nas agendas globais, conforme explorado na análise detalhada acima, podem ser visualizadas de forma mais concisa. Para facilitar a compreensão da evolução e dos principais pontos de cada marco, o quadro a seguir sintetiza os conceitos centrais e o papel atribuído à cultura em cada declaração e iniciativa internacional abordada.

Quadro 11. Quadro resumo dos principais conceitos das agendas globais

Agenda global/Legislação	Ano	Principais conceitos
Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais	1982	Definição ampla de cultura, incluindo modos de vida, valores e crenças. Reconhecida como dimensão fundamental para o desenvolvimento.
Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural	2001	A diversidade cultural é vista como uma fonte de inovação e um "patrimônio comum da humanidade". Coloca a cultura no centro do debate sobre identidade e coesão social.
Agenda 21 da Cultura	2004	Adota os conceitos da Declaração de 2001. Enfatiza o papel das cidades como "ambientes privilegiados para a elaboração cultural" e a natureza dinâmica da identidade cultural.
Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais	2007	Reforça que a diversidade cultural é um patrimônio comum e deve ser incorporada às políticas de desenvolvimento. Reconhece a dupla natureza dos bens culturais (econômica e simbólica).
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	2015	A cultura é vista como um motor e vetor do desenvolvimento sustentável, contribuindo para benefícios econômicos e sociais, por meio do patrimônio cultural e das indústrias criativas.
Nova Agenda Urbana (NAU)	2019	Reconhece a cultura e a diversidade cultural como contribuições importantes para o desenvolvimento sustentável de cidades e assentamentos humanos.

Agenda global/Legislação	Ano	Principais conceitos
Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento	2020	Define cultura em dois sentidos: amplo (antropológico) e restrito (setorial). Posiciona ambos os sentidos como catalisadores do desenvolvimento.
MONDIACULT 2022	2022	Reafirma a cultura como um "bem público mundial" e um motor para resiliência, inclusão, coesão social e crescimento sustentável. Destaca a transversalidade da cultura em políticas públicas.
Lei Federal 14.835 - Sistema Nacional de Cultura (SNC)	2024	A cultura é composta por três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica e a diversidade cultural é a a promoção, salvaguarda, fomento e garantia jurídica de respeito à identidade cultural dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
MONDIACULT 2025	2025	Reafirma a cultura como uma expressão da vida e da nossa relação com o universo que nos rodeia e reconhece o papel essencial dela no fomento de sociedades inclusivas e sustentáveis está ganhando terreno a nível mundial.

FONTE: Elaborado pela autora.

Conclui-se, portanto, que a cultura e a memória não são categorias acessórias, mas eixos estruturantes que conferem sentido e alma ao habitat humano, transformando o suporte físico em lugar antropológico de pertencimento. A evolução dos conceitos nas agendas globais, ao consagrar a cultura como um bem público mundial, reforça a urgência de modelos de avaliação que transcendam a alienação espacial e valorizem o protagonismo cidadão através de suas heranças imateriais. Uma vez fundamentadas tanto a base técnica quanto a camada simbólica da pesquisa, fazem-se necessário articular esses componentes em uma estrutura que sustente a arquitetura investigativa deste trabalho. Assim, o capítulo seguinte apresentará o esquema teórico da tese, consolidando o percurso conceitual realizado até aqui e estabelecendo as conexões que permitirão a construção de um modelo capaz de, simultaneamente, medir a eficiência urbana e sentir a história de quem nela habita.

5. ESQUEMA TEÓRICA DA TESE

Este capítulo estabelece o aporte teórico necessário para sustentar a tese da pesquisa, estruturando-se em componentes fundamentais que conectam as políticas globais de sustentabilidade à dimensão subjetiva da memória e da cultura. O percurso conceitual inicia-se com a evolução histórica do desenvolvimento sustentável e da Agenda 2030, avançando para a análise da Nova Agenda Urbana e do ordenamento jurídico brasileiro. A discussão integra a tecnicidade das cidades inteligentes e dos sistemas de indicadores com a sensibilidade do urbanismo humanístico, visando responder como os aspectos culturais e memoriais podem ser integrados a modelos de avaliação urbana orientados ao desenvolvimento sustentável. Assim, os conceitos sintetizados no quadro a seguir formam a base epistemológica para a construção de uma cidade que seja simultaneamente eficiente e portadora de sentido para seus habitantes.

Quadro 12. Esquema teórico da tese

Componente do modelo teórico	Descrição	Principais referências
Desenvolvimento sustentável	Evolução das políticas globais de preservação e uso de recursos, definindo o equilíbrio entre gerações e o tripé (<i>Triple Bottom Line</i>) econômico, social e ambiental.	(ONU, 2015) (Nações Unidas Brasil, 2020)
Ecodesenvolvimento e Cultura	Defesa de cinco dimensões da sustentabilidade (Social, Econômica, Ecológica, Espacial e Cultural), enfatizando soluções locais e o sentimento de pertencimento.	(Sachs, 1993) (Sachs, 2002) (UNESCO, 2025)
Agenda 2030 e ODS	Conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) focados em Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria. Inclui o ODS 11 (Cidades Sustentáveis).	(ONU, 2015) (IPEA, 2024) (Alonso, 2020) (Observatório ODS 18, 2025)
Nova Agenda Urbana (NAU) e Legislação	Diretrizes para urbanização sustentável ("não deixar ninguém para trás") e marcos brasileiros como a função social da cidade e gestão metropolitana.	(ONU, 2019) Lei Federal nº 10.257 (Estatuto das Cidades) Lei Federal nº 13.089 (Estatuto das Metrópoles)
Cidades Sustentáveis e Inteligentes	Evolução da cidade 3D (Dispersa) para a 3C (Compacta, Conectada, Coordenada), integrando tecnologias (TIC) a serviço das pessoas e da qualidade de vida.	(Jacobs, 2011) (Gehl, 2015) (MDR, 2021) (ABNT, 2020)
Indicadores de Sustentabilidade	Sistemas de mensuração (PER/PEIR) e normas técnicas para monitorar serviços urbanos e o progresso dos ODS em nível municipal.	(UNESCO, 2016) (UNESCO, 2020) (Instituto Cidades Sustentáveis, 2024)

Componente do modelo teórico	Descrição	Principais referências
Memória e Identidade	A memória como construção coletiva e social que garante a continuidade histórica, o pertencimento e a base para a preservação do patrimônio.	(Halbwachs, 1990) (Halbwachs, 2023) (Pollak, 1992) (Pollak, 1989) (Nora, 1993) (Le Goff, 1990)
Urbanismo Humanístico	Crítica ao planejamento tecnocrático, defendendo a "escala humana", a vitalidade das ruas, a legibilidade urbana e a cidade como obra de arte coletiva.	(Gehl, 2015) (Jacobs, 2011) (Lynch, 2011) (Rossi, 2001) (Lerner, 2011)

FONTE: Elaborado pela autora.

A análise transversal dos componentes teóricos revela que a cultura, embora historicamente marginalizada no tripé clássico da sustentabilidade, recuperou seu papel como um eixo motor e facilitador para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essa retomada não se limita a um reconhecimento setorial das artes, mas abrange a cultura em seu sentido antropológico como um bem público mundial essencial para a resiliência e a coesão social. No contexto brasileiro, essa integração é fortalecida pela proposta de novos ODS (18, 19 e 20) e pela institucionalização do Sistema Nacional de Cultura, que busca garantir a pluralidade e a preservação da memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Contudo, a eficácia desse arcabouço normativo enfrenta o desafio da inviabilidade analítica, onde a carência de indicadores específicos para a cultura e a memória dificulta a tradução de diretrizes globais em práticas locais mensuráveis. O urbanismo humanístico emerge, então, como a ponte necessária entre a técnica e o afeto, defendendo que uma cidade só é verdadeiramente inteligente quando respeita sua escala humana, sua legibilidade e seu palimpsesto vivo de memórias coletivas. Assim, a sustentabilidade urbana passa a ser entendida não apenas como gestão de recursos físicos, mas como a salvaguarda dos marcos simbólicos que conferem identidade e pertencimento às comunidades.

A incorporação da memória ao debate sobre sustentabilidade urbana exige mais do que seu reconhecimento como dimensão cultural relevante. A cidade não é apenas um sistema funcional de fluxos, infraestrutura e indicadores, mas um campo de produção e disputa de sentidos, onde diferentes quadros sociais organizam a experiência coletiva do território. Sob a ótica de Kevin Lynch (2011), a cidade deve ser compreendida como um objeto de percepção de seus habitantes, cuja legibilidade é

crucial para que o cidadão construa uma imagem mental dotada de significação e memórias. Complementarmente, Jan Gehl (2013) reforça que a cidade é, primordialmente, um lugar de encontro e de trocas, onde a dimensão humana e a escala do pedestre devem prevalecer sobre a lógica tecnocrática do tráfego de automóveis, pois primeiro nós moldamos as cidades — então, elas nos moldam.

Memória para Halbwachs (1990), não é um atributo individual isolado, mas uma construção social sustentada por quadros coletivos que organizam a percepção do passado e orientam a ação no presente. Esses quadros não são apenas estruturas mentais, mas apoiam-se em referenciais concretos, como o espaço e o tempo. Assim, a cidade apresenta-se como o suporte material indispensável onde o grupo se insere e projeta suas memórias, pois não há memória coletiva que não se desenrole em um quadro espacial. O meio material, possui um poder de conservação que confere estabilidade ao grupo, permitindo que as lembranças sejam localizadas e reconstruídas continuamente em relação ao ambiente físico.

Já Candau (2011) complementa essa visão ao enfatizar que a memória é, fundamentalmente, uma reconstrução atualizada do passado em função das necessidades do presente, funcionando mais como um enquadramento estratégico do que como um conteúdo estático. Para o autor, a memória e a identidade estão indissolivelmente ligadas, pois a busca memorial permite apoiar um futuro incerto em um passado reconhecível, especialmente em contextos de crise de referências. Ele propõe uma transição da mnemogênese (o surgimento da lembrança) para a memogênese, processo pelo qual as formas individuais da memória ascendem a formas coletivas e culturais, estruturando o laço social e a consciência de pertencimento.

A adoção da memória como categoria analítica implica reconfigurar o modelo de avaliação urbana. Os constructos desenvolvidos nesta tese não emergem de forma isolada, mas derivam da compreensão de que centralidade da pessoa, pertencimento, identidade cultural e relação entre passado e futuro constituem expressões operacionais dos quadros sociais de memória.

Desse modo, o artefato proposto não se limita a adicionar indicadores culturais ao conjunto de métricas existentes; ele desloca o eixo interpretativo da sustentabilidade, incorporando dimensões simbólicas como parâmetros de análise. Trata-se de uma ampliação epistemológica que reconhece que o desenvolvimento

urbano só pode ser considerado sustentável quando preserva e fortalece os referenciais coletivos que estruturam a experiência social do espaço.

A ausência de métricas voltadas à memória, identidade e pertencimento revela, portanto, não apenas uma lacuna técnica, mas uma escolha epistemológica. Ao privilegiar infraestrutura, mobilidade e crescimento econômico, muitos modelos deixam de considerar que o rompimento de quadros sociais de memória pode produzir fragmentação territorial, enfraquecimento de vínculos comunitários e perda de sentido coletivo.

Assim, a crítica aqui proposta não rejeita os indicadores técnicos, mas questiona sua pretensão de suficiência. A sustentabilidade urbana exige uma ampliação do escopo analítico capaz de integrar dimensões simbólicas que estruturam a experiência urbana.

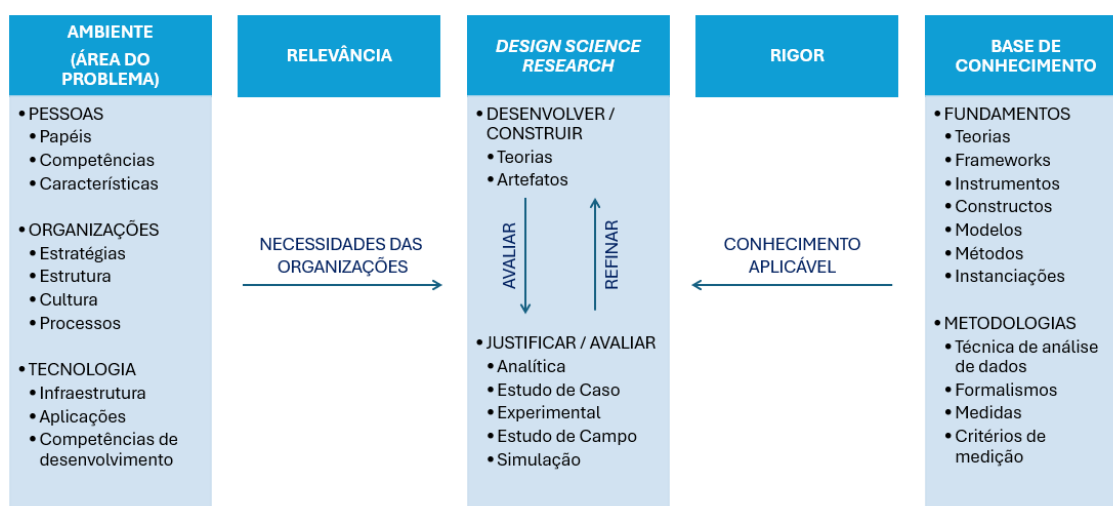
Em síntese, o percurso teórico percorrido até aqui demonstra que a integração de aspectos culturais e memoriais em modelos de avaliação urbana exige uma síntese entre o rigor métrico dos indicadores internacionais e a profundidade dos marcos identitários locais. Fica evidente que a cultura atua como o substrato que impede a alienação espacial em processos de inovação tecnológica, transformando o território em um lugar de memória viva. Diante da fundamentação aqui consolidada, o próximo capítulo descreverá a metodologia empregada para converter esses conceitos em um modelo operativo, detalhando os procedimentos técnicos e as etapas de análise que permitirão a aplicação prática dessa visão integrada para responder à questão central desta pesquisa.

6. METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia de pesquisa utilizada para o desenvolvimento desta tese é a *Design Science Research* (DSR). A escolha se deu através da definição do objetivo desta pesquisa que é desenvolver um modelo teórico- metodológico que reconfigure os processos de avaliação de sustentabilidade urbana, incorporando de forma estruturante a memória coletiva e a identidade dos cidadãos por meio de suas dimensões simbólicas, culturais e afetivas.

A DSR constitui um processo sistemático de projetar artefatos para resolver problemas, avaliar o que foi projetado e comunicar os resultados obtidos (Lacerda *et al.*, 2013). Ela procura reduzir o distanciamento entre a teoria e a prática, mas mantendo rigor necessário para garantir a confiabilidade dos resultados das pesquisas, conforme exemplificado na Figura 18. A relevância normalmente retrata o impacto gerado na resolução dos problemas. Já o rigor é fundamental para que a pesquisa seja considerada válida e confiável. O ambiente retratado na imagem se refere ao local onde o problema é observado.

Figura 18. Relevância e rigor na *Design Science Research*



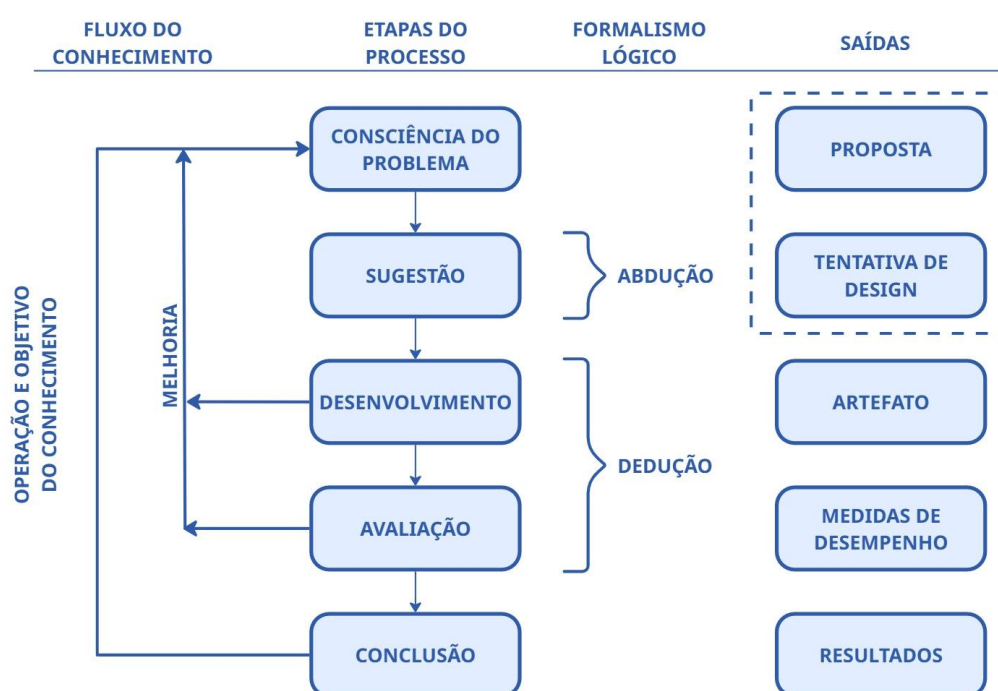
FONTE: Dresch, Lacerda e Antunes Júnior, 2015.

A adoção do *Design Science Research* neste estudo exige fundamentação epistemológica no campo das Ciências Humanas. Inspirada na noção de “ciência do

artificial” proposta por Herbert Simon (1996), a DSR reconhece que sistemas sociais e organizacionais são construções intencionais suscetíveis de aprimoramento. No contexto da Memória Social, o artefato não pretende explicar ontologicamente o fenômeno da memória, mas intervir em um sistema avaliativo que historicamente negligenciou sua dimensão simbólica. Trata-se, portanto, de um conhecimento prescritivo orientado à transformação institucional, coerente com o compromisso ético da pesquisa aplicada.

Os objetivos da pesquisa a ser conduzida por meio da DSR podem ser projetar e construir artefatos, prescrever soluções ou estudar, pesquisar e investigar o artificial e seu comportamento. O processo geral utilizado no desenvolvimento da DSR é apresentado na Figura 19 e será detalhado na sequência.

Figura 19. Processo geral da *Design Science Research*



FONTE: Elaborado pela autora (baseado em Dresch, Lacerda e Antunes Júnior, 2015).

A primeira etapa do processo de desenvolvimento da DSR é a conscientização do problema. Neste momento é necessário que ele seja compreendido e definido clara e objetivamente, sendo a saída dessa etapa a questão de pesquisa formalizada. Além disso, o pesquisador precisa justificar a importância de estudar o tema. Vale dizer que esta é a fase de compreensão do problema, através da busca pelo máximo de

informações possíveis, assegurando a completa compreensão deste. O meio utilizado para esse entendimento é a revisão da literatura, que tem por objetivo estabelecer um quadro de soluções empíricas disponíveis (Lacerda *et al.*, 2013; Dresch, Lacerda e Antunes Júnior, 2015).

Após a conscientização do problema, temos a etapa de sugestão, que consiste nas atividades de desenvolvimento de uma ou mais alternativas de artefato para a solução do problema. Esta é a fase criativa do processo, sendo desta forma difícil de estabelecer uma padronização (Lacerda *et al.*, 2013). É importante definir o conceito de artefato utilizado na DSR: “é a organização dos componentes do ambiente interno para atingir objetivos em um determinado ambiente externo” (Dresch, Lacerda e Antunes Júnior, 2015, p. 57), ou seja, algo artificial concebido para resolução de um problema. Os artefatos são tipificados como constructos, modelos, métodos, instâncias e *design propositions* e suas descrições são detalhadas no Quadro 13.

Quadro 13. Tipos de artefatos da *Design Science Research*

Tipo de artefato	Descrição
Constructos	Constructos ou conceitos formam o vocabulário de um domínio. Eles constituem uma conceituação utilizada para descrever os problemas dentro do domínio e para especificar as respectivas soluções. Conceituações são extremamente importantes em ambas as ciências, natural e de design. Eles definem os termos usados para descrever e pensar sobre as tarefas. Eles podem ser extremamente valiosos para designers e pesquisadores.
Modelos	Um modelo é um conjunto de proposições ou declarações que expressam as relações entre os constructos. Em atividades de design, modelos representam situações como problema e solução. Ele pode ser visto como uma descrição, ou seja, como uma representação de como as coisas são. Cientistas naturais muitas vezes usam o termo ‘modelo’ como sinônimo de ‘teoria’, ou ‘modelos’ como as teorias ainda incipientes.
Métodos	Um método é um conjunto de passos (um algoritmo ou orientação) usado para executar uma tarefa. Métodos baseiam-se em um conjunto de constructos subjacentes (linguagem) e uma representação (modelo) em um espaço de solução. Os métodos podem ser ligados aos modelos, nos quais as etapas do método podem utilizar partes do modelo como uma entrada que o compõe. Além disso, os métodos são, muitas vezes, utilizados para traduzir um modelo ou representação em um curso para resolução de um problema.
Instanciações	Uma instanciação é a concretização de um artefato em seu ambiente. Instanciações operacionalizam constructos, modelos e métodos. No entanto, uma instanciação pode, na prática, preceder a articulação completa de seus constructos, modelos e métodos.

Tipo de artefato	Descrição
	Instanciações demonstram a viabilidade e a eficácia dos modelos e métodos que elas contemplam.
<i>Design propositions</i>	<i>Template</i> genérico que pode ser utilizado para o desenvolvimento de soluções para uma determinada classe de problemas. É uma generalização de uma solução, tornando-se conhecimento que pode ser aplicado em diversas situações similares desde que consideradas suas particularidades.

FONTE: Lacerda *et al.*, 2013; Dresch, Lacerda e Antunes Júnior, 2015.

Definido o tipo de artefato a ser utilizado, parte-se para a fase de projeto e desenvolvimento. Este é o momento do processo de constituição do artefato em si, onde o ambiente interno é construído, uma vez que os objetivos e o ambiente externo já foram caracterizados na fase de conscientização. O conhecimento gerado deve ser generalizável, permitindo assim a construção de um conhecimento útil e que possa ser amplamente aplicável. Também se faz necessária a avaliação das soluções formalizadas na etapa anterior de forma a identificar a que se mostra como satisfatória para o caso em estudo (Lacerda *et al.*, 2013; Dresch, Lacerda e Antunes Júnior, 2015).

Com a finalização do desenvolvimento do artefato, deve-se realizar o processo de verificação do comportamento do artefato no ambiente para o qual foi projetado. Esse processo deve explicitar o ambiente interno, o ambiente externo e os objetivos clara e precisamente; explicitar como o artefato pode ser testado; e descrever os mecanismos que medem os resultados. Além disso, poderá ser necessária a utilização de outros métodos de pesquisa, como os mostrados no Quadro 14, para que o pesquisador interaja com os usuários do artefato desenvolvido. Também pode-se utilizar de grupos focais já que garantem uma discussão mais profunda e colaborativa, auxiliando na análise crítica os resultados obtidos, auxiliando na criação de novas possibilidades e melhores soluções. Caso os resultados obtidos não tenham sido satisfatórios, melhorias podem ser realizadas no artefato, sendo preciso uma nova fase de avaliação após a atualização (Lacerda *et al.*, 2013; Dresch, Lacerda e Antunes Júnior, 2015).

Quadro 14. Métodos para avaliação dos artefatos desenvolvidos pela *Design Science Research*

Forma de avaliação	Métodos propostos
Observacional	<u>Estudo de Caso</u> : Estudar o artefato existente, ou não, em profundidade no ambiente de negócios. <u>Estudo de Campo</u> : Monitorar o uso do artefato em projetos múltiplos. Esses estudos podem, inclusive, fornecer uma avaliação mais ampla do funcionamento dos artefatos configurando, dessa forma, um método misto de condução da pesquisa.
Analítico	<u>Análise Estatística</u> : Examinar a estrutura do artefato para qualidades estáticas. <u>Análise da Arquitetura</u> : Estudar o encaixe do artefato na arquitetura técnica do sistema técnico geral. <u>Otimização</u> : Demonstrar as propriedades ótimas inerentes ao artefato ou então demonstrar os limites de otimização no comportamento do artefato. <u>Análise Dinâmica</u> : Estudar o artefato durante o uso para avaliar suas qualidades dinâmicas
Experimental	<u>Experimento Controlado</u> : Estudar o artefato em um ambiente controlado para verificar suas qualidades. <u>Simulação</u> : Executar o artefato com dados artificiais.
Teste	<u>Teste Funcional</u> : Executar as interfaces do artefato para descobrir possíveis falhas e identificar defeitos. <u>Teste Estrutural</u> : Realizar testes de cobertura de algumas métricas para implementação do artefato.
Descritivo	<u>Argumento informado</u> : Utilizar a informação das bases de conhecimento (por exemplo, das pesquisas relevantes) para construir um argumento convincente a respeito da utilidade do artefato. <u>Cenários</u> : Construir cenários detalhados em torno do artefato, para demonstrar sua utilidade.

FONTE: Lacerda *et al.*, 2013.

Por fim, deve-se realizar a formalização geral do processo como um todo às comunidades acadêmicas e/ou profissionais. Nessa etapa o pesquisador deve explicitar o desenvolvimento da pesquisa, os resultados obtidos com os sucesso e insucesso, bem como as decisões tomadas durante a execução. O principal objetivo desta fase é assegurar que o estudo possa servir de referência e como subsídio de geração de conhecimento, tanto no campo prático como no campo teórico (Lacerda *et al.*, 2013; Dresch, Lacerda e Antunes Júnior, 2015).

Quadro 15. Etapas da *Design Science Research* e suas saídas

Etapas da <i>Design Science Research</i>	Saídas
Identificação do problema	Questão de pesquisa formalizada
Conscientização do problema	Formalização do problema Compreensão do ambiente externo Revisão da literatura
Identificação dos artefatos	Tipo(s) de artefato(s) a ser desenvolvido
Proposição dos artefatos	Propostas de artefatos formalizada
Projeto e desenvolvimento dos artefatos	Projeto explicitando técnicas e ferramentas para o desenvolvimento e para avaliação do artefato Detalhamento dos requisitos do artefato Artefato em seu estado funcional
Avaliação do artefato	Artefato avaliado
Conclusões	Aprendizagens formalizadas Resultado da pesquisa Principais decisões tomadas
Comunicação	Publicação em revistas, seminários, congressos Dissertação Tese

FONTE: Elaborado pela autora (baseado em Dresch, Lacerda e Antunes Júnior, 2015).

A adoção da *Design Science Research* (DSR) como fundamentação metodológica para esta tese justifica-se pela necessidade de transcender a mera descrição teórica do patrimônio e da memória, avançando para a prescrição de soluções práticas que qualifiquem a gestão urbana. A escolha da DSR deve-se pela natureza do objetivo central: a proposição de um modelo teórico-metodológico de avaliação urbana que integre dimensões subjetivas (memória e identidade) a métricas técnicas.

Diferente das ciências naturais e sociais tradicionais, cujo paradigma é predominantemente explicativo ou descritivo, a DSR adota um paradigma prescritivo. Sob a ótica das ciências tradicionais, o estudo da memória em Canoas/RS poderia limitar-se a descrever como os cidadãos lembram o passado ferroviário. No entanto, esta tese assume uma visão pragmática, na qual o conhecimento está a serviço da ação.

Epistemologicamente, o objeto de estudo aqui não é apenas um fenômeno empírico dado, mas um objeto artificial (o sistema de avaliação urbana), que possui propriedades imperativas e exige intervenções para alcançar resultados melhores. Assim, a pesquisa alinha-se à "ciência do artificial" de Herbert Simon, buscando não a "verdade" absoluta de um fato passado, mas a utilidade de um modelo que permite que a memória coletiva atue como motor de sustentabilidade e resiliência urbana.

Teoricamente, a DSR permite a construção de um artefato, definido como uma organização de componentes internos para atingir objetivos em um ambiente externo. Nesta tese, o artefato é um modelo: conjunto de proposições que expressam relações entre constructos para representar situações de solução.

A fundamentação teórica robusta (Desenvolvimento sustentável, Memória Social e Urbanismo) atua como as teorias de base que informam o projeto do modelo. A DSR provê a estrutura para integrar o rigor acadêmico (baseado em autores como Halbwachs, Gehl e Pollak) à relevância social, combatendo a "tecnocracia" identificada como o problema central que negligencia a alma das cidades. O método sustenta a tese de que a memória não é um relicário estático, mas um conhecimento útil que deve ser operacionalizado para orientar o desenvolvimento urbano prospectivo.

Do ponto de vista procedimental, a DSR oferece um processo sistemático que garante a confiabilidade dos resultados por meio de ciclos de feedback. A pesquisa segue rigorosamente as etapas do método:

- Conscientização do Problema: Identificada na insuficiência das métricas tradicionais em capturar a identidade de Canoas.
- Desenvolvimento do Artefato: Criação das camadas qualitativa e quantitativa do modelo.
- Avaliação e Refinamento: O modelo não é apenas proposto, mas submetido à validação empírica por meio da escala Likert com cidadãos.

Essa abordagem garante que o produto final da tese não seja apenas uma reflexão teórica, mas uma regra tecnológica testada e fundamentada (ou uma *design proposition*) capaz de ser aplicada por gestores públicos para reconstruir vidas, histórias e vínculos no tecido urbano.

Nessa perspectiva, para que o artefato projetado guarde estreita relação com as demandas reais do território e não se limite a uma abstração jurídica ou urbanística, faz-se indispensável compreender a trajetória socioespacial e institucional do cenário escolhido para a pesquisa. Sob essa premissa, a presente tese incorpora o Capítulo 8 (A Trajetória da Urbanização do Município de Canoas/RS) como uma etapa

diagnóstica fundamental da pesquisa. O referido capítulo dedica-se a contextualizar o ambiente de aplicação do modelo, resgatando historicamente a expansão urbana de Canoas e os impactos segregadores de seus eixos ferroviários e rodoviários. Adicionalmente, o capítulo apresenta um panorama atualizado do desempenho do município em múltiplos indicadores de sustentabilidade, bem-estar e cidades inteligentes, além de mapear de forma inédita as fragilidades operacionais de sua adesão institucional ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). Essa imersão factual e documental fornece o substrato empírico e o vocabulário de problemas locais que justificam e balizam as diretrizes de desenvolvimento e posterior validação do modelo teórico-metodológico.

O desenvolvimento do modelo teórico-metodológico proposto nesta tese compreende a construção de um artefato projetado para integrar dimensões humanas e técnicas na avaliação urbana. O processo de codificação desse artefato iniciou-se com a derivação de sete constructos fundamentais que operam, no paradigma da *Design Science Research* (DSR), como o vocabulário necessário para descrever o problema e especificar as soluções dentro do domínio de estudo: A Centralidade da Pessoa na Cidade, Os Limites dos Indicadores Urbanos, Espaços de Encontro e Pertencimento, A Cultura como Estruturante da Cidade, A Memória Coletiva, A Relação entre Passado, Identidade e Futuro, e A Identidade Urbana e a Diferença Cultural. Os critérios para a seleção e delimitação dessas categorias temáticas basearam-se em um esforço investigativo de natureza qualitativa e caráter teórico-reflexivo, constituído pelo mapeamento sistemático e pela análise de recorrências conceituais na obra de autores clássicos e contemporâneos que abordam a cidade como um espaço simbólico, social e humano (como Jan Gehl, Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Joel Candau). A articulação dessas matrizes teóricas permitiu estruturar a Camada Qualitativa e Humanística do modelo, cujo detalhamento e a especificação analítica individual de cada um dos sete constructos serão apresentados na seção 9.1 desta tese.

A operacionalização da Camada Quantitativa e Técnica do modelo também envolveu um procedimento sistemático de análise documental voltado à extração de termos-chave estruturantes. Essa etapa consistiu na leitura analítica e aprofundada de três marcos globais regulatórios do planejamento urbano e da cultura: a Agenda 2030, a Nova Agenda Urbana e os indicadores Cultura|2030 da UNESCO. O processo

metodológico baseou-se na identificação, isolamento e grifo de termos técnico-políticos contidos nesses documentos que manifestavam aderência ou complementaridade conceitual aos sete constructos humanísticos previamente mapeados. O resultado desse emparelhamento entre as diretrizes internacionais e as categorias teóricas da tese permitiu estabelecer o inventário de termos-chave que serviram de insumo para os indicadores quantitativos, cujas matrizes completas de grifos e correspondências estão detalhadas nos Apêndices 14.4, 14.5 e 14.6. Além disso, foi realizada uma padronização linguística para reduzir ambiguidades semânticas, apresentada no Apêndice 14.7. A análise utilizou a categoria de normalização por frequência relativa para transformar contagens absolutas de termos em percentuais, garantindo uma comparação equilibrada entre documentos de diferentes tamanhos.

O modelo final organiza-se em duas camadas analíticas interdependentes: a Camada Qualitativa e Humanística, que foca nos valores culturais e afetivos através dos constructos, e a Camada Quantitativa e Técnica, destinada à mensuração do desempenho socioambiental a partir de métricas objetivas enriquecidas pela lente qualitativa. Esse arcabouço permite que o artefato atue na redução do distanciamento entre a teoria acadêmica e a prática da gestão urbana.

A validação final do modelo foi realizada mediante a aplicação do formulário “Avaliação Urbana: Dimensão Humana e Cultural” junto a cidadãos residentes no município de Canoas. Este artefato transformou os constructos em um instrumento de avaliação qualitativa. Cada constructo foi desmembrado em afirmações específicas (indicadores de percepção) para serem testadas junto aos cidadãos por meio de uma Escala Likert de 5 graus. Os dados coletados foram analisados por meio de técnicas de estatística descritiva, utilizando o cálculo de média e desvio padrão para quantificar a percepção cívica sobre a inclusão da memória e identidade no planejamento. Com base nesse diagnóstico empírico, as lacunas e críticas identificadas serviram como insumo para o refinamento do artefato, resultando na redefinição dos indicadores técnicos e na elaboração da segunda versão do modelo.

Adicionalmente, foram incorporadas variáveis de natureza sociodemográfica e geoespacial com o escopo de caracterizar o perfil dos respondentes e fornecer subsídios para as análises subsequentes. Dentre os fatores biográficos, as variáveis de gênero e idade foram integradas com o objetivo de captar a heterogeneidade da

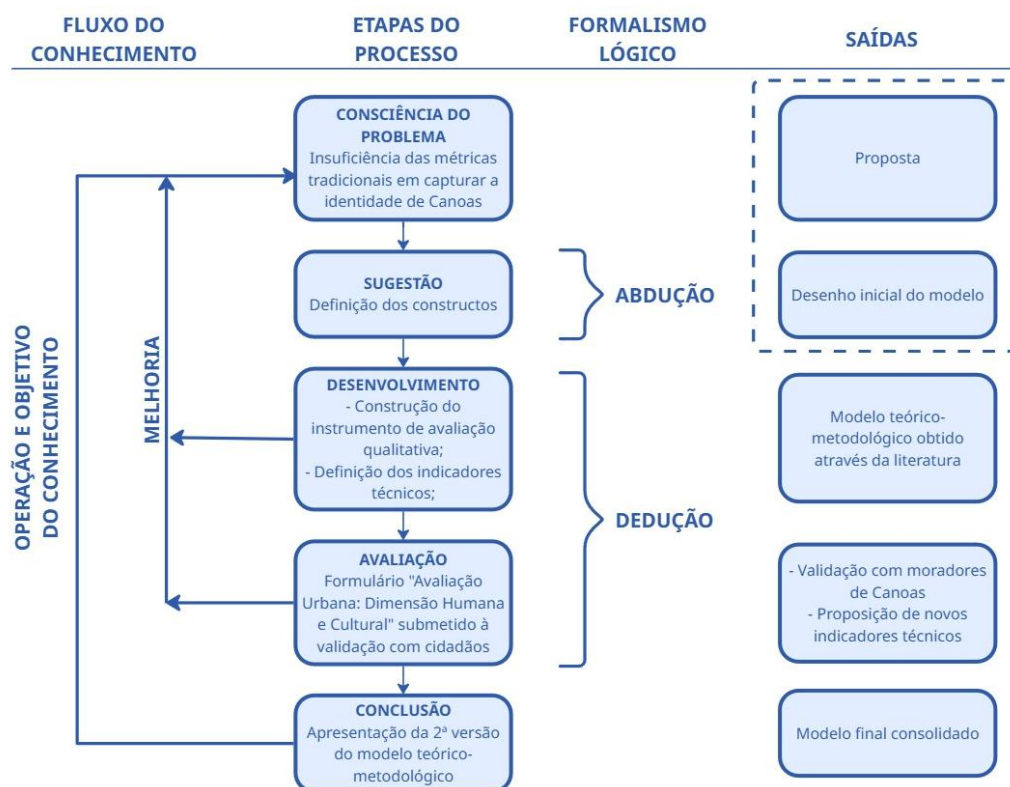
amostra, permitindo mapear como as especificidades geracionais e as distinções de gênero se manifestam nos fenômenos investigados. Complementarmente, incluiu-se a identificação do local de residência e do local de trabalho dos participantes, o que viabiliza apreender a inserção territorial dos sujeitos e os fluxos de deslocamento cotidiano a que estão submetidos, fatores determinantes para a compreensão das dinâmicas socioespaciais avaliadas no âmbito deste estudo. Por fim, a dimensão socioeconômica foi delineada por meio de questões direcionadas à distribuição de renda, a qual foi estratificada em intervalos baseados em múltiplos unitários do salário-mínimo nacional de 2024 (R\$ 1.412,00), estabelecendo-se faixas de até um, de um a dois, e de dois a três salários-mínimos.

Teoricamente, essa etapa é vital na DSR, pois o método pressupõe um ciclo iterativo de avaliação para verificar o comportamento do artefato no ambiente real. A importância desta fase reside na capacidade de retroalimentar o projeto: caso os resultados iniciais não sejam satisfatórios, o refinamento assegura que o produto final seja uma regra tecnológica testada, fundamentada e verdadeiramente útil para a solução do problema prático.

Com o intuito de sintetizar o percurso metodológico adotado, a Figura 20 apresenta o esquema do método de trabalho fundamentado na aplicação da *Design Science Research* (DSR) nesta tese.

O diagrama ilustra como a pesquisa transitou de forma sistemática pela conscientização do problema (a lacuna na integração entre métricas técnicas e a dimensão humana), passando pela sugestão e desenvolvimento das camadas qualitativa e quantitativa do artefato, até atingir os ciclos de avaliação e refinamento. Este esquema visual evidencia a natureza iterativa do método, demonstrando como os dados de percepção cidadã e o rigor das teorias de base retroalimentaram a construção do modelo teórico-metodológico, garantindo que o produto final não seja apenas uma abstração teórica, mas uma regra tecnológica testada e voltada para a resolução de problemas reais na gestão urbana.

Figura 20. Esquema do método de trabalho



FONTE: Elaborado pela autora

A adoção da *Design Science Research* neste trabalho fundamenta-se na compreensão de que a memória, embora não diretamente mensurável, pode ser operacionalizada por meio de constructos derivados de seus quadros sociais. O artefato desenvolvido não pretende reduzir a memória a variáveis numéricas, mas traduzir dimensões simbólicas em instrumentos analíticos capazes de dialogar com a gestão urbana.

Antes de proceder à exposição dos dados, faz-se imprescindível demarcar os limites e a natureza da abordagem estatística adotada nesta etapa da pesquisa. A análise quantitativa subsequente possui caráter eminentemente descritivo e exploratório, não tendo por objetivo a generalização estatística dos resultados para a totalidade da população do município estudado. Essa delimitação decorre do fato de a amostragem utilizada ser de natureza não probabilística (por conveniência e acessibilidade), selecionada em virtude das condições operacionais de campo. No paradigma da *Design Science Research* (DSR), o propósito desta coleta de dados não reside na inferência populacional estrita, mas sim na obtenção de um diagnóstico e

na captação de tendências empíricas reais capazes de subsidiar o teste, o refinamento e a calibração do artefato proposto. Desse modo, os indicadores e médias apresentados devem ser interpretados como retratos fidedignos da experiência vivida pelo grupo amostrado, atuando como insumos de validação do modelo e não como leis universais aplicáveis à totalidade do corpo social.

6.1. Caracterização da pesquisa

Indica-se uma abordagem qualitativa e quantitativa de caráter exploratório descritivo. Foi utilizado o método comparativo, com coleta de dados a partir da análise documental, dados estatísticos e registros institucionais.

A pesquisa qualitativa é fundamentada numa perspectiva interpretativa, onde o entendimento do significado das ações dos seres humanos é o centro do estudo. Nas investigações com enfoque qualitativo é possível desenvolver perguntas e hipóteses antes, durante e depois da coleta e análise dos dados. Neste caso, é possível que o autor formule uma teoria específica após a análise dos dados que seja coerente com estes. As hipóteses são construídas durante o processo e vão sendo aprimoradas conforme mais dados são obtidos (Sampieri, Collado e Lucio, 2013). Além disso, as avaliações qualitativas são geralmente caracterizadas pela descrição, compreensão e interpretação dos fatos e fenômenos observados (Martins e Theóphilo, 2007; Michel, 2009).

Já a pesquisa quantitativa parte do princípio da quantificação, tanto na coleta de informações quanto no tratamento dos dados. Neste tipo de pesquisa, a característica principal é a descrição e explicação da influência das variáveis nos resultados obtidos, permitindo inclusive a predição de tendências. Devido ao seu caráter objetivo, é possível discutir e apresentar os resultados através de gráficos e tabelas, o que garante a sua precisão e evita distorções de análise (Michel, 2009).

Seu caráter exploratório tem por objetivo levantar informações sobre o assunto objeto deste estudo – as agendas globais de sustentabilidade e de cultura – através da busca por documentos que auxiliem na elaboração de respostas às lacunas de pesquisa. Além disso, esse tipo de investigação procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, dispensando assim a elaboração

de hipóteses (Michel, 2009). Este tipo de pesquisa habitualmente envolve levantamento bibliográfico e documental, bem como estudo de caso. Apresenta menor rigidez sob o ponto de vista do planejamento, pois visa proporcionar uma visão geral acerca de um determinado fato. É utilizado quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas (Gil, 2012).

Adicionalmente, propõe-se uma pesquisa descritiva, a fim de verificar e explicar o fenômeno estudado, a partir da observação e do estabelecimento de relações, conexões e interferências entre as variáveis envolvidas. Da mesma forma, um dos propósitos da pesquisa descritiva é conhecer e comparar situações que envolvem o comportamento humano, individual ou em grupos sociais, nos seus aspectos sociais e culturais (Michel, 2009).

O método comparativo tem por finalidade a verificação de similaridades e a explicação das divergências dos fenômenos analisados, se mostrando assim como uma experimentação indireta. Pode ser empregado tanto para os estudos quantitativos quanto para os qualitativos (Marconi e Lakatos, 2022).

6.2. Coleta de dados

Os dados foram coletados através de análise documental, isto é, a partir de uma observação indireta. Este tipo de pesquisa utiliza procedimentos técnicos e científicos específicos para examinar e compreender o teor de documentos de diversos tipos, e deles, obter as mais significativas informações, conforme os objetivos de pesquisa estabelecidos. Apresenta ainda um amplo exame de diversos materiais que não foram utilizados em nenhum trabalho de análise, que não receberam tratamento analítico ou que podem ser reexaminados em busca de novas interpretações. As pesquisas que se utilizam dessa ferramenta podem ser de caráter qualitativo e/ou quantitativo (Junior *et al.*, 2021; Gil, 2012).

O primeiro passo da análise documental consiste na exploração de fontes documentais e delimitação do universo que será investigado (corpus documental), uma vez que a tendência é a existência de uma grande quantidade de documentos a ser explorada. Também deve-se avaliar a disponibilidade dos documentos (Junior *et al.*, 2021; Gil, 2012). Acrescenta-se a esse processo a etapa de avaliação crítica que,

de acordo com Cellard (2012), pode ser descrita em 5 dimensões:

- Contexto: exame do contexto global no qual foi produzido o documento (conjuntura social, política, econômica, cultural);
- O autor ou os autores: elucidar a identidade do autor possibilita avaliar a credibilidade de um texto;
- Autenticidade e confiabilidade do texto: assegura a qualidade da informação transmitida;
- Natureza do texto: as características do texto se alteram de acordo com o objetivo da escrita. Relatórios médicos e teológicos se estruturam de formas distintas e só fazem sentido para o leitor de acordo com o seu grau de relação com o conteúdo;
- Conceitos-chave e lógica interna do texto: deve-se avaliar sua importância e sentido de acordo com o contexto da época em que foram escritos.

O pesquisador precisa assumir papel ativo na pesquisa e deve ter um olhar crítico sobre as fontes documentais, analisando o contexto sob o qual aquele documento foi produzido (conjuntura social, política, econômica e cultural) (Alves *et al.*, 2021; Cellard, 2012). A riqueza de informações que se pode ser extraído e resgatado dos documentos justifica o seu uso, uma vez que possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (Junior *et al.*, 2021). Sendo assim, o pesquisador desconstrói e reconstrói o material à vontade, com o objetivo de responder ao seu questionamento. Para que se possa estabelecer ligações e construir configurações significativas, deve-se extrair elementos dos textos e compará-los com outros documentos do corpus documental. Como consequência dessas inter-relações, a questão de pesquisa vai sendo alterada de acordo com as pistas documentais apresentadas pelos textos analisados (Cellard, 2012).

Somando-se à análise documental, serão utilizados registros estatísticos, como por exemplo os indicadores dos rankings de sustentabilidade, bem como registros institucionais, como leis e relatórios de órgãos governamentais.

Para sustentar a elaboração do modelo teórico-metodológico de avaliação

urbana que é o tema central desta tese, a presente pesquisa se apoia em um corpus documental diversificado, abrangendo diferentes tipos de registros que, em conjunto, fornecem o embasamento necessário para a integração entre indicadores técnicos e dimensões culturais. A análise desses documentos busca identificar os elementos teórico-metodológicos que possam fundamentar o modelo proposto, garantindo sua robustez e relevância para o desenvolvimento de cidades mais humanas e sustentáveis.

A documentação a ser analisada está organizada nas seguintes categorias:

- **Registros Institucionais:** Esta categoria inclui a análise de textos legais e regulatórios que delineiam as diretrizes urbanísticas e as políticas de desenvolvimento urbano e cultural. Serão investigadas a legislação urbanística, bem como a legislação relacionada ao desenvolvimento sustentável e à cultura. O objetivo é compreender como a legislação atual aborda (ou deixa de abordar) a intersecção entre o planejamento técnico e as dimensões simbólicas e culturais das cidades.
- **Registros Estatísticos:** Para aprofundar a compreensão sobre a aplicação de indicadores de sustentabilidade e qualidade de vida, serão analisados rankings nacionais de sustentabilidade e indicadores sociais e econômicos consolidados. A análise crítica desses indicadores permitirá identificar lacunas e oportunidades para a incorporação de aspectos culturais no modelo de avaliação.
- **Agendas e Normas Internacionais:** O estudo de agendas internacionais de desenvolvimento sustentável e de agendas internacionais de cultura é fundamental para alinhar a pesquisa às discussões globais mais recentes. A análise das normas internacionais voltadas ao desenvolvimento sustentável e de documentos como a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes fornecerá um panorama sobre como a comunidade internacional e nacional tem buscado soluções inovadoras para o planejamento urbano, integrando aspectos técnicos e sociais.

A partir da análise cruzada desses documentos, será possível construir o

arcabouço teórico-metodológico que sustentará o modelo de avaliação, garantindo que ele seja não apenas tecnicamente sólido, mas também culturalmente sensível e alinhado aos desafios contemporâneos do desenvolvimento urbano.

6.3. Objetivos

Esta tese busca aprofundar o debate sobre os modelos de avaliação urbana, propondo uma abordagem que transcenda a análise puramente técnica. O foco reside na integração de indicadores tradicionais com dimensões simbólicas, culturais e afetivas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento de cidades mais humanas e sustentáveis.

Para atingir este propósito, a pesquisa visa responder à seguinte questão: De que maneira a memória, enquanto categoria analítica, pode reconfigurar os modelos de avaliação da sustentabilidade urbana, superando a inviabilidade analítica da dimensão cultural nas agendas globais?

A proposição que orienta este trabalho é que a visualização da memória coletiva e da identidade cultural nos processos de avaliação urbana permite uma compreensão profunda das dinâmicas socio territoriais, revelando aspectos negligenciados pelos indicadores técnicos tradicionais e promovendo estratégias urbanas mais sensíveis ao contexto humano e local.

O objetivo geral desta tese é desenvolver um modelo teórico-metodológico que reconfigure os processos de avaliação de sustentabilidade urbana a partir da incorporação estruturante da memória coletiva e identidade dos cidadãos, através de dimensões simbólicas, culturais e afetivas.

Para alcançar o objetivo geral, a pesquisa se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Analisar criticamente os modelos e indicadores de avaliação urbana tradicionais, identificando as lacunas analíticas e as limitações das métricas tecnocráticas em capturar a dimensão humana e cultural das cidades;
- Sistematizar os conceitos de memória coletiva, identidade e bens culturais

em diálogo com o espaço urbano, fundamentando-os como pilares essenciais para a sustentabilidade e resiliência das comunidades;

- Mapear as convergências conceituais entre constructos humanísticos e as metas das agendas globais (Agenda 2030, Nova Agenda Urbana e Indicadores Cultura|2030), garantindo o alinhamento do modelo aos desafios internacionais de desenvolvimento;
- Desenvolver a arquitetura do modelo teórico-metodológico (artefato), estruturando de forma sinérgica uma camada qualitativa, voltada à percepção dos valores afetivos, e uma camada quantitativa, composta por indicadores técnicos redefinidos;
- Aplicar o modelo em um estudo de caso (município de Canoas/RS) para diagnosticar o nível de (des)ajuste entre o planejamento urbano atual e a memória dos habitantes, validando a sensibilidade do instrumento de coleta;
- Validar e refinar o modelo proposto por meio de ciclos de feedback (especialistas e/ou dados empíricos), consolidando-o como uma regra tecnológica testada e útil para a reconstrução de vínculos afetivos e sociais no planejamento público.

6.4. Justificativa

O alinhamento desta pesquisa com o referencial teórico estabelece um diálogo crítico entre o urbanismo humanístico e a memória social, desafiando a visão tecnocrática e segregacionista da cidade-mercadoria. Ao fundamentar-se em autores como Jan Gehl e Jane Jacobs, a tese postula que o planejamento urbano deve resgatar a escala humana e a vitalidade das ruas, reconhecendo que a vida na cidade ocorre na interação orgânica entre o espaço e as pessoas. Essa perspectiva sustenta que a sustentabilidade urbana é indissociável da dimensão cultural, frequentemente marginalizada no tripé clássico, mas aqui reivindicada como o quarto pilar essencial para a coesão social. Sob essa ótica, a cultura atua como a alma da urbe, e a memória coletiva, conforme as contribuições de Maurice Halbwachs e Michael Pollak, funciona como um palimpsesto vivo que garante a continuidade histórica e o sentimento de pertencimento, transformando o suporte físico em um lugar antropológico de significados. Esse embasamento teórico exige a superação da "amnésia coletiva" e

da insuficiência das avaliações tradicionais, integrando o "sentir" ao "medir" para promover uma resiliência fundamentada na reconstrução de vidas, histórias e vínculos afetivos.

Nesse cenário, a adoção da *Design Science Research* (DSR) como enquadramento metodológico permite que a tese transcenda a mera descrição teórica do patrimônio para prescrever uma solução funcional por meio da criação de um artefato original. Como um exercício da ciência do artificial, a DSR orienta o desenvolvimento de um modelo teórico-metodológico integrador concebido como uma regra tecnológica testada, voltada à utilidade e à resolução de problemas práticos na gestão urbana. O percurso metodológico segue rigorosamente as etapas de conscientização do problema (identificada na lacuna entre métricas técnicas e a dimensão humana), sugestão, desenvolvimento e avaliação iterativa do modelo. Ao estruturar o artefato em camadas qualitativas e quantitativas, a DSR provê o rigor necessário para transformar constructos abstratos de identidade e memória em variáveis operativas e indicadores técnicos redefinidos pela percepção cidadã. Essa abordagem garante que o produto final da tese não seja apenas uma abstração acadêmica, mas uma ferramenta pragmática capaz de mitigar a "inviabilidade analítica" das agendas globais e orientar políticas públicas que respeitem a alma e a complexidade social dos territórios.

Sendo assim, a justificativa técnica desta pesquisa reside na insuficiência dos modelos de avaliação urbana tradicionais, que frequentemente priorizam métricas tecnocráticas e econômicas, como o PIB e o IDH, em detrimento da complexidade da dimensão humana e cultural das cidades. Ao adotar DSR como enquadramento metodológico, a tese propõe a criação de um artefato original, um modelo teórico-metodológico integrador, que busca mitigar a "inviabilidade analítica" observada no monitoramento nacional das metas da Agenda 2030, oferecendo aos gestores públicos uma regra tecnológica testada para operacionalizar o "sentir" e o "medir" de forma sinérgica.

No âmbito acadêmico, o estudo fundamenta-se em um diálogo interdisciplinar robusto entre o urbanismo e a memória social, preenchendo uma lacuna crítica ao reivindicar a cultura como o quarto pilar indispensável da sustentabilidade. A pesquisa contribui para a "ciência do artificial" ao transcender o paradigma meramente descritivo, prescrevendo soluções práticas que reconhecem a cidade como um

palimpsesto vivo, onde a memória coletiva e a identidade não são relicários estáticos, mas vetores dinâmicos de resiliência e continuidade histórica.

Socialmente, a tese justifica-se pela urgência de resgatar a escala humana no planejamento das cidades, combatendo a amnésia coletiva e o sentimento de alienação espacial resultantes de modelos de "cidade-mercadoria". Essa relevância social torna-se pragmática e imperativa frente aos desafios contemporâneos do município de Canoas/RS, especialmente após a catástrofe climática de 2024, evidenciando que a sustentabilidade urbana requer a reconstrução não apenas de infraestrutura física, mas de vidas, histórias e vínculos afetivos que garantam o pertencimento e a dignidade das comunidades.

7. CULTURA E SUSTENTABILIDADE: A CONSTRUÇÃO DAS CIDADES ATRAVÉS DAS PESSOAS

Anteriormente foram apresentados diversos conceitos e temas relacionados ao meio urbano, como o desenvolvimento sustentável, a legislação urbanística brasileira e a categorização das cidades no contexto citadino. Este conteúdo se faz necessário para suportar tecnicamente o ponto central da vida da urbe, a qual é o fio condutor que conecta o aporte teórico até aqui discutido e o motivador principal desta tese: as pessoas que vivem nas cidades.

De acordo com o urbanista dinamarquês Jan Gehl, “Primeiro nós moldamos as cidades – então, elas nos moldam” (Gehl, 2015, p.9). Essa citação esclarece que a vida citadina impacta e é impactada pela forma como as cidades são pensadas e constituídas, influenciando o comportamento humano e as formas de funcionamento da urbe. Cabe ressaltar que esse ciclo se reinicia, não sendo assim estanque. Do mesmo modo, Candau afirma que a memória nos modela e ao mesmo tempo é modelada por nós (Candau, 2012).

Adicionalmente, Gehl salienta a importância de se cuidar das pessoas que vivem no meio urbano para que seja possível a obtenção de cidades mais vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis (Gehl, 2015). Já o filósofo Vilem Flusser traz à discussão a importância da cultura na vida das cidades. Segundo ele, “Uma cidade que não tem cultura própria não existe como cidade” (Freitag-Rouanet, 2002, p. 31).

Pensando nesse sentido e trazendo as definições apresentadas até aqui, se faz necessário o estudo de indicadores capazes de medir a qualidade de vida das pessoas que na cidade vivem, considerando a sua forma de vida (relacionado à cultura), suas memórias e seu senso de pertencimento (identidade). O conceito de cidades inteligentes não pode se basear somente na medição do emprego das TIC ou se os indicadores econômicos correspondem com um padrão estipulado. Deve-se considerar se essas ferramentas estão sendo utilizadas para trazer atenção às pessoas que na cidade vivem. É importante também reforçar a função social do espaço da cidade, prevista no Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001), pois este aspecto contribui para o atingimento dos objetivos de desenvolvimento da sustentabilidade social, bem como dos ODS da Agenda 2030 da ONU.

Ainda sobre a obra de Jan Gehl, podemos trazer as considerações de Richard Rogers e Jaime Lerner nos prólogos de “Cidades para Pessoas” (Gehl, 2015). Eles salientam o valor dos locais públicos das cidades onde as pessoas se encontram, fazendo com que estes sejam o palco e o catalisador das relações humanas. Ainda reforçam que a criação de vínculos com os espaços da cidade, como patrimônios históricos, rios e praças, criam o sentimento de pertencimento que será a base para a formulação de uma identidade. Ainda nesse sentido, Vilem Flusser define que a vida urbana somente é caracterizada como civilizada se houver a configuração clara de três tipos de espaços - o político, o econômico e o cultural - enfatizando a importância das áreas públicas na vida das cidades (Freitag-Rouanet, 2002).

Estes apontamentos corroboram com pensamento do antropólogo francês Michel Agier, que nos diz que as ruas são espaços de relações, de memória e de identificação, transformando a cidade em um campo cultural (Agier, 2011), bem como com o do historiador francês Le Goff que traz que as cidades são lugares de encontros (Le Goff, 1998). Rogers ainda traz a seguinte afirmação: “Cultura é a alma da sociedade e a qualidade que luta contra a repressão. Ela diferencia as pessoas nestes tempos de globalização e mesmice” (Rogers, 2015, p. 151).

O que vimos nos parágrafos anteriores é que tanto Gehl quanto Agier, Le Goff, Rogers e Flusser trazem a dimensão humana e cultural para o centro da discussão das cidades. As pessoas passam a ser as protagonistas do que acontece no meio urbano e a partir da análise dos comportamentos é possível verificar que se faz necessário tirar a lupa dos indicadores estruturais das cidades para focar nos cidadãos, que as decisões acerca das cidades não podem ser baseadas somente em dados e em números. É preciso conhecer o meio urbano a partir dos cidadãos e de sua experiência cotidiana, de seus lugares e situações concretas, das redes de sociabilidade e dinâmicas identitárias (Agier, 2011). Esse exercício deve ser realizado para deslocar o olhar da cidade como objeto para o sujeito que nela vive, da questão sobre o que é a cidade para o que faz a cidade. Uma vez que quem faz a cidade são as ações de seus habitantes, isto é, seus laços culturais, pode-se concluir que a cidade é criada pelos grupos sociais que nela vivem. Porém, esses grupos sociais não são iguais em todas as partes do mundo uma vez que as tradições também não são (Le Goff, 1998).

Centrar a discussão sobre as cidades nas pessoas que nela vivem nos traz

uma questão primordial: como podemos fazer planos de desenvolvimento sustentável em locais onde não se conhece o povo que lá habita?

Historicamente, o modo de pensar as cidades transitou de uma abordagem orgânica e intuitiva para um modelo mecanizado e, mais recentemente, para o resgate da dimensão humana. Durante séculos, as cidades cresceram gradualmente com base na experiência acumulada de gerações, resultando em estruturas coesas e densas, como as cidades medievais, que eram naturalmente adaptadas à escala do pedestre e às curtas distâncias a pé. Nesse período, acreditava-se que as cidades eram construídas para as pessoas, e a vida no espaço urbano era uma parte vital dessa tradição construtiva baseada no artesanato e na percepção intuitiva da escala. Entretanto, meados do século XX marcou uma ruptura radical com a tradição por meio do modernismo e da rápida motorização (Gehl, 2015; Gehl, 2018).

O pensamento modernista passou a ver a cidade como uma máquina com partes separadas por funções, priorizando edifícios individuais isolados em vez do espaço público e das inter-relações entre eles. Sob essa ótica, o planejamento passou a ser feito "do alto e de fora", muitas vezes por meio de pranchetas e maquetes que ignoravam a experiência ao nível dos olhos. Paralelamente, a invasão dos automóveis a partir de 1960 mudou o foco do urbanismo para a acomodação do tráfego, transformando a "arquitetura de 5 km/h" (escala humana) em uma "arquitetura de 60 km/h", onde os espaços se tornaram amplos, amorfos e desinteressantes para quem caminha. Esse modelo resultou em cidades impessoais, onde a vida urbana foi negligenciada ou espremida para fora do espaço público motorização (Gehl, 2015; Gehl, 2018).

A reação a esse cenário começou na década de 1960, com vozes críticas como a de Jane Jacobs, que alertou para a "morte" das grandes cidades causada por um planejamento abstrato e distante da realidade humana. Jacobs e outros pioneiros defenderam a observação direta da vida urbana como base para o projeto, enfatizando que as cidades devem ser entendidas a partir da interação entre as pessoas e os espaços. A partir daí, consolidou-se um campo acadêmico dedicado a estudar o comportamento humano no ambiente construído, buscando recuperar a vitalidade urbana como uma dimensão essencial do planejamento motorização (Gehl, 2015; Gehl, 2018; Jacobs, 2011).

Desde a década de 1980, o pensamento sobre as cidades tornou-se mais

estratégico, com governos percebendo que a qualidade da vida urbana é um trunfo na competição entre cidades para atrair cidadãos e investimentos. No século XXI, os desafios globais de sustentabilidade, saúde e segurança reforçaram a necessidade de cidades que convidem as pessoas a caminhar e pedalar. Atualmente, o urbanismo humanístico propõe inverter a lógica modernista, adotando o princípio de priorizar a vida primeiro, depois o espaço e, por fim, os edifícios. Cidades como Copenhague e Melbourne tornaram-se laboratórios vivos desse novo modo de pensar, onde a documentação sistemática da vida pública serve como ferramenta política para criar ambientes mais vivos, seguros e saudáveis motorização (Gehl, 2015; Gehl, 2018).

Uma abordagem estratégica para a construção de cidades que verdadeiramente reflitam a vida social e a dignidade humana é a participação popular no planejamento urbano realizada de forma a transcender a mera consulta técnica. Sob a ótica de Jan Gehl, o planejamento deve inverter a lógica modernista de priorizar estruturas monumentais, adotando a sequência "vida, espaço, edifícios", na qual o ponto de partida é a observação do comportamento humano e o reconhecimento de que a comunidade é a verdadeira especialista no lugar onde habita (Gehl, 2015; Gehl, 2018). Essa visão converge com a filosofia de Henri Lefebvre, que defende o "Direito à Cidade" como um apelo à participação ativa e à apropriação do espaço pelos seus usuários, tratando a cidade não como um produto de mercado ou uma máquina funcional, mas como uma obra coletiva e social. Para Lefebvre, a participação não é apenas um simulacro de informação, mas uma prática social que garante que o urbano seja confiado àqueles que o vivenciam, resistindo à segregação e à dominação de estratégias vindas "do alto" (Lefebvre, 2001).

Nesse processo de construção coletiva, a percepção do cidadão desempenha um papel político central, como destaca Kevin Lynch ao tratar da "imagem da cidade". Para o autor, o habitante não é um observador passivo, mas um agente que participa criativamente do desenvolvimento da imagem mental do seu entorno; portanto, uma cidade deve ser legível e imaginável para permitir que o indivíduo a estruture e a utilize com segurança e sentido. Quando o planejamento incorpora os significados e as memórias coletivas que os cidadãos depositam nos elementos urbanos, ele fortalece a conexão entre o design físico e a vida social (Lynch, 2011). Gehl reforça essa necessidade ao afirmar que o espaço público gerido democraticamente funciona como uma interface essencial para a manutenção de uma sociedade aberta, servindo de

palco para encontros informais e manifestações políticas que dão voz a todos os grupos sociais (Gehl, 2015).

No contexto brasileiro, esses conceitos encontram respaldo jurídico e diretrizes práticas no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que estabelece a gestão democrática como uma diretriz geral obrigatória da política urbana. A legislação assegura a participação popular por meio de instrumentos como audiências públicas, debates e a iniciativa popular em projetos de lei e programas de desenvolvimento (BRASIL, 2001). Assim, o Estatuto da Cidade busca garantir que o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana seja formulado e fiscalizado pela própria população, transformando os ideais filosóficos de Lefebvre e as metodologias humanísticas de Gehl e Lynch em exigências legais para a construção de ambientes urbanos mais justos e sustentáveis.

A exigência para propor novos artifícios visando a melhoria na qualidade de vida nas cidades leva à tentativa de criações inovadoras ou inéditas. Podemos observar como exemplo desse movimento a utilização das tecnologias da informação e comunicação na busca do desenvolvimento sustentável (Souza, Mangan e Bortolaso, 2022; Palmeiras, 2021). Porém, não podemos olhar somente para as questões tecnológicas na busca por uma solução mágica. Se revisitarmos o passado dos centros urbanos, será possível verificar algumas possibilidades que já foram utilizadas na época em que os cidadãos eram considerados parte principal das cidades. Além de encontrar novas oportunidades, este movimento pode levar ao fortalecimento e recomposição da identidade da localidade, dando aos cidadãos a perspectiva de sentir-se pertencente ao contexto atual. Flusser corrobora essa perspectiva quando diz que “se for possível salvar os valores da velha cultura, não abandonar, não ignorar esses valores, mas incorporá-los a uma nova forma (da era digital), então a verdadeira cidade brasileira estaria emergindo em espaço urbanos contemporâneos” (Freitag-Rouanet, 2002, p. 34).

Além disso, nenhuma sociedade é igual a outra e, portanto, os indivíduos que compõem essa sociedade possuem memórias próprias e particulares: a forma de vida é uma característica específica e única de cada sociedade (Candau, 2012). A partir disso, podemos legitimar a teoria de que o cerne a ser considerado no momento da definição de indicadores que irão auxiliar no direcionamento de ações para alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como na avaliação das cidades

inteligentes, deve ser os cidadãos e sua cultura.

Adicionalmente, Joel Candau descreve que a memória do passado se dá em forma de avaliações e a memória de espera gera engajamento em direção ao futuro. O autor diz que “O apelo ao passado é um constante desafio lançado ao futuro, consistindo em ponderar hoje sobre o que feito e o que poderia ter sido feito” (Candau, 2012, p. 86). Ele ainda salienta que as memórias precisam ser atualizadas para não serem esquecidas, verificando o que pode/deve ser mantido e o que precisa ser renovado, buscando um equilíbrio entre o passado e o futuro. Gondar também trata dessa questão: “O conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja” (Gondar, 2016, p. 29). Do mesmo modo, Barbalho aponta que “é preciso dialogar com os elementos do passado, indispensáveis para a construção de uma identidade própria, relacionando-as com o presente (Barbalho, 2011, p. 7).

Cabe aqui trazer o conceito de patrimônio cultural, pois ele também se relaciona com as citações apresentadas no parágrafo anterior, já que eles são ativos importantes que retratam o caráter e a memória de uma comunidade, fornecendo assim a compreensão do passado, ajudando a enfrentar o presente e a moldar o futuro. O conceito não envolve somente os monumentos. Envolve também concepções mais amplas como a paisagem histórica urbana, englobando as percepções intangíveis como patrimônio imaterial ou digital (Palmeiras, 2021).

Sendo assim, é importante ressaltar que a memória não é um elemento estático, imutável e exclusivo. Pelo contrário: ela é variável e se manifesta de acordo com os indivíduos, os grupos e as sociedades. Ela está em constante mutação por poder ser entendida de forma coletiva e individual, seja pela percepção do local e espaço, pelas relações construídas com ele ou até mesmo pelos fatos ali ocorridos (Candau, 2012).

Já a memória coletiva relaciona-se com o compartilhamento de lembranças (Candau, 2012) e é mais restrita aos grupos, alimentando-se das referências relativas a estes, como as lembranças de família, das comunidades religiosas, das associações corporativas (Halbwachs, 1990). Ela mantém vivas as tradições, os comportamentos, as crenças, além de valorizar o patrimônio e identidade locais (Halbwachs, 1990; Candau, 2012). Já a memória individual “é um ponto de vista sobre a memória coletiva e este ponto de vista muda conforme o lugar que eu ocupo” (Halbwachs, 1990, p. 51).

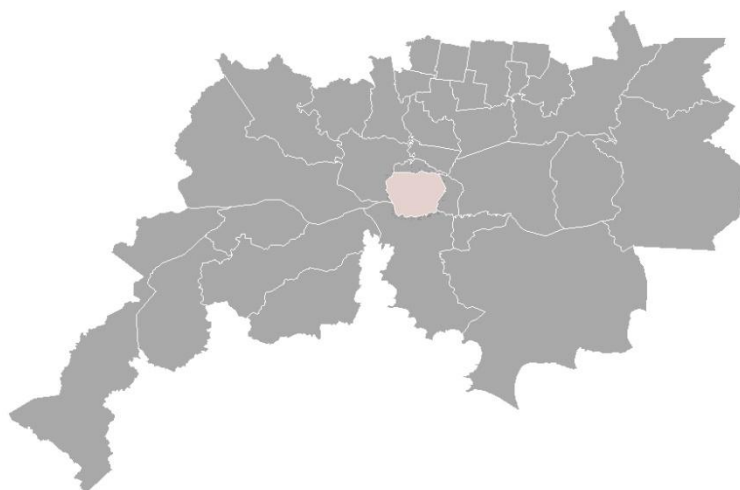
Além disso, a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades (Le Goff, 1990). A identidade é definida por meio de traços culturais de uma comunidade e pode ser complexa e envolvida por nuances, sendo construída a partir das diferenças e instabilidades (Candau, 2012). É ela que torna um povo único a partir da afirmação de elementos culturais em uma sociedade, fazendo com que haja o sentimento de inclusão em um determinado meio (Colombo, 2017).

8. A TRAJETÓRIA DA URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANOAS/RS

Com base no aporte teórico apresentado anteriormente, iniciou-se a busca por dados que demonstrassem a importância do estudo proposto nesse projeto. Na seção seguinte, a trajetória de urbanização de Canoas/RS é o foco principal, evidenciando como se deu a expansão urbana da cidade. Na sequência são relatados os resultados obtidos pelo município nos principais rankings de desenvolvimento sustentável disponíveis atualmente, bem como a situação do seu CPF da Cultura.

O município de Canoas está localizado ao norte da capital do Rio Grande do Sul. De acordo com estimativa do IBGE, a cidade conta com 347.657 habitantes em 2022, que estão distribuídos ao longo de seus 130,774 km² (IBGE, 2022).

Figura 21. Localização do município de Canoas/RS na Região Metropolitana de Porto Alegre



FONTE: Elaborado pela autora.

O desenvolvimento urbano de Canoas se deu principalmente no entorno da linha férrea construída em 1874 e que, à época, ligava a capital ao município de São Leopoldo (Viegas, 2018). Essa estrutura foi construída devido à necessidade de escoar a produção proveniente das áreas ocupadas pelos imigrantes que se estabeleceram e fundaram São Leopoldo, além da produção dos núcleos de Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga (Ugalde e Rigatti, 2006). Naquele momento Canoas ainda pertencia ao município de Gravataí e era conhecida como “cidade veraneio” já que era utilizada pela burguesia da capital como lugar de lazer e descanso

(Viegas, 2011). A “Estação das Canoas” foi um marco que teve papel fundamental no desenvolvimento urbano local, assim como ocorreu na maioria dos municípios por onde a ferrovia passava, já que elas se apresentavam como porta das cidades, onde ocorriam trocas culturais entre os viajantes (Filho e Júnior, 2019). A ferrovia influenciou diretamente na forma linear que a cidade passou a adquirir, além de incluir o município do corredor econômico formado pela estrada de ferro (Mayer, 2009; Valente, Marcos e Hofmann, 2019).

Em 1939 houve a emancipação da cidade e com o avanço da urbanização ocorrido entre as décadas de 1930 e 1950 promovido principalmente pela implementação de grandes loteamentos urbanos, o município foi intitulado como “cidade dormitório”²³, uma vez que houve um incremento populacional na região devido aos baixos preços dos lotes. Nesse mesmo período, houve a inauguração da BR-116 (trecho Porto Alegre - São Leopoldo em 1945) como parte integrante do Plano Rodoviário Nacional, fato este que impactou significativamente na paisagem urbana. Essa via seguiu a trajetória realizada pela ferrovia na maioria do município e seccionou ainda mais a cidade no sentido Norte-Sul, afetando a mobilidade de pedestres e veículos no sentido leste-oeste. Essa via expressa interferiu drasticamente no trânsito e fluxo de pedestres da cidade, pois sua transposição ou travessia era dificultada pela falta de passagens de nível e viadutos. A sua estrutura apresentava outros problemas, como a falta de conservação dos acostamentos, precarização dos pontos de ônibus e falta de iluminação, ocasionando aumento no número de acidentes com mortes (Mayer, 2009). Além da BR-116, as rodovias RS-030 e RS-020 se consolidaram na década de 1940, fazendo com que o parque industrial da região se expandisse e formasse o segundo polo contendo os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo (Ugalde e Rigatti, 2006).

Mais loteamentos foram lançados em 1950 (Vila Igara, Vila São José, Vila São Luís) e 1954 (Vila Mathias Velho) o que ocasionou um crescimento demográfico de 390% entre os anos de 1950 e 1960. A população saltou de 19.471 para 95.401 habitantes nesse período. O crescimento urbano resultante se deu de forma desordenada e espalhada pelos bairros e vilas ao longo do traçado da BR-116

²³ “Cidade dormitório” pode ser caracterizada pela cidade onde há carência de serviços públicos básicos, de urbanização e de oferta de empregos. Desta forma são necessários grandes deslocamentos diários entre o lugar de moradia e o de trabalho (do Lago, 2007).

(Mayer, 2009; Valente, Marcos e Hofmann, 2019).

Além da expansão urbana impulsionada pela criação dos loteamentos, o governo municipal implementou leis de incentivo para instalação de indústrias na cidade nos anos de 1961-1962. Esse estímulo da gestão municipal, somado à localização estratégica junto à capital (dotada de um porto, próxima ao aeroporto internacional, conectada ao interior do estado através de rede de estradas ferroviárias e rodoviárias) fez com que houvesse um surto industrializante na cidade. Essa ação ocasionou a instalação da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), que teve sua inauguração realizada em 1968. Outro impacto deste direcionamento foi o recebimento de investimentos em valores superiores aos da capital em 1965: 1 bilhão e 174 milhões comparados aos 753 milhões captados por Porto Alegre (Mayer, 2009; Valente, Marcos e Hofmann, 2019). O processo de industrialização reverberou até os anos de 1980 e 1990, quando Canoas foi denominada como “cidade industrial” devido à boa infraestrutura técnica e econômica (Viegas, 2011).

A partir dos anos 1970 novas rodovias foram implementadas, como a BR-386 (ligando a capital ao noroeste do estado), a BR-290 (ligando Porto Alegre ao litoral) e a RS-239 (interligando os municípios de Estância Velha, Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, Nova Hartz e Parobé), consolidando de vez o espaço metropolitano (Ugalde e Rigatti, 2006). Ainda nessa década, a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) tem a intenção de construir um muro em torno dos trilhos que atravessam a cidade para evitar a travessia de pedestres. A possibilidade de rebaixamento da ferrovia foi aventada em 1979, época em que foram realizados estudos de viabilidade técnica e econômica. Infelizmente, a viabilidade econômica prevaleceu e a modernização da infraestrutura foi realizada sob o leito existente com o intuito de reduzir os custos de implementação (Mayer, 2009; Valente, Marcos e Hofmann, 2019). Em 1980 foi criada a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (TRENSURB) visando implantar e operar uma linha de trens urbanos no Eixo Norte da RMPA, sendo a inauguração realizada em 1985. Essa estrutura fez com que o centro cívico da cidade fosse dividido em três faixas (lado oeste da ferrovia, central entre a ferrovia e a BR-116 e lado leste da BR-116), mudando significativamente a paisagem local, causando uma ruptura em vínculos socioeconômicos internos, impactando no processo de construção do espaço urbano (Ugalde, 2013; Valente, Marcos e Hofmann, 2019).

Foi nesse cenário que a cidade de Canoas passou a integrar a Região

Metropolitana de Porto Alegre, institucionalizada em 1973. Desta forma, o processo de metropolização foi consolidado por meio da ampliação das zonas urbanas e o processo de conurbação²⁴ intensificado. Pode-se notar que a urbanização do município se deu preferencialmente no entorno da orla ferroviária. Segundo Filho, a expansão urbana se mantém ao longo dos eixos de conexão de fluxo intenso e que as estruturas urbanas se organizaram a partir das estações e dos leitos ferroviários (Filho e Júnior, 2019). No caso aqui estudado fica clara a relação entre os eixos estruturantes (BR-116 e linha férrea) e a definição da forma urbana. É necessário frisar que Canoas, entre os municípios da conurbação que define a RMPA, é o que recebe os maiores impactos do bloqueio à circulação urbana representado pela contiguidade de duas barreiras, a da linha férrea e a da rodovia BR-116, num contexto de ocupação intensiva em ambos os lados da cidade (Ugalde, 2013).

Essa segregação ocasionada pelo leito ferroviário se comporta como uma cicatriz na estrutura da cidade, dividindo-a em duas partes: “o lado de lá” e o “lado de cá” dos trilhos. Mas, ao mesmo tempo em que esses espaços podem ser considerados vazios, eles servem de ligação entre os espaços adensados da cidade, se tornando espaços de união/ligação (Filho e Júnior, 2019). Essa contradição entre integração e segregação pode ser legitimada a partir da comparação entre os resultados dos estudos de sintaxe espacial²⁵ (Ugalde, 2013; Balestro e Zampieri, 2020) e de percepção da paisagem (Penna, 1996; Mayer, 2009).

O trabalho desenvolvido por Penna traz as memórias de cidadãos que vivenciaram o desenvolvimento de Canoas desde a sua emancipação até o período da divulgação de seu livro (Penna, 1996). É possível verificar uma homogeneidade na percepção da população analisada com relação à divisão da cidade causada pela via férrea e a BR-116. Há um consenso sobre a importância dessas estruturas para o desenvolvimento econômico e urbano, mas o impacto negativo percebido por eles é principalmente relacionado à dificuldade na mobilidade no sentido leste-oeste. Resultado semelhante foi obtido no estudo realizado por Mayer, quando a população entrevistada reforçou a questão da divisão resultante dos trajetos da BR-116 e

²⁴ Processo de Conurbação consiste na unificação dos espaços de forma que os limites geográficos municipais não possam mais ser distinguidos ((Romanelli e Abiko, 2011)).

²⁵ Sintaxe Espacial é uma análise quantitativa que busca entender aspectos importantes do sistema urbano, tais como acessibilidade e distribuição de usos do solo, permitindo verificar potenciais de movimento e probabilidades de fluxos.

TRENSURB (Mayer, 2009). Os entrevistados citam que a cidade se desenvolveu no entorno dessas vias, mas que o aumento significativo no fluxo de veículos e pessoas trouxe consequências significativas nos deslocamentos internos.

Em contrapartida, Ugalde traz em sua tese resultados obtidos a partir de análise quantitativa dos movimentos realizados na malha viária da cidade (Ugalde, 2013). Com base nisso, ele comprova que a BR-116 é responsável não somente pelos fluxos de movimento provenientes de outros municípios da RMPA, mas também por boa parte dos deslocamentos intra-municipais devido à sua alta conexão com a malha viária urbana. Balestro reforça essa tese ao comparar os movimentos internos realizados antes e após a implantação de aeromóvel na cidade (Balestro e Zampieri, 2020).

Conforme demonstrado até aqui, a cidade de Canoas se desenvolveu majoritariamente a partir da linha ferroviária presente no município desde 1874 e ela serviu como núcleo central para a expansão urbana. Porém, de acordo com os depoimentos de moradores, a população não percebe que o crescimento se deu pela existência dessa estrutura concentradora de fluxos. A percepção deles é de que a presença do leito ferroviário e da BR-116 impacta negativamente nos deslocamentos internos, principalmente os realizados no sentido leste-oeste. Essa ideia de segmentação reforça o sentimento de que o município ainda é uma “cidade dormitório” apesar de o município já ter se desenvolvido a ponto de ter o 3º maior PIB do estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2022). Ainda com relação aos resultados econômicos obtidos por Canoas, podemos também desmistificar a imagem de “cidade industrial” também citada nas entrevistas, já que o PIB relativo às atividades industriais fica abaixo dos valores de serviços.

Para além do panorama histórico-espacializado de sua expansão urbana, a compreensão da conjuntura contemporânea de Canoas/RS exige um exame detalhado de suas estruturas de governança e de seu desempenho socioeconômico institucionalizado. Para tanto, as subseções a seguir segmentam essa análise em duas frentes complementares: primeiramente, a subseção 6.1 investiga a trajetória de inserção do município no Sistema Nacional de Cultura (SNC), avaliando o grau de maturidade e os entraves operacionais na consolidação dos seus instrumentos de política cultural; na sequência, a subseção 6.2 traça um diagnóstico comparativo da realidade municipal a partir de múltiplos indicadores e rankings nacionais de

desenvolvimento sustentável, bem-estar e inteligência urbana, confrontando o crescimento técnico-econômico da cidade com a qualidade de vida percebida no território.

8.1. Análise da trajetória de adesão de Canoas ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)

A avaliação da trajetória do município de Canoas no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC), apresenta a complexidade de implementação e o desafio enfrentado pelos entes federativos. Canoas formalizou sua adesão em 25 de janeiro de 2013, sendo classificado desde então no status de Adesão Provisória.

Embora a exigência formal para a Adesão Provisória concentre-se na institucionalização do "CPF da Cultura" (Conselho de Política Cultural, o Plano de Cultura e o Fundo de Cultura), a análise cronológica e documental revela múltiplas disjunções. Se o Plano Municipal de Cultura de Canoas (PMCC) já existia desde janeiro de 2012 (Lei nº 5660), os demais pilares foram instituídos legalmente de forma tardia, com a criação do Fundo Municipal de Cultura de Canoas (FMCC) através da Lei nº 5969 de 17 de dezembro de 2015 e do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Canoas (CMPCC) através da Lei nº 6068 de 25 de novembro de 2016, indicando um hiato entre o compromisso formal de 2013 e a criação jurídica completa.

Mais criticamente, as informações acerca do envio de documentação ao SNC revelam que a classificação "Provisória" decorre não apenas da cronologia, mas de severas deficiências burocráticas e operacionais. Especificamente, verificou-se que a lei de criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Canoas (CMPCC) não foi remetida ao sistema, sendo substituída pelo envio de meras atas do colegiado, o que compromete a comprovação da sua base legal e estrutura de funcionamento perante o órgão federal. Adicionalmente, a operacionalização financeira do Fundo Municipal de Cultura foi prejudicada pela ausência de encaminhamento dos dados bancários e do CNPJ correspondente, tornando o Fundo legalmente existente, mas inoperante para fins de repasse e rastreabilidade pelo SNC.

Em se tratando de planejamento, o Plano de Cultura foi submetido de forma incompleta, e, o que é mais grave, o Plano de Metas dele derivado não foi enviado.

Tais falhas comprometem a lógica de gestão compartilhada e monitoramento do SNC, impedindo a verificação do cumprimento das diretrizes locais.

Essa lacuna documental e operativa é paradoxal, visto que o município já possuía a Lei do Sistema Municipal de Cultura de Canoas (SMCC) desde janeiro de 2012 (Lei nº 5661), um requisito estruturalmente mais próximo da Adesão Plena, e se beneficia da existência da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) no nível estadual (Secretaria da Cultura do RS).

Portanto, o caso de Canoas ilustra que a manutenção do status Provisório é uma função direta da precariedade da comprovação institucional. A ausência de documentos-chave, a incompletude de instrumentos de planejamento e a inoperacionalidade financeira transformam a Adesão Provisória em um termo de adesão condicional e burocraticamente frágil.

8.2. Índices de desenvolvimento de Canoas/RS: uma perspectiva atual

Trazendo a discussão sobre a trajetória da urbanização de Canoas para os dias atuais, é importante analisarmos os indicadores disponíveis para verificação da evolução municipal em termos econômicos, sociais e de desenvolvimento sustentável. Serão priorizados aqui os indicadores introduzidos nos capítulos anteriores: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Bem-Estar Urbano Municipal (IBEU-Municipal), Índice de Progresso Social (IPS), *Connected Smart Cities* (CSC) e Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (AtlasBR), o município de Canoas apresenta um IDH de 0,750 no ano de 2010, estando na faixa “Alto” que enquadra os resultados entre 0,700 e 0,799. Houve um aumento de 12,78% quando comparado ao índice alcançado em 2000, que foi de 0,665 (AtlasBR, 2024). Importante ressaltar que esse acréscimo se deu em taxa maior que a apresentada pelo estado, que foi de 12,35%. Na Tabela 5 estão consolidados os dados que compõem o IDH, bem como um comparativo com os resultados obtidos pelo estado do Rio Grande do Sul. Podemos observar que, apesar de Canoas apresentar índices maiores que o Rio Grande do Sul, o perfil de distribuição entre as faixas segue o mesmo padrão – baixo em 1991, médio em 2000 e alto em 2010. Além disso, é

possível perceber que, apesar de o município analisado apresentar IDH crescente no período entre 1991 e 2010, o ranking geral apresenta tendência decrescente.

Tabela 5. Comparativo entre IDH 1991, 2000 e 2010

	1991		2000		2010		FAIXAS
	Canoas	RS	Canoas	RS	Canoas	RS	
IDH	0,556	0,542	0,665	0,664	0,750	0,746	Muito alto (0,800 - 1,000)
IDH Educação	0,349	0,328	0,500	0,505	0,636	0,642	Alto (0,700 - 0,799)
IDH Longevidade	0,733	0,729	0,818	0,804	0,864	0,840	Médio (0,600 - 0,699)
IDH Renda	0,671	0,667	0,719	0,720	0,768	0,769	Baixo (0,500 - 0,599)
Ranking Geral	200	-	408	-	551	-	Muito Baixo (0,000 - 0,499)

FONTE: Elaborado pela autora (baseado em AtlasBR, 2024).

Analisando os resultados referentes ao Índice de Bem-Estar Urbano Municipal, Canoas apresentou um resultado classificado como Bom, atingindo um valor 0,832. A dimensão Infraestrutura foi a que apresentou pior resultado, corroborando a análise geral feita no relatório do Observatório das Metrópoles. Como estes dados são contabilizados na maior parte dos municípios brasileiros, podemos comparar os resultados obtidos por Canoas nessa avaliação com os das cidades certificadas no país como sendo inteligentes conforme a norma ISO 37120. Podemos observar na Tabela 6 que as cidades de São José dos Campos e Pindamonhangaba apresentam resultados superiores. Apesar da superioridade, ambos municípios apresentam a mesma tendência com relação à dimensão Infraestrutura.

Tabela 6. Comparativo do Índice de Bem-Estar Urbano para as cidades de Canoas, São Jose dos Campos e Pindamonhangaba

		Canoas	São José dos Campos	Pindamonhangaba	LEGENDA
		1422	175	557	
Ranking Geral		0,832	0,907	0,880	Muito bom (0,901 - 1,000)
IBEU-Municipal		0,866	0,892	0,938	Bom (0,801 - 0,900)
DIMENSÕES	Mobilidade	0,898	0,977	0,901	Médio (0,701 - 0,800)
	Ambiental	0,878	0,888	0,876	Ruim (0,501 - 0,700)
	Habitacional	0,874	0,964	0,972	Muito Ruim (0,001 - 0,500)
	Serviços	0,645	0,813	0,712	
	Infraestrutura				

FONTE: Elaborado pela autora (baseado em Observatório das Metrópoles, 2016).

Fazendo a mesma comparação entre os três municípios analisados anteriormente, sob a perspectiva do Índice de Prosperidade Social de 2025, podemos

observar uma tendência semelhante ao IBEU, onde Canoas apresenta o pior resultado e São José dos Campos, o melhor. Um ponto importante a se destacar nessa análise é que a classificação de Relativamente Forte, Neutro ou Fraco é realizada comparando-se os resultados de municípios com a mesma faixa de PIB per capita. Sendo assim, os resultados apresentados na tabela abaixo para as três cidades não são totalmente comparáveis, visto que Pindamonhangaba apresenta faixa de PIB superior à Canoas e São José dos Campos. Além disso, podemos verificar que um melhor indicador econômico não reflete na qualidade de vida dos seus habitantes, já que Pindamonhangaba apresenta o maior PIB per capita e o menor resultado do IPS.

Tabela 7. Comparativo do Índice de Progresso Social para as cidades de Canoas, São Jose dos Campos e Pindamonhangaba

		Canoas	São José dos Campos	Pindamonhangaba
Ranking Geral		1068	128	151
Ranking Estadual		138	86	101
PIB <i>per capita</i>		R\$ 61.620,59	R\$ 62.833,33	R\$ 80.468,87
IPS Brasil		62,95	67,14	66,87
DIMENSÕES	Necessidades Humanas Básicas	79,74	81,99	82,58
	Fundamentos do Bem-Estar	63,85	75,53	69,81
	Oportunidade	45,26	45,88	48,22

LEGENDA

Relativamente FORTE*

Relativamente NEUTRO*

Relativamente FRACO*

*Resultado relativo a outros municípios na mesma faixa de PIB *per capita* em 2021

FONTE: Elaborado pela autora (baseado em IPS Brasil 2025, 2025).

Do ponto de vista de cidades inteligentes, podemos avaliar os resultados obtidos por Canoas no ranking desenvolvido pela *Connected Smart Cities* no período entre 2021 e 2024, conforme tabela que segue. Podemos observar que houve declínio da nota geral do município de 31,262 em 2021 para 29,483 em 2024, o que fez com que sua posição no ranking geral caísse de 64° para 90°. Em contrapartida, os resultados dos eixos Empreendedorismo e Economia apresentaram melhora no período analisado. Os demais eixos mantiveram a tendência decrescente.

Tabela 8. Resultados de Canoas no Ranking CSC no período entre 2021 e 2024

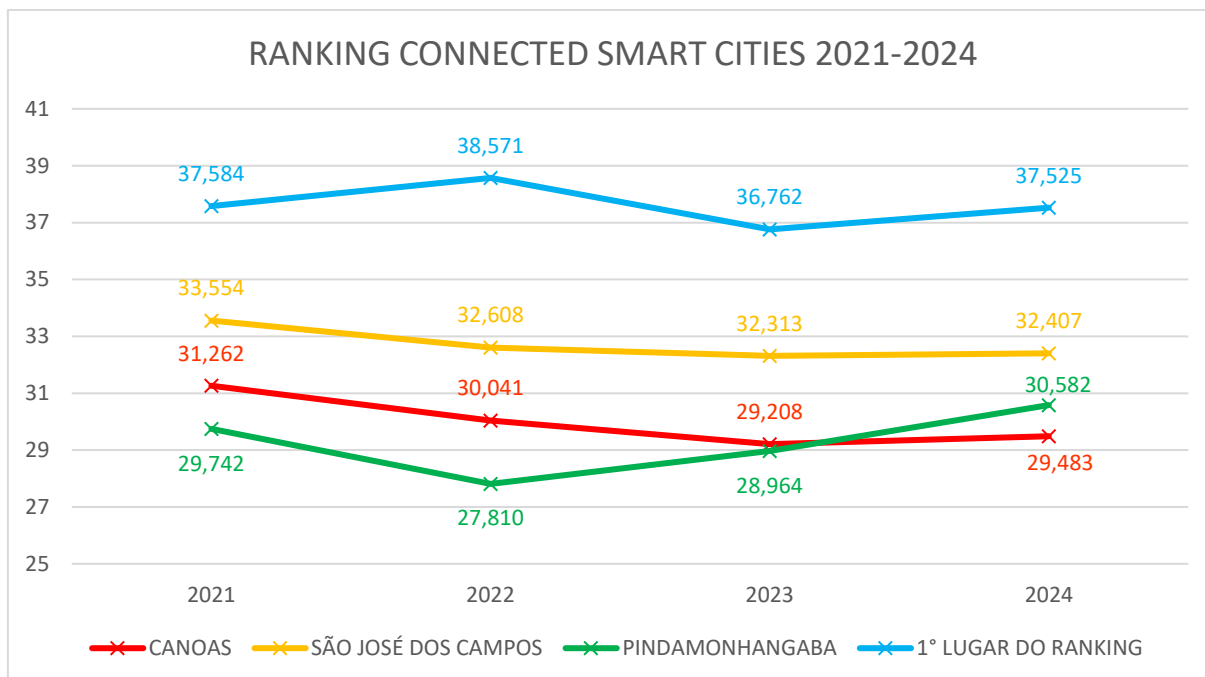
		2021	2022	2023	2024
DADOS GERAIS	Nota	31,262	30,041	29,208	29,483
	Posição Geral	64°	76°	75°	90°
	Posição Região	15°	19°	17°	21°
	Posição Porte (População)*	35°	42°	43°	51°
EIXOS	Mobilidade	51°	56°	57°	59°
	Saúde	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+
	Segurança	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+
	Meio Ambiente	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+
	Empreendedorismo	Fora 100+	10°	Fora 100+	17°
	Educação	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+
	Governança	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+
	Urbanismo	33°	43°	36°	49°
	Economia	Fora 100+	82°	Fora 100+	87°
	Tecnologia e Inovação	29°	35°	39°	37°
RANKING GERAL		64°	76°	75°	90°

* 100 a 500 mil habitantes

FONTE: Elaborado pela autora (baseado em Ranking Connected Smart Cities, 2024).

O Gráfico 1 apresenta as notas de Canoas, São José dos Campos e Pindamonhangaba no período entre os anos de 2021 e 2024, seguindo a comparação entre os três municípios. Além disso, foram incluídos os resultados dos primeiros colocados do ranking. Já o Apêndice 14.2 contempla os resultados detalhados por eixo das três cidades mesmo período, além da uma tabela com o nome dos 10 primeiros colocados do Ranking CSC.

Gráfico 1. Comparativo das notas do Ranking CSC entre 2021 e 2024 para as cidades de Canoas, São Jose dos Campos e Pindamonhangaba



FONTE: Elaborado pela autora (baseado em Ranking Connected Smart Cities, 2024).

Analisando os dados acima, é possível observar que os resultados de Canoas estão em declínio desde o início da série, se tornando quase constante entre 2023 e 2024. No entanto, a tendência é que o resultado de 2025 seja inferior considerando que, no ano de 2024, houve a ocorrência de uma catástrofe climática no município. Também é importante destacar a diferença entre os resultados da cidade e o das que alcançaram o primeiro lugar no ranking – entre 6 e 8 pontos. São José dos Campos mantém-se em estabilidade desde o ano de sua certificação como cidade inteligente em 2022. Já Pindamonhangaba, vem apresentando resultados crescentes desde a sua certificação em 2023. Além disso, podemos observar que, apesar da certificação, essas duas cidades apresentam, em média, 6 pontos de diferença entre os primeiros lugares do ranking.

A seguir serão analisados os dados consolidados pelo Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) a partir do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) emitidos período entre 2022 e 2024, conforme Tabela 9. O município de Canoas manteve um nível de desenvolvimento médio, mantendo a pontuação em torno de 50. Examinando os valores dos ODS, pode-se verificar que os resultados ao longo do período se mantiveram na mesma faixa ou subiram de nível, excetuando-se

os ODS 1, 2, 8 e 9 que apresentaram queda no período.

Tabela 9. Resultados de Canoas no Ranking IDSC no período entre 2022 e 2024

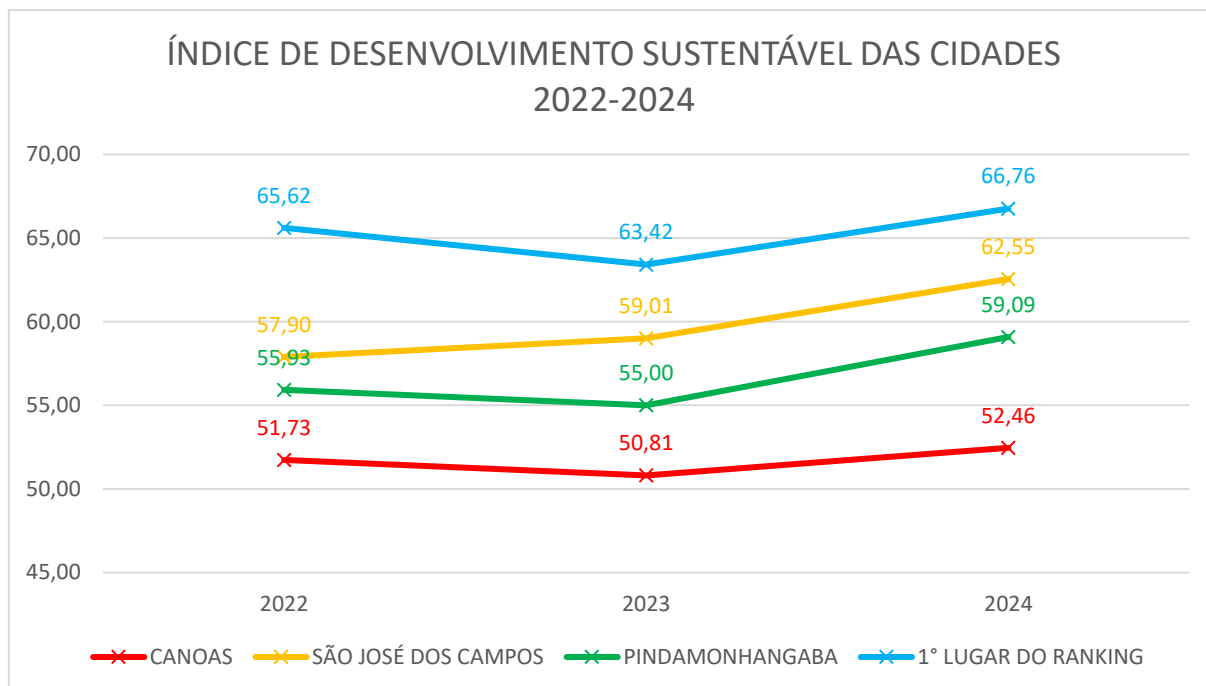
ODS		2022	2023	2024	
ODS 1	Erradicação da pobreza	56,85	53,96	44,53	Muito alto (80,00 - 100)
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	39,13	42,64	33,41	Alto (60,00 - 79,99)
ODS 3	Saúde e bem-estar	61,54	60,67	69,16	Médio (50,00 - 59,99)
ODS 4	Educação de qualidade	39,47	43,09	59,11	Baixo (40,00 - 49,99)
ODS 5	Igualdade de gênero	24,88	24,88	32,09	Muito Baixo (0,00 - 39,99)
ODS 6	Água potável e saneamento	73,99	74,79	86,59	
ODS 7	Energias renováveis e acessíveis	62,61	62,61	94,32	
ODS 8	Trabalho digno e crescimento econômico	66,50	65,62	55,95	
ODS 9	Indústria, inovação e infraestrutura	76,79	15,22	18,46	
ODS 10	Reduzir desigualdades	51,99	71,77	53,25	
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	55,35	57,13	62,87	
ODS 12	Produção e consumo sustentáveis	33,84	67,80	69,92	
ODS 13	Ação climática	67,15	67,60	85,59	
ODS 14	Proteger a vida marinha	67,72	67,72	81,83	
ODS 15	Proteger a vida terrestre	29,30	29,30	52,81	
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	50,25	43,37	52,95	
ODS 17	Parcerias para a implementação dos ODS	22,05	15,52	31,40	
Pontuação Geral		51,73	50,81	52,46	
Pontuação do 1º lugar		65,62	63,42	66,76	
Classificação Geral		1260	1369	1140	

FONTE: Elaborado pela autora (baseado em Instituto Cidades Sustentáveis, 2024).

Assim como no estudo do Ranking CSC, vamos comparar os resultados obtidos pelas cidades certificadas pela ISO 37120. No Gráfico 2, estão sendo mostrados os dados referentes à Canoas, São José dos Campos e Pindamonhangaba no período entre os anos de 2022 e 2024. Além disso, foram incluídos os valores das primeiras cidades do ranking. As informações detalhadas por ODS de cada cidade, bem como a lista dos 10 primeiros colocados do ranking de cada ano avaliado estão no Apêndice 14.3.

Para todas os municípios analisados é possível verificar a mesma tendência: leve queda dos resultados em 2023 com aumento dos índices em 2024. Nesse comparativo vemos que, assim como no caso anterior, a cidade de São José dos Campos apresenta resultados superiores ao de Pindamonhangaba. Canoas segue com os piores resultados.

Gráfico 2. Comparativo das notas do Ranking IDSC entre 2022 e 2024 para as cidades de Canoas, São Jose dos Campos e Pindamonhangaba



FONTE: Elaborado pela autora (baseado em Instituto Cidades Sustentáveis, 2024).

A análise dos diversos índices e indicadores urbanos, como o IDH, IBEU, IPS, CSC e IDSC, permitiu uma compreensão aprofundada da trajetória de desenvolvimento de Canoas, revelando tanto avanços quanto desafios persistentes, especialmente na dimensão de infraestrutura. No entanto, é crucial reconhecer que esses dados quantitativos, por mais precisos que sejam, oferecem uma visão limitada da realidade urbana, incapaz de capturar a essência da experiência humana na cidade. A complexidade do fenômeno urbano exige que a avaliação vá além dos números, integrando as narrativas, os símbolos e os afetos que compõem o tecido social e cultural. Com base nessa constatação, o próximo capítulo se dedicará à configuração do modelo teórico-metodológico proposto, que, ao transcender a mera análise técnica, busca integrar as dimensões simbólicas, culturais e afetivas, fundamentadas na memória coletiva e na identidade dos cidadãos, para construir uma avaliação urbana verdadeiramente holística e significativa.

9. CONFIGURAÇÃO DO MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE AVALIAÇÃO URBANA

A urbanização contemporânea enfrenta desafios complexos, impulsionados por rápidas transformações sociais, ambientais, econômicas e tecnológicas cada vez mais aceleradas. Nesse cenário, os conceitos de desenvolvimento sustentável e de cidades inteligentes vêm sendo amplamente debatidos como alternativas para qualificar a vida urbana. Contudo, muitas dessas abordagens categorização das cidades evoluíram, revelando a complexidade dos problemas urbanos e a necessidade de soluções integradas. Com isso, aspectos como identidade, memória coletiva e cultura passaram a ser considerados no planejamento urbano. Assim como o entendimento de sustentabilidade ampliou-se para incluir aspectos culturais, a definição do que é uma cidade, e de como ela deve ser medida, avaliada e planejada, também passou a abarcar dimensões antes negligenciadas, como a identidade, a memória coletiva e a cultura.

Nesse cenário, os conceitos de cidades sustentáveis e cidades inteligentes surgem como abordagens complementares para ambientes urbanos mais justos, resilientes e inclusivos. No entanto, além dos indicadores técnicos, das certificações internacionais ou do uso intensivo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), esta tese defende a centralidade da dimensão humana: as culturas, memórias, relações sociais e modos de habitar devem ser elementos centrais no planejamento urbano.

Com base em um referencial teórico robusto, levando em consideração as contribuições de Maurice Halbwachs, Joel Candau, Michael Pollak, Jacques Le Goff, Michel Agier, Jan Gehl, Vilem Flusser e Richard Rogers, este estudo postula refletir sobre a centralidade do sujeito urbano na constituição de cidades sustentáveis e cidades inteligentes, destacando a importância de incluir a dimensão humana no planejamento urbano. Busca-se assim, discutir como a valorização da memória coletiva e da identidade pode contribuir para um modelo de desenvolvimento urbano mais sustentável e coerente com os princípios da Agenda 2030 da ONU.

Para operacionalizar esta perspectiva, propõe-se um modelo teórico-metodológico de avaliação urbana que visa a integração sinérgica de indicadores técnicos com dimensões simbólicas, culturais e afetivas, a partir da memória coletiva

e da identidade dos cidadãos.

O desenvolvimento deste modelo está alicerçado na metodologia *Design Science Research* (DSR), que tem como finalidade a concepção e a validação de artefatos – neste caso, um modelo conceitual e operacional – destinado à resolução de um problema identificado. A sua estrutura se articula em duas camadas interligadas e interdependentes:

- **Camada Qualitativa e Humanística:** Esta camada estabelece os pilares conceituais que balizam a avaliação. Focada na experiência humana e nos valores culturais e afetivos, ela é composta por sete construtos que conferem a lente qualitativa e humanística ao modelo.
- **Camada Quantitativa e Técnica:** Esta camada provê a instrumentalização para a mensuração do desempenho socioambiental. Sua robustez analítica é enriquecida e contextualizada pela perspectiva conceitual emanada dos construtos da primeira camada.

9.1. Definição dos Constructos

A definição dos sete constructos (ou categorias temáticas) resultou de uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter teórico-reflexivo. O percurso metodológico envolveu uma revisão teórica e conceitual de autores clássicos e contemporâneos que tratam a cidade como um espaço simbólico e social.

O conjunto desses constructos foi sistematizado com base nas recorrências conceituais e na articulação entre os autores (como Gehl, Agier, Halbwachs e Candau). Eles formam a Camada Qualitativa e Humanística do modelo teórico-metodológico de avaliação urbana, que se articula sinergicamente com a Camada Quantitativa e Técnica. A pesquisa mais ampla utilizou a metodologia *Design Science Research* (DSR), na qual os constructos atuam como artefatos conceituais (ou conceitos) que formam o vocabulário para descrever o problema e especificar as soluções no domínio estudado.

A seguir, apresento a definição e a fundamentação específica para cada um dos sete constructos, conforme os pilares conceituais apresentados anteriormente.

9.1.1. A Centralidade da Pessoa na Cidade

Este constructo enfatiza que o planejamento urbano deve focar nos cidadãos como protagonistas, reconhecendo que as cidades são moldadas pelas experiências cotidianas de seus habitantes e que a dimensão humana é essencial para cidades sustentáveis e inteligentes.

A primazia do ser humano no planejamento é sustentada por diretrizes globais e urbanísticas, incluindo o ODS 11 da Agenda 2030, que visa tornar os assentamentos humanos inclusivos e sustentáveis. A Nova Agenda Urbana (NAU) reforça esta visão com o princípio de "Não deixar ninguém para trás" e a defesa de cidades orientadas para as pessoas. Adicionalmente, este constructo é sustentado pela ideia de que as cidades são moldadas pelas experiências cotidianas de seus habitantes e que o cidadão é o fio condutor que conecta a teoria à prática urbana. Baseia-se na máxima de Jan Gehl: "Primeiro nós moldamos as cidades, então elas nos moldam" e na importância de cuidar das pessoas que vivem no meio urbano para obter cidades mais vivas, seguras e saudáveis. A crítica central é que o planejamento da cidade não deve se restringir apenas à medição de TICs ou padrões econômicos, mas deve ser utilizado para dar atenção às pessoas. No contexto nacional, a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI) possui o pilar "Viva e para as pessoas". O constructo ainda integra a relevância da função social do espaço da cidade, prevista no Estatuto das Cidades, para o atingimento da sustentabilidade social.

9.1.2. Os Limites dos Indicadores Urbanos

Este constructo discute as limitações dos indicadores puramente técnicos, que muitas vezes negligenciam a qualidade de vida dos habitantes, sua cultura, memórias e senso de pertencimento, focando excessivamente em TICs ou padrões econômicos.

A criação deste constructo advém da constatação de que o conceito de cidades inteligentes não pode se basear somente na medição do emprego das TICs ou em padrões econômicos estipulados. O constructo emerge da observação crítica de que estudos e legislações existentes frequentemente priorizam indicadores econômicos, sociais e ambientais, resultando na negligência das questões culturais. A tese

argumenta que planejar sem ouvir os habitantes ou considerar suas práticas e narrativas significa perpetuar modelos que marginalizam o cotidiano e privilegiam a tecnocracia. Portanto, é necessário ir além dos indicadores estruturais das cidades para focar nos cidadãos, considerando a forma de vida (cultura), memórias e senso de pertencimento (identidade) dos habitantes um exercício que desloca o olhar da cidade como objeto para o sujeito que nela vive.

9.1.3. Espaços de Encontro e Pertencimento

Este constructo valoriza os locais públicos como catalisadores das relações humanas e elementos essenciais para a criação de vínculos com os espaços da cidade (como patrimônios históricos, rios e praças), que fundamentam o sentimento de pertencimento e a formulação da identidade.

O conceito está alinhado à meta ODS 11.7, que busca "proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes". A Nova Agenda Urbana (NAU) apoia a criação de "Espaços públicos na escala humana". A visão de urbanistas como Jan Gehl, Richard Rogers e Jaime Lerner destaca o valor desses locais como o "catalisador das relações humanas" e a base para o "sentimento de pertencimento". O antropólogo Michel Agier complementa, ao descrever as ruas como "espaços de relações, de memória e de identificação", transformando a cidade em um campo cultural. Vilem Flusser define que a vida urbana é civilizada se houver uma configuração clara de espaços, incluindo o cultural.

9.1.4. A Cultura como Estruturante da Cidade

A cultura é vista como a "alma da sociedade" e um elemento que diferencia as pessoas na globalização, sendo essencial para a identidade e para a própria existência da cidade, que é criada pelos laços culturais e ações dos grupos sociais que nela vivem.

Este pilar é fundamentalmente ancorado na afirmação de Vilem Flusser: "Uma cidade que não tem cultura própria não existe como cidade". A UNESCO define a

cultura como a "alma de uma cidade" e a considera essencial para a identidade e o progresso. O documento reconhece que a cultura fornece o quadro dentro do qual as memórias são elaboradas e as identidades são construídas e negociadas. Richard Rogers afirma que a cultura é a "alma da sociedade" e a qualidade que diferencia as pessoas na globalização. O constructo também reconhece a integração da cultura de forma transversal na Agenda 2030 e o papel orientador da Agenda 21 da Cultura para políticas públicas

9.1.5. A Memória Coletiva

Considerada vital, a memória coletiva (e individual) molda as sociedades e a forma de vida de cada grupo. O modelo deve incorporar a análise das lembranças compartilhadas, tradições, comportamentos e crenças que mantêm viva a identidade local.

O constructo baseia-se em Maurice Halbwachs, que define a memória como um fenômeno coletivo e social, sujeita a transformações e reconstruída dentro dos quadros sociais. A memória coletiva, mais restrita aos grupos, mantém vivas as tradições e crenças. Joel Candau destaca a sua mutabilidade e a necessidade de ser atualizada. O ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) salienta que o patrimônio cultural é crucial para retratar o caráter e a memória de uma comunidade, fornecendo a compreensão do passado, ajudando a enfrentar o presente e a moldar o futuro.

9.1.6. A Relação entre Passado, Identidade e Futuro

Este constructo entende a memória não como estática, mas como um elemento em constante mutação que desafia o futuro e exige reflexão contínua. Pensar o passado é crucial para construir identidades futuras, buscando um equilíbrio entre o que precisa ser mantido e o que precisa ser renovado para o desenvolvimento urbano sustentável.

Este conceito é ancorado na necessidade de um "equilíbrio harmonioso entre

a valorização das tradições e a adoção de inovações", conforme defendido por Ignacy Sachs. A tese de Sachs enfatiza que as soluções mais eficazes surgem da síntese de tradição e inovação. Joel Candau e Jorge Gondar reforçam a natureza dinâmica da memória, afirmando que ela se projeta no futuro. Candau declara que "O apelo ao passado é um constante desafio lançado ao futuro", e Gondar argumenta que a memória é produzida no presente para "pensar o passado em função do futuro que se almeja".

9.1.7. A Identidade Urbana e a Diferença Cultural

A identidade, construída a partir de traços culturais e de diferenças e instabilidades, torna um povo único e promove o sentimento de inclusão. O modelo deve considerar essa complexidade e as particularidades culturais de cada sociedade ao propor indicadores urbanos.

A identidade é definida por traços culturais, diferenças e instabilidades, elementos que, em conjunto, promovem o sentimento de inclusão. A UNESCO enfatiza a cultura como fonte de identidade e criatividade. A Nova Agenda Urbana (NAU) reafirma a relevância da diversidade cultural como fonte de enriquecimento para a humanidade. A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI) ressalta a importância de respeitar a "diversidade territorial" e as particularidades locais. O constructo, portanto, alinha-se ao entendimento de que a identidade, moldada pela dialética da lembrança e do esquecimento, é continuamente renegociada e expressa.

A partir das definições apresentadas, os sete constructos constituem os pilares conceituais da Camada Qualitativa e Humanística do modelo teórico-metodológico proposto. Embora analisados individualmente para fins de fundamentação teórica e operacionalização metodológica, esses constructos mantêm uma relação de interdependência, formando uma estrutura integrada de compreensão da cidade. Em conjunto, eles deslocam o foco da avaliação urbana de uma perspectiva exclusivamente técnica para uma abordagem centrada na experiência humana, reconhecendo a relevância das pessoas, das relações sociais, da cultura, da memória e da identidade na construção de territórios sustentáveis, inteligentes e socialmente significativos. A Figura 22 sintetiza visualmente essa articulação, evidenciando como

os constructos se conectam e contribuem para a constituição da dimensão qualitativa e humanística do modelo.

Figura 22. Articulação entre os 7 constructos



FONTE: Gerado por IA (OPENAI em 30/05/2026)

Uma vez definidos os sete constructos que compõem a base conceitual do modelo, torna-se necessário examinar sua aderência aos principais referenciais internacionais que orientam as políticas de desenvolvimento urbano sustentável. Nesse sentido, a seção seguinte busca identificar as convergências entre os constructos propostos e os marcos normativos e programáticos das agendas globais, em especial a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Nova Agenda Urbana (NAU) e o relatório Indicadores Cultura|2030 da UNESCO. Esse exercício de enquadramento analítico permite demonstrar que os constructos não constituem apenas categorias teóricas derivadas da literatura, mas também expressam dimensões reconhecidas internacionalmente como fundamentais para a promoção de

idades mais inclusivas, resilientes, sustentáveis e culturalmente sensíveis. Além disso, a análise evidencia como a dimensão humana, cultural e memorial defendida nesta tese encontra respaldo nos debates contemporâneos sobre desenvolvimento urbano e sustentabilidade.

9.2. Como os constructos de enquadrar nas agendas globais?

Após a consolidação e definição operacional dos sete constructos delineados na seção anterior, procedeu-se a uma análise documental e comparativa sistematizada das principais agendas globais. Este procedimento envolveu uma leitura crítica e sistematizada da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Nova Agenda Urbana (NAU) e do relatório Indicadores Cultura|2030. O objetivo central desta etapa foi identificar, mapear e quantificar as relações de convergência entre os constructos teóricos e os quadros conceituais internacionais. Para tal, o procedimento metodológico seguiu as seguintes fases: identificação de palavras-chave, padronização das expressões, visualização exploratória dos termos e enquadramento analítico.

Inicialmente, o procedimento metodológico envolveu a extração sistemática de palavras-chave e expressões que denotam correspondência conceitual com os sete constructos, presentes nas metas e indicadores de cada agenda global. Por meio de uma leitura minuciosa da Agenda 2030, da Nova Agenda Urbana e dos Indicadores Cultura|2030 da UNESCO, foram selecionados e grifados manualmente os vocábulos e expressões que convergiam diretamente com o escopo dos constructos definidos na seção anterior. Essa seleção por via de leitura orientada garantiu que a extração terminológica não fosse um processo puramente mecânico, mas sim um filtro analítico capaz de capturar as sinergias entre as agendas internacionais e as dimensões afetivas e imateriais defendidas nesta tese. O mapeamento sistemático decorrente dessa leitura, com a indicação exata de cada termo selecionado em seu respectivo contexto documental, encontra-se registrado e disponível para consulta nos Apêndices 14.4, 14.5 e 14.6.

Posteriormente, as expressões e termos identificados foram submetidos a um processo de padronização linguística para dirimir ambiguidades semânticas e facilitar

a classificação e quantificação das ocorrências por agenda. A tabela de padronização utilizada pode ser consultada nos Apêndices 14.7 e 14.8. Concluída essa fase, e como etapa de visualização exploratória, foram geradas nuvens de palavras para cada agenda global, com o intuito de identificar padrões de frequência e a proeminência das temáticas que seriam subsequentemente analisadas.

Figura 23. Nuvem de palavras gerada a partir da análise da Agenda 2030, da Nova Agenda Urbana e dos Indicadores Cultura|2030



FONTE: Elaborado pela autora.

Figura 24. Nuvem de palavras gerada a partir da análise da Agenda 2030



FONTE: Elaborado pela autora.

Figura 25. Nuvem de palavras gerada a partir da análise da Nova Agenda Urbana



FONTE: Elaborado pela autora.

Figura 26. Nuvem de palavras gerada a partir da análise dos Indicadores Cultura|2030



FONTE: Elaborado pela autora.

Por fim, as expressões padronizadas foram submetidas ao enquadramento analítico frente aos respectivos constructos, consolidando a matriz que estabelece a pertinência temática e o alinhamento do arcabouço teórico do estudo com as agendas. A matriz analítica de enquadramento, com o detalhamento por agenda, está disponível no Apêndice 14.8. Após esta padronização das expressões, foi realizada a análise de

frequência dos constructos em cada agenda global, conforme apresentado na Tabela 10.

Tabela 10. Análise de frequência dos constructos na Agenda 2030, na Nova Agenda Urbana e nos Indicadores Cultura|2030

Constructo	Agenda 2030	Nova Agenda Urbana	Indicadores Cultura 2030	Total
1. A Centralidade da Pessoa na Cidade	11	10	0	21
2. Os Limites dos Indicadores Urbanos	4	0	0	4
3. Espaços de Encontro e Pertencimento	3	9	1	13
4. A Cultura como Estruturante da Cidade	7	7	8	22
5. A Memória Coletiva	1	4	3	8
6. A Relação entre Passado, Identidade e Futuro	6	19	2	27
7. A Identidade Urbana e a Diferença Cultural	10	34	3	47
Total de ocorrências	42	83	17	142

FONTE: Elaborado pela autora.

O processo de análise de frequência dos termos nas agendas globais exigiu uma etapa de padronização para garantir que as comparações sejam válidas e significativas. A simples contagem de ocorrências pode ser distorcida pela diferença no número total de ocorrências em cada agenda. Ao analisarmos os resultados contidos na Tabela 10, observa-se que o número total de ocorrências é significativamente diferente. Se comparássemos os valores absolutos do constructo 4 por exemplo, onde o número de ocorrências é de 7 tanto para a Agenda 2030 quanto para a Nova Agenda Urbana, chegaríamos à conclusão falha de que ambas as agendas dão a mesma importância, quando na verdade, a concentração (ou peso relativo) desse tema é maior na Agenda 2030.

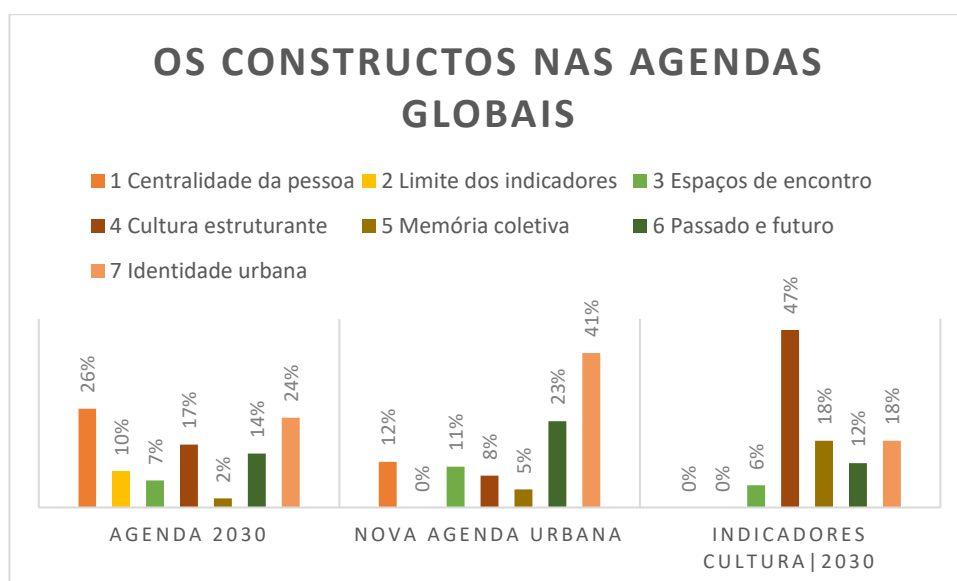
Para superar essa limitação e permitir uma comparação equilibrada, foi utilizada a técnica de normalização por frequência relativa, transformando as contagens absolutas em percentuais de contribuição para o total de ocorrências de cada agenda.

O cálculo foi realizado aplicando a seguinte fórmula para cada constructo (C_i) em cada agenda (A_i):

$$\text{Percentual } (C_i \text{ em } A_i) = \frac{\text{Ocorrências absolutas } (C_i \text{ em } A_i)}{\text{Total de ocorrências em } A_i} \times 100$$

Os resultados obtidos por esta padronização estão sendo apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3. Percentual de ocorrências dos constructos na Agenda 2030, na Nova Agenda Urbana e nos Indicadores Cultura|2030



FONTE: Elaborado pela autora.

Uma análise comparativa da relevância temática entre a Agenda 2030, a Nova Agenda Urbana (NAU) e os Indicadores Cultura|2030 foi realizada e revelou uma matriz complexa de prioridades e discontinuidades que refletem o foco específico de cada documento. As divergências e convergências observadas revelam os diferentes papéis que a cultura e o desenvolvimento urbano assumem em cada agenda.

O notável foco da Agenda 2030 na Centralidade da Pessoa (26%) reflete diretamente o imperativo deste constructo, que estabelece o cidadão como protagonista e exige que o planejamento urbano seja moldado pelas experiências e necessidades cotidianas, princípio este fundamental para o desenvolvimento sustentável. Em contrapartida, a ausência deste eixo nos Indicadores Cultura|2030 sugere uma dificuldade ou uma escolha metodológica de não operacionalizar diretamente as dimensões subjetivas do protagonismo cidadão, concentrando-se em

métricas mais tangíveis da cultura. A relevância da Agenda 2030 no eixo Limite dos Indicadores (10%) reforça essa dimensão autocrítica, ao discutir explicitamente a insuficiência de ferramentas que priorizam a tecnocracia e negligenciam a qualidade de vida e o senso de pertencimento. Este é um debate que não encontra eco nas outras duas agendas.

No domínio da cultura propriamente dita, o desequilíbrio percentual, onde este eixo domina os Indicadores Cultura|2030 (47%), simplesmente reforça a função instrumental deste documento como ferramenta de medição da cultura nessa perspectiva estrutural. Paralelamente, a proeminência da Identidade urbana (41% na NAU), o eixo de maior relevância absoluta, valida o foco da Nova Agenda Urbana na construção da identidade a partir da valorização das diferenças culturais, das particularidades sociais e do sentimento de inclusão, conforme estabelecido pelo constructo.

A dimensão temporal é capturada pelo eixo Passado e futuro, fortemente priorizado pela NAU (23%). Esta ênfase corrobora a fundamentação do constructo, que exige a visão da memória como um elemento dinâmico, buscando um equilíbrio harmonioso entre a valorização das tradições e a adoção de inovações, crucial para a construção de identidades futuras. Complementarmente, a relativa importância da Memória coletiva nos Indicadores Cultura|2030 (18%) aponta para a necessidade de o sistema de medição incorporar as tradições, lembranças e crenças compartilhadas, que moldam a forma de vida e mantêm viva a identidade local.

Por fim, a convergência proporcional no eixo Espaços de encontro (variando entre 6% e 11%) atesta um consenso triplo sobre o papel vital dos locais públicos. As agendas concordam que tais espaços são catalisadores das relações humanas, essenciais para a formação de vínculos com o patrimônio e os elementos da cidade, e alinhados ao objetivo de proporcionar acesso universal a espaços seguros e inclusivos. Essa uniformidade relativa, apesar da baixa contagem absoluta, sublinha a relevância conceitual do vínculo e do pertencimento para o desenvolvimento urbano e cultural em todos os níveis de planejamento analisados.

9.3. Construção do instrumento de avaliação qualitativa

Para que o modelo teórico-metodológico proposto pudesse ser aplicado e, subsequentemente, validado empiricamente, foi essencial operacionalizar os sete constructos da Camada Qualitativa e Humanística. A criação das afirmações do formulário resultou de um processo de recorrência conceitual e de articulação teórica (com base em autores como Gehl, Agier, Halbwachs e Candau). Cada constructo, definido a partir de um percurso metodológico qualitativo e de carácter teórico-reflexivo, foi desmembrado em afirmações específicas, cujo objetivo é capturar a percepção do cidadão sobre a presença e a eficácia dessa dimensão humana no planejamento e na gestão da sua cidade.

O Constructo 1 - A Centralidade da Pessoa na Cidade, enfatiza que o planejamento deve focar nos cidadãos como protagonistas, reconhecendo que a dimensão humana e as experiências cotidianas são essenciais. A fundamentação teórica exige o "cuidado com as pessoas" e o reconhecimento do cidadão como o protagonista. As afirmações para este constructo foram concebidas para medir diretamente essa percepção:

- Afirmação 1.1: "Sinto que minhas experiências e necessidades diárias como cidadão (deslocamentos, saneamento básico, acesso à saúde e cultura, entre outros) são consideradas no planejamento e nas decisões sobre a minha cidade". Esta afirmação operacionaliza a ênfase nas experiências cotidianas e nas necessidades dos habitantes.
- Afirmação 1.2: "Acredito que os cidadãos são tratados como protagonistas na construção e evolução do espaço urbano onde vivo". Esta afirmação mensura a percepção do protagonismo do sujeito urbano.
- Afirmação 1.3: "As ações e o planejamento da cidade onde vivo demonstram cuidado com a qualidade de vida das pessoas". Esta afirmação verifica o nível de percepção do cuidado com a qualidade de vida.

O Constructo 2 - Os Limites dos Indicadores Urbanos critica a insuficiência das métricas tradicionais que negligenciam a cultura, memórias e senso de pertencimento,

focando excessivamente em TICs ou padrões econômicos, e privilegiando a tecnocracia. As afirmações buscam mensurar a percepção da falha ou sucesso dos indicadores existentes em capturar a dimensão humana:

- Afirmação 2.1: "Acredito que os indicadores utilizados para avaliar minha cidade (IDH, PIB, entre outros) capturam adequadamente aspectos como a cultura local, as memórias e o sentimento de pertencimento dos cidadãos". Esta afirmação mede a capacidade dos indicadores técnicos em abranger os aspectos humanos, culturais e de pertencimento.
- Afirmação 2.2: "Sinto que o planejamento urbano da minha cidade privilegia critérios técnicos em detrimento das práticas e narrativas dos habitantes". Esta afirmação diretamente verifica a percepção de privilégio da tecnocracia em detrimento da narrativa dos habitantes.

O Constructo 3 - Espaços de Encontro e Pertencimento valoriza os locais públicos como catalisadores das relações humanas e como elementos essenciais para a criação do sentimento de pertencimento e de identidade, alinhando-se à meta ODS 11.7 sobre espaços públicos seguros e inclusivos. As afirmações do formulário medem a eficácia percebida desses espaços:

- Afirmação 3.1: "Os espaços públicos da minha cidade (praças, parques, ruas) são lugares onde me sinto conectado(a) aos demais cidadãos e que promovem interações sociais significativas". Esta afirmação mede a função de catalisador das relações humanas e a promoção de interações sociais.
- Afirmação 3.2: "Sinto um forte vínculo e pertencimento com os patrimônios históricos, rios e praças da minha cidade". Esta afirmação mensura o sentimento de pertencimento e o vínculo com os espaços físicos públicos.
- Afirmação 3.3: "A arquitetura e o planejamento da minha cidade promovem ativamente o encontro e a convivência entre as pessoas". Esta afirmação avalia se o design urbano cumpre o papel de favorecer a convivência.

O Constructo 4 - A Cultura como Estruturante da Cidade estabelece a cultura como a "alma de uma cidade" (UNESCO) e como um elemento central que define e estrutura a identidade. Baseia-se na afirmação de Vilem Flusser de que "Uma cidade

que não tem cultura própria não existe como cidade". As afirmações avaliam o reconhecimento e a integração da cultura no processo decisório:

- Afirmação 4.1: "Percebo que a cultura é um elemento central que define e estrutura a identidade da minha cidade". Esta afirmação mede a percepção do papel estruturante da cultura.
- Afirmação 4.2: "Minha cidade valoriza e promove suas manifestações culturais próprias, tornando-a única". Esta afirmação mede a valorização da diversidade cultural e das manifestações próprias.
- Afirmação 4.3: "Sinto que as decisões sobre a cidade onde vivo levam em consideração a experiência cotidiana dos cidadãos e dos laços culturais". Esta afirmação avalia a integração dos laços culturais e da experiência na tomada de decisão.

O Constructo 5 - A Memória Coletiva trata a memória como um fenômeno coletivo e social (Halbwachs), onde as tradições e lembranças compartilhadas mantêm viva a identidade local. A memória exige ser atualizada (Candau) e o patrimônio cultural é vital para retratar o caráter da comunidade. As afirmações testam como essa memória é tratada no presente:

- Afirmação 5.1: "Minha cidade demonstra um cuidado efetivo na preservação e valorização de seu patrimônio histórico". Esta afirmação mede o cuidado com o patrimônio cultural.
- Afirmação 5.2: "As tradições e lembranças compartilhadas na minha cidade são reconhecidas e influenciam o modo de vida local". Esta afirmação mede a influência da memória coletiva e das tradições no cotidiano.
- Afirmação 5.3: "Acredito que o planejamento urbano da minha cidade leva em conta o conhecimento do povo que nela habita e suas memórias". Esta afirmação mede a integração do conhecimento tradicional e das lembranças compartilhadas no planejamento urbano.

O Constructo 6 - A Relação entre Passado, Identidade e Futuro é ancorado na necessidade de um "equilíbrio harmonioso entre a valorização das tradições e a adoção de inovações" defendido por Sachs. Ele trata a memória como um elemento

dinâmico que desafia o futuro e fortalece a identidade no presente. As afirmações verificam se essa dialética é percebida no planejamento:

- Afirmação 6.1: "Sinto que o planejamento da minha cidade busca um equilíbrio entre a preservação do passado e a inovação para o futuro". Esta afirmação mensura diretamente a percepção do equilíbrio entre tradição e inovação.
- Afirmação 6.2: "Acredito que o passado da minha cidade é revisitado para fortalecer nossa identidade e senso de pertencimento no presente". Esta afirmação avalia o papel da memória como reforçadora do senso de pertencimento.
- Afirmação 6.3: "Percebo que a memória da minha cidade é vista como um elemento dinâmico que contribui para a construção de identidades futuras". Esta afirmação verifica a percepção da natureza dinâmica da memória (Candau e Gondar).

O Constructo 7 - A Identidade Urbana e a Diferença Cultural concebe a identidade a partir da diversidade de traços culturais e diferenças, sendo um promotor de inclusão e alinhado à defesa da diversidade cultural pela Nova Agenda Urbana (NAU). As afirmações avaliam a percepção da singularidade e inclusão baseada na diversidade:

- Afirmação 7.1: "Minha cidade possui uma identidade cultural forte e única, que a diferencia de outros lugares". Esta afirmação mede a percepção de uma identidade forte e única.
- Afirmação 7.2: "Sinto que a identidade da minha cidade é construída a partir da valorização de suas diferenças culturais e particularidades sociais". Esta afirmação avalia a valorização das diferenças culturais como base da identidade.
- Afirmação 7.3: "Percebo que as políticas urbanas da minha cidade promovem um sentimento de inclusão, reconhecendo a diversidade de identidades culturais". Esta afirmação mede o impacto das políticas na promoção da inclusão e no reconhecimento da diversidade.

O conjunto dessas 20 afirmações constitui, portanto, a ferramenta de coleta de dados de percepção essencial para validar e aplicar a Camada Qualitativa e Humanística do modelo teórico-metodológico, garantindo que os conceitos abstratos dos constructos sejam traduzidos em variáveis mensuráveis no contexto da vivência urbana.

Para que as percepções dos sujeitos urbanos fossem quantificadas e analisadas de maneira estruturada, foi adotada a Escala Likert como instrumento metodológico de mensuração. A escala Likert é caracterizada por ser um conjunto de afirmações utilizado em pesquisas para medir o nível de concordância ou discordância do respondente frente a estas declarações. A estrutura deste instrumento apresenta opções de resposta que variam de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”, variando semanticamente do nível mais baixo para o mais elevado. A análise dos resultados se dá através da atribuição de valores numéricos às repostas de forma a refletir a força e a direção da reação do entrevistado à declaração, sendo os maiores valores atribuídos às declarações de concordância (Meireles, 2024). Para esta pesquisa, foi definida uma escala com 5 graus, apresentando a configuração da tabela a seguir, sendo que ela é do tipo intervalar, isto é, a distância entre as posições é a mesma.

Tabela 11. Escala Likert utilizada na pesquisa “Avaliação Urbana: Dimensão Humana e Cultural”

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

FONTE: Elaborado pela autora.

Com a coleta de dados de percepção finalizada, utilizando o instrumento "Avaliação Urbana: Dimensão Humana e Cultural" e a Escala Likert de 5 graus, a etapa subsequente no processo de validação do modelo teórico-metodológico consiste na análise estatística descritiva dos resultados. O objetivo é quantificar a percepção dos respondentes frente aos sete constructos e, assim, validar empiricamente a Camada Qualitativa e Humanística do modelo.

O desempenho percebido em cada um dos 20 indicadores (ou afirmações) da Camada Qualitativa e que se referem aos níveis de concordância variando de 1

(Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente), será realizado por meio de técnicas de estatística descritiva, concentrando-se no cálculo da média e do desvio padrão para cada indicador.

A média indicará a tendência central das respostas em cada indicador. Os valores serão interpretados da seguinte forma: valores próximos de 4 ou 5 indicam tendência geral de concordância; valores próximos de 3 sugerem neutralidade ou incerteza; e valores próximos de 1 ou 2 apontam para discordância. O Quadro 16 demonstra um exemplo de cálculo de média de um constructo.

Quadro 16. Exemplo de cálculo de média de um constructo

A CENTRALIDADE DA PESSOA NA CIDADE		1	2	3	4	5
Indicador de Percepção	Afirmativa do formulário	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
1.1.1 Percepção da Consideração das Necessidades Diárias	Sinto que minhas experiências e necessidades diárias são consideradas no planejamento e nas decisões sobre a minha cidade.				4	
1.1.2 Percepção do Protagonismo Cidadão	Acredito que os cidadãos são tratados como protagonistas na construção e evolução do espaço urbano onde vivo.			3		
1.1.3 Avaliação das Ações Municipais na Qualidade de Vida	As ações e o planejamento da cidade onde vivo demonstram cuidado com a qualidade de vida das pessoas					5
Avaliação dos indicadores de percepção				3	4	5
Média do constructo		4				

FONTE: Elaborado pela autora.

O desvio padrão por sua vez medirá a dispersão das respostas em torno da média. Um valor de desvio padrão baixo indicará alto consenso de opinião entre os respondentes, enquanto um valor alto apontará para uma polarização ou variabilidade significativa nas percepções

Após a análise individual dos indicadores, será realizada a avaliação por constructo. Cada um dos sete constructos terá sua média e desvio padrão consolidados. Essa consolidação permite medir o desempenho geral de cada pilar da Camada Qualitativa e Humanística.

Quadro 17. Exemplo de cálculo de média e desvio padrão geral

Constructo	Média do indicador de percepção
A Centralidade da Pessoa na Cidade	4
Os Limites dos Indicadores Urbanos	5
Espaços de Encontro e Pertencimento	3
A Cultura como Estruturante da Cidade	3
A Memória Coletiva	2
A Relação entre Passado, Identidade e Futuro	4
A Identidade Urbana e a Diferença Cultural	3
Média geral	3,4
Desvio padrão	0,77

FONTE: Elaborado pela autora.

9.4. Definição dos Indicadores técnicos

A definição dos indicadores técnicos do modelo teórico-metodológico de avaliação urbana foi estabelecida como parte da Camada Quantitativa e Técnica do artefato, concebida para atuar em interdependência com os sete constructos da Camada Qualitativa e Humanística. Esse processo inicial de seleção se baseou primariamente na adoção de métricas consolidadas e existentes nas principais agendas globais de desenvolvimento e cultura. O método envolveu um mapeamento criterioso para assegurar que cada constructo teórico da tese fosse correlacionado a indicadores quantificáveis que medissem o desempenho socioambiental e econômico.

Para o primeiro constructo, A Centralidade da Pessoa na Cidade, que enfatiza o foco no cidadão como protagonista e a dimensão humana como essencial para cidades sustentáveis, os indicadores técnicos propostos são o Nível de Participação Cidadã, extraído do ODS 11.3 da Agenda 2030 e dos Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD). Também são utilizados indicadores abrangentes de qualidade de vida, como o Índice de Qualidade de Vida (IDH), que avalia o desenvolvimento a partir de Renda, Saúde/Longevidade e Educação, e o Índice de Qualidade de Vida (IPS), que mede a capacidade da sociedade em satisfazer necessidades humanas básicas e oferecer oportunidades para o potencial máximo dos indivíduos.

Quadro 18. Indicadores técnicos para o constructo “A Centralidade da Pessoa na Cidade”

Indicador técnico	Descrição	Agenda de origem
Nível de Participação Cidadã	Percentual de participação da população em conselhos, audiências públicas e processos de planejamento participativo	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11.3 da Agenda 2030 e Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD)
Índice de Qualidade de Vida	Avaliação do desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos habitantes de uma região a partir das dimensões Renda, Saúde/Longevidade e Educação	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
	Capacidade da sociedade em satisfazer necessidades humanas básicas, garantir qualidade de vida e dar oportunidades para o potencial máximo dos indivíduos	Índice de Progresso Social (IPS)

FONTE: Elaborado pela autora.

O segundo constructo, Os Limites dos Indicadores Urbanos, cuja função é criticar o foco excessivo em métricas puramente técnicas que negligenciam a cultura e o pertencimento, adota indicadores que expõem a priorização do setor humano e cultural. Estes incluem o Investimento na Cultura, que mede o percentual do orçamento municipal destinado a políticas culturais em comparação com outras áreas, e o Percentual de Atividades Culturais Informais e Não Remuneradas, que quantifica a contribuição dessas atividades não capturadas por indicadores econômicos formais. Ambos são originados dos Indicadores Cultura|2030.

Quadro 19. Indicadores técnicos para o constructo “Os Limites dos Indicadores Urbanos”

Indicador técnico	Descrição	Agenda de origem
Investimento na Cultura	Percentual do orçamento municipal destinado a políticas culturais em comparação com outras áreas	Indicadores Cultura 2030
Percentual de Atividades Culturais Informais e Não Remuneradas	Quantificar esforços para estimar a contribuição dessas atividades que não são capturadas por indicadores econômicos formais	Indicadores Cultura 2030

FONTE: Elaborado pela autora.

No terceiro constructo, Espaços de Encontro e Pertencimento, que valoriza locais públicos como catalisadores de relações humanas e base para o sentimento de pertencimento, a avaliação técnica inclui a Área de espaços verdes, seguros e acessíveis por habitante, que quantifica a disponibilidade de espaços de lazer e

encontro, baseada no ODS 11.7 da Agenda 2030 e no IPS. Outros indicadores são a Distribuição de equipamentos culturais, que mapeia espacialmente a densidade desses equipamentos em relação à população e transporte, a Taxa de Mercados Tradicionais vs. Não Tradicionais, que mede a proporção de mercados definidos como "tradicionais", e o Número e tipo de patrimônios históricos, culturais e naturais protegidos e acessíveis, que quantifica os bens culturais e naturais inventariados ou reconhecidos como patrimônio, de acordo com o IUCD.

Quadro 20. Indicadores técnicos para o constructo “Espaços de Encontro e Pertencimento”

Indicador técnico	Descrição	Agenda de origem
Área de espaços verdes, seguros e acessíveis por habitante	Quantificar a disponibilidade de espaços de lazer e encontro	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11.7 da Agenda 2030 e IPS
Distribuição de equipamentos culturais, identificando a diversidade e densidade em relação à população	Mapeamento espacial da distribuição de equipamentos culturais, identificando diversidade e densidade em relação à população, transporte e centros econômicos	Índice de Progresso Social (IPS)
Taxa de Mercados Tradicionais vs. Não Tradicionais	Proporção de mercados registrados definidos como "tradicionais" em comparação com "não tradicionais", refletindo a valorização da diversidade cultural no ambiente urbano	Indicadores Cultura 2030
Número e tipo de patrimônios históricos, culturais e naturais protegidos e acessíveis	Número de bens culturais materiais, imateriais e naturais inventariados ou reconhecidos como patrimônio	Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD)

FONTE: Elaborado pela autora.

Para o quarto constructo, A Cultura como Estruturante da Cidade, que define a cultura como elemento central da identidade, os indicadores técnicos se concentram em sua contribuição econômica e governança. Eles incluem a Contribuição das Atividades Culturais ao PIB e o Emprego Cultural, que medem a contribuição do setor formal para a economia. O Financiamento Público da Cultura (ou Gastos Culturais por habitante) avalia a proporção da despesa pública destinada a atividades culturais. Além disso, o CPF da Cultura (Conselho, Plano e Fundo de Cultura) verifica a existência e o marco regulatório para apoiar a cultura e criatividade, e a Quantidade de Atividades Culturais mede o número anual de ingressos vendidos ou visitas a estabelecimentos culturais.

Quadro 21. Indicadores técnicos para o constructo “A Cultura como Estruturante da Cidade”

Indicador técnico	Descrição	Agenda de origem
Contribuição das Atividades Culturais ao PIB	Percentual do PIB atribuível à produção cultural privada e formal	Indicadores Cultura 2030 e Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD)
Emprego Cultural	Percentual de pessoas dedicadas a ocupações culturais em relação à população ativa empregada	Indicadores Cultura 2030 e Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD)
Financiamento Público da Cultura	Proporção do gasto público dedicado a atividades culturais e criativas	Indicadores Cultura 2030
CPF da cultura	Existência e efetividade do Conselho Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura	Sistema Nacional da Cultura
Quantidade de Atividades Culturais	Número de eventos, espaços culturais e participação em atividades culturais	Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD)

FONTE: Elaborado pela autora.

No quinto constructo, A Memória Coletiva, que incorpora a análise de lembranças, tradições e crenças compartilhadas, o monitoramento técnico inclui os Gastos em Patrimônio, que é a despesa per capita gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural (ODS 11.4). Complementando os indicadores globais, foram propostos os indicadores Projetos de Memória, que quantificam iniciativas de valorização da memória local, como registros de memória oral, e o Uso de Metodologias Participativas, que verifica a implementação de cartografias afetivas e escuta cidadã para coletar memórias.

Quadro 22. Indicadores técnicos para o constructo “A Memória Coletiva”

Indicador técnico	Descrição	Agenda de origem
Gastos em Patrimônio	Medir o total de gastos per capita em proteção do patrimônio cultural e natural, tanto público quanto privado	Indicadores Cultura 2030
Projetos de Memória	Quantidade de iniciativas de valorização da memória local, como por exemplo museus comunitários ou registros de memória oral.	Proposta da Tese
Uso de Metodologias Participativas	Implementação de cartografias afetivas e escuta cidadã para coletar memórias	Proposta da Tese

FONTE: Elaborado pela autora.

Em relação ao sexto constructo, A Relação entre Passado, Identidade e Futuro, que trata a memória como um elemento dinâmico em busca do "equilíbrio harmonioso

entre a valorização das tradições e a adoção de inovações", os indicadores visam medir a aplicação dessa dialética no planejamento. Foram propostos pela tese os Projetos de revitalização urbana, que integram a requalificação de áreas históricas com novas tecnologias, e as Políticas de inovação cultural, que fomentam a criatividade com base nas tradições locais. Adicionalmente, mede-se o Número de Edifícios Construídos com Técnicas / Materiais Sustentáveis ou Naturais, que é o percentual de novas construções em áreas históricas que utilizam materiais e técnicas tradicionais ou sustentáveis. Por fim, o Percentual de População com Acesso à Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) com Foco em Diversidade Cultural avalia a integração da diversidade cultural e do patrimônio nas políticas educacionais.

Quadro 23. Indicadores técnicos para o constructo "A Relação entre Passado, Identidade e Futuro"

Indicador técnico	Descrição	Agenda de origem
Projetos de revitalização urbana	Projetos que integram a requalificação de áreas históricas com novas tecnologias ou usos sustentáveis	Proposta da Tese
Políticas de inovação cultural	Existência de programas que fomentam a criatividade e inovação com base nas tradições locais	Proposta da Tese
Número de Edifícios Construídos com Técnicas/Materiais Sustentáveis ou Naturais	Percentual de novas construções em áreas históricas que utilizam técnicas e materiais de construção sustentáveis, naturais e tradicionais	Indicadores Cultura 2030
Percentual de População com Acesso à Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) com Foco em Diversidade Cultural	Medir a integração da diversidade cultural, patrimônio e valores culturais em políticas educacionais, currículos e formação de professores	Indicadores Cultura 2030

FONTE: Elaborado pela autora.

Finalmente, o sétimo constructo, A Identidade Urbana e a Diferença Cultural, que avalia a identidade construída a partir de traços culturais e diversidade para promover a inclusão, utiliza a Diversidade cultural, proposta pela tese, que mede o número de grupos culturais, manifestações artísticas e eventos multiculturais apoiados oficialmente. Também são utilizados os indicadores de Representatividade, que mensura a participação de diferentes grupos étnicos, religiosos e minoritários em decisões culturais, proveniente do IUCD, e a Redução das desigualdades, que se baseia em indicadores do ODS 10 da Agenda 2030 para verificar a inclusão de grupos vulneráveis através de aspectos culturais.

Quadro 24. Indicadores técnicos para o constructo “A Identidade Urbana e a Diferença Cultural”

Indicador técnico	Descrição	Agenda de origem
Diversidade cultural	Número de grupos culturais, manifestações artísticas e eventos multiculturais apoiados oficialmente	Proposta da Tese
Representatividade	Participação de diferentes grupos étnicos, religiosos e minoritários em decisões culturais e urbanísticas	Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD)
Redução das desigualdades	Indicadores do ODS 10 que podem estar relacionados com aspectos culturais para verificar a inclusão de grupos vulneráveis	Agenda 2030

FONTE: Elaborado pela autora.

O modelo, portanto, adota indicadores técnicos consolidados (como IDH, IPS e métricas das normas ISO/ABNT, IUCD, e Indicadores Cultura|2030) para medir o desempenho socioambiental e econômico, mas os complementa com indicadores inovadores propostos pela tese (como Projetos de Memória, Uso de Metodologias Participativas, Projetos de revitalização urbana, Políticas de inovação cultural e Diversidade cultural).

A inclusão desses novos indicadores visa justamente superar os limites dos indicadores urbanos, uma vez que as métricas tradicionais são inadequadas para capturar a cultura local, as memórias e o sentimento de pertencimento. O propósito final é garantir que a avaliação urbana seja holística, integrando a performance técnica e a experiência humana.

9.5. Primeira versão do artefato

Após a definição dos sete constructos e dos indicadores técnicos, segue a consolidação da estrutura metodológica para a validação empírica do modelo proposto, articulando as dimensões de percepção humana com métricas objetivas de desempenho urbano. Essa articulação é crucial para assegurar que os conceitos abstratos dos sete constructos da Camada Qualitativa e Humanística sejam traduzidos em variáveis mensuráveis e, simultaneamente, correlacionados com a performance técnica da cidade.

1. A CENTRALIDADE DA PESSOA NA CIDADE		
Definição: Este constructo enfatiza que o planejamento urbano deve focar nos cidadãos como protagonistas, reconhecendo que as cidades são moldadas pelas experiências cotidianas de seus habitantes e que a dimensão humana é essencial para cidades sustentáveis e inteligentes.		
Fundamentação: ODS 11 ("Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis"), a Nova Agenda Urbana (NAU) com o princípio de "Não deixar ninguém para trás" e a defesa de cidades orientadas para as pessoas, e o urbanista Jan Gehl, que afirma que "Primeiro nós moldamos as cidades – então, elas nos moldam" e a importância de "cuidar das pessoas". A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI) também possui o pilar "Viva e para as pessoas".		
1.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
1.1.1. Percepção da Consideração das Necessidades Diárias	Avaliar, por meio de pesquisas e grupos focais, se os cidadãos sentem que suas experiências e necessidades diárias são consideradas no planejamento e nas decisões sobre a cidade.	Sinto que minhas experiências e necessidades diárias são consideradas no planejamento e nas decisões sobre a minha cidade.
1.1.2. Percepção do Protagonismo Cidadão	Investigar a crença dos cidadãos de que são tratados como protagonistas na construção e evolução do espaço urbano.	Acredito que os cidadãos são tratados como protagonistas na construção e evolução do espaço urbano onde vivo.
1.1.3. Avaliação das Ações Municipais na Qualidade de Vida	Analisar a percepção de que as ações e o planejamento da cidade demonstram cuidado com a qualidade de vida das pessoas.	As ações e o planejamento da cidade onde vivo demonstram cuidado com a qualidade de vida das pessoas.
1.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Agenda de Origem
1.2.1. Nível de Participação Cidadã	Percentual de participação da população em conselhos, audiências públicas e processos de planejamento participativo.	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11.3 da Agenda 2030 e Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD)
1.2.2. Índice de Qualidade de Vida	Avaliação do desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos habitantes de uma região a partir das dimensões Renda, Saúde/Longevidade e Educação.	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
1.2.3. Índice de Qualidade de Vida	Capacidade da sociedade em satisfazer necessidades humanas básicas, garantir qualidade de vida e dar oportunidades para o potencial máximo dos indivíduos.	Índice de Progresso Social (IPS)

2. OS LIMITES DOS INDICADORES URBANOS		
Definição: Este constructo discute as limitações dos indicadores puramente técnicos, que muitas vezes negligenciam a qualidade de vida dos habitantes, sua cultura, memórias e senso de pertencimento, focando excessivamente em TICs ou padrões econômicos.		
Fundamentação: A observação de que estudos e legislações existentes priorizam indicadores econômicos, sociais e ambientais, negligenciando as questões culturais. A tese aponta a necessidade de ir além da medição do emprego de TICs ou de padrões econômicos.		
2.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
2.1.1. Percepção da Adequação dos Indicadores	Avaliar se os indicadores atuais capturam adequadamente a cultura local, memórias e sentimento de pertencimento dos cidadãos.	Acredito que os indicadores utilizados para avaliar minha cidade capturam adequadamente aspectos como a cultura local, as memórias e o sentimento de pertencimento dos cidadãos.
2.1.2. Percepção da Priorização da Tecnocracia	Investigar se o planejamento urbano privilegia a tecnocracia em detrimento das necessidades humanas e culturais.	Sinto que o planejamento urbano da minha cidade privilegia a tecnocracia em detrimento das práticas e narrativas dos habitantes.
2.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Agenda de Origem
2.2.1. Investimento na Cultura	Percentual do orçamento municipal destinado a políticas culturais em comparação com outras áreas.	Indicadores Cultura 2030
2.2.2. Percentual de Atividades Culturais Informais e Não Remuneradas	Quantificar esforços para estimar a contribuição dessas atividades que não são capturadas por indicadores econômicos formais	Indicadores Cultura 2030

3. ESPAÇOS DE ENCONTRO E PERTENCIMENTO		
Definição: Este constructo valoriza os locais públicos como catalisadores das relações humanas e elementos essenciais para a criação de vínculos com os espaços da cidade (como patrimônios históricos, rios e praças), que fundamentam o sentimento de pertencimento e a formulação da identidade.		
Fundamentação: ODS 11.7 ("proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes"), a Nova Agenda Urbana com "Espaços públicos na escala humana", e a visão de Jan Gehl, Richard Rogers e Jaime Lerner sobre o valor dos espaços públicos como "catalisador das relações humanas" e base para o "sentimento de pertencimento". Michel Agier também aborda as ruas como "espaços de relações, de memória e de identificação".		
3.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
3.1.1. Percepção de Espaços para o Encontro Social	Avaliar se a cidade possui espaços públicos (ruas, praças, parques) que favorecem o encontro e a interação entre as pessoas.	Os espaços públicos da minha cidade (praças, parques, ruas) são lugares onde me sinto conectado(a) e que promovem interações sociais significativas.
3.1.2. Sentimento de Vínculo e Pertencimento	Medir o vínculo e pertencimento com patrimônios históricos, rios e praças da cidade.	Sinto um forte vínculo e pertencimento com os patrimônios históricos, rios e praças da minha cidade.
3.1.3. Promoção da Convivência pela Arquitetura	Investigar se a arquitetura e o planejamento da cidade promovem ativamente o encontro e a convivência.	A arquitetura e o planejamento da minha cidade promovem ativamente o encontro e a convivência entre as pessoas.
3.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Agenda de Origem
3.2.1. Área de espaços verdes, seguros e acessíveis por habitante	Quantificar a disponibilidade de espaços de lazer e encontro.	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11.7 da Agenda 2030 e IPS
3.2.2. Distribuição de equipamentos culturais, identificando a diversidade e densidade em relação à população	Mapeamento espacial da distribuição de equipamentos culturais, identificando diversidade e densidade em relação à população, transporte e centros econômicos.	Índice de Progresso Social (IPS)
3.2.3. Taxa de Mercados Tradicionais vs. Não Tradicionais	Proporção de mercados registrados definidos como "tradicionais" em comparação com "não tradicionais", refletindo a valorização da diversidade cultural no ambiente urbano.	Indicadores Cultura 2030
3.2.4. Número e tipo de patrimônios históricos, culturais e naturais protegidos e acessíveis	Número de bens culturais materiais, imateriais e naturais inventariados ou reconhecidos como patrimônio.	Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD)

4. A CULTURA COMO ESTRUTURANTE DA CIDADE		
Definição: A cultura é vista como a "alma da sociedade" e um elemento que diferencia as pessoas na globalização, sendo essencial para a identidade e para a própria existência da cidade, que é criada pelos laços culturais e ações dos grupos sociais que nela vivem.		
Fundamentação: A UNESCO define a cultura como a "alma de uma cidade" e essencial para a identidade e progresso. Vilem Flusser argumenta que "Uma cidade que não tem cultura própria não existe como cidade". A Agenda 2030 integra a cultura de forma transversal, e a Agenda 21 da Cultura orienta políticas públicas culturais.		
4.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
4.1.1. Percepção da Cultura como Elemento Estruturante da Identidade	Avaliar se a cultura é percebida como um elemento central que define e estrutura a identidade da cidade.	Percebo que a cultura é um elemento central que define e estrutura a identidade da minha cidade.
4.1.2. Valorização e Promoção das Manifestações Culturais	Investigar se a cidade valoriza e promove suas manifestações culturais próprias, tornando-a única.	Minha cidade valoriza e promove suas manifestações culturais próprias, tornando-a única.
4.1.3. Inclusão da Experiência Cotidiana nas Decisões	Avaliar se as decisões sobre a cidade levam em consideração a experiência cotidiana e os laços culturais dos cidadãos.	Sinto que as decisões sobre a cidade onde vivo levam em consideração a experiência cotidiana e os laços culturais dos cidadãos.
4.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Agenda de Origem
4.2.1. Contribuição das Atividades Culturais ao PIB	Percentual do PIB atribuível à produção cultural privada e formal.	Indicadores Cultura 2030 e Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD)
4.2.2. Emprego Cultural	Percentual de pessoas dedicadas a ocupações culturais em relação à população ativa empregada.	Indicadores Cultura 2030 e Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD)
4.2.3. Financiamento Público da Cultura	Proporção do gasto público dedicado a atividades culturais e criativas.	Indicadores Cultura 2030
4.2.4. CPF da cultura	Existência e efetividade do Conselho Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura	Sistema Nacional da Cultura
4.2.5. Quantidade de Atividades Culturais	Número de eventos, espaços culturais e participação em atividades culturais.	Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD)

5. A MEMÓRIA COLETIVA		
Definição: Considerada vital, a memória coletiva (e individual) molda as sociedades e a forma de vida de cada grupo. O modelo deve incorporar a análise das lembranças compartilhadas, tradições, comportamentos e crenças que mantêm viva a identidade local.		
Fundamentação: Maurice Halbwachs define a memória coletiva como o compartilhamento de lembranças, tradições e crenças. Joel Candau destaca sua mutabilidade e a necessidade de ser atualizada. O ICOMOS salienta a importância do patrimônio cultural para retratar a memória de uma comunidade.		
5.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
5.1.1. Valorização e Preservação da História e Memórias	Avaliar se a história e as memórias da cidade são valorizadas e preservadas no espaço urbano.	Minha cidade demonstra um cuidado efetivo na preservação e valorização de sua memória coletiva e patrimônio histórico.
5.1.2. Contribuição dos Eventos Históricos para a Identidade	Investigar se os eventos e narrativas históricas da cidade contribuem para a identidade e senso de pertencimento no presente.	As tradições e lembranças compartilhadas na minha cidade são reconhecidas e influenciam o modo de vida local.
5.1.3. Preservação do Conhecimento Tradicional pelo Planejamento Urbano	Investigar se o planejamento da cidade considera os conhecimentos tradicionais do povo.	Acredito que o planejamento urbano da minha cidade leva em conta o conhecimento do povo que nela habita e suas memórias.
5.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Agenda de Origem
5.2.1. Gastos em Patrimônio	Medir o total de gastos per capita em proteção do patrimônio cultural e natural, tanto público quanto privado.	Indicadores Cultura 2030
5.2.2. Projetos de Memória	Quantidade de iniciativas de valorização da memória local, como por exemplo museus comunitários ou registros de memória oral.	Proposta da Tese
5.2.3. Uso de Metodologias Participativas	Implementação de cartografias afetivas e escuta cidadão para coletar memórias.	Proposta da Tese

6. A RELAÇÃO ENTRE PASSADO, IDENTIDADE E FUTURO		
Definição: Este constructo entende a memória não como estática, mas como um elemento em constante mutação que desafia o futuro e exige reflexão contínua. Pensar o passado é crucial para construir identidades futuras, buscando um equilíbrio entre o que precisa ser mantido e o que precisa ser renovado para o desenvolvimento urbano sustentável.		
Fundamentação: Ignacy Sachs defende um "equilíbrio harmonioso entre a valorização das tradições e a adoção de inovações". Joel Candau e Jorge Gondar destacam que a memória é dinâmica e se projeta no futuro.		
6.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
6.1.1. Consideração da História e Memória Coletiva nos Planos Futuros	Avaliar se as discussões e planos sobre o futuro da cidade consideram ativamente sua história e memória coletiva.	Sinto que o planejamento da minha cidade busca um equilíbrio entre a preservação do passado e a inovação para o futuro.
6.1.2. Revisitação do Passado para Identidade	Avaliar se o passado impacta no sendo de pertencimento atual.	Acredito que o passado da minha cidade é revisitado para fortalecer nossa identidade e senso de pertencimento no presente.
6.1.3. Memória como Elemento Dinâmico na Construção de Identidades Futuras	Investigar se a memória da cidade é vista como um elemento dinâmico que contribui para a construção de identidades futuras.	Percebo que a memória da minha cidade é vista como um elemento dinâmico que contribui para a construção de identidades futuras.
6.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Agenda de Origem
6.2.1. Projetos de revitalização urbana	Projetos que integram a requalificação de áreas históricas com novas tecnologias ou usos sustentáveis.	Proposta da Tese
6.2.2. Políticas de inovação cultural	Existência de programas que fomentam a criatividade e inovação com base nas tradições locais.	Proposta da Tese
6.2.3. Número de Edifícios Construídos com Técnicas / Materiais Sustentáveis ou Naturais	Percentual de novas construções em áreas históricas que utilizam técnicas e materiais de construção sustentáveis, naturais e tradicionais.	Indicadores Cultura 2030
6.2.4. Percentual de População com Acesso à Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) com Foco em Diversidade Cultural	Medir a integração da diversidade cultural, patrimônio e valores culturais em políticas educacionais, currículos e formação de professores	Indicadores Cultura 2030

7. A IDENTIDADE URBANA E A DIFERENÇA CULTURAL		
Definição: A identidade, construída a partir de traços culturais e de diferenças e instabilidades, torna um povo único e promove o sentimento de inclusão. O modelo deve considerar essa complexidade e as particularidades culturais de cada sociedade ao propor indicadores urbanos.		
Fundamentação: A identidade é definida por traços culturais, diferenças e instabilidades, promovendo inclusão e tornando um povo único. A UNESCO enfatiza a cultura como fonte de identidade e criatividade e a NAU reafirma a relevância da diversidade cultural. A CBCI ressalta a "diversidade territorial" e o respeito às particularidades locais.		
7.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
7.1.1. Fortalecimento da Identidade Cultural	Avaliar a percepção dos moradores quanto à identidade local.	Minha cidade possui uma identidade cultural forte e única, que a diferencia de outros lugares.
7.1.2. Reconhecimento e Valorização das Diferenças Culturais	Avaliar se a cidade reconhece e valoriza as diferentes manifestações culturais e identidades presentes em sua população.	Sinto que a identidade da minha cidade é construída a partir da valorização de suas diferenças culturais e particularidades sociais.
7.1.3. Promoção da Inclusão e Respeito a Diversas Culturas e Minorias	Investigar se as políticas e iniciativas da cidade promovem ativamente a inclusão e o respeito às diversas culturas e minorias.	Percebo que as políticas urbanas da minha cidade promovem um sentimento de inclusão, reconhecendo a diversidade de identidades culturais.
7.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Agenda de Origem
7.2.1. Diversidade cultural	Número de grupos culturais, manifestações artísticas e eventos multiculturais apoiados oficialmente.	Proposta da Tese
7.2.2. Representatividade	Participação de diferentes grupos étnicos, religiosos e minoritários em decisões culturais e urbanísticas.	Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD)
7.2.3. Redução das desigualdades	Indicadores do ODS 10 que podem estar relacionados com aspectos culturais para verificar a inclusão de grupos vulneráveis	Agenda 2030

Em conclusão, a estruturação e a parametrização do modelo teórico-metodológico “Cidades que Sentem” consolidam o principal produto desta tese, logrando êxito em sua ambição de fundir indicadores urbanos de natureza estritamente técnica a dimensões intangíveis ancoradas na memória coletiva e na identidade cultural. Ao operacionalizar analiticamente o “sentir” e o “medir” sob o rigor prescritivo da *Design Science Research* (DSR), este capítulo superou a lacuna de inviabilidade de métricas imateriais na sustentabilidade urbana brasileira, convertendo conceitos abstratos de memória, identidade e experiência cotidiana em variáveis mensuráveis e auditáveis por meio do IASC e do GEC. Assim, mais do que uma proposição teórica isolada, o artefato estabelece-se como uma bússola ética para o planejamento contemporâneo. Uma vez concluída a engenharia detalhada desse modelo holístico, faz-se imperativo submeter suas engrenagens conceituais ao teste da realidade empírica. Desse modo, o capítulo subsequente dedicar-se-á à aplicação prática e à validação desse artefato no município de Canoas/RS, etapa em que a voz dos cidadãos e a fricção com o território atuarão como crivo fundamental para avaliar a real eficácia, a utilidade e a sensibilidade do modelo ora configurado.

10. VALIDAÇÃO DO MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este capítulo marca o momento de aferição empírica do artefato conceitual “Cidades que Sentem”, conforme preconizado pela metodologia *Design Science Research* (DSR). Esta etapa crucial iniciou-se com a aplicação do instrumento de coleta de dados denominado “Avaliação Urbana: Dimensão Humana e Cultural”, o qual foi concebido para traduzir os conceitos dos sete constructos da Camada Qualitativa e Humanística em variáveis mensuráveis. Subsequentemente, realizou-se a análise exaustiva dos resultados de cada constructo e cada indicador de percepção, utilizando estatística descritiva (média e desvio padrão) para quantificar o nível de concordância ou discordância cidadã sobre a inclusão da memória e da identidade no planejamento urbano. As lacunas e as críticas enfáticas provenientes das respostas qualitativas e quantitativas serviram como a base empírica e o conhecimento aplicável necessário para o refinamento do artefato, culminando na redefinição dos indicadores técnicos da Camada Quantitativa, que foram ajustados para priorizar métricas que efetivamente capturassem as dimensões de cultura, memória e pertencimento negligenciadas pelas agendas globais e expostas pela percepção cidadã.

É importante destacar que, embora a coleta empírica tenha captado percepções individuais, parte-se da compreensão de que a memória manifesta-se por meio dos quadros coletivos que estruturam a experiência individual. Assim, as respostas dos participantes não são interpretadas como opiniões isoladas, mas como expressões situadas de estruturas sociais de pertencimento, reconhecimento e identidade. O instrumento não mede a memória em si, mas identifica sinais de sua presença ou fragilização no tecido urbano.

10.1. Aplicação do instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados, denominado “Avaliação Urbana: Dimensão Humana e Cultural”, foi encaminhado aos participantes por meio da plataforma de comunicação WhatsApp. Salienta-se que, no momento do envio, não houve restrição quanto ao local de moradia dos respondentes, visando maximizar o alcance potencial da coleta. O período de coleta estendeu-se de 08 de outubro a 03 de novembro de

2025. Ao término deste intervalo, o levantamento resultou em um total de 69 respostas. Contudo, apenas 44 dessas submissões foram consideradas válidas para a análise, uma vez que o critério de residência no município de Canoas era mandatório. Esta delimitação geográfica é fundamental por estabelecer a coerência com o escopo e o município de referência definidos para o presente estudo. Os dados brutos provenientes deste instrumento estão apresentados no Apêndice 14.10. Já a tabela que segue apresenta a distribuição de respostas por município de residência.

Tabela 12. Quantidade de respostas por município de residência

Município de residência	Quantidade de respostas
Canoas	44
Porto Alegre	13
Esteio	3
Nova Hamburgo	2
Sapucaia do Sul	2
Alvorada	1
Brasília	1
Cachoeirinha	1
Estância Velha	1
Nova Santa Rita	1
TOTAL	69

FONTE: Elaborado pela autora.

10.2. Análise do perfil dos respondentes

Ao analisar o local de trabalho dos respondentes que residem em Canoas, revela-se uma heterogeneidade dentro do contexto da Região Metropolitana de Porto Alegre. Embora a maioria dos respondentes trabalhe em Canoas, uma parcela de indivíduos exerce suas atividades laborais em outros municípios. Observa-se que 8 respondentes trabalham em Porto Alegre, com registros adicionais em Sapucaia do Sul, Esteio, Eldorado do Sul, Gravataí ou a Região Metropolitana de Porto Alegre de forma mais ampla. Um respondente está aposentado e outro relatou não estar trabalhando no momento da pesquisa, mas ter trabalhado em Canoas por 27 anos.

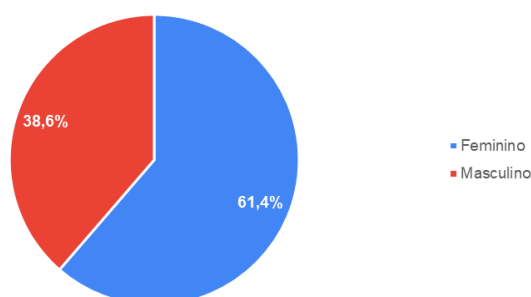
Tabela 13. Município de trabalho dos respondentes residentes em Canoas

Município de trabalho	Quantidade de respostas
Canoas	29
Porto Alegre	8
Aposentado	1
Eldorado do Sul	1
Esteio	1
Esteio e Gravataí	1
Região Metropolitana de Porto Alegre	1
Sapucaia do Sul	1
Não estou trabalhando neste momento, mas trabalhei 27 em Canoas	1
TOTAL	44

FONTE: Elaborado pela autora.

Em termos de composição de gênero, a amostra apresenta um viés em direção ao gênero feminino, que corresponde a 27 dos 44 respondentes. O gênero masculino representa os 17 respondentes restantes.

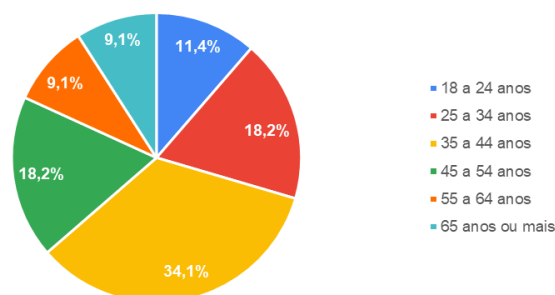
Gráfico 4. Gênero dos respondentes residentes em Canoas



FONTE: Elaborado pela autora.

A distribuição etária dos participantes mostra uma concentração significativa nas faixas intermediárias, típicas de uma população economicamente ativa. A maior frequência de respostas encontra-se no grupo de 35 a 44 anos, com 15 participantes. As faixas de 25 a 34 anos e 45 a 54 anos representam 8 respondentes cada. Os grupos extremos, 18 a 24 anos e 65 anos ou mais, contam com 5 e 4 participantes, respectivamente, assim como o grupo de 55 a 64 anos.

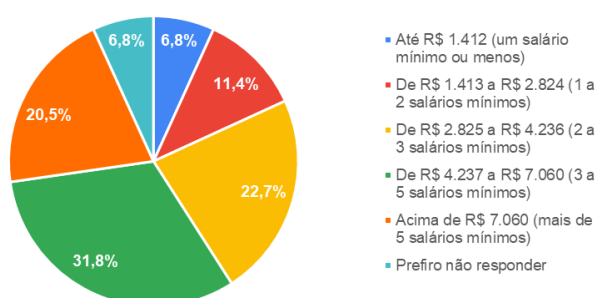
Gráfico 5. Perfil de idade dos respondentes residentes em Canoas



FONTE: Elaborado pela autora.

A análise da renda mensal dos respondentes indica que a categoria mais representativa é a de R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos), englobando 14 respondentes. A segunda faixa mais numerosa é a de R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos), com 10 participantes. As faixas inferiores, de 1 a 2 salários-mínimos (R\$ 1.413 a R\$ 2.824) e até R\$ 1.412 (um salário-mínimo ou menos), somam 5 e 3 respondentes, respectivamente.

Gráfico 6. Distribuição de renda dos respondentes residentes em Canoas



FONTE: Elaborado pela autora.

Analisando a relação entre renda mensal e faixa etária, podemos observar em linhas gerais que as pessoas com rendas mais baixas são as que estão nas faixas extremas de idade. Já as de maior renda apresentam idades entre 35 e 45 anos. Os jovens entre 18 e 24 anos tendem a se concentrar nas faixas de renda mais baixas. Já os respondentes com 65 anos ou mais também tendem a registrar rendas inferiores, possivelmente devido à aposentadoria. As faixas etárias de maior

produtividade econômica (entre 25 e 64 anos) concentram a maioria dos respondentes com rendimentos mais elevados (acima de 3 salários-mínimos), totalizando 52% da amostra.

Em síntese, o perfil geral dos participantes da pesquisa é caracterizado por um forte predomínio de mulheres e um cluster etário centrado entre 35 e 44 anos. Socioeconomicamente, há uma concentração acentuada nas faixas de renda de 3 a 5 salários-mínimos ou mais. Este perfil sugere que a pesquisa capturou majoritariamente a perspectiva de moradores de Canoas, de meia-idade, com estabilidade profissional e financeira, muitos dos quais trabalham na própria cidade ou no eixo Canoas-Porto Alegre, o que confere validade aos resultados no que tange a esse estrato específico da população regional.

A seguir serão apresentados os resultados obtidos para cada constructo do instrumento de coleta de dados e seus indicadores de percepção.

10.3. Constructo 1 - A Centralidade da Pessoa na Cidade

A avaliação da qualidade de vida urbana, sob a ótica do "A Centralidade da Pessoa na Cidade", fundamenta-se na premissa de que o planejamento deve priorizar os cidadãos como protagonistas e reconhecer a dimensão humana e as experiências cotidianas como essenciais para a construção de cidades sustentáveis e inteligentes. Esta fundamentação encontra eco em referenciais globais como o ODS 11 da Agenda 2030 da ONU, a Nova Agenda Urbana (com seu princípio de "Não deixar ninguém para trás") e a filosofia do urbanista Jan Gehl sobre a importância de "cuidar das pessoas". A relação entre os dados demográficos e a percepção dos indicadores qualitativos revela que, na prática municipal observada, a execução do planejamento está significativamente dissociada desta fundamentação teórica.

O exame dos resultados demonstra uma insatisfação que transcende as faixas de renda, idade e gênero. Os três indicadores de percepção registraram predominância de respostas de "Discordo" ou "Discordo totalmente", conforme atesta a Tabela 14.

Tabela 14. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo "A Centralidade da Pessoa na Cidade"

Classificação	1.1. Percepção da Consideração das Necessidades Diárias	1.2. Percepção do Protagonismo Cidadão	1.3. Avaliação das Ações Municipais na Qualidade de Vida
% de discordância (1+2)	69,77%	79,07%	60,47%
% de neutralidade (3)	11,63%	13,95%	23,26%
% de concordância (4+5)	18,60%	6,98%	16,28%

FONTE: Elaborado pela autora.

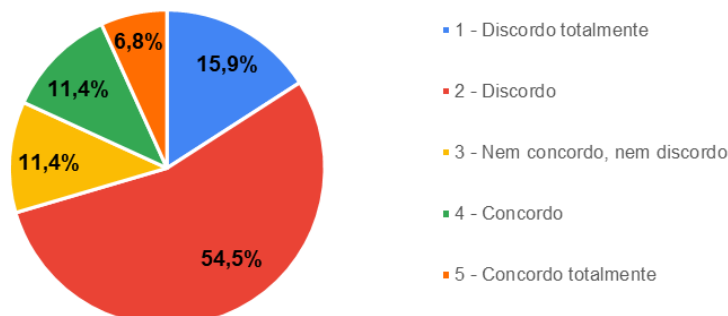
Embora a maioria dos perfis demonstre insatisfação, os dados brutos indicam que a faixa etária mais avançada (65 anos ou mais) apresenta a maior disparidade, com respostas que vão do "Discordo totalmente" nos três indicadores ao "Concordo totalmente". Contudo, mesmo nessa faixa, um respondente expressa total desacordo em relação ao protagonismo e discordância quanto às ações da cidade, apesar de concordar com a consideração de suas necessidades. Essa variação pode sugerir diferentes experiências acumuladas ou expectativas em relação aos serviços básicos, mas não invalida a tendência majoritária de insatisfação.

O impacto da falta da dimensão humana é explicitado por um respondente que, ao citar a enchente de 2024, correlaciona a avaliação negativa com a necessidade de o planejamento ir além de obras e infraestrutura, focando na reconstrução de "vidas, histórias e vínculos". Tal leitura reflete diretamente o argumento fundamental de que a cidade é moldada pelas experiências cotidianas de seus habitantes e que a alma e a memória da cidade precisam ser consideradas para que qualquer plano urbano seja completo.

Especificamente, a percepção de que as necessidades diárias (como deslocamentos, saneamento básico, acesso à saúde e cultura), avaliadas no indicador 1.1, não são consideradas no planejamento é uma visão compartilhada por jovens, adultos e idosos, bem como por faixas de renda que variam desde o salário-mínimo até rendas superior a cinco salários-mínimos. Essa uniformidade de discordância, que totaliza 70,4% das repostas, sugere que o planejamento urbano falha em atender à dimensão humana básica, independentemente da posição socioeconômica do habitante.

Gráfico 7. Resultados do indicador “Percepção da Consideração das Necessidades Diárias”

1.1 Sinto que minhas experiências e necessidades diárias como cidadão (deslocamentos, saneamento básico, acesso à saúde e cultura, entre outros) são consideradas no planejamento e nas decisões sobre a minha cidade.



FONTE: Elaborado pela autora.

Ao analisar a variável Renda Mensal, observa-se que a percepção de desconsideração das necessidades diárias é transversal. Esta ausência de relação direta entre alto poder aquisitivo e satisfação com a consideração das necessidades básicas implica que as deficiências percebidas no planejamento afetam a qualidade de vida de maneira sistêmica, não se limitando aos estratos sociais mais vulneráveis.

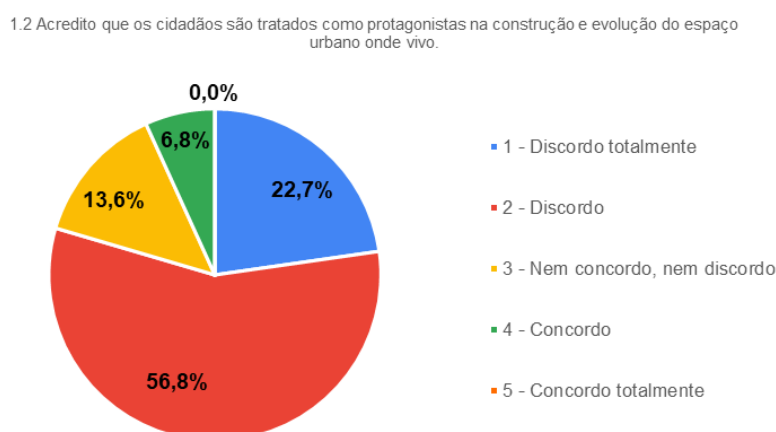
Em termos de Faixa Etária, a maior parte do corpo amostral (entre 18 e 64 anos) converge para a insatisfação, manifestando majoritariamente a opção "Discordo". Contudo, a análise dos extremos etários revela uma dicotomia acentuada. O grupo de 65 anos ou mais apresenta os resultados mais contrastantes no Indicador 1.1. Enquanto alguns indivíduos desta faixa expressam o máximo de satisfação, indicando "Concordo totalmente" outros na mesma faixa demonstram o máximo de insatisfação, registrando "Discordo totalmente". Essa variação nos extremos pode ser atribuída à diversidade de experiências longitudinais com a evolução da infraestrutura e dos serviços municipais, ou a diferentes expectativas residuais em relação ao que a administração pública deveria prover.

Concomitantemente, a percepção negativa das ações municipais em relação às necessidades diárias é sustentada por observações qualitativas que contextualizam a falha: alguns respondentes explicitam que o planejamento carece de um olhar humano, focando excessivamente em "obras e infraestrutura" em detrimento da reconstrução de "vidas, histórias e vínculos". Outras observações apontam diretamente para a precariedade na mobilidade urbana e a falta de zelo pela história

e cultura local, que são elementos cruciais expressamente mencionados no escopo do Indicador 1.1. A análise do Indicador 1.1, portanto, estabelece que a percepção de que as necessidades diárias não são consideradas é uma crise de planejamento de natureza holística, afetando cidadãos de diversas origens e rendas na cidade estudada.

Aprofundando o diagnóstico, a relação mais crítica reside na rejeição do protagonismo cidadão, um pilar central da definição do constructo 1, foi demonstrada no indicador 1.2. Diversos respondentes, incluindo indivíduos nas faixas etárias ativas (25 a 54 anos) e em diferentes níveis de renda, expressam que não se sentem tratados como protagonistas na construção e evolução do espaço urbano. Esse posicionamento é qualitativamente reforçado por comentários que associam a baixa avaliação à falta de zelo ou pensamento na história, cultura e necessidades da população, e à subutilização do patrimônio cultural, demonstrando um desrespeito à cultura local. Tais observações confirmam a falha em aderir ao princípio da Centralidade da Pessoa e ao conceito de Jan Gehl, que exige "cuidar das pessoas".

Gráfico 8. Resultados do indicador “Percepção do Protagonismo Cidadão”



FONTE: Elaborado pela autora.

Tal patamar de discordância no indicador 1.2 (79,5%) é corroborada por comentários adicionais dos respondentes que, embora não se refiram exclusivamente a este indicador, reforçam a sensação de alienação e falta de consideração dos aspectos humanos e culturais no planejamento urbano. Por exemplo, a crítica de que

o poder público não possui "líderes na iniciativa pública que zelem ou pensem na nossa história, cultura e nossas necessidades" dialoga diretamente com a falta de protagonismo percebida, pois sugere que as decisões são tomadas de forma verticalizada. Outra respondente lamenta que a cidade não fortalece a identidade cultural e "não agrega as pessoas", o que é uma consequência direta da ausência de participação cidadã na definição da "alma" e da "memória" da cidade.

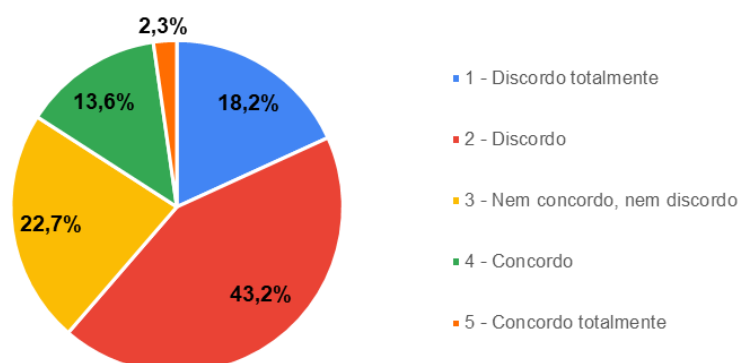
O entendimento de que os cidadãos não são protagonistas se encaixa em um quadro maior de desvalorização dos elementos não infraestruturais, conforme sugerido pelo comentário de que "não dá pra pensar só em obras e infraestrutura", mas sim em "reconstruir vidas, histórias e vínculos".

Em última análise, a discordância em relação ao indicador 1.2 sinaliza um déficit na governança urbana participativa, onde o cidadão é percebido como mero usuário ou receptor de políticas, e não como coautor da evolução de seu espaço de vida. A leitura destes resultados sugere que a percepção de protagonismo do cidadão na esfera urbana é extremamente baixa, indicando que, para a maioria dos entrevistados, o processo de construção e evolução da cidade é conduzido por outros atores que não a própria população. É como se os cidadãos estivessem assistindo a uma peça de teatro sobre suas vidas, na qual eles são a plateia, e não os atores principais.

No que tange ao exame das 44 respostas obtidas para o indicador 1.3 revela uma predominância estatística da percepção de descuido ou insuficiência das ações municipais em relação à qualidade de vida. Os resultados demonstram que mais da metade dos respondentes discorda da afirmação proposta, consoante exposto no Gráfico 9.

Gráfico 9. Resultados do indicador “Avaliação das Ações Municipais na Qualidade de Vida”

1.3 As ações e o planejamento da cidade onde vivo demonstram cuidado com a qualidade de vida das pessoas.



FONTE: Elaborado pela autora.

A disparidade entre a discordância (61,4%) e a concordância (15,9%) sublinha uma crítica substancial ao modelo de gestão e planejamento urbano, indicando que o foco no bem-estar integral e humano está aquém das expectativas da população estudada.

As manifestações qualitativas fornecidas pelos respondentes reforçam a interpretação de que o planejamento urbano da cidade estudada é percebido como excessivamente focado em infraestrutura e desprovido de uma visão holística que contemple a qualidade de vida em suas múltiplas dimensões, conforme a fundamentação teórica que sustenta este constructo. A baixa pontuação neste indicador está diretamente ligada à percepção de que há uma falha em priorizar elementos essenciais para a experiência humana na cidade:

- **Prioridades desalinhadas:** Um respondente argumenta que a gestão municipal "Não priorizam as necessidades das comunidades e não favorecem a interação social e a melhoria da qualidade de vida". Essa observação é uma condenação explícita do planejamento percebido, que negligencia os vetores sociais e comunitários da qualidade de vida.
- **Foco na Infraestrutura vs. Foco Humano:** Outro comentário crítico aponta que a cidade "ainda precisa olhar para uma dimensão mais abrangente no planejamento urbano", indicando que não se deve "pensar só em obras e

infraestrutura", mas sim em "reconstruir vidas, histórias e vínculos". Esta é uma evidência de que a qualidade de vida é reduzida a aspectos meramente estruturais, em detrimento dos fatores sociais, culturais e emocionais que compõem o bem-estar.

- **Desvalorização Histórica e Cultural:** A falta de cuidado com a qualidade de vida manifesta-se também na desvalorização do patrimônio cultural. Um morador critica que a cidade "subutiliza seu patrimônio cultural, falta investimentos e estímulo ao acesso aos espaços", o que impede o "resgate histórico e identitário". A ausência desses investimentos culturais e históricos, que são vetores importantes da qualidade de vida subjetiva, reforça a nota baixa do Indicador 1.3. Similarmente, a crítica de que não há líderes que "zelem ou pensem na nossa história, cultura e nossas necessidades" corrobora a percepção de um planejamento distante das realidades vividas.

Em um balanço integrativo, os resultados do Indicador 1.3 indicam que a população percebe um déficit significativo na aplicação do princípio da centralidade da pessoa no planejamento urbano. O planejamento e as ações são amplamente vistos como insuficientes para abarcar a complexidade da qualidade de vida, permanecendo restritos a uma visão tecnocrática ou infraestruturalista.

À luz da análise dos três indicadores deste constructo e na relação dos dados brutos com a fundamentação teórica conclui-se que, na cidade avaliada, a dimensão humana e cultural defendida pelo constructo "A centralidade da pessoa na cidade" e referenciada pela NAU não está sendo efetivamente implementada. A insatisfação percebida pelos cidadãos de diversas categorias demográficas é o indicador empírico de que o planejamento municipal está falhando em tratar seus habitantes como protagonistas e em demonstrar o cuidado essencial com a qualidade de vida das pessoas.

A insatisfação generalizada capturada pelo instrumento proposto revela um profundo descompasso entre o planejamento municipal e a dimensão humana defendida pelo constructo de centralidade da pessoa. Embora diretrizes globais como o ODS 11 e a Nova Agenda Urbana (NAU) preconizem o protagonismo cidadão e o princípio de "não deixar ninguém para trás", os dados indicam que a prática

urbanística na cidade está dissociada dessa fundamentação. A predominância de respostas negativas nos três indicadores do constructo demonstra que a percepção de desconsideração das necessidades diárias e a falta de cuidado com a qualidade de vida são problemas sistêmicos, que atravessam diferentes faixas de renda e idade. Essa realidade corrobora a crítica de Jan Gehl de que, embora moldemos as cidades, elas acabam por nos moldar; se o planejamento falha em priorizar as pessoas, o resultado é um ambiente urbano que não acolhe nem gera vitalidade.

No plano da interpretação qualitativa, os resultados apontam para um planejamento visto como excessivamente tecnocrático e "infraestruturalista", focado em obras em detrimento da reconstrução de "vidas, histórias e vínculos". Essa percepção é particularmente crítica no contexto pós-enchente de 2024, onde os habitantes expressam a necessidade de o planejamento ir além da infraestrutura física para alcançar a "alma" e a memória da cidade. Sob a ótica de Maurice Halbwachs, a cidade não é apenas um espaço geográfico, mas um quadro social da memória onde as lembranças são reconstruídas; quando o poder público negligencia a história e a cultura local, ele fragiliza os referenciais que permitem aos cidadãos localizar suas identidades no tempo e no espaço. O sentimento de alienação manifestado pelos respondentes, que se sentem como uma "plateia" assistindo a uma peça sobre suas próprias vidas em vez de protagonistas, sinaliza um déficit grave na governança participativa e no respeito à escala humana.

Sob o prisma da discussão crítica, nota-se que a subutilização do patrimônio cultural e a falta de zelo pela história local são percebidas como um desrespeito à cultura, que deveria atuar como motor de desenvolvimento sustentável. Segundo o esquema teórico da tese, a sustentabilidade urbana é indissociável da proteção da memória viva, pois é ela que garante o sentimento de pertencimento e a coesão social. Autores como Jane Jacobs e Jan Gehl alertam que a obsessão pelo zoneamento funcionalista e pelo tráfego motorizado muitas vezes "mata a rua" e ignora a complexidade do cotidiano. Em Canoas, a insatisfação transversal sugere que a cidade está falhando em ser "legível" e "imaginável" para seus habitantes, no sentido proposto por Kevin Lynch, pois os marcos simbólicos e os nós de interação social não estão recebendo o investimento necessário para fortalecer a identidade coletiva.

Por conseguinte, os resultados indicam que a cidade de Canoas vive uma crise de planejamento de natureza holística. Para que a sustentabilidade defendida por

Ignacy Sachs seja alcançada, é imperativo que a dimensão cultural, frequentemente marginalizada em favor do tripé econômico, social e ambiental, seja integrada como um eixo central. A eficácia de uma cidade inteligente não deve ser medida apenas por suas TICs, mas por sua capacidade de servir como um palimpsesto vivo, onde a inovação tecnológica dialogue com as camadas de afeto e memória preexistentes. Sem essa integração, o planejamento urbano permanece um "plano-discurso" que mascara a exclusão e a desvalorização da experiência humana no território.

10.4. Constructo 2 - Os limites dos Indicadores Urbanos

A tese fundamental deste constructo é que os indicadores puramente técnicos (como IDH e PIB) se mostram limitados ao negligenciar a qualidade de vida, a cultura, as memórias e o senso de pertencimento dos habitantes. A distribuição das respostas nos indicadores revela que a crítica à insuficiência da métrica técnica transcende as categorizações demográficas apresentadas, estabelecendo um consenso amplo de insatisfação.

Tabela 15. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo "Os Limites dos Indicadores Urbanos"

Classificação	2.1. Percepção da Adequação dos Indicadores	2.2. Percepção da Priorização da Tecnocracia
% de discordância (1+2)	72,09%	41,86%
% de neutralidade (3)	25,58%	20,93%
% de concordância (4+5)	2,33%	37,21%

FONTE: Elaborado pela autora.

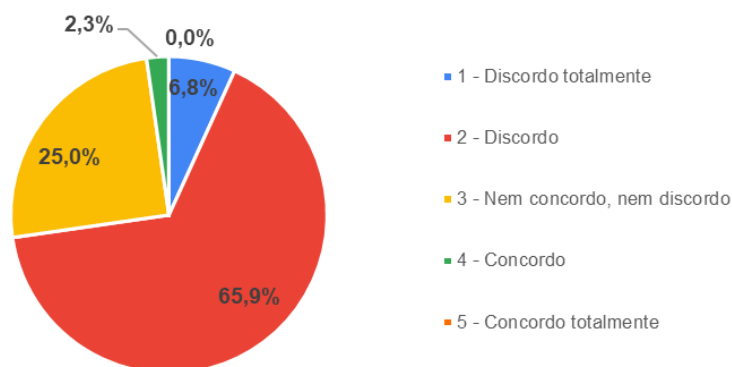
Nessa linha de raciocínio, a relação entre os dados demográficos é a transversalidade da crítica aos limites dos indicadores: a percepção de que é necessário resgatar o olhar humano e cultural no planejamento não está restrita a uma única faixa etária, de renda ou de gênero, mas é um sentimento compartilhado que valida empiricamente a fundamentação teórica do Constructo 2 sobre a necessidade de ir além da medição de TICs ou padrões econômicos. O desalinhamento entre a

métrica técnica e a experiência humana é, portanto, um fator que une as diferentes categorias demográficas na amostra.

No que concerne ao exame do indicador 2.1, os dados apontam para uma clara e majoritária percepção de inadequação dos indicadores técnicos existentes para mensurar a dimensão humana e cultural do município. A maioria dos respondentes manifestou-se nas opções de discordância, totalizando 72,7% das respostas. Tal inclinação é verificada de forma consistente em diversas faixas de idade, renda e gênero. Por exemplo, respondentes da faixa de 25 a 34 anos, 35 a 44 anos, e até mesmo indivíduos mais velhos (55 a 64 anos e 65 anos ou mais) demonstram desalinhamento na crença de que os indicadores atuais capturam a dimensão cultural e humana. Essa homogeneidade na insatisfação sugere que a falha dos indicadores técnicos em resgatar a cultura e as memórias é uma crítica generalizada na amostra, independentemente do perfil demográfico específico.

Gráfico 10. Resultados do indicador “Percepção da Adequação dos Indicadores”

2.1 Acredito que os indicadores utilizados para avaliar minha cidade (IDH, PIB, entre outros) capturam adequadamente aspectos como a cultura local, as memórias e o sentimento de pertencimento dos cidadãos.



FONTE: Elaborado pela autora.

A preponderância de respostas negativas ou de neutralidade ("Nem concordo, nem discordo") em relação à adequação dos indicadores corrobora diretamente a fundamentação teórica do Constructo 2, que enfatiza o foco excessivo dos modelos técnicos em TICs ou padrões econômicos em detrimento das questões culturais. Apenas um respondente manifestou concordância, solidificando a conclusão de que há um profundo descompasso entre a métrica utilizada pelo planejamento urbano e a

percepção cívica sobre o que constitui a qualidade e a identidade da vida na cidade.

Este diagnóstico de insuficiência é ilustrado por comentários que, embora sejam respostas à pergunta aberta, fundamentam o porquê de os indicadores técnicos serem insuficientes: há o sentimento de que a cidade desrespeita a cultura local e que é preciso resgatar o olhar humano e cultural no planejamento, pois a cidade é feita de pessoas, memórias e histórias. Tais narrativas reforçam a ideia de que a medição puramente técnica, desprovida de sensibilidade cultural e humana, resulta em uma avaliação incompleta da vitalidade e identidade urbana.

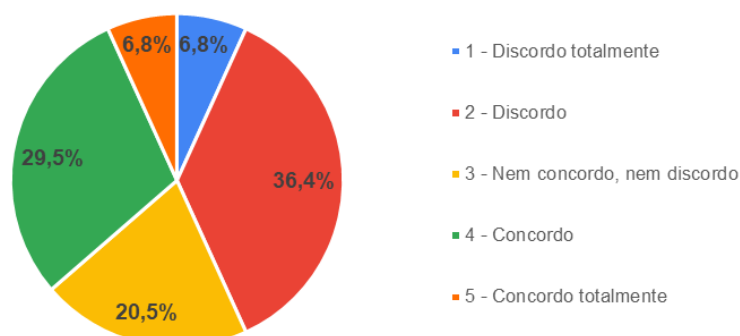
A predominância da discordância no Indicador 2.1, portanto, estabelece a base empírica para a argumentação desta tese, ao demonstrar que os modelos de avaliação urbana precisam ser urgentemente expandidos para incorporar e valorizar a dimensão cultural e o sentimento de pertencimento, algo que indicadores como IDH e PIB falham consistentemente em fazer.

Ao investigar os resultados do indicador 2.2, revela-se uma percepção polarizada, mas com uma inclinação expressiva para a concordância, sustentando a ideia de que a primazia técnica é um traço marcante do planejamento urbano local.

Observa-se que uma fatia expressiva dos respondentes manifestou "Concordo" (29,5%) ou "Concordo totalmente" (6,8%) com a afirmação de que o planejamento privilegia critérios técnicos. Essa convergência de respostas valida empiricamente a fundamentação teórica de que há uma tendência a focar excessivamente em TICs ou padrões econômicos, suplantando a dimensão humana. A concordância indica que muitos habitantes sentem que suas práticas, narrativas, culturas e necessidades são secundarizadas frente a modelos e critérios técnicos (como infraestrutura e indicadores econômicos).

Gráfico 11. Resultados do indicador “Percepção da Priorização da Tecnocracia”

2.2 Sinto que o planejamento urbano da minha cidade privilegia critérios técnicos em detrimento das práticas e narrativas dos habitantes.



FONTE: Elaborado pela autora.

Ao cruzar estes dados com o perfil dos respondentes, respostas de "Concordo totalmente" ou "Concordo" são observadas em diferentes rendas, desde faixas mais baixas (Até R\$ 1.412) até faixas acima de 5 salários-mínimos. Contudo, a discordância com essa priorização técnica também é frequentemente registrada em diversas faixas de idade e renda, indicando que a percepção sobre a execução do planejamento urbano pode ser mais polarizada do que a mera adequação dos indicadores.

Em termos de síntese interpretativa, o Indicador 2.2 estabelece que a preocupação levantada pela tese sobre a hierarquia de valores no planejamento urbano é palpável. Se o Indicador 2.1 demonstrou que os indicadores técnicos são inadequados, o Indicador 2.2 comprova que essa inadequação se manifesta em uma percepção de priorização de critérios técnicos sobre a experiência e as necessidades dos cidadãos. A divisão de opiniões sobre a extensão dessa tecnocracia não anula a crítica, mas indica que o problema reside na maneira como os critérios técnicos são aplicados em detrimento de uma dimensão mais abrangente que inclua vidas, histórias e vínculos.

Complementarmente, é possível observar que a percepção de que é necessário resgatar o olhar humano e cultural no planejamento não está restrita a uma única faixa etária, de renda ou de gênero, mas é um sentimento compartilhado que valida empiricamente a fundamentação teórica do Constructo 2 sobre a necessidade de ir além da medição de TICs ou padrões econômicos. O desalinhamento entre a métrica técnica e a experiência humana é, portanto, um fator que une as diferentes

categorias demográficas na amostra.

As evidências apuradas descortinam uma profunda dissonância entre a gestão técnica da cidade e a experiência vivida por seus habitantes, validando empiricamente a crítica central das fontes sobre a insuficiência dos indicadores tradicionais. A expressiva discordância de 72,09% dos respondentes quanto à capacidade de métricas como o PIB ou o IDH capturarem a cultura local e o sentimento de pertencimento confirma que a dimensão humana e simbólica é sistematicamente negligenciada pelo planejamento tecnocrático. Essa percepção de inadequação é transversal a diferentes faixas etárias e de renda, o que sugere um "consenso de insatisfação" que ecoa a defesa teórica de Ignacy Sachs sobre a necessidade de resgatar a dimensão cultural no ecodesenvolvimento. Para Sachs, a sustentabilidade só se concretiza quando as soluções são endógenas e valorizam as contribuições das populações locais, fortalecendo o sentimento de pertencimento que os indicadores puramente econômicos falham em mensurar.

Esses dados, à luz da memória e da identidade, indicam que os habitantes de Canoas percebem a cidade não apenas como um suporte físico, mas como um campo de subjetividades e histórias que as métricas atuais não conseguem traduzir. A memória é um fenômeno coletivo e social, um elo vivo no presente que permite ao cidadão localizar-se e reconhecer-se no espaço urbano através de "quadros sociais". Quando 41,86% dos respondentes concordam ou se mantêm neutros sobre a priorização da tecnocracia em detrimento das narrativas populares, evidencia-se um risco de "alienação espacial". Esse cenário reflete o que as fontes denominam "plano-discurso", onde a retórica da modernização mascara a exclusão da cidade real, transformando a urbe em uma "cidade-mercadoria" que ignora os usos orgânicos e a escala humana defendidos por Jan Gehl e Jane Jacobs.

A reflexão crítica em torno dos achados aponta que a insatisfação cívica em Canoas é um sintoma da falta de "legibilidade urbana", onde a inovação tecnológica característica das cidades inteligentes é aplicada sem dialogar com o "palimpsesto vivo" de memórias e afetos que constituem a alma da cidade. A identidade dos habitantes, que depende da continuidade no tempo e do sentimento de coerência garantidos pela memória, é fragilizada quando o planejamento urbano privilegia critérios técnicos em vez das práticas cotidianas. Como apontado nas fontes, a cidade deve ser entendida como um fato urbano complexo que acumula a história da

coletividade; portanto, ignorar essa memória coletiva é, em última análise, uma forma de "amnésia" que perturba a identidade coletiva e desintegra o tecido social.

Em última instância, o esquema teórico da tese reforça que a sustentabilidade urbana em Canoas não pode ser atingida apenas através da eficiência de infraestrutura ou do emprego de TICs, mas exige uma síntese entre inovação e tradição. O desalinhamento observado entre a métrica técnica e a experiência humana exige uma mudança de paradigma que incorpore a cultura como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável, conforme preconizado pela Agenda 21 da Cultura e pela Nova Agenda Urbana. Uma cidade verdadeiramente inteligente deve ser capaz de transformar o espaço físico em um "lugar antropológico", onde a gestão do território seja também uma gestão de sentidos. Assim, estes resultados servem como um alerta de que, sem o resgate do olhar humano e o fortalecimento do patrimônio imaterial, o planejamento urbano continuará a produzir ambientes disfuncionais que, embora tecnicamente qualificados, são emocionalmente estéreis para aqueles que neles habitam.

10.5. Constructo 3 - Espaços de Encontro e Pertencimento

O Constructo 3, denominado "Espaços de Encontro e Pertencimento", fundamenta-se teoricamente na premissa de que os locais públicos urbanos são elementos essenciais e "catalisadores das relações humanas", sendo a base para a criação de vínculos, o sentimento de pertencimento e a própria formulação da identidade cívica. Esta visão está alinhada com princípios da Nova Agenda Urbana, que advoga por "Espaços públicos na escala humana", e com o ODS 11.7, que visa "proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes". No entanto, a análise dos resultados obtidos para os três indicadores desse constructo em Canoas sugere uma profunda contradição entre este ideal teórico e a experiência prática dos cidadãos.

A relação estabelecida entre os dados demográficos e a avaliação dos indicadores do Constructo 3 revela que a percepção de uma deficiência no planejamento urbano de Canoas é amplamente disseminada, mas a intensidade e o foco da crítica variam significativamente de acordo com a renda, a idade e o gênero

dos respondentes. De modo geral, a tendência predominante é a insatisfação, manifestada por notas baixas ou neutras nos três indicadores.

Tabela 16. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo “Espaços de Encontro e Pertencimento”

Classificação	3.1. Percepção de Espaços para o Encontro Social	3.2. Sentimento de Vínculo e Pertencimento	3.3. Promoção da Convivência pela Arquitetura
% de discordância (1+2)	46,51%	60,47%	62,79%
% de neutralidade (3)	27,91%	13,95%	18,60%
% de concordância (4+5)	25,58%	25,58%	18,60%

FONTE: Elaborado pela autora.

Depreende-se que a variável renda mensal atua como um fator de mediação crucial na percepção de qualidade urbana. Indivíduos na faixa de renda mais alta (Acima de R\$ 7.060) concentram a maior proporção de avaliações positivas, apresentando forte concordância em todos os indicadores. Contudo, mesmo neste grupo, há polarização, com respondentes de alta renda pontuando negativamente ou discordando totalmente de um ou mais indicadores. Em contraste, as faixas de renda média e baixa frequentemente demonstram concordância generalizada ou discordância total nos três indicadores, refletindo um sentimento mais agudo de alienação.

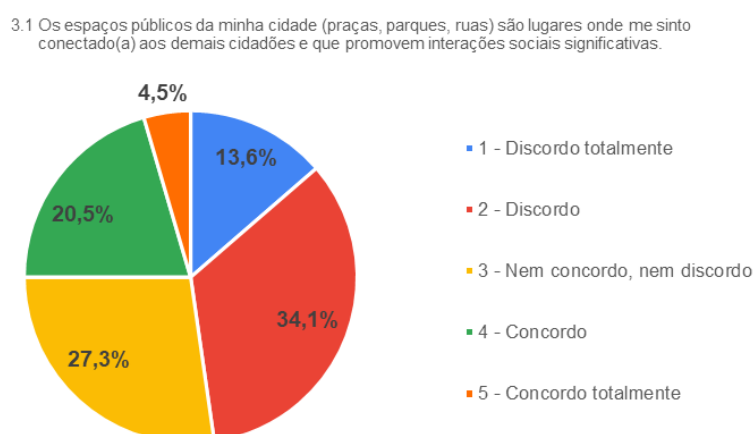
No que tange ao fator etário, a faixa etária mais jovem (18 a 24 anos) tende a ser majoritariamente crítica, indicando que a juventude percebe falhas acentuadas no planejamento urbano e nas oportunidades de interação. Nas faixas mais avançadas (65 anos ou mais), a avaliação é altamente polarizada, sugerindo que a longevidade da residência pode gerar um senso de pertencimento que persiste apesar da insatisfação com a conexão social atual.

Sob o prisma do gênero, a crítica mais qualitativa e enfática sobre a dimensão humana e cultural no planejamento urbano provém das respondentes femininas, que, sendo maioria na amostra, demonstram a maior amplitude de insatisfação. O gênero Feminino concentra casos de discordância total nos três indicadores e, crucialmente, articulam a falha do planejamento como a causa direta da falta de conexão e pertencimento.

Em última análise, a relação dos dados indica que o descontentamento é sistêmico, manifestando-se como uma crítica generalizada ao planejamento, que é percebido como insuficiente para fomentar o capital social e o pertencimento, com a satisfação sendo significativamente mais provável entre os estratos de renda mais elevada, enquanto a insatisfação é mais evidente nas faixas de renda média e baixa, e entre os respondentes mais jovens.

O exame minucioso da capacidade dos espaços públicos de Canoas em promover conexões e interações sociais significativas revela uma profunda crise na percepção de vitalidade comunitária, conforme evidencia o indicador 3.1. Uma parcela dos respondentes manifestou ceticismo ou discordância quanto à eficácia desses espaços urbanos em facilitar o engajamento cívico.

Gráfico 12. Resultados do indicador “Percepção de Espaços para o Encontro Social”



FONTE: Elaborado pela autora.

No tocante à faixa etária, o grupo mais jovem (18 a 24 anos) apresenta uma percepção inconsistente, com respondente de renda baixa concordando com a promoção de conexão social, ao passo outros discordam ou se mantiveram neutro. Entre os respondentes mais velhos, há uma tendência à discordância, sugerindo que a idade avançada não garante uma percepção positiva da interação social nos espaços urbanos.

Ao avaliar a variável renda mensal, nota-se que a concordância se concentra, em grande parte, no estrato de renda mais alta, embora não de forma exclusiva.

Indivíduos que reportaram renda "De R\$ 4.237 a R\$ 7.060", predomina a discordância, indicando a percepção de falta de conexão social. Um caso de concordância total surge isoladamente no grupo de renda média baixa, contrastando com a tendência geral e ressaltando a particularidade de sua percepção positiva.

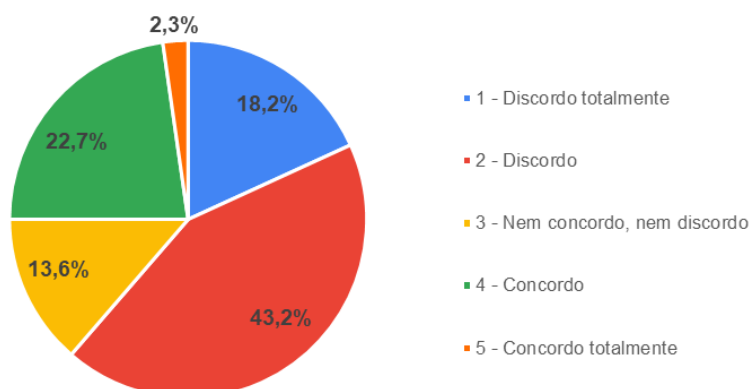
O recorte por gênero evidencia que as mulheres, grupo majoritário na amostra, detêm a maior amplitude de avaliações. Respostas femininas incluem a forte discordância total. A discordância de uma respondente, que discorda totalmente, é reforçada pelo seu comentário de que em Canoas "Não há iniciativas que fortalecem a identidade cultural" e "É uma cidade que não agrega as pessoas". A percepção de fragilidade urbana também é articulada por respondentes femininas neutras, que associam a necessidade de resgate do "olhar humano e cultural" diretamente ao planejamento pós-enchente de 2024. Por sua vez, a concordância entre os respondentes masculinos está, em grande parte, vinculada à faixa de renda superior, enquanto respondentes masculinos de faixas de renda inferiores tendem a discordar.

Em essência, os resultados do Indicador 3.1 sugerem que, embora o capital social seja percebido de forma mais robusta por alguns indivíduos de alta renda, a maioria dos residentes de Canoas sente que seus espaços públicos falham em ser catalisadores de conexões sociais significativas.

A análise dos resultados relativos ao indicador 3.2, que mede o senso de vínculo e pertencimento do cidadão com os patrimônios históricos, rios e praças de Canoas, revela uma percepção predominantemente fragilizada da identidade cívica e cultural da cidade. A maioria dos respondentes manifestou-se de forma negativa, indicando que, para muitos, os elementos estruturais da cidade não conseguem gerar um laço emocional significativo. Exemplos de acentuada alienação são notáveis, com múltiplos respondentes de diversas demografias expressando "Discordo totalmente". Esta rejeição é frequentemente sustentada por comentários qualitativos que apontam diretamente para a falha na gestão e valorização do capital cultural.

Gráfico 13. Resultados do indicador “Sentimento de Vínculo e Pertencimento”

3.2 Sinto um forte vínculo e pertencimento com os patrimônios históricos, rios e praças da minha cidade.



FONTE: Elaborado pela autora.

Ao examinar as variações por renda, nota-se que os estratos mais altos (Acima de R\$ 7.060) apresentam falta de concordância com a afirmação apresentada. Contudo, a maior concentração de forte pertencimento surge nesse mesmo grupo, demonstrando que não há unanimidade com relação a este indicador. Nas faixas de renda média, a tendência é majoritariamente negativa, onde observa-se a crítica de que a cidade "subutiliza seu patrimônio cultural" e carece de resgate identitário.

Tal polarização também se manifesta nas faixas etárias, onde o grupo mais jovem (18 a 24 anos) se divide entre a concordância e a discordância. Curiosamente, entre os idosos (65 anos ou mais), um respondente expressou concordância, demonstrando que o vínculo com o passado da cidade ainda pode ser forte para alguns, embora outros na mesma faixa etária tenham se mostrado neutros ou discordantes.

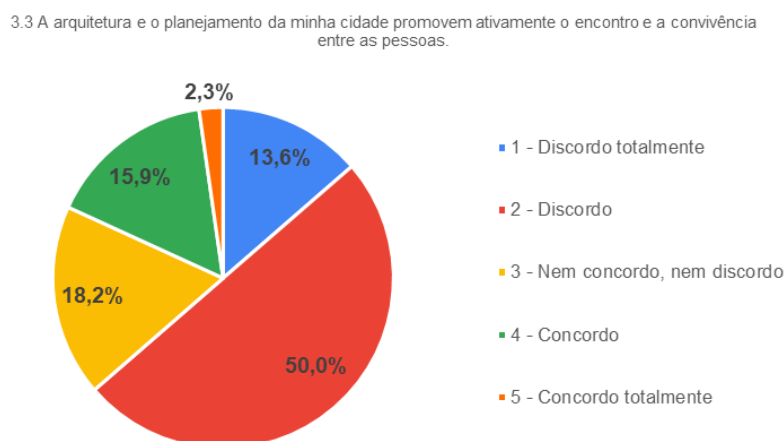
A leitura de gênero revela que a percepção de vínculo está sujeita a grandes extremos entre as mulheres. Enquanto uma respondente concorda e observa que Canoas "se particulariza na sua identidade", a discordância total é registrada por outras respondentes femininas que sentem que a cidade "não agrega as pessoas" e vive na sombra de Porto Alegre.

No geral, o indicador 3.2 sugere que, embora haja nichos de forte pertencimento, especialmente em grupos com maior poder aquisitivo ou faixas etárias específicas, o sentimento predominante é de um vínculo enfraquecido com os

elementos históricos e naturais de Canoas, o que se alinha com as observações críticas de que a cidade falha em priorizar sua cultura e história.

No que concerne ao indicador 3.3, que questiona se "A arquitetura e o planejamento da minha cidade promovem ativamente o encontro e a convivência entre as pessoas", revela a crítica mais acentuada e transversal ao urbanismo de Canoas, conforme a amostra estudada. A grande maioria dos respondentes expressou discordância ou discordância total, sinalizando que a infraestrutura física e a organização espacial da cidade são percebidas como obstáculos, e não facilitadores, do capital social. Este posicionamento negativo é frequentemente vinculado a comentários críticos sobre a falta de uma dimensão humana e cultural no planejamento. Respondentes demonstraram a rejeição mais forte, classificando o indicador com "Discordo totalmente". Tal desaprovação é particularmente notável entre os jovens (18 a 24 anos), onde há alta incidência de notas baixas. Um respondente reforça esta crítica, destacando a necessidade de resgatar o "olhar humano e cultural no planejamento da cidade" e notando que, após a enchente de 2024, se tornou ainda mais evidente que o planejamento não pode focar "só em obras e infraestrutura," mas também em "reconstruir vidas, histórias e vínculos".

Gráfico 14. Resultados do indicador “Promoção da Convivência pela Arquitetura”



FONTE: Elaborado pela autora.

A distribuição demográfica das respostas reafirma que a insatisfação com o planejamento transcende as faixas de renda, embora as avaliações positivas se

concentrem em nichos específicos. O grupo de alta renda apresenta tendência predominantemente negativa, acompanhadas por comentários de que a cidade "subutiliza seu patrimônio cultural" e que o poder público não prioriza as necessidades das comunidades nem favorece a interação social.

Analisando os extremos etários, enquanto a juventude demonstra pessimismo, a faixa etária mais avançada (65 anos ou mais) demonstra uma curiosa polarização, sugerindo que para alguns veteranos, o planejamento ou a própria estrutura da cidade cumpre seu papel de encontro. No entanto, esta minoria positiva é isolada. A maioria dos respondentes, incluindo aqueles que se identificam com o gênero Feminino (o grupo mais numeroso), está representada em todas as categorias de discordância.

Em síntese, os dados apresentados no indicador 3 apontam para uma crise sistêmica onde o planejamento urbano deficiente impede a criação de espaços vitais para a conexão social, culminando no enfraquecimento do vínculo e pertencimento da população com sua cidade. As avaliações positivas, embora existam, geralmente se concentram em nichos demográficos de alta renda, sugerindo que a satisfação com o constructo "Espaços de Encontro e Pertencimento" em Canoas é mediada por fatores socioeconômicos, mas não é a regra geral.

A leitura interpretativa dos resultados revela uma profunda contradição entre o ideal teórico de urbanismo humanístico e a experiência vivida pelos cidadãos, evidenciando uma crise no sentimento de pertencimento e na percepção da vitalidade comunitária. Enquanto o referencial teórico estabelece que os espaços públicos devem atuar como catalisadores das relações humanas e bases para a formulação da identidade (alinhando-se ao ODS 11.7 e à Nova Agenda Urbana), a realidade estatística da cidade aponta para uma insatisfação sistêmica, onde mais de 60% dos respondentes discordam que a arquitetura e o planejamento promovam a convivência ou que exista um vínculo forte com os patrimônios e praças locais. Essa desconexão pode ser lida através da lente de Maurice Halbwachs, para quem a memória é uma construção coletiva que depende de quadros sociais estáveis, como o espaço e o tempo, para que as lembranças sejam localizadas e reconhecidas; se o espaço físico é percebido como um obstáculo e não como um facilitador, o processo de reconstrução social da memória e, conseqüentemente, da identidade, resta fragmentado.

A reflexão crítica sobre os achados sugere que Canoas enfrenta o que a teoria

denomina como "plano-discurso", onde o aparato regulatório modernista falha em atingir a "cidade real", resultando em processos de alienação espacial. Esse fenômeno é particularmente visível na polarização por renda: enquanto os estratos mais altos mantêm nichos de pertencimento, as faixas de renda média e baixa expressam um sentimento agudo de exclusão, contrariando o princípio da Nova Agenda Urbana de "não deixar ninguém para trás". De acordo com Michael Pollak, a identidade social exige unidade, continuidade no tempo e um sentimento de coerência; contudo, a insatisfação majoritária com o patrimônio histórico e com a promoção da convivência pela arquitetura (62,79% de discordância) indica uma ruptura na função de "ponte" da memória, impedindo que os cidadãos reconheçam na cidade o seu próprio "espelho narcísico" ou um suporte para sua autoimagem coletiva.

Ademais, as manifestações qualitativas, especialmente as femininas, que apontam a falta de iniciativas para fortalecer a identidade cultural, ressoam as teses de Jane Jacobs e Jan Gehl sobre a importância da escala humana e da vitalidade das ruas. Para Jacobs, a segurança e a coesão social emanam da diversidade de usos e da vigilância natural dos espaços; em Canoas, a percepção de que a cidade "não agrega as pessoas" sugere que o planejamento urbano tem negligenciado o "olhar humano e cultural" em favor de uma visão tecnocrática focada apenas em obras e infraestrutura, o que se tornou ainda mais crítico no contexto pós-enchente de 2024. Essa negligência da dimensão imaterial ignora que a cidade deve ser entendida como um fato urbano complexo que acumula a memória coletiva, funcionando como um palimpsesto onde o novo deve dialogar com as camadas profundas do afeto e da história para ser legítimo.

Em decorrência disso, a discussão dos resultados aponta para a necessidade urgente de resgatar a cultura como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável, integrando soluções locais que valorizem as tradições conforme a proposta de ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs. A falta de vínculo com rios e patrimônios reflete uma subutilização do capital cultural que, segundo o referencial teórico, é essencial para gerar o sentimento de pertencimento. O desafio de Canoas, portanto, não é meramente técnico ou métrico, mas sim de reparação simbólica e reconstrução de vínculos, exigindo uma transição do planejamento segregacionista para uma acupuntura urbana que cure áreas "doentes" e resgate identidades fragmentadas, transformando a cidade de um mero "balcão de negócios" em uma obra de arte

coletiva e vibrante.

10.6. Constructo 4 - A Cultura como Estruturante da Cidade

O arcabouço teórico que sustenta o Constructo 4 posiciona a cultura como elemento estruturante da cidade, definindo-a como a "alma da sociedade" e um fator diferenciador essencial para a identidade e para a própria existência do núcleo urbano. Autores como Vilem Flusser chegam a afirmar categoricamente que "Uma cidade que não tem cultura própria não existe como cidade", em consonância com a visão da UNESCO, que considera a cultura vital para a identidade e o progresso. Esta fundamentação estabelece que a cidade é intrinsecamente criada pelos laços culturais e ações dos grupos sociais que nela vivem, sendo, portanto, imperativo avaliar a percepção cidadã quanto a este papel estruturante.

Nesse cenário, contudo, a análise dos resultados empíricos revela uma acentuada dissonância entre esta aspiração teórica e a experiência vivenciada pelos respondentes. A distribuição das respostas aos indicadores culturais revela uma insatisfação generalizada que transcende as clivagens sociais.

Tabela 17. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo "A Cultura como Estruturante da Cidade"

Classificação	4.1. Percepção da Cultura como Elemento Estruturante da Identidade	4.2. Valorização e Promoção das Manifestações Culturais	4.3. Inclusão da Experiência Cotidiana nas Decisões
% de discordância (1+2)	67,44%	58,14%	79,07%
% de neutralidade (3)	16,28%	27,91%	18,60%
% de concordância (4+5)	16,28%	13,95%	2,33%

FONTE: Elaborado pela autora.

Sob o prisma das faixas de renda mensal, nota-se que a forte tendência à discordância em relação à performance cultural e humanística da cidade não se restringe a uma única classe socioeconômica. Indivíduos situados nas faixas de renda mais baixas, como aqueles com até um salário-mínimo, manifestam discordância,

assim como aqueles no topo da escala salarial, que também expressam discordância total ou simples em diversos indicadores. Essa distribuição uniforme da insatisfação sugere que a percepção de falta de identidade e de desrespeito à cultura local é um problema transversal, percebido como uma falha estrutural do planejamento municipal, e não uma queixa isolada de grupos economicamente marginalizados.

De forma análoga, a variável Gênero também não estabelece uma relação marcante com níveis diferenciados de insatisfação; a discordância é predominante em ambos os grupos. Contudo, é notável que as contribuições qualitativas mais enfáticas sobre a necessidade de resgatar o olhar humano e cultural e a importância de reconstruir "vidas, histórias e vínculos" após a enchente de 2024 foram apresentadas por respondentes do gênero feminino.

A relação mais evidente, por sua vez, emerge com a Idade dos participantes. Embora a maioria das faixas etárias mantenha um alto nível de discordância (especialmente de 18 a 54 anos), observa-se um leve abrandamento da crítica mais incisiva entre os respondentes com 65 anos ou mais. Por exemplo, há casos de concordância com a afirmação de que a cultura define a identidade da cidade para respondentes mais velhos. Esta tendência sugere que, à medida que a idade avança, pode haver uma maior aceitação ou menos ceticismo em relação ao papel identitário da cultura municipal, ou talvez uma percepção baseada em um histórico de desenvolvimento da cidade que se diferencia da visão dos grupos mais jovens.

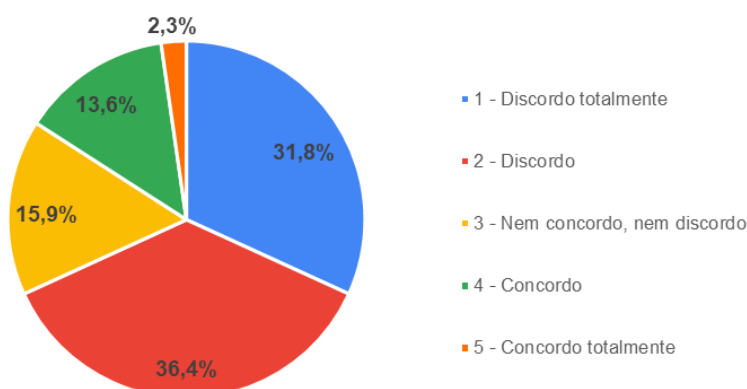
No que concerne ao indicador 4.1, que busca mensurar a percepção cidadã quanto à centralidade da cultura na definição e estruturação da identidade da cidade, demonstrou um resultado empírico que configura uma severa fragilidade na coesão simbólica do núcleo urbano analisado. A análise dos dados revela uma prevalência maciça de respostas que expressam ceticismo ou negação, indicando que a cultura, teoricamente a "alma" do município, não é vivenciada como um pilar definidor da identidade local pelos respondentes.

O mapeamento das respostas aponta para uma concentração significativa nas categorias de discordância. A soma de indivíduos que expressaram "Discordo totalmente" ou "Discordo" revela que a grande maioria da amostra não reconhece a cultura como uma força estruturante da identidade municipal. As respostas neutras, embora presentes, não conseguem mitigar a tendência negativa. O índice de concordância é minoritário e não altera a conclusão geral de que a identidade cultural

é percebida como fraca ou inexistente.

Gráfico 15. Resultados do indicador “Percepção da Cultura como Elemento Estruturante da Identidade”

4.1 Percebo que a cultura é um elemento central que define e estrutura a identidade da minha cidade.



FONTE: Elaborado pela autora.

A leitura demográfica reafirma que esta percepção negativa é transversal a diferentes faixas de renda e gênero. Respostas de discordância total ou simples são encontradas desde a faixa de renda mais baixa até a faixa mais alta, e estão dispersas entre respondentes do gênero Feminino e Masculino. Tal homogeneidade na insatisfação indica que a falha em estruturar a identidade via cultura é uma questão sistêmica na experiência urbana, e não um descontentamento de nicho.

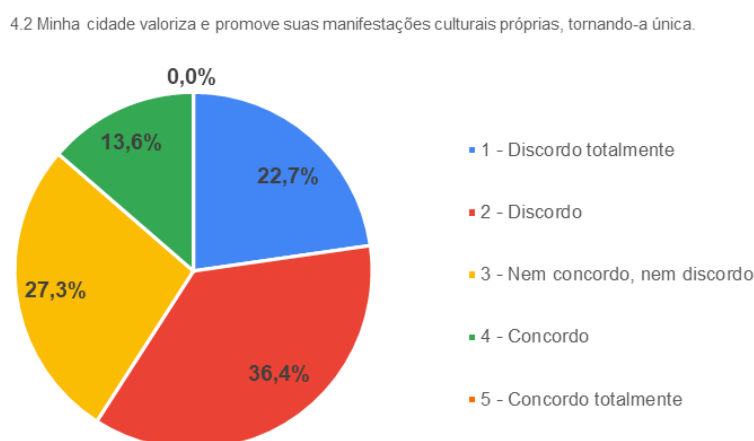
Ao investigar os comentários qualitativos, entretanto, a natureza dessa discordância torna-se mais clara. A falta de reconhecimento da cultura como elemento central está intrinsecamente ligada à crítica de que a cidade "vive na sombra de Porto Alegre" e, conseqüentemente, "Não há iniciativas que fortaleçam a identidade cultural e é difícil identificar esses traços". Outros comentários reforçam que a cidade não está resgatando o "olhar humano e cultural no planejamento", e ainda existe a crítica contundente de que a história local é negligenciada ou mal representada, sugerindo que a cidade "desrespeita a cultura local, tendo sua história escondida", o que diretamente mina a capacidade da cultura de ser um elemento central e definidor de identidade.

Nesse sentido, o elevado índice de discordância no Indicador 4.1 não é apenas

um dado estatístico, mas sim o reflexo de uma cidade percebida como carente de alma, memória e vínculos históricos, falhando em projetar uma identidade própria e significativa para seus cidadãos.

Ao avaliar o indicador 4.2, que inquiriu os respondentes sobre a eficácia do município em valorizar e promover suas manifestações culturais próprias, assumindo que esta ação é essencial para tornar a cidade única, revela o ponto focal da insatisfação cidadã no que tange à dimensão cultural urbana. A análise quantitativa demonstra uma prevalência de respostas negativas, com inúmeros participantes assinalando "Discordo totalmente" ou "Discordo". Essa tendência sugere que a percepção pública é de que o poder municipal falha gravemente na curadoria e na exibição do patrimônio simbólico local, o que compromete diretamente a singularidade e a identidade da cidade.

Gráfico 16. Resultados do indicador “Valorização e Promoção das Manifestações Culturais”



FONTE: Elaborado pela autora.

Tal descontentamento não é isolado: ele é corroborado por uma série de comentários qualitativos que detalham a natureza dessa falha. A crítica mais contundente recai sobre a subutilização e o desrespeito ao patrimônio histórico. Um respondente afirma que a cidade "desrespeita a cultura local, tendo sua história escondida por detrás de monumentos que representam momentos obscuros do município". Outro participante alega que o município "subutiliza seu patrimônio cultural" e lamenta a "falta investimentos e estímulo ao acesso aos espaços",

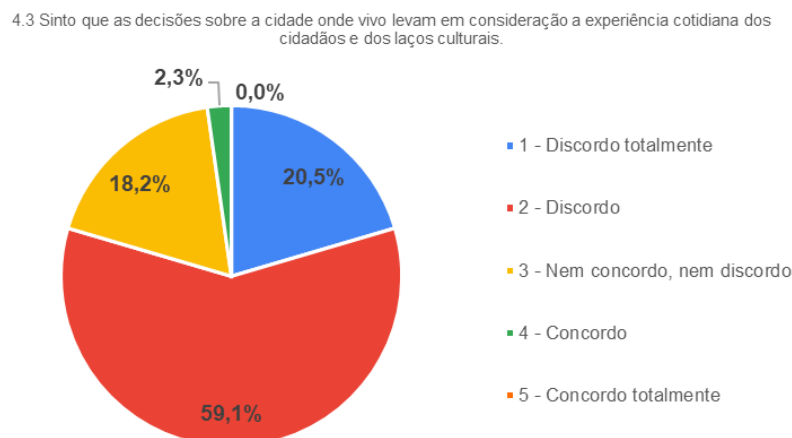
destacando a necessidade urgente de um "resgate histórico e identitário".

A escassez de lideranças públicas engajadas na causa cultural é igualmente apontada como um fator crucial, com um respondente observando que o poder público não possui "líderes na iniciativa pública que zelem ou pensem na nossa história, cultura e nossas necessidades". Adicionalmente, há a percepção de que, mesmo que haja ações culturais, elas estão mal divulgadas ou são insuficientes, indicando que Canoas "não possui tantas ações vinculada a cultura, ou não estão divulgadas de forma adequada". Essa carência na promoção cultural é um fator central na percepção de que a cidade "vive na sombra de Porto Alegre" e "Não há iniciativas que fortaleçam a identidade cultural".

A distribuição demográfica dessa discordância é ampla e não segmentada por renda ou gênero, abrangendo respondentes de todas as faixas salariais e de ambos os gêneros. Tal uniformidade reforça a conclusão de que a percepção de desvalorização e de falha na promoção cultural é uma experiência urbana compartilhada e estrutural, e não apenas uma crítica de grupos específicos. A concordância, por sua vez, é pontual, surgindo em faixas etárias variadas, como entre 18 e 24 anos ou 65 anos ou mais, mas é insuficiente para reverter o diagnóstico geral de falha na valorização das manifestações próprias que deveriam conferir singularidade ao núcleo urbano. O indicador 4.2, portanto, evidencia que o elo entre a cultura existente e sua visibilidade pública está fragilizado, levando a um senso coletivo de identidade oculta ou desrespeitada.

No que tange ao indicador 4.3, que avalia se os cidadãos sentem que as decisões sobre o planejamento e a gestão da cidade levam em consideração a experiência cotidiana e os laços culturais dos moradores, representa o ponto de maior distanciamento entre o poder público e a percepção cidadã na dimensão humana e cultural. Os resultados quantitativos demonstram um elevado e consistente índice de discordância, com a maioria dos respondentes indicando "Discordo totalmente" ou "Discordo". Essa tendência revela um forte consenso de que as decisões municipais são percebidas como desconectadas da realidade e da estrutura social e afetiva da comunidade.

Gráfico 17. Resultados do indicador “Inclusão da Experiência Cotidiana nas Decisões”



FONTE: Elaborado pela autora.

O exame qualitativo aprofunda o significado desta falha. O descontentamento não é abstrato, mas sim uma crítica direta à forma como o planejamento urbano é conduzido. Um respondente afirma que as decisões "Não priorizam as necessidades das comunidades e não favorecem a interação social e a melhoria da qualidade de vida". Outro aponta para a ausência de "Líderes na iniciativa pública que zelem ou pensem na nossa história, cultura e nossas necessidades".

Um depoimento crucial, contextualizado pelo cenário pós-enchente de 2024, ressalta a urgência de "Resgatar o olhar humano e cultural no planejamento da cidade". Este participante argumenta que a reconstrução e o planejamento futuro devem ir além de meras obras e infraestrutura, focando em "reconstruir vidas, histórias e vínculos". A percepção de que as decisões falham em incorporar os laços culturais é, portanto, sentida como uma negligência da própria "alma" e "memória" da cidade, elementos que "também precisam ser consideradas na hora de reconstruir e planejar o futuro".

A análise demográfica reforça a gravidade do cenário, indicando que o sentimento de exclusão das decisões é transversal. A alta discordância está presente em todas as faixas de renda. Além disso, a insatisfação é compartilhada por ambos os gêneros. Apenas um respondente, pertencente à faixa etária mais jovem e de menor renda, expressa concordância. A predominância de avaliações negativas em 4.3 consolida a conclusão de que, para o cidadão, o planejamento municipal opera em um vácuo, ignorando ativamente os elos sociais e a experiência diária que, em

tese, deveriam ser o fundamento de uma cidade centrada no ser humano.

Em suma, o conjunto de dados aponta para um cenário onde a cultura, vista fundamentalmente como a "alma da cidade", é empiricamente percebida como um elemento negligenciado. A forte discordância nos três indicadores qualitativos sugere que, na visão dos cidadãos, o município analisado falha em reconhecer a cultura como o elemento transversal e estruturante que a teoria (Agenda 2030 e Agenda 21 da Cultura) orienta e que é essencial para a própria existência e progresso da cidade. Essa lacuna entre a definição de que a cultura estrutura a identidade e a percepção de que essa identidade está enfraquecida e desrespeitada configura um desafio crítico para o planejamento urbano que busca ser verdadeiramente humano e completo.

O cruzamento entre as fontes, portanto, revela uma crise de identidade urbana percebida, onde o corpo cívico está construído, mas a "alma" (cultura, memória e laços sociais) é negligenciada, o que, sob a ótica de Flusser, compromete a própria existência da cidade como entidade única e significativa.

A leitura interpretativa dos resultados descortina uma profunda crise de identidade urbana, evidenciada pela dissonância entre o arcabouço teórico que posiciona a cultura como a "alma da sociedade" e a percepção cotidiana dos seus habitantes. Embora autores como Vilem Flusser e documentos da UNESCO estabeleçam que uma cidade sem cultura própria não existe plenamente, a realidade empírica demonstra que 67,44% dos respondentes não reconhecem a cultura como um pilar estruturante da identidade local. Sob a ótica de Maurice Halbwachs, a memória coletiva é uma construção social que exige quadros de referência estáveis; contudo, em Canoas, esses referenciais parecem fragmentados, pois o sentimento de "viver à sombra de Porto Alegre" impede a consolidação de uma singularidade própria, resultando em uma fragilidade na coesão simbólica do núcleo urbano. Essa percepção é transversal às faixas de renda e gênero, sugerindo que a falta de uma "alma" urbana é um problema sistêmico do planejamento municipal, e não um descontentamento de nichos específicos.

O debate crítico dos dados aponta para uma falha grave na valorização e promoção das manifestações culturais, onde a maioria dos cidadãos expressa insatisfação com a gestão do patrimônio simbólico. Teoricamente, como propõe Aldo Rossi, a cidade deveria ser entendida como um fato urbano complexo que acumula a memória coletiva. No entanto, os relatos qualitativos indicam que a história de Canoas

é muitas vezes "escondida" ou representada por monumentos que remetem a momentos obscuros, o que Michael Pollak descreveria como um conflito no "trabalho de enquadramento da memória". Quando a narrativa oficial falha em dialogar com as memórias subterrâneas e com a identidade dos grupos sociais, o patrimônio deixa de ser um "espelho narcísico" de reconhecimento para se tornar um elemento de alienação espacial. Essa subutilização do patrimônio cultural compromete diretamente o atingimento da Meta 11.4 dos ODS, que exige o fortalecimento dos esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural.

A desconexão entre o poder público e a base social atinge seu ápice na percepção de que as decisões de planejamento ignoram a experiência cotidiana e os laços culturais com 79,07% de discordância. Essa estatística reflete o que críticos como Ermínia Maricato e Carlos Vainer denominam "plano-discurso": um planejamento tecnocrático que opera em um vácuo, priorizando a infraestrutura física em detrimento da dimensão humana. A ausência da "escala humana" defendida por Jan Gehl e da vitalidade das ruas proposta por Jane Jacobs resulta em ambientes urbanos disfuncionais onde o cidadão não se sente partícipe do processo decisório. Especialmente no cenário pós-enchente de 2024, a urgência em "reconstruir histórias e vínculos" demonstra que a resiliência urbana não depende apenas de obras de engenharia, mas do resgate do "olhar humano" que considera a memória e a cultura como eixos de reconstrução da vida social.

Consequentemente, a interpretação teórica dos resultados de Canoas sugere que a cidade padece de um déficit estrutural de pertencimento, onde a cultura, embora reconhecida pela Agenda 2030 e pela Nova Agenda Urbana como motor de desenvolvimento, é empiricamente negligenciada. A gestão municipal parece ignorar a tripla dimensão da cultura estabelecida pelo Sistema Nacional de Cultura (simbólica, cidadã e econômica), falhando em garantir o pleno exercício dos direitos culturais e a preservação da memória. Sem a integração orgânica entre inovação tecnológica e o tecido social preexistente, Canoas corre o risco de se tornar uma cidade "3D" (distante, dispersa e desconectada), incapaz de evoluir para o modelo "3C" (compacta, conectada e coordenada) focado nas pessoas. A sustentabilidade urbana, nesse contexto, é indissociável da proteção da memória viva; como metaforizado nas fontes, a cidade deve ser um palimpsesto vivo, onde as novas camadas de desenvolvimento não apaguem a alma humana que habita entre os edifícios.

10.7. Constructo 5 - A Memória Coletiva

A memória coletiva constitui um pilar fundamental para a compreensão e a moldagem das sociedades e da forma de vida de cada grupo, sendo considerada um elemento vital. Teoricamente, ela é definida por Maurice Halbwachs como o compartilhamento de lembranças, tradições e crenças, sendo um conceito dinâmico que, segundo Joel Candau, exige constante atualização. O modelo analítico proposto pressupõe que a incorporação da análise dessas lembranças compartilhadas, tradições, comportamentos e crenças é essencial para manter viva a identidade local, um aspecto também endossado pelo ICOMOS, que salienta a importância do patrimônio cultural para retratar a memória de uma comunidade.

Contudo, o exame dos resultados empíricos do Constructo 5, que investiga a percepção da população sobre a valorização desta dimensão na cidade de Canoas, revela uma significativa dissonância entre o peso teórico da memória coletiva e a percepção prática dos cidadãos

Tabela 18. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo "A Memória Coletiva"

Classificação	5.1. Valorização e Preservação da História e Memórias	5.2. Contribuição dos Eventos Históricos para a Identidade	5.3. Preservação do Conhecimento Tradicional pelo Planejamento Urbano
% de discordância (1+2)	67,44%	53,49%	62,79%
% de neutralidade (3)	18,60%	30,23%	34,88%
% de concordância (4+5)	13,95%	16,28%	2,33%

FONTE: Elaborado pela autora.

A relação estabelecida entre os dados demográficos e a avaliação dos indicadores do Constructo 5 sugere que a discordância quanto à eficácia da valorização da dimensão humana e cultural na cidade é um fenômeno amplamente distribuído, embora se observem algumas tendências de polarização ou concentração de opiniões extremas em grupos específicos. Nota-se, inicialmente, uma predominância de respondentes do gênero feminino na amostra, mas a percepção de que a cidade falha em preservar seu patrimônio (5.1), reconhecer suas tradições (5.2) e incluir o conhecimento popular no planejamento (5.3) é comum em ambos os

gêneros.

No que concerne à faixa etária, a maior concentração de respostas e as avaliações mais críticas, frequentemente marcadas por um "Discordo totalmente" ou discordância generalizada em todos os indicadores, situam-se no grupo etário central, de 25 a 44 anos. Este grupo é responsável por expressar a necessidade de resgatar o olhar humano e cultural no planejamento, apontando que a cidade não está considerando "vidas, histórias e vínculos" após o desastre de 2024. Embora o grupo mais jovem (18-24 anos) também apresente altos índices de discordância, é também nesta faixa que se encontram algumas das poucas manifestações de "Concordo" para os indicadores 5.1 e 5.2. Já entre os respondentes acima de 45 anos, as avaliações tendem a ser mais polarizadas ou neutras, embora permaneçam importantes focos de forte discordância, inclusive com comentários sobre o desrespeito à cultura local e a falta de priorização das necessidades das comunidades. Notavelmente, alguns respondentes mais velhos (45+ ou 65+) manifestam concordância parcial com a preservação ou reconhecimento, enquanto outros da mesma faixa etária demonstram discordância ou neutralidade.

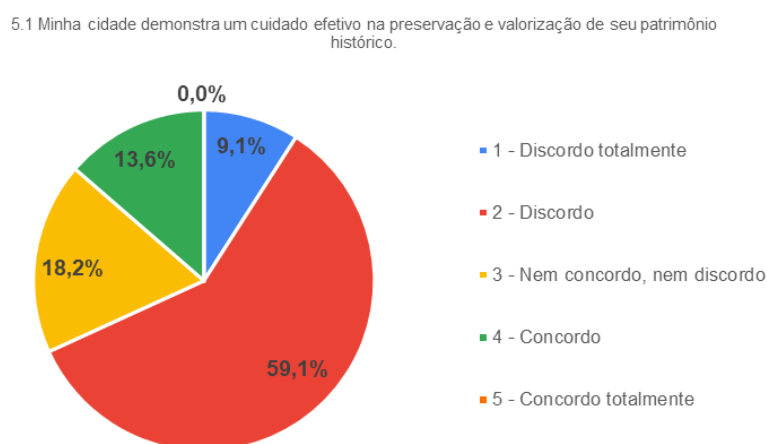
Em relação à faixa de renda mensal, a discordância persiste em todas as categorias. No entanto, o maior volume de comentários críticos e respostas negativas extremas está frequentemente associado aos respondentes das faixas de renda mais altas. Indivíduos nesse patamar de renda salientam a subutilização do patrimônio cultural por falta de investimento e estímulo ao acesso, a falta de líderes no poder público que zelem pela história e cultura, e a necessidade de incluir a dimensão humana a pós-eventos catastróficos. Em contrapartida, as faixas de renda mais baixas mostram um padrão misto, incluindo tanto a forte discordância quanto alguns dos raros pontos de "Concordo" nos indicadores 5.1 e 5.2, sugerindo que a percepção sobre a valorização da memória coletiva e o planejamento é igualmente sensível, mas expressa-se de maneira menos homogeneamente crítica em função da renda do que em função da idade, onde o grupo de 25 a 44 anos se destaca pela insatisfação mais consistente.

No que tange ao indicador 5.1, este funciona como um termômetro direto da percepção da população sobre o engajamento cívico e governamental com a dimensão material e simbólica da memória coletiva local. A análise dos resultados revela uma prevalência de ceticismo e discordância entre os respondentes, indicando

que, na visão majoritária dos habitantes de Canoas, o esforço de preservação é considerado ineficaz ou insuficiente.

A tônica dominante do indicador reside nas respostas de discordância, sendo "Discordo" a categoria mais frequente observada. Essa forte inclinação negativa é complementada por manifestações de "Discordo totalmente", que, embora em menor número, intensificam a crítica sobre a falha no cuidado patrimonial.

Gráfico 18. Resultados do indicador “Valorização e Preservação da História e Memórias”



FONTE: Elaborado pela autora.

Este cenário de insatisfação é aprofundado por depoimentos qualitativos que atestam a dimensão do descaso percebido. Um respondente afirma que a cidade, lamentavelmente, "desrespeita a cultura local", mantendo sua história "escondida por detrás de monumentos que representam momentos obscuros do município". Outra observação chave aponta que a cidade "subutiliza seu patrimônio cultural", e que essa subutilização é resultado direto da "falta de investimentos e estímulo ao acesso aos espaços" que visam o resgate histórico e identitário. Essa percepção é corroborada pela crítica de que, nos últimos dez anos, a iniciativa pública não possuiu "líderes na iniciativa pública que zelem ou pensem na nossa história, cultura e nossas necessidades".

Embora o sentimento geral seja negativo, existem núcleos isolados de percepção positiva, com alguns respondentes marcando "Concordo". No entanto, a análise demográfica mostra que a discordância é transversal: atinge respondentes de

diversas faixas etárias e níveis de renda, embora as respostas mais críticas sejam expressivamente representadas pelo grupo de 35 a 44 anos, com rendas médias e altas. Ademais, a neutralidade também constitui uma parcela das respostas, sugerindo que uma parte da população não consegue identificar ativamente nem o cuidado efetivo nem o descaso evidente.

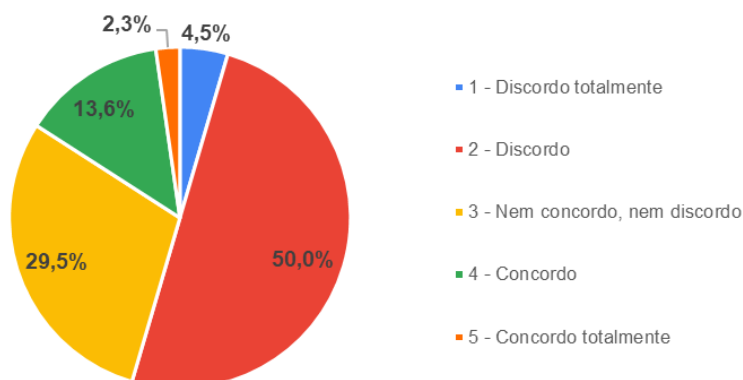
Em síntese, os dados do Indicador 5.1 revelam que a preservação do patrimônio histórico não é percebida como uma prioridade efetiva pela gestão municipal, gerando uma crise de representatividade na memória coletiva. A crítica não se limita à ausência de estruturas, mas à falta de investimento, acesso e liderança cultural no âmbito do poder público, o que compromete a capacidade da cidade de se particularizar em sua identidade e evitar viver "na sombra de Porto Alegre". A falta de efetividade no cuidado com o patrimônio, portanto, não é apenas uma questão de infraestrutura, mas um sintoma da desconexão entre o planejamento urbano e o valor intrínseco da história local.

Ao investigar o indicador 5.2, desenhado para investigar se "As tradições e lembranças compartilhadas na minha cidade são reconhecidas e influenciam o modo de vida local", atua como um teste empírico da vitalidade e da visibilidade da memória coletiva na cultura urbana cotidiana. A análise quantitativa dos resultados aponta para uma clara dificuldade da população em reconhecer ativamente a influência de suas tradições no ambiente da cidade.

Verifica-se uma prevalência de avaliações negativas e neutras em comparação com as positivas. A categoria de resposta mais comum é "Discordo", frequentemente acompanhada por uma alta incidência da resposta "Nem concordo, nem discordo". Esta combinação sugere que a influência das tradições e lembranças compartilhadas no modo de vida local é, na melhor das hipóteses, ambígua ou imperceptível para uma parcela dos cidadãos. A neutralidade, neste contexto, pode indicar uma lacuna no conhecimento ou uma percepção de que, apesar da existência de tradições, estas não são ativamente promovidas ou não possuem força suficiente para moldar o cotidiano urbano.

Gráfico 19. Resultados do indicador “Contribuição dos Eventos Históricos para a Identidade”

5.2 As tradições e lembranças compartilhadas na minha cidade são reconhecidas e influenciam o modo de vida local.



FONTE: Elaborado pela autora.

As respostas de forte discordância são justificadas por depoimentos qualitativos que articulam a falha na formação da identidade local. Um respondente expressa que, apesar do crescimento urbano e econômico, a cidade "vive na sombra de Porto Alegre". Essa subordinação metropolitana é vista como um obstáculo, pois "Não há iniciativas que fortalecem a identidade cultural e é difícil identificar esses traços". A consequência percebida é uma cidade que "não agrega as pessoas", reforçando a noção de que as lembranças compartilhadas falham em criar um senso coeso de pertencimento e modo de vida influente.

Embora haja instâncias de concordância e um caso de concordância total, alguns destes respondentes positivos reconhecem que a cidade "se particulariza na sua identidade". Contudo, a tendência geral é de desvalorização, com críticas que ecoam a falta de efetividade na preservação do patrimônio e a subutilização cultural, o que naturalmente impede o reconhecimento e a influência das tradições. Outros respondentes criticam a falta de priorização das necessidades das comunidades, o que impacta negativamente a interação social e a melhoria da qualidade de vida, elementos intrinsecamente ligados ao modo de vida local e às tradições.

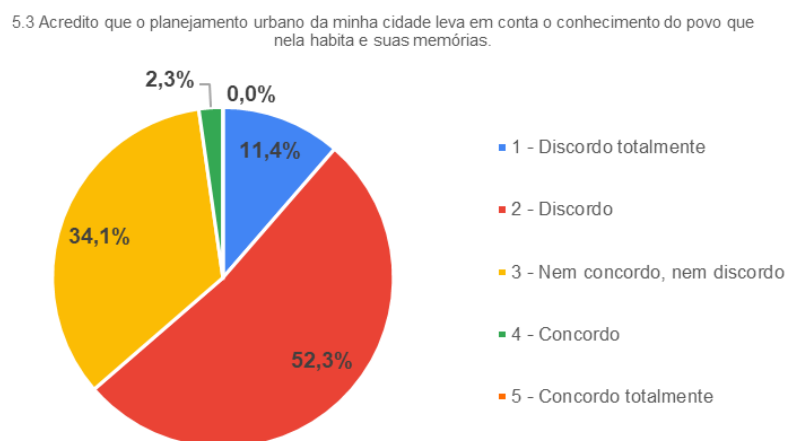
Em conclusão, os dados do Indicador 5.2 revelam que a influência da memória coletiva no modo de vida é amplamente questionada. A cidade é percebida como carente de iniciativas que traduzam suas tradições e lembranças em uma identidade cultural forte e reconhecível, culminando em um ambiente onde o passado e os valores humanos não são sentidos como elementos ativos ou agregadores no

planejamento e na vida comunitária.

Por fim, o indicador 5.3 apresenta a perspectiva mais crítica e conclusiva do Constructo 5, sinalizando uma profunda dissociação entre as práticas de gestão e a percepção cidadã sobre a inclusão da dimensão humana e cultural. Os resultados quantitativos demonstram uma rejeição à ideia de que o planejamento municipal incorpora a memória coletiva e o conhecimento tradicional.

A análise revela uma predominância de respostas negativas, com o "Discordo" sendo a avaliação mais frequente. Esta discordância é intensificada por um número significativo de respondentes que marcaram "Discordo totalmente". Em contraste, a concordância com a inclusão popular é quase inexistente. As avaliações de neutralidade também possuem um volume considerável, mas, no contexto da prevalência da discordância, sugerem que, mesmo para este grupo, a consideração das memórias e do conhecimento popular não é evidente ou notável no processo de planejamento.

Gráfico 20. Resultados do indicador “Presevação do Conhecimento Tradicional pelo Planejamento Urbano”



FONTE: Elaborado pela autora.

A crítica mais contundente à insuficiência do planejamento vem dos comentários qualitativos que acompanham o indicador, evidenciando que a falha não é apenas técnica, mas estrutural e humana. Um respondente sublinha a necessidade urgente de "Resgatar o olhar humano e cultural no planejamento da cidade". Esta

necessidade foi intensificada pela tragédia climática de 2024, onde se percebeu que o planejamento não pode "pensar só em obras e infraestrutura". A percepção é que a reconstrução deve focar em "reconstruir vidas, histórias e vínculos", pois a cidade é intrinsecamente "feita de pessoas, de memórias e de histórias que também precisam ser consideradas na hora de reconstruir e planejar o futuro". Em suma, a ausência de consideração por essa dimensão impede que qualquer plano urbano seja completo, pois "A cidade tem alma, tem memória".

A desconsideração do conhecimento popular é vista também como uma falha na priorização de quem vive o espaço, com um depoimento afirmando que os planejadores "Não priorizam as necessidades das comunidades e não favorecem a interação social e a melhoria da qualidade de vida". Embora existam observações sobre a necessidade de aspectos práticos de engenharia, como a análise de vetores de crescimento, a raiz da insatisfação no Indicador 5.3 é o déficit democrático e humanístico do planejamento.

Em última análise, os dados sugerem que o planejamento urbano da cidade estudada é percebido como predominantemente tecnocrático e focado na infraestrutura física, falhando em incorporar as memórias e o conhecimento intrínseco do povo. Essa falha gera um consenso de insatisfação, indicando que a memória coletiva é negligenciada como subsídio fundamental para a construção do futuro urbano.

Em suma, a percepção dominante sobre o constructo 5 é de que o planejamento urbano falha em incorporar a dimensão humana e cultural, sugerindo que, na prática, a mutabilidade e a necessidade de atualização da memória coletiva, enfatizadas por Candau, não estão sendo consideradas pelo poder público para sustentar a identidade local.

A leitura interpretativa dos resultados aponta uma profunda dissonância entre o robusto aporte teórico que sustenta a importância da memória coletiva e a percepção prática dos habitantes sobre a gestão do espaço urbano. Enquanto a teoria de Maurice Halbwachs define a memória como um fenômeno social construído dentro de quadros sociais e que conferem estabilidade à identidade local, os dados empíricos do Indicador 5.1 mostram que 67,44% dos respondentes discordam de que a cidade preserve efetivamente seu patrimônio. Essa percepção de descaso, onde a história é descrita como "escondida" ou "subutilizada", sugere uma ruptura nos marcos

simbólicos que, segundo Kevin Lynch, deveriam garantir a legibilidade urbana e o sentimento de pertencimento. Quando o patrimônio cultural falha em retratar o caráter da comunidade, compromete-se a capacidade dos cidadãos de enfrentar o presente e moldar o futuro, transformando o ambiente em um espaço de "crise de representatividade".

Essa fragilidade identitária é aprofundada nos resultados do Indicador 5.2, em que a maioria dos participantes (53,49%) não reconhece a influência das tradições no cotidiano, frequentemente mencionando que a cidade "vive na sombra de Porto Alegre". Sob a ótica de Michael Pollak, a construção da identidade depende da continuidade no tempo e de um sentimento de coerência, elementos que parecem ausentes em Canoas devido à falta de iniciativas que fortaleçam os traços culturais locais. A subordinação metropolitana e a neutralidade observada nos dados sugerem o que Pierre Nora descreve como o desaparecimento dos ambientes vivos de memória, restando apenas "lugares de memória" que não conseguem mais transmitir a lembrança de forma espontânea. Nesse sentido, o planejamento urbano de Canoas parece ignorar a dimensão cultural proposta por Ignacy Sachs, que defende a valorização das populações locais para evitar a simples reprodução de modelos externos e promover soluções endógenas que gerem pertencimento.

A crítica mais contundente emerge no Indicador 5.3, onde 62,79% da população rejeita a ideia de que o planejamento municipal incorpore o conhecimento tradicional e a memória coletiva, evidenciando uma gestão predominantemente tecnocrática focada em infraestrutura física. Essa realidade contrasta diretamente com o urbanismo humanístico de Jan Gehl e Jane Jacobs, que preconizam a primazia da escala humana e a vitalidade das ruas sobre a lógica funcionalista. Os depoimentos qualitativos sobre a necessidade de "resgatar o olhar humano" após a tragédia climática de 2024 reforçam que a cidade não é apenas um conjunto de obras, mas um "palimpsesto vivo" feito de histórias e vínculos que devem ser o centro da reconstrução. Esta demanda por um planejamento que considere a "alma da cidade" ecoa os princípios da Nova Agenda Urbana e do ODS 11, que buscam tornar os assentamentos humanos resilientes e inclusivos, não deixando ninguém para trás.

A discussão crítica dos resultados aponta que, embora o Brasil possua uma das legislações urbanísticas mais avançadas, como o Estatuto da Cidade, que determina a função social da propriedade e a proteção do patrimônio, a prática em

Canoas revela a persistência do "plano-discurso". Esse fenômeno mascara a falta de investimentos reais na dimensão humana da sustentabilidade sob uma retórica de modernização. A insatisfação generalizada, especialmente no grupo de 25 a 44 anos, demonstra que a inovação tecnológica ou o crescimento econômico não substituem a necessidade de preservar a memória viva. Para que Canoas atinja um desenvolvimento urbano sustentável autêntico, é imperativo que a cultura deixe de ser um apêndice do planejamento e passe a ser o eixo motor que articula a técnica ao afeto, garantindo que o progresso não apague a identidade das comunidades que nela habitam.

10.8. Constructo 6 - A Relação entre Passado, Identidade e Futuro

O Constructo 6, "A Relação entre Passado, Identidade e Futuro", estabelece uma moldura teórica essencial para a análise do planejamento urbano, partindo do pressuposto de que a memória não deve ser compreendida como estática, mas sim como um elemento em contínua mutação que interpela o futuro e demanda incessante reflexão. A fundamentação deste construto é profundamente enraizada na necessidade de se pensar o passado como pilar na edificação de identidades futuras, buscando-se um equilíbrio crucial entre a preservação e a inovação indispensáveis para o desenvolvimento urbano sustentável. Essa perspectiva é endossada pela defesa de Ignacy Sachs de um "equilíbrio harmonioso entre a valorização das tradições e a adoção de inovações", e pela visão de Joel Candau e Jorge Gondar, que enfatizam a natureza dinâmica da memória, a qual se projeta ativamente no futuro.

As questões de avaliação qualitativa propostas (6.1, 6.2 e 6.3) visam medir a percepção dos respondentes sobre a aplicação prática desses fundamentos. O indicador 6.1 avalia se os planos futuros consideram ativamente a história e a memória coletiva, buscando o equilíbrio entre preservação e inovação. O indicador 6.2 investiga se a revisitação do passado impacta o sentido de pertencimento atual, e o 6.3 foca em saber se a memória é vista, de fato, como um elemento dinâmico que contribui para a construção de identidades futuras.

Ao correlacionar a definição conceitual com os resultados empíricos da pesquisa, observa-se um significativo descompasso entre o ideal teórico e a realidade

percebida pelos residentes, predominantemente em Canoas. A maioria das respostas sugere que o planejamento urbano local não consegue incorporar a memória como um elemento dinâmico e constitutivo. Por exemplo, uma análise dos resultados demonstra que há uma ampla e recorrente discordância em relação à afirmação de que o planejamento da cidade "busca um equilíbrio entre a preservação do passado e a inovação para o futuro". Respostas como "Discordo totalmente" e "Discordo" são frequentes em todos os indicadores.

Tabela 19. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo "A Relação entre o Passado, Identidade e Futuro"

Classificação	6.1. Consideração da História e Memória Coletiva nos Planos Futuros	6.2. Revisitação do Passado para Identidade	6.3. Memória como Elemento Dinâmico na Construção de Identidades Futuras
% de discordância (1+2)	65,12%	67,44%	67,44%
% de neutralidade (3)	23,26%	23,26%	16,28%
% de concordância (4+5)	11,63%	9,30%	16,28%

FONTE: Elaborado pela autora.

A análise das correlações demográficas revela padrões específicos de percepção sobre a dimensão humana e cultural no planejamento urbano. Observa-se que, de forma geral, a discordância é a tônica dominante em todas as faixas demográficas para os três indicadores, refletindo a percepção de que o planejamento municipal falha em buscar o equilíbrio entre preservação e inovação, em revisitar o passado para fortalecer a identidade e em ver a memória como elemento dinâmico.

Entretanto, a relação por faixa etária demonstra a disparidade mais notável. A maior parte dos respondentes nas faixas etárias intermediárias, compreendidas entre 35 e 54 anos, manifesta consistentemente os níveis mais altos de criticidade, com avaliações predominantemente em "Discordo" ou "Discordo totalmente" para os três indicadores. Em contrapartida, os respondentes com 65 anos ou mais são o único grupo que apresenta uma tendência significativa de concordância nos indicadores. Por exemplo, respondentes nesta faixa etária manifestaram "Concordo" ou "Concordo totalmente" para o equilíbrio entre preservação e inovação e para a visão da memória como elemento dinâmico. Nota-se, contudo, que essa concordância em idosos não é universal, como exemplificado por um indivíduo de 65 anos ou mais que discordou

totalmente do indicador 6.2 sobre o fortalecimento da identidade pelo passado, apesar de concordar com 6.1 e 6.3.

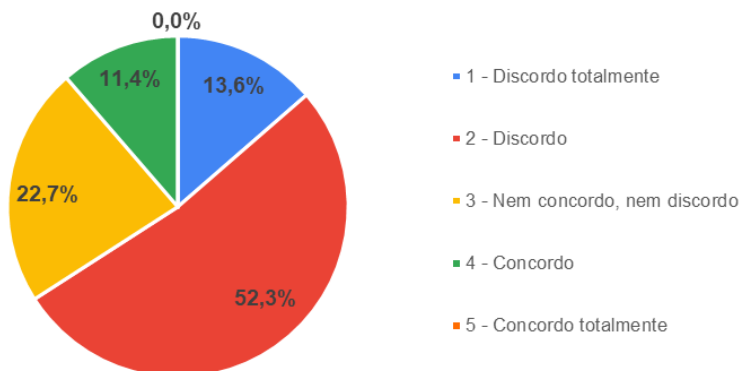
Em relação à faixa de renda, os dados sugerem que aqueles com renda mais alta estão entre os mais críticos. Vários respondentes desta faixa expressaram "Discordo totalmente", indicando uma percepção aguda da deficiência na gestão da dimensão humana e cultural, seja por homens ou mulheres, como visto na crítica de um indivíduo de alta renda que lamenta a ausência de líderes que "zelem ou pensem na nossa história e cultura". Embora a discordância predomine também nas faixas de renda inferiores, os níveis de neutralidade são mais frequentes nas rendas de 2 a 3 salários-mínimos. As poucas notas positivas encontradas, por sua vez, estão distribuídas tanto em faixas de baixa renda de até 2 salários-mínimos, quanto em rendas médias.

Quanto ao gênero, a amostra, que apresenta uma maioria feminina, não estabelece uma relação clara de que um gênero seja significativamente mais positivo que o outro; a percepção geral de falha é transversal. Contudo, muitas das respostas mais enfáticas e críticas ("Discordo totalmente") em todos os indicadores são apresentadas por respondentes do gênero feminino na faixa de 35 a 44 anos e de alta renda, bem como masculino na mesma faixa de idade.

No que concerne ao indicador 6.1, que investiga a percepção dos residentes sobre se o planejamento de sua cidade "busca um equilíbrio entre a preservação do passado e a inovação para o futuro", constitui um pilar empírico fundamental para avaliar a aplicação do Constructo 6, que exige a valorização harmoniosa das tradições e inovações no desenvolvimento urbano. A análise dos dados coletados revela um quadro predominante de percepção negativa, indicando uma falha na concretização desse equilíbrio ideal.

Gráfico 21. Resultados do indicador “Consideração da História e Memória Coletiva nos Planos Futuros”

6.1 Sinto que o planejamento da minha cidade busca um equilíbrio entre a preservação do passado e a inovação para o futuro.



FONTE: Elaborado pela autora.

A discordância é a característica mais saliente nos resultados do indicador 6.1. Uma vasta parcela dos respondentes optou por "Discordo" ou "Discordo totalmente", sugerindo que a população percebe o planejamento municipal como tendencioso, falhando em harmonizar o respeito pela memória com a necessidade de desenvolvimento prospectivo. O grau máximo de criticidade, "Discordo totalmente", foi expressa por vários indivíduos, incluindo aqueles nas faixas etárias ativas, como 25 a 34 anos e 35 a 44 anos.

As críticas qualitativas associadas a esses resultados negativos reforçam o diagnóstico de desequilíbrio. Um respondente que discordou totalmente do indicador lamenta que a cidade "desrespeita a cultura local, tendo sua história escondida por detrás de monumentos que representam momentos obscuros do município". Essa afirmação aponta para uma priorização da inovação ou de outras agendas em detrimento da preservação do patrimônio e da narrativa histórica. De maneira similar, outro respondente, também com avaliação máxima de discordância, critica a ausência de "líderes na iniciativa pública que zelem ou pensem na nossa história e cultura", indicando uma deficiência institucional na promoção do equilíbrio requerido. Outro indivíduo, que marcou "Discordo", reforça que a cidade "subutiliza seu patrimônio cultural, falta investimentos e estímulo ao acesso aos espaços", evidenciando que a balança pende para longe da preservação ativa.

A análise demográfica indica que a percepção de desequilíbrio é

particularmente aguda entre os indivíduos de 35 a 44 anos, que contribuem significativamente para os escores mais baixos. Além disso, respondentes com rendas mais altas também demonstram uma crítica substancial. Este padrão sugere que tanto o grupo que está no auge da produtividade quanto aqueles com maior poder aquisitivo percebem a gestão urbana como falha em integrar de forma eficaz as dimensões humana e cultural.

Em contrapartida, os focos de concordância são minoritários e tendem a concentrar-se na população mais idosa (65 anos ou mais). Essa concordância sugere uma possível diferença geracional na avaliação do desenvolvimento da cidade: enquanto os mais jovens ou os economicamente ativos observam ativamente o desequilíbrio e a negligência do passado, a geração mais velha pode ter uma percepção mais positiva do desenvolvimento, considerando as transformações que a cidade sofreu, como quando era rotulada de "cidade dormitório".

A presença de respostas neutras, distribuídas em diversas faixas etárias e de renda, pode ser interpretada como uma incerteza sobre a natureza do planejamento, ou como um reconhecimento de que houve inovações (como melhorias na mobilidade urbana, mencionada por um respondente) mas sem clareza sobre o impacto real na preservação do passado.

Conclui-se, portanto, que os resultados do indicador 6.1 sinalizam empiricamente que o planejamento urbano na cidade estudada é percebido como deficitário no cumprimento da dialética fundamental de interligar o passado e o futuro de forma equitativa, sendo amplamente criticado pela população ativa e de maior renda por priorizar o futuro e a infraestrutura em detrimento da memória e da cultura.

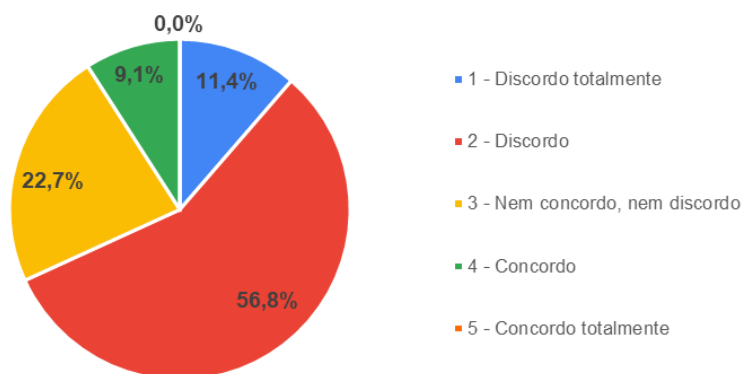
O indicador 6.2 oferece um diagnóstico crucial sobre a eficácia da memória coletiva como vetor de coesão social no contexto do planejamento urbano. A análise dos dados empíricos demonstra uma profunda e generalizada descrença dos respondentes quanto à capacidade do município em utilizar sua história como ferramenta para gerar pertencimento.

Quantitativamente, a tendência de avaliação é negativa, com a maioria das respostas concentrando-se nas opções "Discordo" e "Discordo totalmente". Essa predominância da discordância sugere que, na experiência cotidiana dos cidadãos, as referências históricas ou o patrimônio cultural não são apresentados ou gerenciados

de forma a criar um vínculo forte e significativo com a identidade municipal no presente

Gráfico 22. Resultados do indicador “Revisitação do Passado para Identidade”

6.2 Acredito que o passado da minha cidade é revisitado para fortalecer nossa identidade e senso de pertencimento no presente.



FONTE: Elaborado pela autora.

Essa percepção de falha é corroborada pelas observações qualitativas, que estabelecem uma ligação direta entre a negligência histórica e a ausência de identidade. Um respondente que discordou totalmente do indicador 6.2 argumenta que a cidade "desrespeita a cultura local, tendo sua história escondida por detrás de monumentos que representam momentos obscuros do município". Essa afirmação aponta para um fracasso não apenas na revisitação, mas na própria curadoria da narrativa histórica, que deveria ser a base para fortalecer a identidade, mas, em vez disso, é vista como ocultada. Outra crítica direta à deficiência no resgate identitário vem do comentário de que a cidade "subutiliza seu patrimônio cultural, falta investimentos e estímulo ao acesso aos espaços e dada a devida importância, visando o resgate histórico e identitário". Essa observação conecta explicitamente a ausência de revisitação (falta de investimento e acesso) com a ineficácia do "resgate histórico e identitário".

A sensação de desconexão e falta de pertencimento é ainda mais elaborada pelo respondente que, apesar de ter marcado "Nem concordo, nem discordo" no indicador, afirma que "Não há iniciativas que fortalecem a identidade cultural e é difícil identificar esses traços. É uma cidade que não agrega as pessoas", solidificando a tese de que o passado não está sendo mobilizado para cumprir seu papel social de

agregação e fortalecimento identitário. A emergência desse tema é sublinhada pelo comentário de que, após a catástrofe de 2024, percebeu-se que o desafio era "reconstruir vidas, histórias e vínculos", o que indiretamente evidencia a fragilidade dos vínculos existentes, os quais deveriam ser robustecidos pela memória revisitada.

Demograficamente, o pico de criticidade, com escores de "Discordo totalmente", está concentrado nas faixas etárias de 25 a 44 anos, sugerindo que as gerações economicamente ativas sentem mais intensamente a falta de raízes culturais proporcionadas pelo planejamento municipal. Contudo, há uma nota de extrema discordância também na faixa etária mais velha (65 anos ou mais), que marcou "Discordo totalmente", demonstrando que a insatisfação com a revisitação histórica não é exclusiva das gerações mais jovens. Os poucos escores de "Concordo" estão distribuídos em faixas diversas, incluindo jovens (18 a 24 anos) e idosos (65 anos ou mais). Um respondente de 45 a 54 anos que concorda chega a afirmar: "Eu percebo Canoas se particulariza na sua identidade", uma visão otimista que se contrapõe à percepção majoritária de alienação e falta de iniciativas culturais.

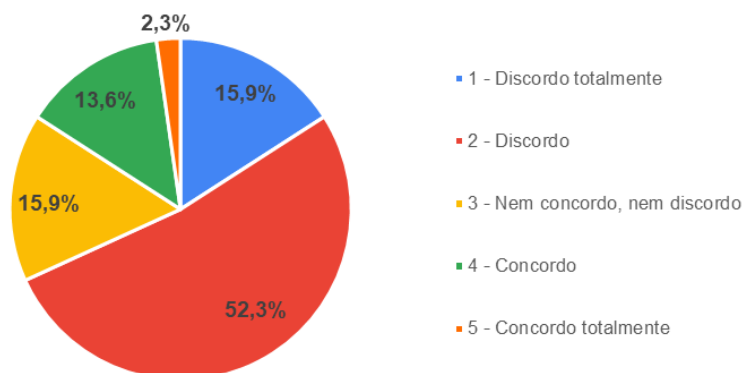
Portanto, a análise do Indicador 6.2 converge para a conclusão de que, para a maioria da população, o passado é percebido como um arquivo estático ou até mesmo oculto, e não como uma fonte dinâmica de capital social capaz de gerar identidade e coesão no presente, o que representa um desafio significativo para a construção de um planejamento urbano que incorpore efetivamente a dimensão humana e cultural.

No que tange ao indicador 6.3, que avalia se o respondente "Percebe que a memória da minha cidade é vista como um elemento dinâmico que contribui para a construção de identidades futuras", é central para aferir a eficácia do planejamento urbano em utilizar o passado não como um relicário estático, mas sim como uma força propulsora e mutável na definição do futuro. A análise dos resultados expõe uma percepção generalizada de que essa dinâmica fundamental não está sendo alcançada na prática.

A discordância é a avaliação predominante entre os participantes. O alto índice de respostas em "Discordo totalmente", manifestado por diversas faixas etárias, incluindo jovens (25 a 34 anos e 18 a 24 anos) e a faixa economicamente ativa (35 a 44 anos), indica um ceticismo profundo quanto à capacidade da gestão municipal de mobilizar o patrimônio histórico para fins prospectivos. Esta crítica é particularmente forte entre indivíduos com alta renda.

Gráfico 23. Resultados do indicador “Memória como Elemento Dinâmico na Construção de Identidades Futuras”

6.3 Percebo que a memória da minha cidade é vista como um elemento dinâmico que contribui para a construção de identidades futuras.



FONTE: Elaborado pela autora.

Os comentários qualitativos reforçam o entendimento de que a memória não é vista como um elemento dinâmico, mas sim como um recurso negligenciado ou mal gerido. Um respondente que discordou totalmente em todos os indicadores critica que a cidade "desrespeita a cultura local, tendo sua história escondida por detrás de monumentos que representam momentos obscuros do município". O ato de "esconder" a história é o oposto da percepção de um elemento dinâmico que contribui ativamente. De forma complementar, a alegação de que a cidade "subutiliza seu patrimônio cultural, falta investimentos e estímulo ao acesso aos espaços" sugere que a memória existe, mas está inativa, impedida de se projetar no futuro por falta de ações estratégicas. Outro respondente, com escore de Discordo, lamenta que a cidade "não possui [...] líderes na iniciativa pública que zelem ou pensem na nossa história, cultura e nossas necessidades", evidenciando a ausência de uma liderança que promova a vitalidade e a dinâmica da memória no planejamento.

A percepção de estagnação da memória é ainda sintetizada pela observação de que a cidade "vive na sombra de Porto Alegre" e que "Não há iniciativas que fortalecem a identidade cultural e é difícil identificar esses traços. É uma cidade que não agrega as pessoas". Se a memória fosse vista como dinâmica, ela estaria gerando ativamente uma identidade única e um senso de agregação social, o que claramente não é o caso para a maioria dos respondentes. A urgência de considerar a memória como dinâmica foi pragmaticamente trazida à tona no contexto pós-catástrofe, onde

se percebeu a necessidade de "reconstruir vidas, histórias e vínculos," pois "A cidade tem alma, tem memória — e sem considerar isso, qualquer plano urbano fica incompleto".

Em contraste com a tendência geral, os focos de concordância estão concentrados, de forma notável, na população com 65 anos ou mais, sugerindo que essa faixa etária, possivelmente devido a uma perspectiva nostálgica ou a uma experiência de vida que testemunhou grandes transformações, percebe uma mobilização mais bem-sucedida do passado em direção ao futuro. Outras notas positivas isoladas são vistas em respondentes mais jovens.

Em suma, a análise do Indicador 6.3 revela que, embora a memória seja um construto vital, a maioria da população de Canoas não a percebe como um elemento dinâmico ativamente moldando identidades futuras. Em vez disso, é vista como um lastro estático, resultando em um déficit identitário e coesivo no planejamento urbano.

A interpretação dos dados revela um profundo descompasso entre o ideal teórico do planejamento urbano sustentável e a percepção cotidiana de seus habitantes, evidenciando o que as fontes descrevem como uma falha na incorporação da memória como elemento dinâmico e constitutivo. Embora a moldura teórica deste constructo se baseie na necessidade de um "equilíbrio harmonioso entre a valorização das tradições e a adoção de inovações", conforme defendido por Ignacy Sachs, os resultados demonstram que a população percebe uma inclinação excessiva para o desenvolvimento de infraestrutura em detrimento da dimensão humana e cultural. Essa dissonância é quantificada pelos altos índices de discordância (acima de 65%) nos indicadores que avaliam a preservação do passado e o fortalecimento da identidade, sugerindo que o planejamento municipal é visto como tendencioso e incapaz de harmonizar o respeito pela história com as demandas do futuro.

Sob a lente de Maurice Halbwachs, a memória não é um depósito estático, mas uma construção social realizada dentro de "quadros sociais" (linguagem, espaço e tempo) que permitem aos indivíduos localizar suas lembranças. Quando os habitantes de Canoas afirmam que a história da cidade está "escondida por detrás de monumentos" ou que o patrimônio é subutilizado, eles apontam para uma ruptura nesses quadros, o que fragiliza o sentimento de pertencimento. A memória coletiva deveria funcionar como a "alma da urbe", mas a percepção majoritária é de que o passado é tratado como um arquivo oculto, e não como a força propulsora defendida

por Joel Candau e Jorge Gondar para a construção de identidades futuras. Essa falha na "revisitação do passado" impacta diretamente a coesão social, transformando a cidade em um espaço que, segundo os respondentes, "não agrega as pessoas" e vive à sombra da capital.

A análise crítica revela ainda que a insatisfação é mais acentuada entre as faixas etárias economicamente ativas (25 a 54 anos) e de maior renda, grupo que demonstra uma percepção aguda da deficiência na gestão da dimensão imaterial da cidade. Em contrapartida, a tendência de concordância observada na população idosa (65 anos ou mais) pode ser interpretada, teoricamente, através de uma visão nostálgica ou do reconhecimento das transformações físicas da antiga "cidade dormitório", mas não anula a crítica estrutural de que a cidade falha em ser um "palimpsesto vivo". Essa desconexão entre o planejamento técnico e a experiência humana remete às críticas de Jane Jacobs e Jan Gehl, que alertam para o risco de um urbanismo funcionalista que negligencia a vitalidade das ruas e o uso que as pessoas fazem do espaço. A cidade de Canoas parece aproximar-se do conceito de "cidade-mercadoria" ou "cidade-empresa", priorizando investidores e infraestrutura física, enquanto a "legibilidade urbana" e o valor simbólico do território são marginalizados.

Articulando com o esquema teórico da tese, a situação de Canoas expõe a "lacuna crítica" entre o robusto aparato legal brasileiro (como o Estatuto da Cidade) e a prática local, que ainda pende para uma visão tecnocrática da sustentabilidade. A ausência de indicadores culturais eficazes contribui para essa "inviabilidade analítica", dificultando que a cultura seja, de fato, o quarto pilar do desenvolvimento sustentável. A menção qualitativa à catástrofe de 2024 reforça a tese de que, em momentos de crise, a necessidade de reconstruir "histórias e vínculos" torna-se pragmática, evidenciando que planos urbanos que ignoram a memória são incompletos. Portanto, para que a cidade atinja a sustentabilidade preconizada pelo ODS 11 e pela Nova Agenda Urbana, o planejamento deve transitar da periferia dos discursos para o centro das políticas, reconhecendo que a inovação tecnológica só gera qualidade de vida se estiver costurada às camadas profundas da memória e da identidade coletiva.

10.9. Constructo 7 - A Identidade Urbana e a Diferença Social

O arcabouço teórico deste estudo define a Identidade Urbana e a Diferença Cultural como um elemento central para a coesão social, onde a identidade é concebida a partir de traços culturais, de diferenças e instabilidades, elementos que, em conjunto, promovem um povo único e fomentam o sentimento de inclusão. Esta fundação está alinhada com as ênfases da UNESCO na cultura como fonte de identidade e criatividade, e com a Nova Agenda Urbana (NAU) e a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI), que reafirmam a relevância da diversidade cultural e do respeito às particularidades locais e à "diversidade territorial". A avaliação desta dimensão baseia-se na percepção dos moradores em três eixos: o Fortalecimento da Identidade Cultural (7.1), o Reconhecimento e Valorização das Diferenças Culturais (7.2), e a Promoção da Inclusão e Respeito a Diversas Culturas e Minorias (7.3).

Ao correlacionar esta base conceitual com os resultados empíricos, emerge um padrão de percepção que aponta para uma significativa disjunção entre o ideal normativo e a realidade vivida. No que tange ao indicador 7.1, que objetiva avaliar se a cidade possui uma identidade cultural forte e única, observa-se que muitas respostas manifestam discordância ou discordância total. Alguns respondentes corroboram essa baixa percepção, afirmando que a cidade "não possui nos últimos 10 anos, no poder público, líderes na iniciativa pública que zelem ou pensem na nossa história, cultura e nossas necessidades". Há, inclusive, o sentimento de que a cidade vive "na sombra de Porto Alegre," carecendo de iniciativas que fortaleçam a identidade cultural, o que torna difícil a identificação desses traços e resulta em uma "cidade que não agrega as pessoas". Tais achados sugerem que a unicidade que a identidade deve promover, segundo a fundamentação teórica, não está sendo percebida pela população.

Tabela 20. Níveis de concordância, neutralidade e discordância do constructo "A Identidade Urbana e a Diferença Social"

Classificação	7.1. Fortalecimento da Identidade Cultural	7.2. Reconhecimento e Valorização das Diferenças Culturais	7.3. Promoção da Inclusão e Respeito a Diversas Culturas e Minorias
% de discordância (1+2)	62,79%	48,84%	62,79%

Classificação	7.1. Fortalecimento da Identidade Cultural	7.2. Reconhecimento e Valorização das Diferenças Culturais	7.3. Promoção da Inclusão e Respeito a Diversas Culturas e Minorias
% de neutralidade (3)	16,28%	34,88%	23,26%
% de concordância (4+5)	20,93%	16,28%	13,95%

FONTE: Elaborado pela autora.

A análise dos dados demográficos revela um padrão de percepção predominantemente negativo, embora as nuances de idade, renda e gênero demonstrem diferentes níveis de polarização e intensidade de crítica.

Em relação à idade, os respondentes mais jovens (18 a 34 anos) tendem a manifestar uma alta concentração de discordância, inclusive em grau total, nos três indicadores. Por outro lado, o grupo de 65 anos ou mais apresenta maior variabilidade nas respostas, sendo responsável tanto por fortes discordâncias quanto por algumas das poucas concordâncias observadas em 7.1 e 7.2. Respostas de idade intermediária (35 a 54 anos) frequentemente oferecem comentários qualitativos detalhados, apontando a falta de planejamento que considere o aspecto humano e cultural, a subutilização do patrimônio cultural e o desrespeito à cultura local.

No que concerne à renda, a percepção crítica não está confinada a uma única faixa, mas a baixa renda concentra uma alta frequência de "Discordo Totalmente" em todos os indicadores. Curiosamente, a faixa de alta renda demonstra a maior polarização. Enquanto alguns indivíduos nesta faixa são responsáveis por fortes críticas à ausência de liderança pública em prol da cultura e história, outros respondentes de alta renda registram concordância plena nos três indicadores.

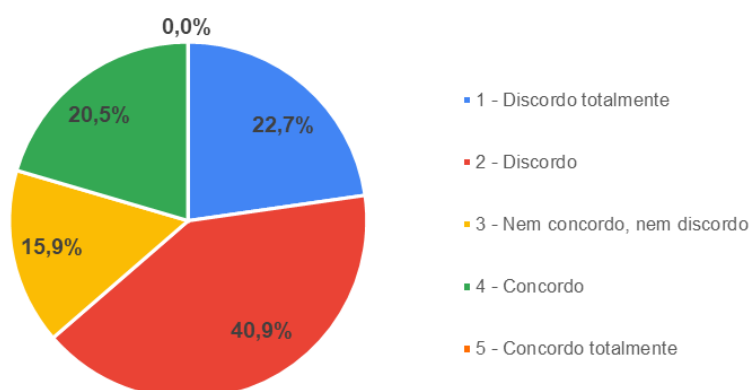
A análise do gênero em conjunto com a avaliação mostra que ambos os grupos, feminino e masculino, registram alta discordância, mas a população feminina manifesta a discordância total nos três indicadores em uma frequência notável, frequentemente ligada a faixas de renda mais baixas. As mulheres também forneceram comentários enfáticos sobre a necessidade de resgatar o "olhar humano e cultural" no planejamento, especialmente após eventos críticos.

O indicador 7.1, que questiona a percepção dos respondentes sobre a existência de uma identidade cultural forte e única que distingue o município de Canoas de outras localidades, constitui um pilar fundamental na avaliação do

Constructo 7. A análise dos resultados revela um panorama de forte crítica e ambivalência por parte da população residente, indicando uma falha na consolidação e reconhecimento dessa identidade singular.

Gráfico 24. Resultados do indicador “Fortalecimento da Identidade Cultural”

7.1 Minha cidade possui uma identidade cultural forte e única, que a diferencia de outros lugares.



FONTE: Elaborado pela autora.

A distribuição das respostas aponta que a maioria dos participantes manifesta um posicionamento negativo ou neutro em relação à unicidade cultural da cidade. Uma parcela demonstra discordância ou, em um grau mais intenso, discordância total. Os níveis de neutralidade, expressos por "Nem concordo, nem discordo" representam um segmento menor, mas que ainda indica incerteza ou falta de reconhecimento da identidade. Essa polarização negativa sugere que, para a maioria dos moradores, a identidade de Canoas não se manifesta de forma evidente ou distintiva.

A percepção de carência identitária é aprofundada pelos comentários qualitativos fornecidos. O sentimento de que a cidade "vive na sombra de Porto Alegre" e que faltam "iniciativas que fortaleçam a identidade cultural" é uma crítica direta à ausência de traços únicos, o que torna difícil para os moradores identificar e se conectar a esses elementos. Essa dificuldade de identificação é correlacionada à inação do poder público, onde se observa que líderes na iniciativa pública "não possui nos últimos 10 anos... que zelem ou pensem na nossa história, cultura e nossas necessidades", o que justifica a percepção de falta de unicidade.

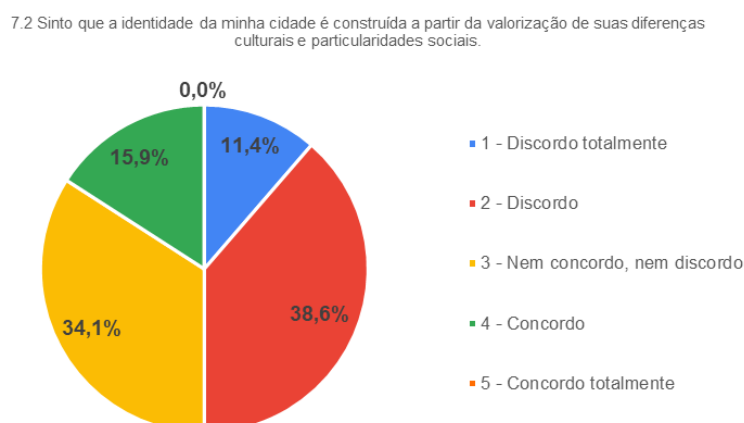
Adicionalmente, quando há manifestações de elementos históricos ou culturais,

a percepção é de que estes são mal geridos ou problemáticos. Um respondente declara que a cidade "desrespeita a cultura local, tendo sua história escondida por detrás de monumentos que representam momentos obscuros do município", e outro reforça que a cidade "subutiliza seu patrimônio cultural" por falta de investimento e estímulo para o "resgate histórico e identitário". Estes achados sugerem que a identidade, quando existente, não é valorizada ou é percebida como uma fonte de vergonha ou negligência, e não como um fator de diferenciação positiva.

Embora uma minoria de respondentes tenha manifestado concordância com o indicador 7.1, frequentemente essa concordância é acompanhada de qualificações sobre a necessidade de melhorias em áreas correlatas, como a cultura ou mobilidade urbana. O resultado final aponta para a predominância de uma crise de identidade percebida no contexto urbano, onde o elemento cultural não está funcionando como um vetor de diferenciação e agregação, mas sim como um ponto de frustração e crítica à gestão do patrimônio e da história local.

O indicador 7.2 busca medir a percepção dos moradores sobre a construção da identidade municipal, especificamente se esta é forjada a partir da valorização das suas diferenças culturais e particularidades sociais. A análise dos resultados revela um consenso predominantemente negativo e crítico, sugerindo que o reconhecimento e o fomento da diversidade e da especificidade local não estão sendo percebidos pela população como pilares ativos na formação da identidade de Canoas.

Gráfico 25. Resultados do indicador “Reconhecimento e Valorização das Diferenças Culturais”



FONTE: Elaborado pela autora.

Quantitativamente, a discordância é a posição dominante. A soma das respostas que indicam "Discordo" e "Discordo totalmente" abrange a maioria dos respondentes, evidenciando uma rejeição da premissa de que a identidade da cidade é construída pela via da valorização da diferença. Embora haja um segmento considerável que se posiciona de forma neutra, este posicionamento, em um contexto de avaliação de políticas públicas, pode ser interpretado como um desconhecimento ou uma indiferença em relação a iniciativas de valorização cultural. A concordância plena é minoria, indicando que o sentimento de que as diferenças são efetivamente valorizadas é restrito a uma pequena parcela da amostra.

A crítica qualitativa oferece um aprofundamento essencial à interpretação desses dados negativos. As observações de campo revelam que o problema não reside apenas na falta de valorização, mas em um sentimento ativo de desrespeito à cultura local. Um respondente afirma que a cidade, "infelizmente, desrespeita a cultura local, tendo sua história escondida por detrás de monumentos que representam momentos obscuros do município". Essa observação aponta para uma falha institucional em reconhecer e celebrar narrativas complexas e diversas da história municipal. Complementarmente, outro comentário aponta que a cidade "subutiliza seu patrimônio cultural, falta investimentos e estímulo ao acesso aos espaços e dada a devida importância, visando o resgate histórico e identitário". A subutilização do patrimônio, ligada à falta de investimentos, impede que as "particularidades sociais" se tornem elementos construtivos da identidade urbana.

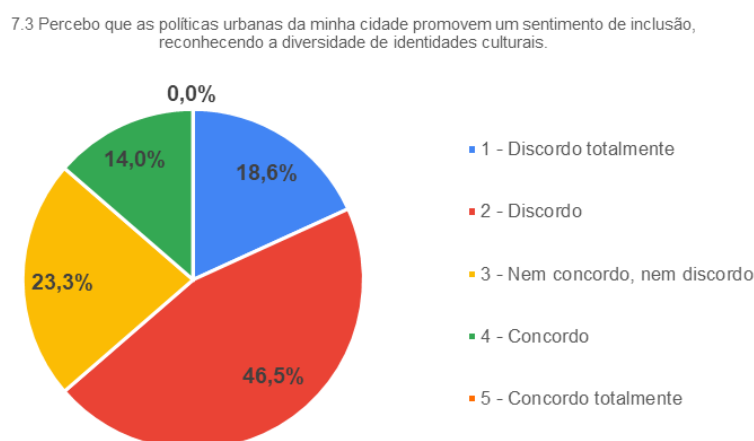
Ademais, a necessidade de "Resgatar o olhar humano e cultural no planejamento da cidade" e a percepção de que a cidade falha em "reconstruir vidas, histórias e vínculos" indicam que a não valorização das diferenças culturais tem consequências diretas na coesão social e no planejamento urbano.

Em suma, os resultados do Indicador 7.2 demonstram que a população percebe que a identidade de Canoas não está sendo construída por meio do respeito e da celebração de suas múltiplas facetas sociais e culturais, mas sim pela negligência ou, em casos mais graves, pelo apagamento desses elementos distintivos.

O indicador 7.3, que avalia se as políticas urbanas do município de Canoas promovem um sentimento de inclusão por meio do reconhecimento da diversidade de identidades culturais, revela a dimensão mais frágil e criticada do Constructo 7. A análise quantitativa demonstra um desequilíbrio acentuado, com uma predominância

de respostas negativas, indicando que a população não percebe as ações municipais como promotoras de coesão ou de respeito à diversidade.

Gráfico 26. Resultados do indicador “Promoção da Inclusão e Respeito a Diversas Culturas e Minorias”



FONTE: Elaborado pela autora.

Uma parcela dos respondentes manifestou discordância com o indicador e a crítica se intensifica com um número substancial de participantes que indicaram discordância total. Essa alta concentração de percepções negativas sugere um fracasso sistemático das políticas urbanas em traduzir os ideais de inclusão e reconhecimento cultural em experiências vividas pela comunidade.

A análise qualitativa fornece o fundamento para essa rejeição generalizada. A principal crítica reside na percepção de que a gestão pública está desvinculada do aspecto humano e social do planejamento. Há a percepção de que as políticas "Não priorizam as necessidades das comunidades e não favorecem a interação social e a melhoria da qualidade de vida". Essa falha em priorizar as necessidades comunitárias e em fomentar a interação social é intrinsecamente ligada à incapacidade de reconhecer e incluir a diversidade cultural que compõe o tecido social da cidade.

Outros comentários reforçam que a cidade é percebida como um local que "não agrega as pessoas", uma consequência direta da ausência de iniciativas que fortaleçam a identidade cultural e, por extensão, o reconhecimento das diversas identidades. A crítica também se estende à gestão da memória e história, com a

percepção de que falta liderança pública que "zelem ou pensem na nossa história, cultura e nossas necessidades".

A urgência dessa dimensão é salientada por referências a eventos críticos, onde se notou que "não dá pra pensar só em obras e infraestrutura", mas sim que é fundamental "reconstruir vidas, histórias e vínculos". A necessidade de "Resgatar o olhar humano e cultural no planejamento da cidade" aponta que a falta de inclusão percebida deriva de uma visão estritamente tecnocrática ou infraestrutural, que marginaliza a diversidade de identidades culturais e humanas no processo decisório. Em síntese, o Indicador 7.3 demonstra que as políticas urbanas em Canoas são percebidas como deficientes em promover a inclusão, resultando em um distanciamento entre o planejamento e o sentimento de pertencimento da comunidade.

Em suma, a relação entre os resultados do Constructo 7 e sua fundamentação teórica revela que a percepção de falta de identidade, desrespeito às diferenças culturais e ausência de políticas inclusivas são manifestações da mesma carência: a falha em integrar a dimensão humana e cultural no planejamento urbano, transformando a definição de identidade, que deveria ser fonte de unicidade e agregação, em uma experiência urbana marcada pela disjunção e pela crítica à gestão pública. A identidade, que é construída a partir de traços culturais, funciona como a espinha dorsal de um organismo vivo: se ela é negligenciada ou maltratada, toda a estrutura social e a percepção de pertencimento se enfraquecem.

A interpretação dos resultados revela uma profunda crise de identidade e pertencimento, evidenciada pelos altos índices de discordância, onde mais de 62% dos respondentes não percebem o fortalecimento da identidade cultural nem a promoção da inclusão. Teoricamente, a identidade é construída a partir de traços culturais e da dialética entre a lembrança e o esquecimento, funcionando como um elemento central para a coesão social e o sentimento de inclusão. Contudo, o padrão de percepção em Canoas aponta para uma disjunção significativa entre esse ideal normativo, defendido pela UNESCO e pela Nova Agenda Urbana (NAU), e a realidade vivida. A sensação de que a cidade vive "na sombra de Porto Alegre" e a carência de lideranças que zelem pela história e cultura local sugerem uma falha no que Michael Pollak denomina "trabalho de enquadramento da memória", operação essencial para garantir a unidade, a continuidade no tempo e o sentimento de coerência de uma

coletividade. Sem esses marcos simbólicos, a cidade torna-se ilegível para seus habitantes, dificultando a criação de imagens mentais fortes que permitam a identificação com o meio ambiente urbano.

Essa fragilidade identitária é agravada pela percepção de que o patrimônio cultural de Canoas é subutilizado ou, em casos mais graves, desrespeitado e ocultado por monumentos que evocam "momentos obscuros". Sob a ótica de Aldo Rossi, a cidade deve ser entendida como um fato urbano complexo que acumula a memória coletiva; quando os vestígios físicos do passado são negligenciados, ocorre uma forma de amnésia coletiva que pode levar a graves perturbações na identidade do grupo. Enquanto Pierre Nora argumenta que os "lugares de memória" deveriam servir como bastiões para interromper o fluxo do tempo e bloquear o esquecimento, em Canoas esses pontos parecem falhar em sua função de "ponte", gerando um ponto de frustração e crítica à gestão pública. A crítica qualitativa dos moradores sobre o desrespeito à cultura local ecoa as preocupações de Ignacy Sachs sobre o ecodesenvolvimento, que destaca a dimensão cultural como um compromisso básico para a valorização das populações locais, prevenindo a simples reprodução de modelos exógenos que destroem o sentimento de pertencimento.

A discussão crítica revela, portanto, que as políticas urbanas em Canoas são percebidas como puramente tecnocráticas e desvinculadas do aspecto humano, falhando em promover a interação social e o reconhecimento da diversidade. Esse cenário reflete o que se denomina "plano-discurso", onde a retórica da sustentabilidade e das cidades inteligentes mascara a ausência de uma efetiva democratização e valorização da vida cotidiana. Articulando com o urbanismo humanístico de Jan Gehl e as críticas de Jane Jacobs, percebe-se que a obsessão por infraestrutura e obras em detrimento da "escala humana" acaba por "matar a rua" e fragilizar os vínculos sociais. A demanda dos respondentes, especialmente das mulheres, por um "olhar humano e cultural no planejamento" e pela reconstrução de "vidas, histórias e vínculos" após eventos críticos, reforça que a sustentabilidade urbana é indissociável da proteção da memória viva e da identidade.

Em última análise, o distanciamento entre as metas globais da Agenda 2030, como o ODS 11.4 que visa salvaguardar o patrimônio, e a experiência dos habitantes de Canoas expõe um vácuo regulatório e prático. Embora a legislação brasileira, como o Estatuto da Cidade e o Sistema Nacional de Cultura, forneça um arcabouço para a

função social da propriedade e a valorização da memória, sua tradução em práticas locais mensuráveis é deficitária. A cultura, que deveria ser a espinha dorsal de um "organismo vivo" urbano, está sendo tratada como um elemento periférico, resultando em uma experiência de disjunção espacial. Para que Canoas avance rumo ao conceito de cidade inteligente definido pela Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, é imperativo que a inovação tecnológica dialogue com o "palimpsesto vivo" da cidade, respeitando a diversidade territorial e colocando o protagonismo comunitário no centro do desenvolvimento. A cidade só será verdadeiramente sustentável quando conseguir integrar funções, rendas e identidades, transformando o espaço físico em um lugar antropológico de autêntica cidadania e memória preservada.

10.10. A percepção sobre a dimensão humana e cultural de Canoas

A análise dos dados de percepção sobre a dimensão humana e cultural no planejamento urbano revela uma relação entre os fundamentos teóricos que norteiam os constructos e os resultados quantitativos de Média e Desvio Padrão, sublinhando as lacunas percebidas pela população. O resultado geral da avaliação chegou a uma média de 2,37 e um desvio padrão de 0,785, indicando uma tendência geral de neutralidade a discordância quanto à eficácia do planejamento em incorporar esses aspectos, mas com uma variabilidade considerável nas respostas.

Tabela 21. Resultado geral da avaliação da percepção

Constructo	Indicador de Percepção			Constructo		Geral	
	Descrição	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
1. A CENTRALIDADE DA PESSOA NA CIDADE	1.1. Percepção da Consideração das Necessidades Diárias	2,39	0,863	2,27	0,763	2,37	0,785
	1.2. Percepção do Protagonismo Cidadão	2,05	0,527				
	1.3. Avaliação das Ações Municipais na Qualidade de Vida	2,39	0,838				
2. OS LIMITES DOS INDICADORES URBANOS	2.1. Percepção da Adequação dos Indicadores	2,23	0,467	2,58	0,808		
	2.2. Percepção da Priorização da Tecnocracia	2,93	0,941				
3. ESPAÇOS DE ENCONTRO E PERTENCIMENTO	3.1. Percepção de Espaços para o Encontro Social	2,68	0,924	2,53	0,914		
	3.2. Sentimento de Vínculo e Pertencimento	2,48	0,949				

Constructo	Indicador de Percepção			Constructo		Geral	
	Descrição	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
	3.3. Promoção da Convivência pela Arquitetura	2,43	0,822				
4. A CULTURA COMO ESTRUTURANTE DA CIDADE	4.1. Percepção da Cultura como Elemento Estruturante da Identidade	2,18	0,884	2,17	0,740		
	4.2. Valorização e Promoção das Manifestações Culturais	2,32	0,831				
	4.3. Inclusão da Experiência Cotidiana nas Decisões	2,02	0,445				
5. A MEMÓRIA COLETIVA	5.1. Valorização e Preservação da História e Memórias	2,36	0,678	2,41	0,675		
	5.2. Contribuição dos Eventos Históricos para a Identidade	2,59	0,736				
	5.3. Preservação do Conhecimento Tradicional pelo Planejamento Urbano	2,27	0,574				
6. A RELAÇÃO ENTRE PASSADO, IDENTIDADE E FUTURO	6.1. Consideração da História e Memória Coletiva nos Planos Futuros	2,32	0,692	2,32	0,702		
	6.2. Revisitação do Passado para Identidade	2,30	0,630				
	6.3. Memória como Elemento Dinâmico na Construção de Identidades Futuras	2,34	0,783				
7. A IDENTIDADE URBANA E A DIFERENÇA CULTURAL	7.1. Fortalecimento da Identidade Cultural	2,34	0,888	2,40	0,823		
	7.2. Reconhecimento e Valorização das Diferenças Culturais	2,55	0,773				
	7.3. Promoção da Inclusão e Respeito a Diversas Culturas e Minorias	2,32	0,769				

FONTE: Elaborado pela autora.

No primeiro constructo, A Centralidade da Pessoa na Cidade, que se fundamenta na visão de que o planejamento deve ter o cidadão como protagonista e considerar suas experiências diárias, a média geral de 2,27 e desvio padrão de 0,763 refletem uma percepção de deficiência. O indicador de Percepção do Protagonismo Cidadão registrou uma das médias mais baixas (médio de 2,05 e desvio padrão de 0,527). Essa baixa valoração se correlaciona diretamente com o sentimento expresso pelos respondentes de que as experiências e necessidades diárias não são consideradas, e a crítica de que a cidade precisa "resgatar o olhar humano e cultural no planejamento", pensando em "reconstruir vidas, histórias e vínculos" em vez de focar apenas em obras e infraestrutura. Este constructo, que deveria fundamentar-se no urbanismo humanístico e na escala humana propostos por Jan Gehl, sofre com a baixa percepção do protagonismo cidadão, o que sugere que o habitante é tratado como mero espectador do processo urbano. Teoricamente, isso reflete uma falha em

aplicar o princípio de "não deixar ninguém para trás" da Nova Agenda Urbana (NAU), priorizando infraestruturas em detrimento da reconstrução de vidas, histórias e vínculos afetivos.

A análise do segundo constructo, Os Limites dos Indicadores Urbanos (média de 2,58; desvio padrão de 0,808), destaca a tensão entre a tecnocracia e as narrativas humanas, uma vez que a fundamentação do constructo critica o foco excessivo em padrões econômicos ou TICs, negligenciando a cultura e o pertencimento. O indicador com a maior Média em todo o estudo foi o de Percepção da Priorização da Tecnocracia (média de 2,93 e desvio padrão de 0,941), sugerindo que a população concorda que o planejamento privilegia critérios técnicos em detrimento das práticas e narrativas dos habitantes. Este resultado corrobora a crítica teórica ao "plano-discurso" e à "cidade-empresa", onde a gestão é pautada por critérios de produtividade e eficiência técnica que negligenciam o pertencimento. Essa percepção reafirma que os sistemas de medição tradicionais, focados em recursos físicos ou tecnologias (TIC), apresentam uma inviabilidade analítica para capturar a dimensão imaterial e cultural da urbe. Em contrapartida, a Percepção da Adequação dos Indicadores para capturar aspectos culturais e de pertencimento foi baixa, reforçando a tese de que os indicadores tradicionais são insuficientes para a dimensão humana.

O constructo Espaços de Encontro e Pertencimento (Média 2,53; desvio padrão 0,914) baseia-se na importância de locais públicos como catalisadores de relações humanas e base para o sentimento de pertencimento, conforme a visão de Jan Gehl e Richard Rogers. Embora a Percepção de Espaços para o Encontro Social tenha tido Média de 2,68, o Sentimento de Vínculo e Pertencimento apresentou Média inferior (média 2,48; desvio padrão 0,949). Os comentários qualitativos sugerem que as necessidades comunitárias não são priorizadas, o que impede a interação social e a melhoria da qualidade de vida. Embora haja locais para o encontro social, o sentimento de vínculo e pertencimento mensurado indica que Canoas ainda não se consolidou como uma "cidade 3C" (Compacta, Conectada e Coordenada) capaz de catalisar relações orgânicas. Sob a ótica de Jane Jacobs e Jan Gehl, a cidade falha em promover a "vida entre edifícios", transformando áreas públicas em espaços disfuncionais que não estimulam a convivência.

O quarto constructo, A Cultura como Estruturante da Cidade, obteve a menor Média geral (média 2,17; desvio padrão 0,740), alinhando-se à fundamentação que

define a cultura como a "alma da sociedade" e um elemento essencial para a identidade. O indicador de Inclusão da Experiência Cotidiana nas Decisões apresentou o resultado mais baixo de todo o estudo (média 2,02; desvio padrão 0,445). Essa baixa percepção é corroborada por fortes críticas qualitativas, incluindo a sensação de que a cidade "subutiliza seu patrimônio cultural" e que "não há iniciativas que fortaleçam a identidade cultural", o que sugere que o planejamento falha em reconhecer a cultura como o elemento central estruturante da identidade urbana. Isso demonstra que a cultura não tem sido tratada como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável. De acordo com Celso Furtado, a falta de iniciativas que nutram as memórias e trocas diretas gera uma "pobreza criativa", pois a cultura local, em seu sentido antropológico de modos de vida e saberes, é subutilizada pelo poder público.

Os constructos A Memória Coletiva (média 2,41; desvio padrão 0,675) e A Relação entre Passado, Identidade e Futuro (média 2,32; desvio padrão 0,702) tratam da memória como um elemento vital e dinâmico que molda a identidade e desafia o futuro. A baixa média geral indica uma dificuldade em manter o "equilíbrio harmonioso entre a valorização das tradições e a adoção de inovações," defendido por Sachs. A Preservação do Conhecimento Tradicional pelo Planejamento Urbano (média 2,27, desvio padrão 0,574) e a Revisitação do Passado para Identidade (média 2,30, desvio padrão 0,630) demonstram ceticismo quanto ao uso do passado na construção presente. Os respondentes apontam que a história local é desrespeitada e escondida, e criticam a falta de líderes no poder público que zelem pela história e cultura. A teoria de Maurice Halbwachs ensina que as lembranças são reconstruídas nos quadros sociais da vida real; se o planejamento urbano apaga os marcos históricos, a sociedade perde os pontos de referência necessários para sua identidade. O ceticismo dos respondentes sobre a valorização da história sugere que a cidade corre o risco de tornar-se um espaço de amnésia coletiva, rompendo a função social da memória como elo entre gerações.

Por fim, o constructo A Identidade Urbana e a Diferença Cultural (média 2,40; desvio padrão 0,823), que se baseia na premissa de que a identidade é construída a partir da valorização da diversidade para promover a inclusão, apresenta um paradoxo: enquanto o Reconhecimento e Valorização das Diferenças Culturais tem uma média de 2,55, a percepção de que a cidade possui uma Identidade Cultural Forte

e Única é menor (média 2,34, desvio padrão 0,888). Isso demonstra que Canoas é uma cidade que "não agrega as pessoas", falhando em transformar a pluralidade em um projeto de cidadania coeso. Conforme Michael Pollak, a identidade é um valor negociado que exige continuidade e coerência; sem o suporte de políticas que valorizem a memória e a diferença de forma integrada, a sustentabilidade urbana permanece incompleta, reduzindo a cidade a um mero balcão de negócios desprovido de sentimento de comunidade.

Em síntese, os dados quantitativos de média e desvio padrão, que predominantemente apontam para a neutralidade e discordância (abaixo de 2.6 na maioria dos casos), fornecem a base empírica para as críticas qualitativas, que consistentemente demonstram a percepção de que o planejamento urbano ignora as necessidades diárias, a cultura local e a memória, privilegiando a tecnocracia e resultando em uma fraca identidade e baixo sentimento de pertencimento entre os cidadãos. Essa relação entre a fundamentação teórica orientada para o ser humano e os resultados práticos sugere um desvio significativo na aplicação de princípios de planejamento urbano orientado para as pessoas, como defendido pela Nova Agenda Urbana e pelo ODS 11. A percepção dos cidadãos funciona como um barômetro que indica o distanciamento entre a idealização de uma "cidade inteligente e sustentável" (CBCI) e a experiência urbana cotidiana.

10.11. Redefinição dos indicadores técnicos

A elaboração dos indicadores técnicos da segunda versão do artefato derivou diretamente da análise dos resultados empíricos da validação da percepção cidadã, conduzida através do instrumento de coleta de dados. As baixas médias de concordância e o consenso de insatisfação observados nos sete constructos qualitativos revelaram as lacunas críticas da avaliação urbana tradicional, exigindo a proposição de métricas quantificáveis inéditas que operacionalizassem a dimensão humana, cultural, de memória e identidade.

No primeiro constructo, A Centralidade da Pessoa na Cidade, a necessidade de novos indicadores surgiu da percepção majoritária de baixo protagonismo cidadão (Média 2,05) e da falha em considerar as necessidades diárias. Para remediar essa

deficiência, foram propostos o Índice de Acessibilidade a Serviços Públicos Culturais (IASC), que mede o tempo de deslocamento da população vulnerável para acessar centros culturais, e a Taxa de Resposta do Poder Público em Audiências Digitais, que amplia o conceito de participação cívica formal para a esfera tecnológica, exigindo transparência e feedback efetivo do governo, conforme a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI).

Quadro 25. Indicadores técnicos para o constructo “A Centralidade da Pessoa na Cidade”

Novo indicador técnico	Descrição	Fundamentação no modelo
Índice de Acessibilidade a Serviços Públicos Culturais (IASC)	Quantificação do tempo médio de deslocamento (em transporte público ou a pé) da população residente em áreas vulneráveis para acessar equipamentos culturais e centros cívicos	Busca medir o acesso à cultura e o direito à cidade, correlacionando a mobilidade urbana e a inclusão social (ODS 11 e NAU), garantindo que "ninguém seja deixado para trás"
Taxa de Resposta do Poder Público em Audiências Digitais	Percentual de consultas públicas digitais (e-participação) realizadas no ano, com mensuração da porcentagem de respostas formais fornecidas pelo município aos cidadãos participantes	Amplia o conceito de Participação Cidadã para a esfera digital/tecnológica, garantindo a governança colaborativa e a transparência exigidas pela Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI)

FONTE: Elaborado pela autora.

A reformulação do segundo constructo, Os Limites dos Indicadores Urbanos, foi impulsionada pela crítica transversal dos respondentes à inadequação das métricas tradicionais em capturar a cultura e a memória (72,7% de discordância) e pela alta percepção de Priorização da Tecnocracia (Média 2,93). Em resposta, definiu-se o Índice de Inovação Social Cultural, que quantifica projetos que utilizam tecnologias de forma *bottom-up* para valorizar tradições locais e solucionar problemas sociais, medindo a tecnologia a serviço das pessoas. Complementarmente, o Percentual do Orçamento Cultural Descentralizado foi criado para avaliar o fomento à cultura de base comunitária, desafiando a priorização de grandes investimentos em detrimento das práticas e narrativas locais.

Quadro 26. Indicadores técnicos para o constructo “Os Limites dos Indicadores Urbanos”

Novo indicador técnico	Descrição	Fundamentação no modelo
Índice de Inovação Social Cultural	Número de projetos/programas anuais que utilizam Tecnologias da	Mede a aplicação de TICs em prol das pessoas (não

Novo indicador técnico	Descrição	Fundamentação no modelo
	Informação e Comunicação (TICs) para valorizar tradições locais e solucionar problemas sociais	apenas por tecnocracia), promovendo o Desenvolvimento Sustentável. Reflete a crítica à tecnocracia ao medir a inovação com foco em soluções endógenas, não apenas em modelos externos.
Percentual do Orçamento Cultural Descentralizado	Proporção da despesa pública cultural (exceto salários) que é alocada diretamente para iniciativas culturais de base comunitária, em comparação com o gasto total em manutenção de equipamentos próprios.	Avalia o nível de apoio e o fomento à cultura local, medindo a priorização da cultura em relação a outras áreas, conforme sugerido pelos Indicadores Cultura

FONTE: Elaborado pela autora.

Para o terceiro constructo, Espaços de Encontro e Pertencimento, a baixa percepção de vínculo e pertencimento (60,47% de discordância) e a crítica de que a arquitetura e o planejamento não promovem a convivência demandaram indicadores que medissem o capital social e o acesso à memória no espaço físico. Propôs-se a Densidade de Bibliotecas e Arquivos Públicos por População, complementando a medição de equipamentos culturais com foco em infraestrutura de memória coletiva. Adicionalmente, o Índice de Segurança Percebida em Espaços Públicos Culturais foi estabelecido, correlacionando dados objetivos e subjetivos de segurança, uma vez que a percepção de insegurança afeta diretamente o uso e o vínculo com os espaços.

Quadro 27. Indicadores técnicos para o constructo “Espaços de Encontro e Pertencimento”

Novo indicador técnico	Descrição	Fundamentação no modelo
Densidade de Bibliotecas e Arquivos Públicos por População	Número de bibliotecas públicas e arquivos históricos ativos per capita (ou por mil habitantes).	Complementa a medição de equipamentos culturais com foco em infraestrutura de memória coletiva e acesso ao conhecimento, essenciais para o pertencimento.
Índice de Segurança Percebida em Espaços Públicos Culturais	Dados objetivos sobre incidentes em áreas públicas designadas para eventos ou lazer, comparados a dados de percepção de segurança levantados por questionários.	Alinha-se ao ODS 11.7, que requer espaços públicos seguros e acessíveis. A percepção de insegurança afeta diretamente o uso e o vínculo com o espaço.

FONTE: Elaborado pela autora.

O quarto constructo, A Cultura como Estruturante da Cidade, obteve a menor média geral (Média 2,17), com o indicador de Inclusão da Experiência Cotidiana nas

Decisões apresentando o ponto mais baixo de todo o estudo (Média 2,02). Essa falha percebida em incluir a cultura nas decisões foi correlacionada às deficiências institucionais (como o status de Adesão Provisória do SNC com problemas operacionais). Para corrigir essa lacuna, introduziu-se o Grau de Efetividade da Governança Cultural (GEC), que vai além da mera existência legal dos pilares do “CPF da Cultura” e mede sua real operacionalização, transparência e uso do Plano de Metas. Criou-se também a Integração da Cultura no Planejamento (ICP), que avalia a transversalidade da cultura por meio da exigência e uso de Avaliações de Impacto Cultural (AIC) em projetos urbanos.

Quadro 28. Indicadores técnicos para o constructo “A Cultura como Estruturante da Cidade”

Novo indicador técnico	Descrição	Fundamentação no modelo
Grau de Efetividade da Governança Cultural (GEC)	Pontuação baseada na comprovação da operacionalização de todos os pilares do “CPF da Cultura” (Conselho, Plano e Fundo), incluindo: regularidade das reuniões, transparência das prestações de contas do Fundo e o uso do Plano de Metas.	Mede o desempenho institucional da governança da cultura no contexto da adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), superando a mera existência legal desses instrumentos, que é insuficiente.
Integração da Cultura no Planejamento (ICP)	Existência e uso comprovado de Avaliações de Impacto Cultural (AIC) em projetos de desenvolvimento urbano e planos diretores.	Avalia a transversalidade e o papel da cultura como atividade e sua contribuição nas ações políticas, promovendo a adaptação das políticas públicas de acordo com a cultura local.

FONTE: Elaborado pela autora.

No quinto constructo, A Memória Coletiva, a discordância da população sobre a preservação efetiva do patrimônio histórico e o sentimento de que a memória está estática e subutilizada justificaram a criação de indicadores de uso ativo e inovador. O Índice de Uso de Edificações Históricas Revitalizadas mede a porcentagem de imóveis tombados que estão em uso ativo com fins culturais ou sociais, combatendo a ociosidade do patrimônio. Além disso, a Taxa de Digitalização e Acesso ao Patrimônio Imaterial foi incluída para mensurar o uso de tecnologias para a preservação e resgate de conhecimentos tradicionais e memória não material.

Quadro 29. Indicadores técnicos para o constructo “A Memória Coletiva”

Novo indicador técnico	Descrição	Fundamentação no modelo
Taxa de Digitalização e Acesso ao Patrimônio Imaterial	Percentual de bens culturais imateriais registrados e disponibilizados digitalmente em plataformas acessíveis ao público.	Mede o uso de meios digitais para preservar a memória e o patrimônio imaterial, fomentando a inovação e o resgate da história.
Índice de Uso de Edificações Históricas Revitalizadas	Percentual de imóveis tombados ou inventariados que estão em uso ativo (com fins culturais, sociais ou econômicos sustentáveis), em comparação com o total de imóveis ociosos/abandonados.	Avalia o nível de preservação do patrimônio e a capacidade de manter o patrimônio cultural e o espaço urbano em conformidade com as necessidades atuais.

FONTE: Elaborado pela autora.

A avaliação do sexto constructo, A Relação entre Passado, Identidade e Futuro, demonstrou uma falha no equilíbrio entre tradição e inovação (65,12% de discordância), e a crítica de que o planejamento foca "só em obras e infraestrutura". Para integrar a memória de forma dinâmica e prospectiva, foram definidos os Projetos de Planejamento de Cenários Futuros com Memória (PPCFM), que exigem o uso de metodologias como memória oral e cartografia afetiva para informar planos de longo prazo. Adicionalmente, o Percentual de Resiliência Cultural em Planos de Desastres foi proposto, visando a salvaguarda do patrimônio e das memórias coletivas em planos de contingência, refletindo a urgência de planejamento holístico observada após catástrofes climáticas.

Quadro 30. Indicadores técnicos para o constructo “A Relação entre Passado, Identidade e Futuro”

Novo indicador técnico	Descrição	Fundamentação no modelo
Projetos de Planejamento de Cenários Futuros com Memória (PPCFM)	Quantidade de projetos de planejamento urbano que utilizam ativamente metodologias de memória oral e cartografia afetiva para informar o desenvolvimento de planos de longo prazo.	Mede a integração da memória como um elemento dinâmico e prospectivo, utilizando o conhecimento tradicional na construção de identidades futuras.
Percentual de Resiliência Cultural em Planos de Desastres	Existência de um protocolo formal que prioriza a salvaguarda do patrimônio cultural e das memórias coletivas em planos de contingência e adaptação à mudança climática.	Trata da memória não apenas como ativo, mas como vulnerabilidade a ser protegida, alinhado à dimensão Meio Ambiente e Resiliência dos Indicadores Cultura

FONTE: Elaborado pela autora.

Por fim, o sétimo constructo, A Identidade Urbana e a Diferença Cultural, que

apresentou baixa percepção de inclusão, foi reforçado por indicadores que medem a representatividade e a coesão social. O Índice de Representatividade de Minorias (IRM) em Conselhos mensura a participação equitativa de grupos minoritários nos processos de tomada de decisão, um pilar da Nova Agenda Urbana e do ODS 18 proposto pelo Brasil. O segundo indicador, a Taxa de Conflitos Interculturais Registrados, quantifica incidentes de discriminação ou xenofobia, avaliando a eficácia das políticas em promover o respeito à diversidade e a cultura de paz, elementos essenciais para a coesão social da cidade.

Quadro 31. Indicadores técnicos para o constructo “A Identidade Urbana e a Diferença Cultural”

Novo indicador técnico	Descrição	Fundamentação no modelo
Índice de Representatividade de Minorias (IRM) em Conselhos	Proporção de assentos ocupados por representantes de grupos étnicos, religiosos e minoritários em conselhos municipais (cultura, planejamento urbano e desenvolvimento social).	Mede a Representatividade e a Inclusão e Participação, um aspecto crucial da Nova Agenda Urbana e do ODS 18 proposto pelo Brasil, que busca a representatividade equitativa de povos indígenas e afrodescendentes.
Taxa de Conflitos Interculturais Registrados	Número de incidentes registrados que envolvem discriminação ou xenofobia, relacionados a aspectos culturais e de diversidade, por 100 mil habitantes.	Aborda o ODS 18, que visa eliminar a xenofobia, e avalia a capacidade das políticas de promover o respeito à diversidade e a cultura de paz, contribuindo para a coesão social.

FONTE: Elaborado pela autora.

Dessa forma, a redefinição dos indicadores técnicos foi feita como uma resposta robusta e cirúrgica aos déficits empíricos revelados na percepção cidadã, garantindo que a Camada Quantitativa e Técnica pudesse, de fato, enriquecer e contextualizar a avaliação do desenvolvimento urbano para além das métricas socioeconômicas e infraestruturais.

10.12. Segunda versão do artefato

1. A CENTRALIDADE DA PESSOA NA CIDADE		
Definição: Este constructo enfatiza que o planejamento urbano deve focar nos cidadãos como protagonistas, reconhecendo que as cidades são moldadas pelas experiências cotidianas de seus habitantes e que a dimensão humana é essencial para cidades sustentáveis e inteligentes.		
Fundamentação: ODS 11 ("Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis"), a Nova Agenda Urbana (NAU) com o princípio de "Não deixar ninguém para trás" e a defesa de cidades orientadas para as pessoas, e o urbanista Jan Gehl, que afirma que "Primeiro nós moldamos as cidades – então, elas nos moldam" e a importância de "cuidar das pessoas". A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI) também possui o pilar "Viva e para as pessoas".		
1.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
1.1.1. Percepção da Consideração das Necessidades Diárias	Avaliar, por meio de pesquisas e grupos focais, se os cidadãos sentem que suas experiências e necessidades diárias são consideradas no planejamento e nas decisões sobre a cidade.	Sinto que minhas experiências e necessidades diárias são consideradas no planejamento e nas decisões sobre a minha cidade.
1.1.2. Percepção do Protagonismo Cidadão	Investigar a crença dos cidadãos de que são tratados como protagonistas na construção e evolução do espaço urbano.	Acredito que os cidadãos são tratados como protagonistas na construção e evolução do espaço urbano onde vivo.
1.1.3. Avaliação das Ações Municipais na Qualidade de Vida	Analisar a percepção de que as ações e o planejamento da cidade demonstram cuidado com a qualidade de vida das pessoas.	As ações e o planejamento da cidade onde vivo demonstram cuidado com a qualidade de vida das pessoas.
1.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Fundamento no Modelo
1.2.1. Índice de Acessibilidade a Serviços Públicos Culturais (IASC)	Quantificação do tempo médio de deslocamento (em transporte público ou a pé) da população residente em áreas vulneráveis para acessar equipamentos culturais e centros cívicos	Busca medir o acesso à cultura e o direito à cidade, correlacionando a mobilidade urbana e a inclusão social (ODS 11 e NAU), garantindo que "ninguém seja deixado para trás"
1.2.2. Taxa de Resposta do Poder Público em Audiências Digitais	Percentual de consultas públicas digitais (e-participação) realizadas no ano, com mensuração da porcentagem de respostas formais fornecidas pelo município aos cidadãos participantes	Amplia o conceito de Participação Cidadã para a esfera digital/tecnológica, garantindo a governança colaborativa e a transparência exigidas pela Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI)

2. OS LIMITES DOS INDICADORES URBANOS		
Definição: Este constructo discute as limitações dos indicadores puramente técnicos, que muitas vezes negligenciam a qualidade de vida dos habitantes, sua cultura, memórias e senso de pertencimento, focando excessivamente em TICs ou padrões econômicos.		
Fundamentação: A observação de que estudos e legislações existentes priorizam indicadores econômicos, sociais e ambientais, negligenciando as questões culturais. A tese aponta a necessidade de ir além da medição do emprego de TICs ou de padrões econômicos.		
2.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
2.1.1. Percepção da Adequação dos Indicadores	Avaliar se os indicadores atuais capturam adequadamente a cultura local, memórias e sentimento de pertencimento dos cidadãos.	Acredito que os indicadores utilizados para avaliar minha cidade capturam adequadamente aspectos como a cultura local, as memórias e o sentimento de pertencimento dos cidadãos.
2.1.2. Percepção da Priorização da Tecnocracia	Investigar se o planejamento urbano privilegia a tecnocracia em detrimento das necessidades humanas e culturais.	Sinto que o planejamento urbano da minha cidade privilegia a tecnocracia em detrimento das práticas e narrativas dos habitantes.
2.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Fundamentação no Modelo
2.2.1. Índice de Inovação Social Cultural	Número de projetos/programas anuais que utilizam Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para valorizar tradições locais e solucionar problemas sociais	Mede a aplicação de TICs em prol das pessoas (não apenas por tecnocracia), promovendo o Desenvolvimento Sustentável. Reflete a crítica à tecnocracia ao medir a inovação com foco em soluções endógenas, não apenas em modelos externos
2.2.2. Percentual do Orçamento Cultural Descentralizado	Proporção da despesa pública cultural (exceto salários) que é alocada diretamente para iniciativas culturais de base comunitária, em comparação com o gasto total em manutenção de equipamentos próprios.	Avalia o nível de apoio e o fomento à cultura local, medindo a priorização da cultura em relação a outras áreas, conforme sugerido pelos Indicadores Cultura

3. ESPAÇOS DE ENCONTRO E PERTENCIMENTO		
Definição: Este constructo valoriza os locais públicos como catalisadores das relações humanas e elementos essenciais para a criação de vínculos com os espaços da cidade (como patrimônios históricos, rios e praças), que fundamentam o sentimento de pertencimento e a formulação da identidade.		
Fundamentação: ODS 11.7 ("proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes"), a Nova Agenda Urbana com "Espaços públicos na escala humana", e a visão de Jan Gehl, Richard Rogers e Jaime Lerner sobre o valor dos espaços públicos como "catalisador das relações humanas" e base para o "sentimento de pertencimento". Michel Agier também aborda as ruas como "espaços de relações, de memória e de identificação".		
3.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
3.1.1. Percepção de Espaços para o Encontro Social	Avaliar se a cidade possui espaços públicos (ruas, praças, parques) que favorecem o encontro e a interação entre as pessoas.	Os espaços públicos da minha cidade (praças, parques, ruas) são lugares onde me sinto conectado(a) e que promovem interações sociais significativas.
3.1.2. Sentimento de Vínculo e Pertencimento	Medir o vínculo e pertencimento com patrimônios históricos, rios e praças da cidade.	Sinto um forte vínculo e pertencimento com os patrimônios históricos, rios e praças da minha cidade.
3.1.3. Promoção da Convivência pela Arquitetura	Investigar se a arquitetura e o planejamento da cidade promovem ativamente o encontro e a convivência.	A arquitetura e o planejamento da minha cidade promovem ativamente o encontro e a convivência entre as pessoas.
3.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Fundamentação no Modelo
3.2.1. Densidade de Bibliotecas e Arquivos Públicos por População	Número de bibliotecas públicas e arquivos históricos ativos per capita (ou por mil habitantes).	Complementa a medição de equipamentos culturais com foco em infraestrutura de memória coletiva e acesso ao conhecimento, essenciais para o pertencimento.
3.2.2. Índice de Segurança Percebida em Espaços Públicos Culturais	Dados objetivos sobre incidentes em áreas públicas designadas para eventos ou lazer, comparados a dados de percepção de segurança levantados por questionários.	Alinha-se ao ODS 11.7, que requer espaços públicos seguros e acessíveis. A percepção de insegurança afeta diretamente o uso e o vínculo com o espaço.

4. A CULTURA COMO ESTRUTURANTE DA CIDADE		
Definição: A cultura é vista como a "alma da sociedade" e um elemento que diferencia as pessoas na globalização, sendo essencial para a identidade e para a própria existência da cidade, que é criada pelos laços culturais e ações dos grupos sociais que nela vivem.		
Fundamentação: A UNESCO define a cultura como a "alma de uma cidade" e essencial para a identidade e progresso. Vilem Flusser argumenta que "Uma cidade que não tem cultura própria não existe como cidade". A Agenda 2030 integra a cultura de forma transversal, e a Agenda 21 da Cultura orienta políticas públicas culturais.		
4.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
4.1.1. Percepção da Cultura como Elemento Estruturante da Identidade	Avaliar se a cultura é percebida como um elemento central que define e estrutura a identidade da cidade.	Percebo que a cultura é um elemento central que define e estrutura a identidade da minha cidade.
4.1.2. Valorização e Promoção das Manifestações Culturais	Investigar se a cidade valoriza e promove suas manifestações culturais próprias, tornando-a única.	Minha cidade valoriza e promove suas manifestações culturais próprias, tornando-a única.
4.1.3. Inclusão da Experiência Cotidiana nas Decisões	Avaliar se as decisões sobre a cidade levam em consideração a experiência cotidiana e os laços culturais dos cidadãos.	Sinto que as decisões sobre a cidade onde vivo levam em consideração a experiência cotidiana e os laços culturais dos cidadãos.
4.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Fundamentação no Modelo
4.2.1. Grau de Efetividade da Governança Cultural (GEC)	Pontuação baseada na comprovação da operacionalização de todos os pilares do "CPF da Cultura" (Conselho, Plano e Fundo), incluindo: regularidade das reuniões, transparência das prestações de contas do Fundo e o uso do Plano de Metas.	Mede o desempenho institucional da governança da cultura no contexto da adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), superando a mera existência legal desses instrumentos, que é insuficiente.
4.2.2. Integração da Cultura no Planejamento (ICP)	Existência e uso comprovado de Avaliações de Impacto Cultural (AIC) em projetos de desenvolvimento urbano e planos diretores.	Avalia a transversalidade e o papel da cultura como atividade e sua contribuição nas ações políticas, promovendo a adaptação das políticas públicas de acordo com a cultura local.

5. A MEMÓRIA COLETIVA		
Definição: Considerada vital, a memória coletiva (e individual) molda as sociedades e a forma de vida de cada grupo. O modelo deve incorporar a análise das lembranças compartilhadas, tradições, comportamentos e crenças que mantêm viva a identidade local.		
Fundamentação: Maurice Halbwachs define a memória coletiva como o compartilhamento de lembranças, tradições e crenças. Joel Candau destaca sua mutabilidade e a necessidade de ser atualizada. O ICOMOS salienta a importância do patrimônio cultural para retratar a memória de uma comunidade.		
5.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
5.1.1. Valorização e Preservação da História e Memórias	Avaliar se a história e as memórias da cidade são valorizadas e preservadas no espaço urbano.	Minha cidade demonstra um cuidado efetivo na preservação e valorização de sua memória coletiva e patrimônio histórico.
5.1.2. Contribuição dos Eventos Históricos para a Identidade	Investigar se os eventos e narrativas históricas da cidade contribuem para a identidade e senso de pertencimento no presente.	As tradições e lembranças compartilhadas na minha cidade são reconhecidas e influenciam o modo de vida local.
5.1.3. Preservação do Conhecimento Tradicional pelo Planejamento Urbano	Investigar se o planejamento da cidade considera os conhecimentos tradicionais do povo.	Acredito que o planejamento urbano da minha cidade leva em conta o conhecimento do povo que nela habita e suas memórias.
5.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Fundamentação no Modelo
5.2.1. Taxa de Digitalização e Acesso ao Patrimônio Imaterial	Percentual de bens culturais imateriais registrados e disponibilizados digitalmente em plataformas acessíveis ao público.	Mede o uso de meios digitais para preservar a memória e o patrimônio imaterial, fomentando a inovação e o resgate da história.
5.2.2. Índice de Uso de Edificações Históricas Revitalizadas	Percentual de imóveis tombados ou inventariados que estão em uso ativo (com fins culturais, sociais ou econômicos sustentáveis), em comparação com o total de imóveis ociosos/abandonados.	Avalia o nível de preservação do patrimônio e a capacidade de manter o patrimônio cultural e o espaço urbano em conformidade com as necessidades atuais.

6. A RELAÇÃO ENTRE PASSADO, IDENTIDADE E FUTURO		
Definição: Este constructo entende a memória não como estática, mas como um elemento em constante mutação que desafia o futuro e exige reflexão contínua. Pensar o passado é crucial para construir identidades futuras, buscando um equilíbrio entre o que precisa ser mantido e o que precisa ser renovado para o desenvolvimento urbano sustentável.		
Fundamentação: Ignacy Sachs defende um "equilíbrio harmonioso entre a valorização das tradições e a adoção de inovações". Joel Candau e Jorge Gondar destacam que a memória é dinâmica e se projeta no futuro.		
6.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
6.1.1. Consideração da História e Memória Coletiva nos Planos Futuros	Avaliar se as discussões e planos sobre o futuro da cidade consideram ativamente sua história e memória coletiva.	Sinto que o planejamento da minha cidade busca um equilíbrio entre a preservação do passado e a inovação para o futuro.
6.1.2. Revisitação do Passado para Identidade	Avaliar se o passado impacta no sendo de pertencimento atual.	Acredito que o passado da minha cidade é revisitado para fortalecer nossa identidade e senso de pertencimento no presente.
6.1.3. Memória como Elemento Dinâmico na Construção de Identidades Futuras	Investigar se a memória da cidade é vista como um elemento dinâmico que contribui para a construção de identidades futuras.	Percebo que a memória da minha cidade é vista como um elemento dinâmico que contribui para a construção de identidades futuras.
6.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Fundamentação no Modelo
6.2.1. Projetos de Planejamento de Cenários Futuros com Memória (PPCFM)	Quantidade de projetos de planejamento urbano que utilizam ativamente metodologias de memória oral e cartografia afetiva para informar o desenvolvimento de planos de longo prazo.	Mede a integração da memória como um elemento dinâmico e prospectivo, utilizando o conhecimento tradicional na construção de identidades futuras.
6.2.2. Percentual de Resiliência Cultural em Planos de Desastres	Existência de um protocolo formal que prioriza a salvaguarda do patrimônio cultural e das memórias coletivas em planos de contingência e adaptação à mudança climática.	Trata da memória não apenas como ativo, mas como vulnerabilidade a ser protegida, alinhado à dimensão Meio Ambiente e Resiliência dos Indicadores Cultura

7. A IDENTIDADE URBANA E A DIFERENÇA CULTURAL		
Definição: A identidade, construída a partir de traços culturais e de diferenças e instabilidades, torna um povo único e promove o sentimento de inclusão. O modelo deve considerar essa complexidade e as particularidades culturais de cada sociedade ao propor indicadores urbanos.		
Fundamentação: A identidade é definida por traços culturais, diferenças e instabilidades, promovendo inclusão e tornando um povo único. A UNESCO enfatiza a cultura como fonte de identidade e criatividade e a NAU reafirma a relevância da diversidade cultural. A CBCI ressalta a "diversidade territorial" e o respeito às particularidades locais.		
7.1. CAMADA QUALITATIVA E HUMANÍSTICA		
Indicador de Percepção	Objetivo do Indicador	Afirmativa do Formulário de Avaliação Urbana
7.1.1. Fortalecimento da Identidade Cultural	Avaliar a percepção dos moradores quanto à identidade local.	Minha cidade possui uma identidade cultural forte e única, que a diferencia de outros lugares.
7.1.2. Reconhecimento e Valorização das Diferenças Culturais	Avaliar se a cidade reconhece e valoriza as diferentes manifestações culturais e identidades presentes em sua população.	Sinto que a identidade da minha cidade é construída a partir da valorização de suas diferenças culturais e particularidades sociais.
7.1.3. Promoção da Inclusão e Respeito a Diversas Culturas e Minorias	Investigar se as políticas e iniciativas da cidade promovem ativamente a inclusão e o respeito às diversas culturas e minorias.	Percebo que as políticas urbanas da minha cidade promovem um sentimento de inclusão, reconhecendo a diversidade de identidades culturais.
7.2. CAMADA QUANTITATIVA E TÉCNICA		
Indicador Técnico	Descrição do Indicador	Fundamentação no Modelo
7.2.1. Índice de Representatividade de Minorias (IRM) em Conselhos	Proporção de assentos ocupados por representantes de grupos étnicos, religiosos e minoritários em conselhos municipais (cultura, planejamento urbano e desenvolvimento social).	Mede a Representatividade e a Inclusão e Participação, um aspecto crucial da Nova Agenda Urbana e do ODS 18 proposto pelo Brasil, que busca a representatividade equitativa de povos indígenas e afrodescendentes.
7.2.2. Taxa de Conflitos Interculturais Registrados	Número de incidentes registrados que envolvem discriminação ou xenofobia, relacionados a aspectos culturais e de diversidade, por 100 mil habitantes.	Aborda o ODS 18, que visa eliminar a xenofobia, e avalia a capacidade das políticas de promover o respeito à diversidade e a cultura de paz, contribuindo para a coesão social.

Em suma, o processo de aferição empírica realizado nesse capítulo consolidou a validação do modelo teórico-metodológico original, intitulado 'Cidades que Sentem', ao cumprir o ciclo iterativo de avaliação e refinamento preconizado pela *Design Science Research* (DSR). A aplicação da camada qualitativa no município de Canoas funcionou como um diagnóstico de sensibilidade, revelando médias predominantemente baixas (situadas entre 2,17 e 2,58) que identificaram com precisão o descompasso entre o planejamento tecnocrático histórico e a experiência humana cotidiana. De forma emblemática, o indicador 'Inclusão da Experiência Cotidiana nas Decisões' registrou o resultado mais baixo de todo o estudo (média 2,02), confirmando a hipótese central desta tese sobre a sistemática marginalização da cultura e da memória no processo decisório das cidades. Longe de invalidar o artefato, as lacunas identitárias e as críticas enfáticas manifestadas pelos cidadãos serviram como insumo empírico fundamental para o seu amadurecimento, impulsionando o refinamento sistemático que culminou na proposição de sua segunda versão. Desse modo, no paradigma da ciência do artificial, o modelo deixa de ser uma abstração acadêmica para se firmar como uma regra tecnológica testada e verdadeiramente útil para a gestão pública, materializada em métricas cirúrgicas inéditas, como o Índice de Acessibilidade a Serviços Públicos Culturais (IASC) e o Grau de Efetividade da Governança Cultural (GEC), aptas a integrar a alma humana e a resiliência afetiva às engrenagens do planejamento urbano prospectivo.

11.RELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO HUMANO-CULTURAL E A TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL DE CANOAS

A análise da trajetória de urbanização de Canoas, em conjunto com seus índices de desenvolvimento sustentável e a percepção dos cidadãos acerca das dimensões humano-culturais, revela uma profunda dissonância entre o crescimento econômico e infraestrutural historicamente priorizado e a qualidade da experiência urbana vivida pela população. Este capítulo estabelece uma relação analítica entre os resultados dos constructos perceptivos e a evolução do município, demonstrando que a insuficiência na valorização da dimensão humana e cultural compromete a sustentabilidade urbana holística defendida por marcos internacionais como o ODS 11 e a Nova Agenda Urbana (NAU).

A gênese da urbanização de Canoas está intrinsecamente ligada à infraestrutura de transporte, desenvolvendo-se linearmente em torno da linha férrea (construída em 1874) e, posteriormente, da BR-116 (inaugurada em 1945). Essa dependência estrutural levou a cidade, em diferentes momentos, a ser rotulada como "cidade veraneio", "cidade dormitório" e "cidade industrial". Embora essa expansão tenha resultado no 3º maior PIB do Rio Grande do Sul, a urbanização consolidou uma segregação física marcada pela contiguidade dessas duas barreiras (ferrovia e rodovia), que se comportam como uma "cicatriz" e bloqueiam severamente a circulação leste-oeste. Essa histórica primazia da infraestrutura em detrimento do planejamento orientado para as pessoas se reflete diretamente nos resultados dos indicadores quantitativos, como a dimensão Infraestrutura do Índice de Bem-Estar Urbano Municipal (IBEU), que foi a mais mal classificada para Canoas (0,645), e no declínio drástico do ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), que caiu de 76,79 em 2022 para 18,46 em 2024.

A relação entre a infraestrutura e a percepção cidadã é explícita no Constructo 1: A Centralidade da Pessoa na Cidade (Média 2,27), que defende que o planejamento urbano deve focar nos cidadãos como protagonistas. O indicador que avalia se as necessidades diárias são consideradas no planejamento (1.1) alcançou apenas 2,39, indicando que os respondentes discordam que suas experiências diárias são

consideradas no planejamento. Similarmente, o Constructo 2: Os Limites dos Indicadores Urbanos (Média 2,58) evidencia que o foco em critérios técnicos prevalece. O indicador que mede a Percepção da Priorização da Tecnocracia obteve a pontuação mais alta de todos os indicadores individuais (Média 2,93), sugerindo que o planejamento urbano tende a privilegiar a tecnocracia em detrimento das narrativas e práticas dos habitantes.

Este foco tecnocrático e industrializado resultou em um enfraquecimento da dimensão cultural e identitária. O Constructo 4: A Cultura como Estruturante da Cidade apresentou a menor média geral (2,17). A percepção de que a cultura define e estrutura a identidade (4.1) alcançou 2,18, e a Inclusão da Experiência Cotidiana e laços culturais nas Decisões (4.3) foi o indicador com a menor média absoluta (2,02), indicando que a cultura, considerada a "alma da sociedade", não é percebida como elemento central no processo decisório da cidade.

Esta baixa valorização da cultura e da identidade é corroborada pela situação institucional do município perante o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Canoas formalizou sua adesão ao SNC em 25 de janeiro de 2013, mas mantém o status de Adesão Provisória desde então. Embora o município já possuísse o Plano Municipal de Cultura (PMCC) desde janeiro de 2012, a efetivação dos pilares institucionais foi tardia, com a criação do Fundo Municipal de Cultura de Canoas (FMCC) em dezembro de 2015 e do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Canoas (CMPCC) em novembro de 2016. A manutenção do status Provisório decorre de deficiências burocráticas e operacionais. Especificamente, a lei de criação do CMPCC não foi remetida ao sistema, sendo substituída por meras atas do colegiado. Além disso, a operacionalização financeira do FMCC foi comprometida pela ausência de encaminhamento dos dados bancários e do CNPJ, tornando o Fundo legalmente existente, mas inoperante para repasses federais. Tais falhas institucionais e a submissão incompleta do Plano de Cultura, com a ausência do Plano de Metas, ilustram que a precariedade da comprovação institucional é uma função direta da baixa prioridade dada à dimensão cultural

Essa negligência com a cultura e a memória é sentida pelos cidadãos e reflete nos demais constructos. O Constructo 5: A Memória Coletiva (Média 2,41) e o Constructo 6: A Relação entre Passado, Identidade e Futuro (Média 2,32) indicam que o planejamento falha em levar em conta a história e o conhecimento tradicional do

povo (Média 2,27). Moradores criticam que a cidade "desrespeita a cultura local, tendo sua história escondida por detrás de monumentos que representam momentos obscuros do município".

A percepção de identidade fraca é confirmada pelo Constructo 7: A Identidade Urbana e a Diferença Cultural, que obteve a média geral de 2,40. Este constructo se propõe a analisar como a identidade é construída a partir de traços culturais, diferenças e instabilidades, promovendo o sentimento de inclusão, conforme defendido pela UNESCO e pela Nova Agenda Urbana. A percepção dos moradores sobre o Fortalecimento da Identidade Cultural (7.1) resultou em uma média de 2,34, corroborando as críticas qualitativas de que Canoas "vive na sombra de Porto Alegre" e que é "difícil identificar esses traços". Além disso, a cidade é percebida como "não agregando as pessoas".

A valorização das diferenças culturais, fundamental para um desenvolvimento urbano inclusivo, também se mostrou frágil, apesar de ter sido o indicador mais bem avaliado neste constructo. O indicador 7.2, que avalia se a identidade é construída a partir da Valorização das Diferenças Culturais, obteve uma média de 2,55. Contudo, a Promoção da Inclusão e Respeito a Diversas Culturas e Minorias por meio de políticas urbanas (7.3) registrou uma média de 2,32, indicando que a diversidade territorial e o respeito às particularidades locais, pilares da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, não são percebidos ativamente nas iniciativas municipais. O desempenho fraco do Constructo 7 reforça o diagnóstico de que o desenvolvimento focado em infraestrutura e economia de fluxo falhou em criar uma "identidade cultural forte e única" que a diferenciaria de outros lugares.

Em suma, a relação dos resultados dos constructos (com médias entre 2,17 e 2,58, indicando percepções predominantemente negativas ou neutras) com a trajetória urbana de Canoas evidencia que o modelo de crescimento, que levou à segregação física e à priorização da tecnocracia, gerou um desenvolvimento econômico robusto (3º PIB do RS), mas criou um profundo déficit na sustentabilidade humana e cultural. A necessidade de "reconstruir vidas, histórias e vínculos", especialmente após a catástrofe climática de 2024, ilustra que o desenvolvimento sustentável requer, urgentemente, a integração das dimensões simbólicas e afetivas, superando a insuficiência dos indicadores técnicos. O caso de Canoas demonstra que uma cidade, para ser verdadeiramente sustentável e inclusiva, deve basear seu futuro

não apenas em obras e infraestrutura, mas na força e na inclusão de sua Identidade Urbana e Diferença Cultural.

A relação aqui estabelecida entre a trajetória de urbanização de Canoas e a percepção humano-cultural de seus habitantes consolida a validação do modelo teórico-metodológico proposto, evidenciando que a eficácia do artefato reside na sua capacidade de converter o diagnóstico de insatisfação cidadã em uma solução funcional para a gestão pública. Este processo de aferição empírica do modelo original, intitulado "Cidades que Sentem", seguiu rigorosamente o ciclo iterativo de avaliação e refinamento preconizado pela *Design Science Research* (DSR), transcendendo a mera descrição teórica para prescrever um instrumento de intervenção urbana. A aplicação da camada qualitativa no município de Canoas funcionou como um diagnóstico de sensibilidade, no qual os resultados quantitativos obtidos, com médias predominantemente baixas, situadas entre 2,17 e 2,58, validaram a capacidade do instrumento em identificar com precisão o descompasso entre o planejamento tecnocrático histórico e a experiência humana cotidiana. O fato de o indicador "Inclusão da Experiência Cotidiana nas Decisões" ter apresentado o resultado mais baixo de todo o estudo (média 2,02) confirmou a premissa central desta tese sobre a marginalização da cultura e da memória no processo decisório das cidades, justificando a urgência de um artefato que integre o "sentir" ao "medir".

A validação consolidou-se definitivamente quando o mapeamento das lacunas identitárias e as críticas dos cidadãos serviram como base empírica para o refinamento do artefato, permitindo a transição sistemática para a segunda versão do modelo. No paradigma da ciência do artificial, essa etapa de retroalimentação garantiu que o produto final deixasse de ser uma abstração acadêmica para se tornar uma regra tecnológica testada, materializada em indicadores técnicos inéditos e sensíveis à alma urbana. A criação de métricas cirúrgicas, como o Índice de Acessibilidade a Serviços Públicos Culturais (IASC) e o Grau de Efetividade da Governança Cultural (GEC), respondeu diretamente à amnésia coletiva e à alienação espacial detectadas em Canoas, oferecendo ferramentas pragmáticas para operacionalizar o desenvolvimento sustentável em sua dimensão cultural.

No paradigma da DSR, essa etapa de retroalimentação é o que garante que o produto final da tese deixe de ser apenas uma abstração acadêmica para se tornar uma regra tecnológica testada e útil para a gestão pública. Portanto, ao converter o

"sentir" dos habitantes de Canoas em novos parâmetros quantificáveis que priorizam a resiliência afetiva e a memória, a pesquisa cumpriu o rigor metodológico necessário para validar o modelo como uma solução funcional para integrar a alma humana ao planejamento das cidades.

Dessa maneira, o modelo valida-se como um instrumento de transformação capaz de mitigar a "inviabilidade analítica" observada nas agendas globais em nível municipal, reconectando a infraestrutura técnica à resiliência afetiva das comunidades. Ao evidenciar que o robusto desenvolvimento econômico de Canoas não foi acompanhado por uma percepção de pertencimento, o artefato reafirma que o planejamento urbano deve ser tratado como um palimpsesto vivo, no qual a técnica não apaga, mas sim fortalece as histórias e os vínculos locais. Esta validação técnica, acadêmica e social encerra o percurso propositivo desta tese, oferecendo uma bússola ética para a reconstrução de cidades que reconheçam o cidadão como protagonista e a memória como o alicerce fundamental de sua sustentabilidade, preparando o terreno para as considerações finais que sintetizam as contribuições deste doutorado para a área da Memória Social e Bens Culturais.

Embora a coleta empírica tenha sido realizada no município de Canoas/RS, o modelo proposto apresenta potencial de replicabilidade em outros contextos urbanos, desde que respeitadas as especificidades históricas e culturais locais. Seus constructos derivam de categorias amplamente reconhecidas na literatura de memória social e urbanismo humanístico, o que permite sua adaptação a realidades distintas. Entretanto, reconhece-se que a operacionalização dos indicadores deve considerar as particularidades socioterritoriais de cada município.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal contribuição desta tese consiste na operacionalização concreta da memória por meio de um artefato validado empiricamente, capaz de converter dimensões simbólicas em parâmetros analíticos aplicáveis à gestão urbana municipal. Ao transformar a crítica teórica em instrumento técnico, esta pesquisa preenche a lacuna entre reconhecimento normativo da cultura e sua efetiva incorporação nos processos decisórios.

As considerações finais desta tese consolidam o percurso investigativo que culminou na proposição e validação do modelo “Cidades que Sentem”, reafirmando o compromisso de integrar a sensibilidade humana à tecnicidade do planejamento urbano. A tese aqui defendida sustenta que a visualização da memória coletiva e da identidade cultural nos processos de avaliação urbana permite uma compreensão profunda das dinâmicas socio territoriais, revelando aspectos negligenciados pelos indicadores técnicos tradicionais e promovendo estratégias urbanas mais sensíveis ao contexto humano e local. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a sustentabilidade urbana, frequentemente reduzida ao tripé econômico, social e ambiental, resta incompleta sem a incorporação da cultura como seu quarto pilar fundamental. Os achados no município de Canoas/RS demonstraram uma profunda dissonância entre o crescimento econômico e infraestrutural e a qualidade da experiência vivida, validando a premissa de que uma cidade, para ser verdadeiramente sustentável, deve ser tratada como um palimpsesto vivo, onde a inovação técnica não apaga as camadas de afeto e história.

A articulação dos resultados com o referencial teórico de memória social e urbanismo permitiu decifrar o descompasso entre o “medir” e o “sentir”. A baixa percepção de protagonismo cidadão e a média crítica na inclusão da experiência cotidiana nas decisões corroboram as teses de Jan Gehl e Jane Jacobs sobre a falência de modelos que priorizam a “arquitetura de 60 km/h” e o zoneamento funcionalista em detrimento da vida entre edifícios. Sob a ótica de Maurice Halbwachs, a percepção de que a história de Canoas permanece “escondida” aponta para uma ruptura nos quadros sociais da memória, dificultando que os cidadãos reconheçam na urbe o espelho de sua própria identidade. Michael Pollak e Joel Candau fundamentaram a análise de que a identidade é um valor permanentemente

negociado; contudo, a insatisfação generalizada capturada revela que a "amnésia coletiva" imposta por um planejamento tecnocrático fragiliza os vínculos de pertencimento e a coesão social necessária para a resiliência urbana.

O artefato proposto foi validado e responde à questão de pesquisa ao fornecer uma arquitetura teórico-metodológica que operacionaliza constructos humanísticos em variáveis quantificáveis. Através da *Design Science Research* (DSR), o modelo "Cidades que Sentem" superou a natureza meramente descritiva das ciências sociais tradicionais para prescrever uma solução funcional. A integração de uma camada qualitativa de percepção com indicadores técnicos redefinidos permitiu que o diagnóstico de alienação espacial fosse convertido em métricas de intervenção. Assim, o modelo demonstrou que é possível transformar conceitos abstratos de memória e identidade em ferramentas de gestão pública, mitigando a "inviabilidade analítica" que as agendas globais enfrentam ao tentar traduzir diretrizes universais para as realidades locais do sul global.

Os indícios de originalidade desta tese residem na criação de indicadores inéditos que desafiam a hegemonia de métricas como o PIB e o IDH na avaliação urbana. A proposição de instrumentos como o Índice de Acessibilidade a Serviços Públicos Culturais (IASC), o Grau de Efetividade da Governança Cultural (GEC) e os Projetos de Planejamento de Cenários Futuros com Memória (PPCFM) representa uma contribuição inovadora para a ciência do artificial, oferecendo aos gestores uma regra tecnológica testada para integrar a alma humana ao planejamento. Ao contrário de modelos que associam cidades inteligentes apenas ao uso intensivo de TIC, esta pesquisa redefine a inteligência urbana como a capacidade de uma metrópole em dialogar com seu tecido histórico e social, promovendo um desenvolvimento que valoriza as contribuições endógenas e a diversidade territorial.

Esta pesquisa apresenta limitações inerentes ao recorte empírico em um único município, o que impõe cautela na generalização automática dos resultados. Diante disso, como direções para pesquisas futuras, recomenda-se, primordialmente, a aplicação do modelo "Cidades que Sentem" a partir de uma abordagem amostral probabilística e estatisticamente representativa do território ensaiado, superando o caráter exploratório das amostragens por conveniência e permitindo a generalização inferencial dos achados. Além disso, a operacionalização de dimensões simbólicas por meio de indicadores exige constante atualização diante das transformações

socioculturais. Nesse sentido, descortina-se uma agenda promissora voltada à realização de uma triangulação internacional envolvendo municípios de países de língua portuguesa que apresentem assimetrias em seus contextos urbanos, históricos e de desenvolvimento socioeconômico como, por exemplo, o cotejamento de realidades no Brasil, em Portugal e em Moçambique. Essa investigação comparativa transnacional avaliará a replicabilidade do artefato, determinando se é factível a consolidação de um protocolo padrão e universal de avaliação urbana ou se a heterogeneidade das identidades e memórias locais demandará a estruturação de uma matriz de critérios prioritários e eletivos, customizáveis a partir do diagnóstico de cada território. Por fim, investigações futuras poderão aplicar o modelo em contextos metropolitanos distintos, aprofundando a análise qualitativa das disputas memoriais em territórios marcados por conflitos históricos, bem como propor o desenvolvimento de sistemas automatizados que integrem a percepção cidadã em tempo real ao monitoramento dos indicadores. A inclusão de tecnologias digitais e inteligência artificial para o enaltecimento de memórias imateriais em planos de contingência climática também se apresenta como uma fronteira necessária para adensar a resiliência cultural.

A contribuição científica desta pesquisa transcende o campo acadêmico ao oferecer uma bússola ética para a humanização do planejamento urbano. Ao demonstrar que a sustentabilidade de uma cidade é indissociável da proteção de sua memória viva, esta tese entrega à área de Memória Social e Bens Culturais um modelo operativo que permite reconstruir não apenas infraestruturas, mas vidas, histórias e vínculos afetivos. "Cidades que Sentem" deixa de ser apenas um título para se tornar um imperativo tecnológico e social: o reconhecimento de que a verdadeira inteligência de uma urbe reside na sua capacidade de acolher a alma humana que habita entre seus edifícios, garantindo que o progresso nunca apague o sentimento de pertencimento que torna uma sociedade única e resiliente.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. **NBR ISO 37122:2020 - Cidades e comunidades sustentáveis - Indicadores para cidades inteligentes**. Associação Brasileira de Normas Técnicas. [S.I.]. 2020.

ABNT. Certificação de Indicadores para Cidades e Comunidades Sustentáveis. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**, 2023. Disponível em: <<http://www.abnt.com.br/smartcities#:~:text=A%20certifica%C3%A7%C3%A3o%20desenvolvida%20pela%20ABNT,da%20quantidade%20de%20indicadores%20certificados.>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

ABNT. **Indicadores para cidades inteligentes, resilientes e sustentáveis**, 2025. Disponível em: <<https://abnt.org.br/certificacao/smartcities/>>. Acesso em: 11 out. 2025.

AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ALFONSIN, B. D. M. et al. Das ruas de Paris a Quito: o direito à cidade na nova agenda urbana - Habitat III. **Revista de Direito da Cidade**, 9, n. 3, jul. 2017. 1214-1246.

ALMEIDA, S. C. C. **Indicadores de Sustentabilidade: Análise da Aplicabilidade da NBR ISO 37120:2017 sob a Perspectiva da Engenharia Urbana**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia - Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). São Carlos, p. 119. 2019.

ALONSO, G. Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD). **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, v. 27, abr./out. 2020.

ALVES, L. H. et al. Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica. **Cadernos da Fucamp**, 20, n. 43, 2021. 51-63.

AMARAL, A. L. **Dicionário de Direitos Humanos**, 2006. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/724619587/Dicionario-de-Direitos-Humanos-Pertencimento>>. Acesso em: 11 set 2025.

ANDRADE, M. M. G.; MARÈ, R. M. HUBS Comunitários de Inovação: Uma Fronteira para a Cidadania Plena na Cidade Inteligente de Salvador. **REPAE - Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, São Paulo, 8, n. 3, set/dez 2022. 37-49.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSUMPÇÃO, A. L.; CASTRAL, P. C. Memória, identidade e cultura: condições de pertencimento aos espaços da cidade. **Revista Memória em rede**, Pelotas, 14, n. 27, jul/dez 2022. 6-32.

ATLASBR. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2024. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/430460>>. Acesso em: 19 mai. 2024.

AVILA, R. Sustentabilidade Agora. **Triple Bottom Line: O Tripé da Sustentabilidade**, 2021. Disponível em: <<https://sustentabilidadeagora.com.br/tripe-da-sustentabilidade-triple-bottom-line/>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BALESTRO, F.; ZAMPIERI, F. L. Avaliação da modificação na configuração espacial de Canoas/RS com o projeto de implantação de linhas de Aeromóvel. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, 5, n. 2, 2020. 53-66.

BARBALHO, A. A política cultural segundo Celso Furtado. In: BARBALHO, A., et al. **Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 107-207.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento Sustentável: das origens à Agenda 2030**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

BARROSO, J. M. D. C. **O patrimônio cultural nas cidades inteligentes.**

Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, p. 92. 2020.

BELLOCCHIO, L. **Ciudades del Futuro: Inteligentes, Sostenibles y Humanas.** 1ª. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Ateneo, 2023.

BENCKE, L. R.; PEREZ, A. L. F. Análise dos principais modelos de indicadores para cidades sustentáveis e inteligentes. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, 6, n. 37, 2018. 68-85.

BERND, Z. Memória Cultural. In: BERND, Z.; MANGAN, P. K. D. V. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura.** 2ª. ed. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 158-159.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257 - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 05 jan. 2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.089 - Institui o Estatuto das Metrôpoles e dá outras providências**, 12 jan. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm>. Acesso em: 04 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 2024. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#/con1988_07.05.2020/art_216-A_.asp>. Acesso em: 07 set 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.835 - Institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC)**, 2024. Disponível em: <<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024-04-04;14835>>. Acesso em: 07 set 2025.

BRASIL. **Portaria MCID nº 1.012 - Estabelece as diretrizes para a elaboração de estratégia municipais para a transformação digital urbana**, 2025. ISSN

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcid-n-1.012-de-4-de-setembro-de-2025-653269836>. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **O que é o Sistema Nacional de Cultura**, 2025.

Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/snc/o-snc>>. Acesso em: 07 set 2025.

BUGS, G. T. **Tecnologias da informação e comunicação, sistemas de informação geográfica e a participação pública no planejamento urbano**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, p. 374. 2014.

CABRAL, R.; GALVÃO, T. G. **Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade**. Unesp. São Paulo, p. 158. 2020.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CASA Fluminense. **Caderno de Experiências de Territorialização, Monitoramento e Incidência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, set. 2017. Disponível em:

<<https://casafluminense.org.br/projetos/caderno-de-experiencias-ods-no-rio-metropolitano-e-brasil/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

CASTRO, J. M. D.; BARACHO, R. M. A. O patrimônio cultural nas cidades inteligentes. **Em Questão**, Porto Alegre, 26, n. 3, set./dez. 2020. 298-326.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CEPAL/OEI. **A contribuição da cultura para o desenvolvimento econômico na Ibero-América**. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Madri. 2021.

CGLU. **Agenda Cultura 21**. Cidades e Governos Locais Unidos. Barcelona. 2004.

CGLU. **Consejos sobre la implementación local de la Agenda 21 de la cultura.**

Cidades e Governos Locais Unidos. Barcelona. 2006.

CGLU. **Indicadores culturales y Agenda 21 de la cultura.** Cidades e Governos

Locais Unidos. Barcelona. 2006.

CGLU. **Cultura 21: Ações.** Cidades e Governos Locais Unidos. Barcelona. 2015.

CGLU. Cultura 21 Plus. **Agenda 21 Culture**, 2024. Disponível em:

<<https://agenda21culture.net/es/documentos/cultura-21-plus>>. Acesso em: 19 Abr. 2025.

CHAGAS, F. L. S.; SARAIVA, E. V. Sobre a práxis da gestão cultural no Brasil:

Experiências na implantação dos sistemas e planos municipais de cultura. In:

MANUEL, G.; COSTA, P. R. **Políticas culturais municipais: Análise de**

documentos estruturantes em torno da cultura. Braga, Portugal: CECS, 2021. p. 225-247.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio.** 2ª. ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **Guia para Localização dos**

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. O que os gestores municipais precisam saber, 2016. Disponível em:

<<https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/2669>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **Guia para Integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros - Gestão 2017-**

2020, 2017. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/2855>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana**, 17 jul. 2018. Disponível em:

<<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-disponibiliza-nova-agenda-urbana-e-os-ods-em-plataforma-global>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

COLOMBO, N. C. T. D. J. Memória e identidade. In: BERND, Z.; MANGAN, P. K. V. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2ª. ed. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 178-179.

DIAS, T.; BATISTA, E.; SILVA, L. P. D. Igualdad étnico-racial y la agenda 2030: el desarrollo de un nuevo ODS por el gobierno brasileño. **Revista de Administración Pública**, México, LIX, n. 163, enero-abril 2024. 109-126.

DO LAGO, L. C. A “periferia” metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, XXI, n. 2, ago.-dez. 2007. 9-28.

DOS SANTOS, B. M.; SOUZA, C. G. **Memória, Inovação e Urbanismo: Transformando o futuro das cidades**. V Seminário Gestão Cultural e Gestão Social. Canoas: Universidade La Salle. 2023.

DOS SANTOS, R. B. M.; BORTOLASO, I. V. História, Memória e Patrimônio Cultural na Perspectiva de Pierre Bourdieu: Reflexões sobre o Planejamento Urbano. In: AGUIAR, W. P. D. N.; CALOTI, V. D. A. **Patrimônio, culinária, arte e cultura**. Ponta Grossa: Aya, 2024. Cap. 06, p. 80-89.

DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V. **Design science research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

DUPIN, G. A Contribuição da Cultura para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. In: BARROS, J. M. **Diversidade cultural e desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2020. p. 88-128.

ELEUTHERIOU, V. C. S. **Identidade e Pertencimento em Cidades Humanas Inteligentes: O Caso de Santa Maria/RS**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, p. 147. 2017.

FELTRIN, D. D. S. Uma proposta de leitura crítica da Agenda 2030. **Organicom**, 19, Mai/Ago 2022. 218-221.

FILHO, A. B.; JÚNIOR, A. S. Cidade e Ferrovia: Desenvolvimento e Memória Urbana. In: MAGAGNIN, R. C.; CONSTANTINO, N. R. T.; BENINI, S. M. **Cidade, História e Patrimônio**. 1. ed. Tupã: ANAP, 2019. p. 179-188.

FLORISSI, E. **Desenvolvimento urbano sustentável: um estudo sobre sistemas de indicadores de sustentabilidade urbana**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, p. 128. 2009.

FREITAG-ROUANET, B. Vida Urbana e Cultura. In: PALLAMIN, V. M.; LUDEMANN, M. **Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 27-36.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, 6, n. 1, 2019. 57-73.

GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. D. S. A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e serviços de saúde**, 24, 2015. 335-342.

GALVÃO, T. F.; TIGUMAN, G. M. B.; SARKIS-ONOFRE, R. A declaração PRISMA 2020 em português: recomendações atualizadas para o relato de revisões sistemáticas. **Epidemiologia e serviços de saúde**, 31, 2022. e2022364.

GAMA, M. **Projetos Culturais e a Agenda 2030: Relatos de uma experiência no Brasil no ano de 2020**. XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). Salvador: [s.n.]. 2021. p. 27-30.

GEHL, J. **Cidade para Pessoas**. Tradução de Anita Di Marco. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GEHL, J. **Vida nas cidades: como estudar**. Tradução de Anita Di Marco. 1ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2018. 184 p.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus: a revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, 9, n. 15, 2016. 19-40.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2ª. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, M. **Os quadros sociais da memória**. Curitiba: antoniofontoura, 2023.

HANDL, G. Declaración de La Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Humano (Declaración de Estocolmo), de 1972, y Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, de 1992. **United Nations Audiovisual Library of International Law**, 2012.

HOSAGRAHAR, J. Cultura: no coração dos ODS. **O Correio da UNESCO**, v. 1, p. 12-14, abr-jun 2017.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Rio de Janeiro, p. 352. 2015.

IBGE. **IBGECidades**, 2022. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/canoas/panorama>>. Acesso em: 19 mai. 2024.

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais : 2011-2022 : informativo**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p. 17. 2023.

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais : 2011-2022 : notas técnicas**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p. 92. 2023.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil, 2024. Disponível em:
<<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>>. Acesso em: 06 set 2025.

IPEA. **4ª Conferência Nacional de Cultura: subsídios para discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, p. 45. 2024.

IPEA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, p. 18. 2024.

IPEA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 12: consumo responsável – assegurar padrões de consumo e produção sustentável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, p. 19. 2024.

IPEA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 13: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, p. 18. 2024.

IPEA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 15: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, p. 20. 2024.

IPEA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 2: fome zero e agricultura sustentável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, p. 23. 2024.

IPEA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para tod. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, p. 17. 2024.

IPEA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e

produtivo e trabalho decente para todas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, p. 17. 2024.

IPS BRASIL 2025. **IPS Brasil**, 2025. Disponível em:
<<https://ipsbrasil.org.br/pt/explore/scorecard/>>. Acesso em: 06 set 025.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JUNIOR, E. B. L. et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, 20, n. 44, 2021. 36-51.

JÚNIOR, J. R. S.; CUNHA, K. P. L. D. **Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os Desafios de Implementação no Setor Cultural Brasileiro**. XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). Bahia: [s.n.]. 2021.

LABADI, S. et al. **Património e objetivos do desenvolvimento sustentável: orientações estratégicas para os atores do património e do desenvolvimento**. ICOMOS. Paris, p. 134. 2023.

LACERDA, D. P. et al. *Design Science Research*: método de pesquisa para a engenharia de produção. **Gestão & Produção**, 20, n. 4, 2013. 741-761.

LARAIA, R. D. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14^a. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Coleção Repertórios. ed. Campinas: UNICAMP, 1990.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, C. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes**: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LERNER, J. **Acupuntura urbana**. 5^a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LOPES, R. S. **Cultura e desenvolvimento sustentável no discurso da ONU/Unesco**. Livro de atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). 2019. p. 216-228.

LUDERER, C. A Agenda 2030 e suas potencialidades para a cultura. In: GAMA, M.; COSTA, P. R. **Políticas Culturais Municipais: Análise de Documentos Estruturantes em Torno da Cultura**. Braga, Portugal: CECS, 2021. p. 193-206.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. 3ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MACHADO, L. et al. **A Design Research como método de pesquisa de Administração: Aplicações práticas e lições aprendidas**. XXXVII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/RJ: [s.n.]. 2013. p. 1-16.

MAGALHÃES, C. G. **A influência da comunicação digital na mobilidade urbana**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, p. 144. 2014.

MALAGI, R.; MEHTA, P. Worls Resources Institute. **Urbanismo tático: uma ferramenta adaptável para manter o distanciamento seguro**, 05 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.wribrasil.org.br/noticias/urbanismo-tatico-uma-ferramenta-adaptavel-para-manter-o-distanciamento-seguro>>. Acesso em: 02 abr. 2023.

MANGAN, P. K. V. Cibercultura. In: BERND, Z.; MANGAN, P. K. V. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2ª. ed. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 46-47.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 8. ed. Barueri: Atlas, 2022.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Altas S.A, 2007.

MATAN, A.; NEWMAN, P. **People Cities: Life and legacy of Jan Gehl**. Washington: Island Press, 2016.

MAYER, N. J. **Memória Ambiental da Cidade de Canoas: Os impactos do processo de globalização a partir dos anos 60**. Canoas: Tecnicópias, 2009.

MDR. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Carta Brasileira para Cidades Inteligentes**, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/projeto-andus/carta-brasileira-para-cidades-inteligentes>>. Acesso em: 04 mar. 2023.

MEIRELES, M. Validação de escala Likert: 1- Conceito. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, 18, n. 1, jan-abr 2024. 1-4.

MELARA, L. Como mensurar o impacto da cultura para a Agenda 2030? **Lucas Melara**, 2024. Disponível em: <<https://www.lucasmelara.com.br/post/como-mensurar-o-impacto-da-cultura-para-a-agenda-2030>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MERCER, C. From Data to Wisdom: Building the Knowledge Base for Cultural Policy. **SSRN**, 29 Sep. 2012. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2153369>. Acesso em: 19 Abr. 2025.

MICHEL, H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOVIMENTO Nacional ODS. **Os 5 P's da Sustentabilidade**, 2021. Disponível em: <<https://movimentoods.org.br/os-5-ps-da-sustentabilidade/>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

NAÇÕES Unidas Brasil. **A ONU e o meio ambiente**, 16 set. 2020. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>>. Acesso em: 14 mai. 2023.

NORA, P. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, 10, dez. 1993.

NUNES, M. A importância da Certificação ABNT - Cidades Inteligentes na percepção da qualidade de vida do cidadão. **Smart City Business America**, 20 set. 2022.

Disponível em: <<https://www.scbamerica.com/a-importancia-da-certificacao-abnt-cidades-inteligentes-na-percepcao-da-qualidade-de-vida-do-cidadao#:~:text=O%20objetivo%20principal%20do%20Projeto,e%20confirma%C3%A7%C3%A3o%20de%20seus%20indicadores.>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **IBEU Municipal**, 2016. Disponível em: <<https://ibeu.observatoriodasmetropoles.net.br/ibeu-municipal/>>. Acesso em: 05 set 2025.

OBSERVATÓRIO ODS 18. **Metas e indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18: Síntese do processo de construção**. [S.l.]. 2025.

ONU. General Assembly, Res 70/1, UN Doc. A/RES/70/1. **Official Document System**, 2015. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/291/89/PDF/N1529189.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Organização das Nações Unidas**, set. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

ONU. Asamblea General, Res 74/230, A/RES/74/230. **Resoluciones y documentos de referencia**, 2019. Disponível em: <https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2023/09/A_RES_74_230-ES.pdf?hub=66775>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ONU. Habitat III. Nova Agenda Urbana. **Organização das Nações Unidas**, 2019. Disponível em: <<https://habitat3.org/the-new-urban-agenda>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

ONU. Relatório Mundial das Cidades 2020: Resumo das Mensagens Chave. **Organização das Nações Unidas**, 2020. Disponível em: <<https://unhabitat.org/World%20Cities%20Report%202020>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

ORTEGA-VILLA, L. M.; LEY-GARCIA, J. Analysis of Cultural Indicators: A Comparison of Their Conceptual Basis and Dimensions. **Soc Indic Res**, 137, 24 Feb. 2017. 413-439.

PAGE, M. J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **Systematic Reviews**, 10, n. 89, 2021.

PALMEIRAS, J. D. B. Patrimônio Inteligente: um estudo de caso sobre a preservação histórica no contexto das smart cities. **Sillogés**, 4, n. 2, jul./dez. 2021. 576-598.

PARTEKA, E.; REZENDE, D. A. Transporte público de passageiros e cidade digital estratégica: análise dos meios digitais de mobilidade urbana em Barcelona. **Revista dis Transportes Públicos - ANTP**, Ano 40, 3º quadrimestre, 2017. 7-26.

PENNA, R. **Canoas - Para lembrar quem somos**: Centro. Canoas: La Salle, 1996.

PHILIPPI JR., A.; MALHEIROS, T. F.; AGUIAR, A. D. O. E. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. In: PHILIPPI JR, A. **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Baueri: Manole, 2005. p. 761-808.

PIMENTA, C. A. M. Cultura e desenvolvimento. Apontamentos sobre a Agenda Cultura 21: Ações. In: GAMA, M.; COSTA, P. R. **Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura**. Braga, Portugal: CECS, 2021. p. 207-224.

PINHEIRO, E. M.; CORDEIRO, A. T. Mobilidade urbana: como as mídias pós-massivas impactam nas reconfigurações do espaço urbano. **Veredas Favip - Revista Eletrônica de Ciências**, 8, n. 1, 2015. 125-140.

PODCAST Urban Studies. **US#32 - Marcelo Leão**: Direito Urbanístico e Direito à Cidade em Tempos de Pandemia, nov. 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0nVbt3gLYemYDuInZifnBY?si=1tuQv8tSQ4ycEWrv_qR9Ow>. Acesso em: 20 dez. 2020.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2, n. 3, 1989. 3-15.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 5, n. 10, 1992. 200-212.

Ranking Connected Smart Cities. Urban Systems. [S.l.]. 2024.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. **IBEU Municipal: Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros**. Observatório das Metrópoles - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, p. 117. 2016.

RIBEIRO, T. S. V. **ISO 37120 e Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11: Convergências frente à Agenda 2030**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis, Universidade Nove de Julho (UNINOVE). São Paulo, p. 84. 2019.

ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta**. Tradução de Anita Regina Di Marco. 1ª. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura**, São Paulo, 71, n. 1, jan./mar. 2019. 33-39.

ROMANELLI, C.; ABIKO, A. K. **Processo de Metropolização no Brasil**. Texto Técnico da Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil (TT/PCC/028). São Paulo. 2011.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROSSI, A. D. S.; CARVALHO, S. Desenvolvimento Sustentável: indicadores de sustentabilidade nos aspectos social, econômico e ambiental, como ferramenta para a gestão pública. In: ZOTTIS, A.; RUSSO, D.; ARAÚJO, M. P. **Sustentabilidade: uma abordagem social**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009. p. 109-126.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SACHS, I. Pensando sobre o Desenvolvimento na Era do Meio Ambiente: Do Aproveitamento Racional da Natureza para a Boa Sociedade. In: SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 47-64.

SACHS, I. Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, 12, n. 33, 2005. 151-165.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5ª. ed. São Paulo: Penso, 2013.

SATO, A. C. K., 2005. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/275670266/Indices-de-Sustentabilidade>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SDG Services. **Principles**. Disponível em: <<https://www.sdg.services/principles.html>>. Acesso em: 03 jan. 2021.

SECRETARIA DA CULTURA DO RS. Sistema Estadual da Cultura RS. **Comissão Intergestores Bipartite do RS**. Disponível em: <<https://cultura.rs.gov.br/comissao-intergestores-bipartite-do-rs>>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre, p. 203. 2021.

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS. Brasil cumpriu sete dos oito objetivos de desenvolvimento do milênio, 2015. Disponível em: <<https://www.gov.br/sri/pt-br/backup-secretaria-de-governo/portalfederativo/arquivos-privados/noticias/internacionais/brasil-cumpriu-sete-dos-oito-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 01 fev. 2025.

SECULT. Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa. **Sistema Nacional de Cultura**: Estados e municípios precisam preencher Plano de Trabalho para integrar o SNC, 2024. Disponível em: <<https://secult.al.gov.br/noticia/2701-sistema-nacional-de-cultura-estados-e-municipios-precisam-preencher-plano-de-trabalho-para-integrar->

snc#:~:text=Na%20ades%C3%A3o%20provis%C3%B3ria%2C%20s%C3%A3o%20exigidas,(no%20caso%20dos%20estados).>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SENNETT, R. **Construir e habitar: Ética para uma cidade aberta**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SILVA, A. F. P. **Indicadores Culturais com Instrumento de Avaliação de Desenvolvimento Sustentável - Alto Douro Vinhateiro**. Dissertação de Mestrado - Departamento de Gestão, Administração e Turismo (DGAT), Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (ESTGL), Politécnico de Viseu. Lamego, p. 189. 2023.

SILVA, J. T.; FARBIARZ, J. L.; NUNES, N. R. D. A. **Projeto de extensão na Ilha do Marajó: cocriação e importância dos novos ODS**. XIII Encontro de Sustentabilidade em Projeto. Florianópolis: [s.n.]. 2025. p. 1959-1967.

SOTTO, D. et al. Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. **Estudos Avançados**, São Paulo, 33, n. 97, 2019. 61-80.

SOUZA, C. G. D.; BORTOLASO, I. V. Diversidade Cultural e Desenvolvimento Sustentável: Reflexões à luz da Agenda 2030 e da Nova Agenda Urbana no Brasil. **Revista Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, 103, n. 1, 2025. 88-94.

SOUZA, C. G. D.; MANGAN, P. K. V.; BORTOLASO, I. V. Uso de tecnologias da informação e comunicação para melhoria da mobilidade urbana. In: BEM, J. S. D. **Jornadas Mercosul: memórias, arquivos, patrimônios e estudos latinoamericanos**. Canoas: Unilasalle, 2022. p. 422-428.

TAYRA, F.; RIBEIRO, H. Modelos de Indicadores de Sustentabilidade: síntese e avaliação crítica das principais experiências. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, 15, n. 1, jan.-abr. 2006. 84-95.

THORSTENSEN, V.; MOTA, C. R. O Brasil frente ao "Modelo de Sustentabilidade" da OCDE. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, 25, abr. 2021. 201-235.

UGALDE, C. M. **Movimento e hierarquia espacial na conurbação: o caso da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Tese de Doutorado (Planejamento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbanos e Regional (PROPUR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, p. 473. 2013.

UGALDE, C. M.; RIGATTI, D. **Configuração Espacial e Desenvolvimento Regional**. III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: UNISC. 2006.

UNESCO. **Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales**. UNESCO. México, p. 232. 1982.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. UNESCO. Paris. 2002.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. UNESCO. Brasília. 2007.

UNESCO. **Cultura: Futuro Urbano**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Paris, p. 31. 2016.

UNESCO. Plano de Trabalho de Cultura para a América Latina e o Caribe. **Revista Cultura e Desenvolvimento**, Havana, 2016. 48-54.

UNESCO. **Culture for the 2030 Agenda**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Paris, p. 48. 2018.

UNESCO. **Indicadores Cultura 2030**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Paris, p. 111. 2020.

UNESCO. **Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável - MONDIACULT 2022**. UNESCO. México. 2022.

UNESCO. **Informe mundial de la UNESCO sobre políticas culturales - La Cultura: el ODS ausente**. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Barcelona, p. 415. 2025.

VALENTE, I. C.; MARCOS, M. E. M.; HOFMANN, G. S. Do “Capão das Canoas” à cidade metropolitana: evolução e transformações do município de Canoas a partir de uma perspectiva urbanística. In: VIEGAS, D. H.; HOFMANN, G. S.; WAISMANN, M. **Canoas - múltiplos olhares: sociedade, memória e meio ambiente**. Canoas: Unilasalle, 2019. p. 9-23.

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade - um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE.BR**, II, n. 1, mar. 2004. 01-14.

VATTANO, S. Una rigenerazione smart per i centri storici: da Smart Cities a Smart Heritage. **Recupero, Valorizzazione, Manutenzione nei Centri Storici. Un tavolo di confronto interdisciplinare**, Siracusa, 2013. 266-269.

VIEGAS, D. H. **Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade: um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959)**. Dissertação de Mestrado (História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, p. 186. 2011.

VIEGAS, D. H. Os arquitetos e a cidade: História e memória da Região Metropolitana de Porto Alegre. In: GRAEBIN, C. M. G.; BERND, Z.; SILVA, M. L. B. **Memória social e cidade: práticas, representações e imaginários**. Canoas: Unilasalle, 2018. p. 173-190.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VITOR, A. D. V. et al. Cidades Inteligentes: Percepções e Definições em uma Análise Sistemática da Literatura. In: MAXIMO, E. Z., et al. **Perspectivas em Engenharia, Mídias e Gestão do Conhecimento**. Nova Xavantina: Pantanal, v. II, 2021. Cap. X, p. 128-146.

WILM, M. et al. **Índice de Progresso Social Brasil 2025: qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil**. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Belém, p. 52. 2025.

WRI. World Resources Institute. **DOTS nos planos diretores: Guia para inclusão do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável no planejamento urbano**, 16

abr. 2018. Disponível em: <<https://www.wribrasil.org.br/publicacoes/dots-nos-planos-diretores>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

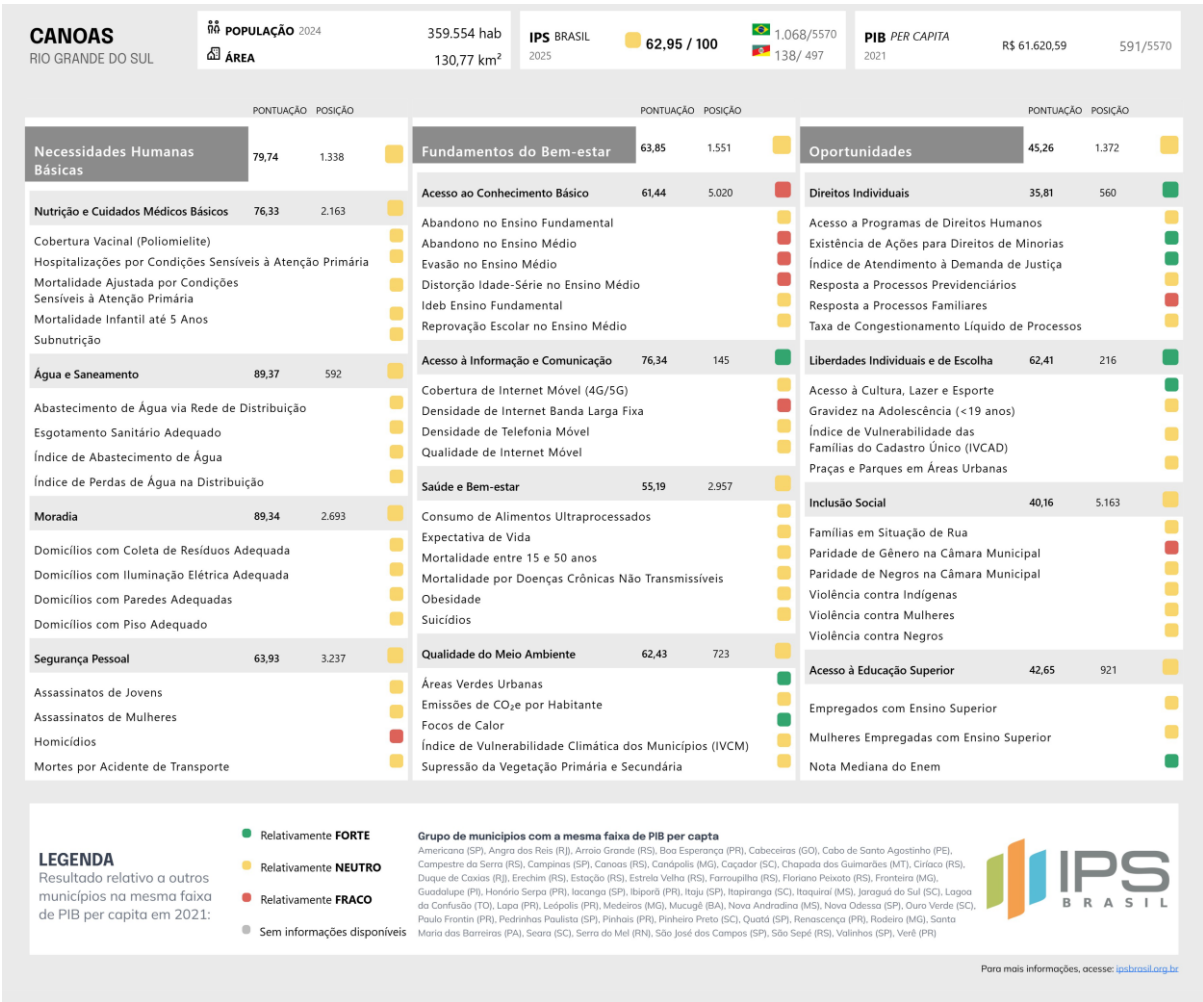
YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. 5ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290 p.

YOUNG, R. Do macro ao micro. **Página 22**, jun. 2018. 17.

ZORZO, F. B. et al. Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030: Uma análise dos indicadores brasileiros. **Revista Gestão E Desenvolvimento**, 19, n. 2, 2022. 160-182.

14.APÊNDICES

14.1. Scorecard de Canoas (RS) no IPS Brasil 2025



14.2. Ranking Connected Smart Cities (CSC)

		2021			2022			2023			2024		
		CANOAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PINDAMONHANGABA	CANOAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PINDAMONHANGABA	CANOAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PINDAMONHANGABA	CANOAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PINDAMONHANGABA
DADOS GERAIS	Nota	31,262	33,554	29,742	30,041	32,608	27,810	29,208	32,313	28,964	29,483	32,407	30,582
	Posição Geral	64°	31°	Fora 100+	76°	31°	Fora 100+	75°	27°	85°	90°	35°	61°
	Posição Região	15°	16°	62°	19°	16°	99°	17°	15°	49°	21°	17°	32°
	Posição Porte (População)	35°	20°	68°	42°	20°	100°	43°	17°	47°	51°	18°	33°
EIXOS	Mobilidade	51°	34°	Fora 100+	56°	8°	Fora 100+	57°	28°	69°	59°	28°	77°
	Saúde	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	64°	Fora 100+	Fora 100+	63°
	Segurança	Fora 100+	48°	Fora 100+	Fora 100+	57°	Fora 100+	Fora 100+	48°	Fora 100+	Fora 100+	88°	Fora 100+
	Meio Ambiente	Fora 100+	29°	59°	Fora 100+	15°	Fora 100+	Fora 100+	24°	Fora 100+	Fora 100+	28°	Fora 100+
	Empreendedorismo	Fora 100+	57°	83°	10°	63°	Fora 100+	Fora 100+	64°	Fora 100+	17°	Fora 100+	Fora 100+
	Educação	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	20°	Fora 100+	Fora 100+	46°
	Governança	Fora 100+	21°	Fora 100+	Fora 100+	28°	Fora 100+	Fora 100+	37°	Fora 100+	Fora 100+	45°	Fora 100+
	Urbanismo	33°	55°	Fora 100+	43°	64°	Fora 100+	36°	40°	Fora 100+	49°	35°	Fora 100+
	Economia	Fora 100+	56°	Fora 100+	82°	41°	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	Fora 100+	87°	49°	Fora 100+
	Tecnologia e Inovação	29°	30°	Fora 100+	35°	30°	Fora 100+	39°	25°	73°	37°	39°	33°
Porte (População)		100 a 500 mil	Mais de 500 mil	100 a 500 mil	100 a 500 mil	Mais de 500 mil	100 a 500 mil	100 a 500 mil	Mais de 500 mil	100 a 500 mil	100 a 500 mil	Mais de 500 mil	100 a 500 mil

Posição no Ranking CSC	2021			2022			2023			2024		
	Município	UF	Nota	Município	UF	Nota	Município	UF	Nota	Município	UF	Nota
1	São Paulo	SP	37,584	Curitiba	PR	38,571	Florianópolis	SC	36,762	Florianópolis	SC	37,525
2	Florianópolis	SC	37,385	Florianópolis	SC	39,925	Curitiba	PR	35,789	Vitória	ES	37,513
3	Curitiba	PR	37,375	São Paulo	SP	36,877	São Paulo	SP	35,604	São Paulo	SP	36,828
4	Brasília	DF	37,314	São Caetano do Sul	SP	36,365	Belo Horizonte	MG	35,54	Curitiba	PR	36,808
5	Vitória	ES	37,182	Campinas	SP	35,778	Niterói	RJ	35,492	Niterói	RJ	36,765
6	São Caetano do Sul	SP	36,942	Brasília	DF	35,731	Barueri	SP	35,477	Balneário Camboriú	SC	36,699
7	Rio de Janeiro	RJ	36,907	Vitória	ES	35,604	Vitória	ES	35,468	São Caetano do Sul	SP	36,164
8	Campinas	SP	36,389	Niterói	RJ	35,574	Santos	SP	35,429	Belo Horizonte	MG	35,705
9	Niterói	RJ	36,309	Salvador	BA	35,57	Salvador	BA	34,308	Barueri	SP	35,579
10	Salvador	BA	36,187	Rio de Janeiro	RJ	35,536	Rio de Janeiro	RJ	34,307	Salvador	BA	35,364

14.3. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC)

	2022			2023			2024		
	CANOAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PINDAMONHANGABA	CANOAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PINDAMONHANGABA	CANOAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PINDAMONHANGABA
Nota	51,73	62,55	59,09	50,81	59,01	55,00	57,90	52,46	55,93
Posição Geral	1260	24	173	1369	96	543	254	1140	490
ODS 1	56,85	59,32	59,65	53,96	56,56	59,01	44,53	53,59	54,56
ODS 2	39,13	41,21	41,36	42,64	39,48	41,90	33,41	42,34	40,52
ODS 3	61,54	66,07	66,78	60,67	69,34	69,18	69,16	58,77	71,47
ODS 4	39,47	57,01	55,90	43,09	57,09	55,15	59,11	39,93	52,41
ODS 5	24,88	25,61	14,31	24,88	35,01	14,31	32,09	31,84	20,19
ODS 6	73,99	88,42	90,83	74,79	88,17	88,68	86,59	75,51	89,24
ODS 7	62,61	86,91	83,56	62,61	86,91	83,56	94,32	85,76	90,97
ODS 8	66,50	63,75	52,40	65,62	63,08	52,86	55,95	58,89	47,10
ODS 9	76,79	91,25	75,28	15,22	20,49	14,16	18,46	19,90	14,14
ODS 10	51,99	50,88	46,16	71,77	58,90	59,52	53,25	51,96	49,45
ODS 11	55,35	55,82	72,81	57,13	56,54	75,57	62,87	57,35	82,65
ODS 12	33,84	69,54	66,44	67,80	69,33	61,02	69,92	67,84	60,59
ODS 13	67,15	85,20	71,27	67,60	85,94	71,02	85,59	74,87	78,62
ODS 14	67,72	81,83	95,28	67,72	81,83	95,28	81,83	67,72	95,28
ODS 15	29,30	49,10	29,28	29,30	49,10	29,28	52,81	31,49	29,25
ODS 16	50,25	59,49	62,55	43,37	55,41	45,97	52,95	47,52	53,17
ODS 17	22,05	31,98	20,61	15,52	29,98	18,57	31,40	26,56	21,20

Posição no Ranking IDSC	2022			2023			2024		
	Município	UF	Nota	Município	UF	Nota	Município	UF	Nota
1	São Caetano do Sul	SP	65,617	São Caetano do Sul	SP	63,42	Alfredo Marcondes	SP	66,76
2	Jundiaí	SP	65,436	Jumirim	SP	63,16	Uru	SP	65,55
3	Valinhos	SP	65,161	São Bento do Sapucaí	SP	63,12	São Jorge do Ivaí	PR	64,71
4	Saltinho	SP	64,509	Bragança Paulista	SP	63,09	Cruzália	SP	64,70
5	Taguaí	SP	64,348	Taguaí	SP	63,07	Jumirim	SP	64,64
6	Vinhedo	SP	63,783	Santa Rita do Sapucaí	MG	63,00	Pongai	SP	64,41
7	Cerquillo	SP	63,757	Pedreira	SP	62,51	São João do Pau d'Alho	SP	64,11
8	Sertãozinho	SP	63,636	Luzerna	SC	62,21	São Caetano do Sul	SP	64,03
9	Limeira	SP	63,528	Jundiaí	SP	62,14	Santa Clara d'Oeste	SP	63,82
10	Borá	SP	63,452	Vinhedo	SP	61,97	Varginha	MG	63,81

14.4. Identificação de palavras-chave da Agenda 2030

Seção	Descrição	Palavra-Chave
Preâmbulo	Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas , para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.	Plano de ação para pessoas
Preâmbulo	2. Em nome dos povos que servimos, nós adotamos uma decisão histórica sobre um conjunto de Objetivos e metas universais e transformadoras que é abrangente, de longo alcance e centrado nas pessoas . Comprometemo-nos a trabalhar incansavelmente para a plena implementação desta Agenda em 2030. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Estamos empenhados em alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada. Também vamos dar continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e buscar atingir suas metas inacabadas.	Centrado nas pessoas
Preâmbulo	4. Ao embarcarmos nesta grande jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém será deixado para trás . Reconhecendo a dignidade da pessoa humana como fundamental, queremos ver os Objetivos e metas cumpridos para todas as nações e povos e para todos os segmentos da sociedade. E faremos o possível para alcançar, em primeiro lugar, aqueles que ficaram mais para trás.	Ninguém será deixado para trás
Preâmbulo	5. Esta é uma Agenda de alcance e significado sem precedentes. Ela é aceita por todos os países e é aplicável a todos, levando em conta diferentes realidades nacionais , capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais. Estes são objetivos e metas universais que envolvem todo o mundo, igualmente os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável.	Aplicável a todos, levando em conta diferentes realidades nacionais
Preâmbulo	8. Prevemos um mundo de respeito universal dos direitos humanos e da dignidade humana, do Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural ; e da igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano e contribua para a prosperidade compartilhada. Um mundo que investe em suas crianças e em que cada criança cresce livre da violência e da exploração. Um mundo em que cada mulher e menina desfruta da plena igualdade de gênero e no qual todos os entraves jurídicos, sociais e econômicos para seu empoderamento foram removidos. Um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo em que sejam atendidas as necessidades das pessoas mais vulneráveis.	Diversidade cultural

Seção	Descrição	Palavra-Chave
Preâmbulo	15. Este é também, no entanto, um momento de enorme oportunidade. Um progresso significativo foi feito no cumprimento de muitos desafios ao desenvolvimento. Dentro da geração passada, centenas de milhões de pessoas emergiram da pobreza extrema. O acesso à educação aumentou consideravelmente tanto para meninos quanto para meninas. A disseminação da informação e das tecnologias da comunicação e interconectividade global tem um grande potencial para acelerar o progresso humano, para eliminar o fosso digital e para o desenvolvimento de sociedades do conhecimento, assim como a inovação científica e tecnológica em áreas tão diversas como medicina e energia.	Tecnologias da comunicação
A nova agenda	19. Reafirmamos a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como outros instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos e ao direito internacional. Enfatizamos as responsabilidades de todos os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, de respeitar, proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer tipo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, deficiência ou qualquer outra condição.	Liberdades fundamentais
A nova agenda	21. Os novos Objetivos e metas entrarão em vigor no dia 1º de janeiro de 2016 e orientarão as decisões que tomamos ao longo dos próximos quinze anos. Todos nós vamos trabalhar para implementar a Agenda dentro de nossos próprios países e em nível regional e global, tendo em conta as diferentes realidades nacionais , capacidades e níveis de desenvolvimento, e respeitando as políticas e prioridades nacionais. Vamos respeitar o espaço político nacional para um crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentado, em particular para os países em desenvolvimento, mantendo-se compatível com as regras e os compromissos internacionais relevantes. Também reconhecemos a importância das dimensões regionais e sub-regionais, a integração econômica regional e a interconexão no desenvolvimento sustentável. Quadros regionais e sub-regionais podem facilitar a tradução eficaz de políticas de desenvolvimento sustentável em ações concretas em nível nacional.	Diferentes realidades nacionais Dimensões regionais
A nova agenda	26. Para promover a saúde física e mental e o bem-estar, e para aumentar a expectativa de vida para todos, temos de alcançar a cobertura universal de saúde e acesso a cuidados de saúde de qualidade. Ninguém deve ser deixado para trás . Comprometemo-nos a acelerar os progressos alcançados até o momento na redução da mortalidade neonatal, infantil e materna, dando um fim a todas essas mortes evitáveis antes de 2030. Estamos empenhados em garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, inclusive para o planejamento familiar, para a informação e para a educação. Iremos igualmente acelerar o ritmo dos progressos realizados na luta contra a malária, HIV/AIDS, tuberculose, hepatite, ebola e outras doenças e epidemias transmissíveis, incluindo a abordagem em relação à crescente resistência antimicrobiana e o problema das doenças negligenciadas que afetam os países em desenvolvimento. Estamos comprometidos com a prevenção e o tratamento de doenças não transmissíveis, incluindo distúrbios de comportamento, de desenvolvimento e neurológicas, que constituem um grande desafio para o desenvolvimento sustentável.	Ninguém deve ser deixado para trás

Seção	Descrição	Palavra-Chave
A nova agenda	27. Nós procuramos construir fundamentos econômicos robustos para todos os nossos países. Crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável é essencial para a prosperidade. Isso só será possível se a riqueza for compartilhada e a desigualdade de renda for combatida. Vamos trabalhar para construir economias dinâmicas, sustentáveis, inovadoras e centradas nas pessoas , promovendo o emprego dos jovens e o empoderamento econômico das mulheres, em particular, e o trabalho decente para todos. Vamos erradicar o trabalho forçado e o tráfico humano e pôr fim ao trabalho infantil em todas as suas formas. Todos os países podem se beneficiar de ter uma força de trabalho saudável e bem-educada com o conhecimento e as habilidades necessárias para o trabalho produtivo e gratificante e a plena participação na sociedade. Vamos fortalecer as capacidades produtivas dos países menos desenvolvidos em todos os setores, inclusive por meio de transformação estrutural. Vamos adotar políticas que aumentem as capacidades de produção, a produtividade e o emprego produtivo; a inclusão financeira; o desenvolvimento sustentável da agricultura, da pecuária e da pesca; o desenvolvimento industrial sustentável; o acesso universal a serviços energéticos acessíveis, confiáveis, sustentáveis e modernos; sistemas de transporte sustentáveis; e infraestrutura de qualidade e resiliente.	Centradas nas pessoas
A nova agenda	33. Reconhecemos que o desenvolvimento econômico e social depende da gestão sustentável dos recursos naturais do nosso planeta. Estamos, portanto, decididos a conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos e mares, recursos de água doce, bem como florestas, montanhas e terras áridas e proteger a biodiversidade, os ecossistemas e a vida selvagem. Nós também estamos determinados a promover o turismo sustentável , combater a escassez de água e a poluição da água, fortalecer a cooperação sobre a desertificação, as tempestades de poeira, a degradação dos solos e a seca e promover a resiliência e a redução do risco de desastres. A este respeito, temos grande expectativa na COP13 da Convenção sobre a Diversidade Biológica, a ser realizada no México em 2016.	Turismo sustentável
A nova agenda	34. Reconhecemos que o desenvolvimento urbano e a gestão sustentáveis são fundamentais para a qualidade de vida do nosso povo. Vamos trabalhar com as autoridades e as comunidades locais para renovar e planejar nossas cidades e assentamentos humanos, de modo a fomentar a coesão das comunidades e a segurança pessoal e estimular a inovação e o emprego. Vamos reduzir os impactos negativos das atividades urbanas e dos produtos químicos que são prejudiciais para a saúde humana e para o ambiente, inclusive através da gestão ambientalmente racional e a utilização segura das substâncias químicas, a redução e reciclagem de resíduos e o uso mais eficiente de água e energia. E vamos trabalhar para minimizar o impacto das cidades sobre o sistema climático global. Vamos também ter em conta as tendências e projeções populacionais nas nossas estratégias de desenvolvimento e políticas urbanas, rurais e nacionais. Temos grande expectativa na próxima Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável em Quito, Equador.	Desenvolvimento urbano Coesão das comunidades

Seção	Descrição	Palavra-Chave
A nova agenda	36. Comprometemo-nos a promover a compreensão intercultural , a tolerância, o respeito mútuo e uma ética de cidadania global e responsabilidade compartilhada. Reconhecemos a diversidade natural e cultural do mundo e reconhecemos que todas as culturas e civilizações podem contribuir para, e constituem elementos cruciais de desenvolvimento sustentável.	Compreensão intercultural Diversidade natural e cultural
Meios de implementação	48. Indicadores estão sendo desenvolvidos para ajudar neste trabalho. Dados desagregados de qualidade, acessíveis, atualizados e confiáveis serão necessários para ajudar na medição do progresso e para garantir que ninguém seja deixado para trás . Esses dados são a chave para a tomada de decisões. Dados e informações disponíveis em mecanismos de comunicação devem ser usados sempre que possível. Concordamos em intensificar nossos esforços para reforçar as capacidades estatísticas nos países em desenvolvimento, particularmente os países africanos, os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de renda média. Estamos comprometidos em desenvolver medidas mais amplas de progresso para complementar o produto interno bruto (PIB).	Indicadores Ninguém seja deixado para trás
Meios de implementação	51. O que estamos anunciando hoje – uma Agenda para a ação global para os próximos quinze anos – é uma carta para as pessoas e o planeta no século XXI. As crianças e as mulheres e homens jovens são agentes fundamentais de mudança e encontrarão nos novos Objetivos uma plataforma para canalizar as suas capacidades infinitas pelo ativismo em prol da criação de um mundo melhor.	Carta para as pessoas
Meios de implementação	52. “Nós, os povos” são as celebradas palavras de abertura da Carta da ONU. E são “nós os povos” que estão embarcando hoje na estrada para 2030. Nossa jornada vai envolver governos, bem como os parlamentos, o Sistema das Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, povos indígenas, sociedade civil, os negócios e o setor privado, a comunidade científica e acadêmica – e todas as pessoas. Milhões já se envolveram com – e passarão a deter – esta Agenda. É uma Agenda do povo, pelo povo e para o povo – e isto, acreditamos, irá garantir o seu sucesso.	Agenda é do povo, pelo povo e para o povo
Objetivos e metas de Desenvolvimento Sustentável	55. Os ODS e metas são integrados e indivisíveis, de natureza global e universalmente aplicáveis, tendo em conta as diferentes realidades , capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais. As metas são definidas como aspiracionais e globais, com cada governo definindo suas próprias metas nacionais, guiados pelo nível global de ambição, mas levando em conta as circunstâncias nacionais. Cada governo também vai decidir como essas metas aspiracionais e globais devem ser incorporadas nos processos, políticas e estratégias nacionais de planejamento. É importante reconhecer o vínculo entre o desenvolvimento sustentável e outros processos relevantes em curso nos campos econômico, social e ambiental.	Diferentes realidades
Objetivos e metas de Desenvolvimento Sustentável	57. Reconhecemos que os dados de referência para várias das metas permanecem indisponíveis , e pedimos um maior apoio para o fortalecimento da coleta de dados e do desenvolvimento de capacidades nos Estados-membros para desenvolver dados de referência nacionais e globais onde eles ainda não existam. Comprometemo-nos a corrigir essa falha na coleta de dados, de modo a informar melhor a medição do progresso, em particular para aquelas metas em que não há metas numéricas claras.	Dados de referência para várias metas permanecem indisponíveis

Seção	Descrição	Palavra-Chave
Objetivos e metas de Desenvolvimento Sustentável	59. Reconhecemos que existem diferentes abordagens , visões, modelos e ferramentas disponíveis para cada país, de acordo com suas circunstâncias e prioridades nacionais, para alcançar o desenvolvimento sustentável; e reafirmamos que o planeta Terra e seus ecossistemas são a nossa casa comum e que a 'Mãe Terra' é uma expressão comum em vários países e regiões.	Diferentes abordagens
Objetivo 2	2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados , como acordado internacionalmente	Conhecimentos tradicionais associados
Objetivo 4	4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável	Promoção de uma cultura de paz Valorização da diversidade cultural Contribuição da cultura para o DS
Objetivo 4	4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação , técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento	Tecnologia da informação e da comunicação
Objetivo 5	5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação , para promover o empoderamento das mulheres	Tecnologias de informação e comunicação
Objetivo 8	8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável , que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	Turismo sustentável
Objetivo 9	9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	Tecnologias de informação e comunicação
Objetivo 11	11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo	Patrimônio cultural e natural
Objetivo 12	12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável , que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais	Turismo sustentável Promove a cultura
Objetivo 13	13.3 Melhorar a educação , aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	Melhorar educação
Objetivo 15	15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável	Comunidades locais

Seção	Descrição	Palavra-Chave
Objetivo 17	17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação	Tecnologias de informação e comunicação
Objetivo 17	17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais	Disponibilidade de dados
Acompanhamento e avaliação	72. Comprometemo-nos a nos engajar no acompanhamento e avaliação sistemáticos da aplicação da presente Agenda nos próximos quinze anos. Um quadro de acompanhamento e avaliação robusto, voluntário, eficaz, participativo, transparente e integrado dará uma contribuição vital para a implementação e ajudará os países a maximizar e acompanhar o progresso na implementação desta Agenda a fim de garantir que ninguém seja deixado para trás .	Ninguém seja deixado para trás
Acompanhamento e avaliação	74 e. Eles serão centrados nas pessoas , sensíveis ao gênero, respeitarão os direitos humanos e têm um foco especial sobre os mais pobres, mais vulneráveis e aqueles que estão mais para trás.	Centrado nas pessoas
Acompanhamento e avaliação	75. Os Objetivos e metas serão acompanhados e avaliados utilizando um conjunto de indicadores globais . Estes irão ser complementados por indicadores nos níveis regionais e nacionais que serão desenvolvidas pelos Estados-membros, para além dos resultados dos trabalhos realizados para o desenvolvimento das linhas de base para essas metas onde os dados nacionais e globais ainda não existam. O quadro indicador global, a ser desenvolvido pelo Grupo Interagencial e de Peritos sobre os Indicadores dos ODS, será aprovado pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em março de 2016 e adotado posteriormente pelo Conselho Econômico e Social e pela Assembleia Geral, em conformidade com os mandatos existentes. Este quadro será simples, porém robusto, abordará todos os ODS e suas metas, incluindo os meios de implementação, e preservará o equilíbrio político, a integração e a ambição nele contidos.	Indicadores globais
Acompanhamento e avaliação	85. As avaliações temáticas de progresso sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo as questões transversais , também ocorrerão no HLPF. Estas serão apoiadas por avaliações de comissões funcionais do ECOSOC e outros organismos e fóruns intergovernamentais que devem refletir a natureza integrada dos Objetivos, bem como as interligações entre eles. Elas vão envolver todas as partes interessadas e, sempre que possível, contribuirão e estarão alinhadas com o ciclo do HLPF.	Questões transversais

14.5. Identificação de palavras-chave da Nova Agenda Urbana (NAU)

Descrição	Palavra-Chave
4. Ainda estamos longe de lidar adequadamente com estes e outros desafios existentes e emergentes e há a necessidade de se aproveitar as oportunidades ensejadas pela urbanização, como um motor do crescimento econômico sustentado e inclusivo, do desenvolvimento social e cultural e da proteção ambiental, bem como suas contribuições potenciais para se alcançar um desenvolvimento transformador e sustentável.	desenvolvimento social e cultural
10. A Nova Agenda Urbana reconhece que a cultura e a diversidade cultural são fontes de enriquecimento para a humanidade e constituem uma contribuição importante para o desenvolvimento sustentável das cidades, assentamentos humanos e cidadãs e cidadãos, para exercer um papel ativo e único em iniciativas de desenvolvimento. A Nova Agenda Urbana reconhece também que a cultura deve ser considerada na promoção e implementação de novos padrões de consumo e produção sustentáveis que contribuam para o uso responsável dos recursos e que enfrentem os impactos adversos das mudanças climáticas.	cultura e a diversidade cultural
11. Compartilhamos uma visão de cidades para todos e todas , aludindo ao uso e ao gozo igualitários de cidades e assentamentos humanos, com vistas a promover a inclusão e a assegurar que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminação de qualquer ordem, possam habitar e produzir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis física e economicamente, resilientes e sustentáveis para fomentar a prosperidade e a qualidade de vida para todos e todas. Registramos os esforços empenhados por alguns governos nacionais e locais no sentido de integrar esta visão, conhecida como “direito à cidade” , em suas legislações, declarações políticas e estatutos.	cidades para todos e todas “direito à cidade”

Descrição	Palavra-Chave
13. Vislumbramos cidades e assentamentos humanos que: (a) cumpram sua função social, inclusive a função social e ecológica da terra, com vistas a alcançar, progressivamente, a plena concretização do direito à moradia adequada como um componente do direito a um padrão de vida adequado, sem discriminação, com acesso universal a sistemas de abastecimento de água potável e saneamento seguros e acessíveis, assim como acesso igualitário para todos a bens e serviços públicos de qualidade em áreas como segurança alimentar e nutrição, saúde, educação, infraestrutura, mobilidade e transporte, energia, qualidade do ar e subsistência; (b) sejam participativos; promovam a participação cívica; estimulem sentimentos de pertencimento e apropriação entre todos seus habitantes; priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, adequados para famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política, conforme o caso; e propiciem a coesão social, a inclusão e a segurança em sociedades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes sejam satisfeitas, reconhecendo as necessidades específicas daqueles em situação de vulnerabilidade; (c) alcancem igualdade de gênero e empoderem todas as mulheres e meninas, garantindo a participação plena e efetiva das mulheres e direitos iguais em todas as áreas e em funções de liderança em processos decisórios em todos os níveis; garantindo emprego decente e remuneração igual para trabalho igual ou de igual valor para todas as mulheres; e previnam e eliminem todas as formas de discriminação, violência e assédio contra mulheres e meninas em espaços públicos e privados; (d) estejam aptos a enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de um crescimento econômico inclusivo e sustentável, presente e futuro, utilizando a urbanização para transformação estrutural, alta produtividade, atividades de alto valor-agregado e uso eficiente de recursos, aproveitando economias locais, reconhecendo a contribuição de setores informais e apoiando sua transição sustentável para a economia formal; (e) cumpram suas funções territoriais para além de suas fronteiras administrativas e atuem como polos propulsores de desenvolvimento urbano e territorial equilibrado, sustentável e integrado em todos os níveis; (f) promovam o planejamento e investimentos sensíveis à idade e ao gênero para uma mobilidade urbana sustentável, segura e acessível a todos e todas e sistemas de transporte de passageiros e de cargas que façam uso eficiente de recursos e que efetivamente conectem pessoas, lugares, bens, serviços e oportunidades econômicas; (g) aprovem e implementem políticas de redução e gestão de risco de desastres, reduzam a vulnerabilidade, desenvolvam resiliência e capacidade de resposta a perigos naturais e de origem humana, promovam a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas; (h) protejam, conservem, restaurem e promovam seus ecossistemas, sua água, seus habitats naturais e sua biodiversidade, minimizem seus impactos ambientais e migrem para a adoção de padrões de consumo e produção sustentáveis.	função social expressões culturais coesão social economias locais

Descrição	Palavra-Chave
14. Para concretizar nossa visão, resolvemos adotar uma Nova Agenda Urbana, orientada pelos seguintes princípios interligados: (a) não deixar ninguém para trás, eliminando a pobreza em todas suas formas e dimensões, incluindo a erradicação da pobreza extrema; assegurando direitos e oportunidades iguais, diversidade socioeconômica e cultural e integração ao espaço urbano; melhorando a habitabilidade, a educação, a segurança alimentar e a nutrição, a saúde e o bem-estar, inclusive por meio da eliminação de epidemias de HIV/AIDS, tuberculose e malária; promovendo a segurança e eliminando a discriminação e todas as formas de violência; garantindo a participação pública ao proporcionar acesso seguro e igualitário a todos e todas à infraestrutura física e social e aos serviços básicos, bem como à moradia adequada e economicamente acessível; (b) assegurar economias sustentáveis e inclusivas, aproveitando os benefícios de aglomeração da urbanização bem planejada, incluindo alta produtividade, competitividade e inovação; promovendo emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; garantir a criação de empregos decentes e acesso igualitário para todos a oportunidades e recursos econômicos e produtivos; e impedir a especulação fundiária; promover a posse da terra segura e gerenciar a perda de densidade urbana, quando necessário; (c) garantir a sustentabilidade ambiental, promovendo o uso de energias limpas e o uso sustentável da terra e dos recursos no desenvolvimento urbano; protegendo ecossistemas e a biodiversidade, favorecendo a adoção de estilos de vida saudáveis em harmonia com a natureza; promovendo padrões de consumo e produção sustentáveis; fortalecendo a resiliência urbana; reduzindo o risco de desastres; e propiciando a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.	não deixar ninguém para trás diversidade socioeconômica e cultural integração ao espaço urbano

Descrição	Palavra-Chave
15. Comprometemo-nos a trabalhar em direção a uma mudança de paradigma urbano para uma Nova Agenda Urbana que irá: (a) reorientar nossa abordagem sobre como planejamos, financiamos, desenvolvemos, governamos e administramos cidades e assentamentos humanos, reconhecendo o desenvolvimento urbano e territorial sustentável como essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável e prosperidade para todos e todas; (b) reconhecer o protagonismo de governos nacionais, conforme o caso, na definição e implementação de políticas e legislações urbanas inclusivas e efetivas para o desenvolvimento urbano sustentável, bem como as contribuições igualmente importantes de governos subnacionais e locais e também da sociedade civil e de outras partes interessadas, de uma maneira transparente e responsável; (c) adotar abordagens de desenvolvimento urbano e territorial sustentáveis e integradas, centradas nas pessoas, sensíveis às questões etárias e de gênero, por meio da implementação de políticas, estratégias, desenvolvimento de capacidades e ações em todos os níveis, com base em catalisadores fundamentais de mudanças, incluindo: (i) desenvolvimento e implementação de políticas urbanas no nível apropriado, inclusive por meio de parcerias locais, nacionais e entre diversos atores, construindo sistemas integrados de cidades e assentamentos humanos e promoção da cooperação entre todos os níveis de governo para permitir-lhes alcançar o desenvolvimento urbano integrado sustentável; (ii) fortalecimento da governança urbana, com instituições e mecanismos sólidos que empoderem e incluam atores urbanos, assim como freios e contrapesos apropriados, conferindo previsibilidade e coerência aos planos de desenvolvimento urbano para possibilitar a inclusão social, o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e a proteção do meio ambiente; (iii) revigoramento do planejamento e desenho urbano e territorial integrado e de longo prazo a fim de otimizar a dimensão espacial da forma urbana e consolidar os resultados positivos da urbanização; (iv) fomentar estruturas e instrumentos efetivos, inovadores e sustentáveis, que reforcem as finanças municipais e sistemas fiscais locais para criar, sustentar e compartilhar o valor gerado pelo desenvolvimento urbano sustentável de maneira inclusiva.	centradas nas pessoas inclusão social
16. Ainda que as circunstâncias específicas das cidades, vilas e vilarejos de todos os tamanhos variem, afirmamos que a Nova Agenda Urbana é universal em escopo, participativa e centrada nas pessoas; protege o planeta; e tem uma visão de longo prazo, estabelecendo prioridades e ações nos níveis global, regional, nacional, subnacional e local que possam ser adotadas por governos e outros atores relevantes em todos os países com base em suas necessidades.	centradas nas pessoas
17. Trabalharemos para implementar a Nova Agenda Urbana dentro de nossos próprios países e nos níveis regional e global, levando em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento de cada nação, e respeitando as legislações e práticas nacionais, bem como políticas e prioridades.	diferentes realidades

Descrição	Palavra-Chave
24. Para aproveitar plenamente o potencial do desenvolvimento urbano sustentável, assumimos os seguintes compromissos transformadores por meio de uma mudança no paradigma urbano fundamentada nas dimensões integradas e indivisíveis do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental .	social, econômica e ambiental
25. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos também que a crescente desigualdade e a persistência de múltiplas dimensões da pobreza, incluindo o número crescente de moradores de favelas e assentamentos informais, estão afetando tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento e que a organização espacial, a acessibilidade e o desenho do espaço urbano, bem como a infraestrutura e a prestação de serviços básicos, em conjunto com políticas de desenvolvimento, podem promover ou dificultar a coesão social , a igualdade e a inclusão.	coesão social
26. Comprometemo-nos com o desenvolvimento urbano e rural que seja centrado em pessoas , que proteja o planeta e que seja sensível à idade e ao gênero, e a realizar todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, facilitando a vida em coletividade, dando fim a todas as formas de discriminação e violência e empoderando todos os indivíduos e comunidades, além de promover sua participação plena e significativa. Comprometemo-nos, ademais, a promover a cultura e o respeito pela diversidade e igualdade como elementos fundamentais na humanização de nossas cidades e assentamentos humanos.	centrado em pessoas promover a cultura respeito pela diversidade
27. Reafirmamos nossa promessa de não deixar ninguém para trás e comprometemo-nos a promover o acesso igualitário às oportunidades e aos benefícios oferecidos pela urbanização, que permitem que todos os habitantes, vivendo em assentamentos formais ou informais, possam levar vidas decentes, dignas e gratificantes e alcançar seu pleno potencial humano.	não deixar ninguém para trás
28. Comprometemo-nos a assegurar o pleno respeito aos direitos humanos dos refugiados, deslocados internos e migrantes, independentemente de sua condição migratória, e a apoiar as cidades que os acolhem no espírito de cooperação internacional, considerando as circunstâncias nacionais e reconhecendo que, apesar de o grande movimento populacional para cidades e vilas acarretar uma variedade de desafios, também pode trazer contribuições sociais, econômicas e culturais significativas para a vida urbana. Comprometemo-nos, ademais, a reforçar as sinergias entre a migração internacional e o desenvolvimento nos níveis global, regional, nacional, subnacional e local, assegurando a migração segura, ordenada e regular por meio de políticas de migração planejadas e bem geridas e a apoiar autoridades locais no estabelecimento de estruturas que permitam a contribuição positiva de migrantes às cidades e reforcem os vínculos urbano-rurais.	contribuições sociais e culturais

Descrição	Palavra-Chave
33. Comprometemo-nos a estimular a oferta de diversas opções de moradia adequada que sejam seguras e econômica e fisicamente acessíveis a indivíduos dos mais distintos estratos de renda, levando-se em consideração a integração socioeconômica e cultural de comunidades marginalizadas, pessoas sem-teto e aquelas em situações vulneráveis, e prevenindo a segregação. Adotaremos medidas positivas para melhorar as condições de vida das pessoas sem-teto com vistas a facilitar sua plena participação na sociedade e para prevenir e eliminar a falta de moradia, assim como combater e eliminar sua criminalização.	integração cultural
34. Comprometemo-nos a promover o acesso equitativo e economicamente viável à infraestrutura física e social básica sustentável para todos, sem discriminação, incluindo terra urbanizada, habitação, energia moderna e renovável, água potável e saneamento, alimentação segura, nutritiva e adequada, coleta de resíduos, mobilidade sustentável, serviços de saúde e planejamento familiar, educação, cultura , e tecnologias de informação e comunicação . Comprometemo-nos, ainda, a assegurar que estes serviços estejam atentos aos direitos e às necessidades das mulheres, crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas e comunidades locais, conforme o caso, e de outras pessoas em situações de vulnerabilidade. Nesse aspecto, encorajamos a eliminação de barreiras legais, institucionais, socioeconômicas e físicas.	promover acesso equitativo à cultura tecnologia de informação e comunicação
36. Comprometemo-nos a promover medidas apropriadas em cidades e assentamentos humanos que facilitem o acesso de pessoas com deficiência, em igualdade de condições com as demais, ao ambiente físico das cidades, em particular a espaços públicos, transporte público, habitação, equipamentos de educação e saúde, informação e comunicação públicas (incluindo tecnologias e sistemas de informação e comunicação), e outras instalações e serviços abertos ou prestados para o público, tanto em áreas urbanas quanto rurais.	tecnologia e sistemas de informação e comunicação
37. Comprometemo-nos a promover espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, incluindo ruas, calçadas, ciclofaixas e ciclovias, praças, orlas, jardins e parques que sejam áreas multifuncionais para interação e inclusão social , saúde e bem-estar humanos, trocas econômicas, expressões culturais e diálogo entre uma ampla variedade de pessoas e culturas , e que sejam desenhados e geridos para assegurar o desenvolvimento humano, para construir sociedades pacíficas, inclusivas e participativas, bem como promover a vida coletiva , a conectividade e a inclusão social .	inclusão social expressões culturais pessoas e cultura vida coletiva inclusão social
38. Comprometemo-nos a valorizar de forma sustentável o patrimônio natural e cultural , tanto material quanto imaterial, em cidades e assentamentos humanos, conforme o caso, por meio de políticas urbanas e territoriais integradas e investimentos adequados nos níveis nacional, subnacional e local, para salvaguardar e promover infraestruturas e locais culturais , museus, culturas e línguas indígenas, bem como o conhecimento tradicional e as artes, enfatizando o papel que exercem na reabilitação e revitalização de áreas urbanas, e no fortalecimento da participação social e do exercício da cidadania.	patrimônio natural e cultural locais culturais conhecimento tradicional participação social

Descrição	Palavra-Chave
40. Comprometemo-nos a acolher a diversidade em cidades e assentamentos humanos , a reforçar a coesão social , o diálogo intercultural e a compreensão, a tolerância, o respeito mútuo, a igualdade de gênero, a inovação, o empreendedorismo, a inclusão, a identidade e a segurança e a dignidade de todas as pessoas, bem como promover a habitabilidade e uma economia urbana vibrante. Comprometemo-nos também a adotar medidas que assegurem que nossas instituições locais promovam o pluralismo e a coexistência pacífica dentro de sociedades progressivamente heterogêneas e multiculturais .	diversidade em cidades e assentamentos humanos coesão social diálogo intercultural identidade sociedade multicultural
45. Comprometemo-nos a desenvolver economias urbanas vibrantes, sustentáveis e inclusivas , com base em potenciais endógenos, vantagens competitivas, patrimônio cultural e recursos locais, bem como infraestrutura resiliente com utilização eficiente de recursos; promover o desenvolvimento industrial sustentável e inclusivo, e padrões de consumo e de produção sustentáveis; e promover um ambiente favorável aos negócios e à inovação, bem como à subsistência.	economias urbanas vibrantes, sustentáveis e inclusivas patrimônio cultural
46. Comprometemo-nos a promover o papel da habitação e do financiamento habitacional economicamente acessíveis e sustentáveis, incluindo a produção de habitação social, no desenvolvimento econômico, e a contribuição do setor para estimular a produtividade em outros setores da economia, reconhecendo que a habitação aumenta a formação de capital, a renda, a geração de emprego e os níveis de poupança e pode contribuir para a condução de transformações econômicas sustentáveis e inclusivas nos níveis nacional, subnacional e local.	econômicas sustentáveis e inclusivas
50. Comprometemo-nos a incentivar a conectividade e as interações urbano-rurais por meio do fortalecimento da mobilidade e do transporte sustentáveis, das infraestruturas e redes de tecnologia e comunicação , ancorados em instrumentos de planejamento com base em uma abordagem urbana e territorial integrada, a fim de maximizar o potencial desses setores para aumentar a produtividade, a coesão social , econômica e territorial, assim como a segurança e a sustentabilidade ambiental. Isso deve incluir a conectividade entre as cidades, seus entornos e as áreas periurbanas e rurais, bem como conexões terra-mar relevantes, conforme o caso.	redes de tecnologia e comunicação coesão social
53. Comprometemo-nos a promover espaços públicos seguros , inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade como promotores de desenvolvimento econômico e social, reforçando de forma sustentável seu potencial de gerar maior valor social e econômico, incluindo valor da propriedade, e de facilitar negócios, investimentos públicos e privados e oportunidades de subsistência para todos.	espaços públicos seguros

Descrição	Palavra-Chave
54. Comprometemo-nos com a geração e o uso de energia renovável e economicamente acessível e com serviços e infraestrutura de transporte sustentáveis e eficientes, sempre que possível, alcançando os benefícios da conectividade e reduzindo os custos financeiros, ambientais e de saúde pública advindos da mobilidade ineficiente, dos congestionamentos, da poluição do ar, do efeito de ilhas de calor urbano e da poluição sonora. Comprometemo-nos também a prestar especial atenção às necessidades energéticas e de transporte de todas as pessoas, particularmente os mais pobres e os que vivem em favelas e assentamentos informais. Observamos também que as reduções nos custos de energia renovável fornecem a cidades e assentamentos humanos uma ferramenta eficaz para diminuir os custos de fornecimento de energia	conectividade
55. Comprometemo-nos a promover sociedades saudáveis por meio da promoção do acesso a serviços públicos adequados, inclusivos e de qualidade ; um ambiente limpo, levando em consideração as diretrizes de qualidade do ar, inclusive as elaboradas pela Organização Mundial da Saúde (OMS); e infraestrutura e equipamentos sociais, como serviços de saúde pública, incluindo o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva para reduzir a mortalidade infantil e materna.	serviços públicos adequados, inclusivos e de qualidade
56. Comprometemo-nos a aumentar a produtividade econômica, conforme o caso, proporcionando à força de trabalho acesso a oportunidades de geração de renda, conhecimentos, habilidades e equipamentos de educação que contribuam para uma economia urbana inovadora e competitiva. Comprometemo-nos também a aumentar a produtividade econômica por meio da promoção de emprego pleno e produtivo, trabalho digno e oportunidades de subsistência nas cidades e nos assentamentos humanos.	economia urbana inovadora
58. Comprometemo-nos a promover um ambiente de negócios favorável, justo e responsável, com base nos princípios da sustentabilidade ambiental e da prosperidade inclusiva , promovendo investimentos, inovações e empreendedorismo. Comprometemo-nos também a abordar os desafios enfrentados pelas comunidades de empresários locais, por meio do apoio a micro, pequenas e médias empresas e cooperativas em toda a cadeia de valores, particularmente negócios e empresas da economia social e solidária, operando tanto na economia formal quanto na informal.	prosperidade inclusiva
60. Comprometemo-nos a sustentar e apoiar as economias urbanas na transição progressiva para uma maior produtividade por meio de setores de alto valor agregado, promovendo a diversificação, modernização tecnológica, pesquisa e inovação, incluindo a criação de empregos decentes, produtivos e de qualidade, inclusive por meio da promoção de indústrias culturais e criativas , turismo sustentável , artes performáticas e atividades de conservação do patrimônio , entre outras.	indústrias culturais e criativas turismo sustentável atividades de conservação do patrimônio

Descrição	Palavra-Chave
62. Comprometemo-nos a abordar as implicações sociais, econômicas e espaciais do envelhecimento populacional, onde aplicável; aproveitar o fator de envelhecimento como uma oportunidade para novos empregos decentes e crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida da população urbana.	crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável
66. Comprometemo-nos a adotar uma abordagem de cidade inteligente , que faça uso de oportunidades de digitalização, energia e tecnologias limpas , assim como tecnologias de transporte inovadoras, consequentemente proporcionando alternativas para os habitantes fazerem escolhas mais adequadas ao meio ambiente e impulsionarem o crescimento econômico sustentável e permitindo que as cidades melhorem sua prestação de serviços.	cidade inteligente tecnologias limpas
69. Comprometemo-nos a preservar e a promover a função ecológica e social da terra , incluindo as zonas costeiras que apoiam cidades e assentamentos humanos, e a promover soluções baseadas em ecossistemas para assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis, de modo que a capacidade regenerativa do ecossistema não seja excedida. Comprometemo-nos também a promover o uso sustentável da terra, combinando expansões urbanas com densidades e compacidade adequadas, prevenindo e contendo a dispersão urbana, bem como evitando alterações desnecessárias no uso do solo e a perda de terra produtiva e de ecossistemas frágeis e importantes.	função ecológica e social da terra
71. Comprometemo-nos a fortalecer a gestão sustentável de recursos, incluindo terra, água (oceanos, mares e água doce), energia, materiais, florestas e alimentos, com especial atenção para o manejo ambientalmente correto e a redução de todos os resíduos, produtos químicos perigosos, incluindo poluentes atmosféricos e climáticos de curta duração, gases de efeito estufa e poluição sonora, de modo que sejam considerados os vínculos urbano-rurais e cadeias de valores e suprimento funcionais face à sustentabilidade e ao impacto ambiental, em um esforço para a transição para uma economia circular , também facilitando a conservação, a regeneração, a recuperação e a resiliência do ecossistema frente a desafios novos e emergentes.	economia circular
86. Ancoraremos a implementação efetiva da Nova Agenda Urbana em políticas urbanas inclusivas , implementáveis e participativas, conforme o caso, para potencializar o desenvolvimento urbano e territorial sustentável como parte das estratégias e planos integrados de desenvolvimento, com o apoio, quando aplicável, de estruturas regulatórias e institucionais nacionais, subnacionais e locais, assegurando que estejam devidamente interligadas a mecanismos de financiamento transparentes e responsáveis.	políticas urbanas inclusivas
92. Promoveremos abordagens participativas e sensíveis à idade e ao gênero em todas as fases do processo de planejamento e de elaboração da política urbana e territorial, da conceitualização ao projeto, elaboração do orçamento, implementação, avaliação e revisão, com base em novas formas de parceria direta entre todos os níveis de governo e a sociedade civil, em particular por meio de plataformas e mecanismos amplos, bem estruturados e permanentes, e de cooperação e consulta abertas a todos, utilizando tecnologias da informação e comunicação e soluções de dados acessíveis.	tecnologias da informação e comunicação

Descrição	Palavra-Chave
95. Apoiaremos a implementação de políticas e planos de desenvolvimento territorial integrado, policêntrico e equilibrado, encorajando a cooperação e o apoio mútuo entre diferentes escalas de cidades e assentamentos humanos; reforçando o papel de vilas e cidades pequenas e intermediárias no aprimoramento dos sistemas de segurança alimentar e de nutrição; fornecendo acesso a habitação, infraestrutura e serviços sustentáveis, economicamente acessíveis, adequados, resilientes e seguros; facilitando relações comerciais efetivas em todo o continuum urbano-rural; e garantindo que os pequenos agricultores e pescadores estejam ligados a mercados e cadeias de valores locais, subnacionais, nacionais, regionais e globais. Apoiaremos também a agricultura urbana, e o consumo e a produção locais, sustentáveis e responsáveis, assim como as interações sociais, por meio de redes de comércio e mercado locais como uma opção que contribui para a sustentabilidade e segurança alimentar.	interações sociais
97. Promoveremos expansões urbanas planejadas e ocupações de vazios urbanos, priorizando a renovação, regeneração e reabilitação de áreas urbanas, conforme o caso, incluindo a urbanização de favelas e assentamentos informais; proporcionando edifícios e espaços públicos de alta qualidade; promovendo abordagens integradas e participativas que envolvam todos os habitantes e atores relevantes; evitando a gentrificação e a segregação espacial e socioeconômica; e ao mesmo tempo preservando o patrimônio cultural e prevenindo e contendo a dispersão urbana.	espaços públicos de alta qualidade preservando o patrimônio cultural
99. Apoiaremos a implementação de estratégias de planejamento urbano, conforme o caso, que facilitem a mistura social por meio da oferta de opções de habitação economicamente acessíveis com serviços básicos de qualidade e espaços públicos para todos, aumentando a segurança e a proteção, favorecendo a interação social e intergeracional e a valorização da diversidade. Adotaremos as medidas necessárias para incluir treinamento e apoio adequados para profissionais envolvidos na prestação de serviços e comunidades que vivem em áreas afetadas pela violência urbana.	mistura social interação social valorização da diversidade
100. Apoiaremos a oferta de redes bem projetadas de ruas e espaços públicos seguros, inclusivos a todos, acessíveis, verdes e de qualidade, livres de crime e violência, incluindo o assédio sexual e a violência de gênero, considerando a escala humana, bem como a adoção de medidas que permitam o melhor uso comercial possível dos andares no nível da rua, impulsionando o comércio e mercados locais, tanto formais como informais e iniciativas comunitárias sem fins lucrativos, trazendo as pessoas para os espaços públicos e promovendo a mobilidade de pedestres e ciclistas com o objetivo de melhorar a saúde e o bem-estar.	espaços públicos seguros escala humana pessoas para os espaços públicos
103. Integraremos medidas inclusivas para a segurança urbana e a prevenção da criminalidade e da violência, incluindo o terrorismo e o extremismo violento que conduz ao terrorismo. Tais medidas envolverão, conforme o caso, comunidades locais e atores não governamentais relevantes no desenvolvimento de estratégias e iniciativas urbanas, inclusive considerando favelas e assentamentos informais, assim como a vulnerabilidade e fatores culturais no desenvolvimento de políticas relativas	fatores culturais

Descrição	Palavra-Chave
à segurança pública e à prevenção da criminalidade e violência, incluindo por meio da prevenção e do combate à estigmatização de grupos específicos como sendo maiores ameaças à segurança.	
106. Promoveremos políticas de habitação com base nos princípios da inclusão social , da eficácia econômica e da proteção ambiental. Apoiaremos o uso efetivo dos recursos públicos para a habitação economicamente acessível e sustentável, incluindo terrenos em áreas centrais e consolidadas das cidades com infraestrutura adequada, e incentivaremos o desenvolvimento de empreendimentos de renda mista para promover inclusão e coesão social .	inclusão social coesão social
109. Consideraremos o aumento da alocação de recursos financeiros e humanos, conforme o caso, para a urbanização e, na medida do possível, para evitar o surgimento de favelas e assentamentos informais com estratégias que vão além de melhorias físicas e ambientais, para garantir que favelas e assentamentos informais sejam integrados às dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas das cidades. Essas estratégias devem incluir, quando pertinente, o acesso a habitação sustentável, adequada, segura e economicamente acessível; serviços básicos e sociais; e espaços públicos seguros, inclusivos , acessíveis, verdes e de qualidade; devendo promover a regularização e a segurança da posse, bem como medidas para a prevenção e mediação de conflitos.	dimensões sociais, econômicas, culturais espaços públicos seguros, inclusivos
115. Adotaremos medidas para desenvolver mecanismos e marcos de referência comuns nos níveis nacional, subnacional e local para avaliar os benefícios mais amplos de estruturas de transporte urbanos e metropolitanos, incluindo os impactos sobre o meio ambiente, a economia, a coesão social , a qualidade de vida, a acessibilidade, a segurança rodoviária, a saúde pública, as ações relativas às mudanças climáticas, entre outros.	coesão social
116. Apoiaremos o desenvolvimento desses mecanismos e estruturas, com base em políticas nacionais de mobilidade e transporte urbanos sustentáveis para contratação e regulamentação transparentes, abertas e sustentáveis de serviços de transporte e mobilidade em áreas urbanas e metropolitanas, incluindo o uso de novas tecnologias que permitam serviços de mobilidade compartilhada. Apoiaremos o desenvolvimento de relações contratuais claras, transparentes e responsáveis entre governos locais e os fornecedores de serviços de transporte e mobilidade, incluindo a gestão de dados, de modo que se proteja o interesse público e a privacidade individual e que se definam as obrigações mútuas.	uso de novas tecnologias
124. Incluiremos a cultura como um componente prioritário dos planos e estratégias urbanos na adoção de instrumentos de planejamento, incluindo planos diretores, diretrizes de zoneamento, códigos de obras, políticas de gestão costeira e políticas de desenvolvimento estratégico que salvaguardem uma gama diversificada de patrimônios culturais materiais e imateriais e paisagens, e iremos protegê-los de potenciais impactos negativos do desenvolvimento urbano.	patrimônios culturais materiais e imateriais

Descrição	Palavra-Chave
125. Fomentaremos a valorização do patrimônio cultural para o desenvolvimento urbano sustentável e reconheceremos seu papel como incentivador da participação e da responsabilidade. Promoveremos o uso inovador e sustentável de monumentos e sítios arquitetônicos com a intenção de criar valor, por meio de restauração e adaptação responsáveis. Envolveremos os povos indígenas e as comunidades locais na promoção e disseminação de conhecimento do patrimônio cultural material e imaterial e da proteção de expressões e línguas tradicionais, em especial por meio do uso de novas tecnologias e técnicas.	patrimônio cultural patrimônio cultural material e imaterial
156. Promoveremos o desenvolvimento de políticas nacionais de tecnologia da informação e comunicação e estratégias de governo eletrônico, assim como ferramentas de governança digital centradas no cidadão, explorando inovações tecnológicas, inclusive programas de desenvolvimento de capacidades, de modo a tornar as tecnologias da informação e comunicação acessíveis ao público, inclusive mulheres e meninas, crianças e jovens, pessoas com deficiência, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade, para permitir-lhes desenvolver e exercitar a responsabilidade cívica, ampliando a participação, estimulando a governança responsável e aumentando a eficiência. O uso de plataformas e ferramentas digitais, incluindo sistemas de informação geoespacial, será encorajado para aprimorar o desenho e o planejamento urbano e territorial integrado de longo prazo, a administração e gestão da terra e o acesso a serviços urbanos e metropolitanos.	tecnologia da informação e comunicação tecnologias da informação e comunicação
157. Apoiaremos a ciência, a pesquisa e a inovação, inclusive com foco na inovação social, tecnológica, digital e inspirada na natureza, interações robustas entre ciência e políticas no planejamento e na formulação de políticas urbanas e territoriais, assim como mecanismos institucionalizados para o compartilhamento e intercâmbio de informações, conhecimento e expertise, incluindo a coleta, análise, padronização e disseminação de dados de base geográfica, coletados pela comunidade, de alta qualidade, oportunos e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, condição migratória, deficiência, localização geográfica, e outras características relevantes nos contextos nacionais, subnacionais e locais.	inovação social
160. Estimularemos a criação, a promoção e o aprimoramento de plataformas de dados abertas, participativas e de fácil utilização, utilizando ferramentas tecnológicas e sociais disponíveis para transferir e compartilhar conhecimento entre governos nacionais, subnacionais, locais e atores relevantes, inclusive atores não estatais e pessoas físicas, no intuito de melhorar a eficácia, eficiência e transparência da gestão e o planejamento urbano por meio de sistemas de governo eletrônico, abordagens auxiliadas pelas tecnologias de informação e comunicação e da gestão de informações geoespaciais.	tecnologias de informação e comunicação

14.6. Identificação de palavras-chave dos Indicadores Cultura|2030

Dimensão	Descrição da dimensão	Palavra-Chave
Meio Ambiente e Resiliência	Esta dimensão temática propõe um quadro que avaliar o papel e a contribuição da cultura para sustentabilidade dos assentamentos humanos ao mesmo tempo em que enfatiza o patrimônio cultural e natural e no ambiente urbano, em virtude da Título “Planeta” dos ODS. Aborde o valor intrínseco do patrimônio material, imaterial e natural e examina sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Os indicadores propostos avaliam a participação de países na salvaguarda do patrimônio cultural e natural e fornecem dados tangíveis sobre a gestão patrimônio sustentável e a integração de conhecimento tradicional em planejamento estratégico de aspectos culturais . Esta dimensão Também avalia os aspectos físicos/espaciais da qualidade do ambiente urbano, bem como do espaço público e das infraestruturas culturais .	contribuição da cultura patrimônio cultural e natural patrimônio material, imaterial e natural conhecimento tradicional aspectos culturais infraestruturas culturais
Prosperidade e Meios de Subsistência	Esta dimensão temática, de acordo com a rubrica “Prosperidade” dos ODS, propõe um quadro que avalie em que medida a cultura contribui para a promoção e fomento de economias mais inclusivas e sustentáveis através da geração de rendimento, da criação de emprego e do estímulo à lucros através de serviços, bens e empresas culturais. O objetivo dos sete indicadores propostos na Dimensão 2 é avaliar a contribuição da cultura para aspectos-chave da economia (PIB, comércio, ambiente, empresas, despesas das famílias). Dado que as estruturas e quadros institucionais que regem as atividades do setor cultural são diferentes em cada país e afetam a contribuição da cultura para o desenvolvimento económico inclusivo, esta dimensão também incorpora um indicador sobre a governança da cultura . Este indicador documenta a estruturas de governação estabelecidas para que a cultura desempenhe um papel ativo no desenvolvimento económico local e nacional e na geração de meios de subsistência.	cultura setor cultural governança da cultura
Conhecimento e Habilidades	Esta dimensão temática propõe um quadro que permite avaliar o contributo da cultura para a aquisição de conhecimentos e competências, que inclui tradições locais e diversidade cultural . Centra-se especificamente na contribuição da cultura para a transmissão de valores, conhecimentos e competências culturais locais e na promoção da emancipação individual através de formação, processos, políticas e materiais educativos. Sublinha o papel da diversidade cultural no ensino primário, secundário e superior, bem como na formação profissional, e centra-se no desenvolvimento de currículos para integrar o conhecimento cultural. Os indicadores propostos permitirão avaliar o grau de comprometimento das autoridades e instituições na integração e utilização do conhecimento cultural para promover o respeito e o reconhecimento da diversidade cultural , garantir a compreensão do desenvolvimento sustentável e a transmissão de valores culturais , estabelecer prioridades para a formação cultural (incluindo formação avançada para a conservação do património) e promover conhecimentos e competências em áreas criativas.	tradições locais diversidade cultural competências culturais locais valores culturais formação cultural

Dimensão	Descrição da dimensão	Palavra-Chave
Inclusão e Participação	Esta dimensão temática propõe um quadro que permite avaliar a forma como a cultura contribui para a promoção da coesão, inclusão e participação social . Centra-se na capacidade dos indivíduos de aceder à cultura e no seu direito de participar na vida cultural e na liberdade de expressão, incluindo artística e criativa. Esta dimensão explora também a forma como as práticas, locais, elementos e expressões culturais transmitem valores e competências que favorecem a inclusão social. Finalmente, os indicadores propostos avaliam a capacidade da cultura para estimular a participação efetiva das comunidades locais na vida pública.	coesão, inclusão de participação social vida cultural expressões culturais

14.7. Padronização de expressões das agendas globais – Etapa 01

Documento de origem	Expressão do documento de origem	Expressão padronizada
Agenda 2030	Plano de ação para pessoas	Plano de ação para pessoas
Agenda 2030	Centrado nas pessoas	Centrado nas pessoas
Agenda 2030	Ninguém será deixado para trás	Ninguém será deixado para trás
Agenda 2030	Aplicável a todos, levando em conta diferentes realidades nacionais	Aplicável a todos
Agenda 2030	Diversidade cultural	Diversidade cultural
Agenda 2030	Tecnologias da comunicação	Tecnologia da informação e comunicação
Agenda 2030	Liberdades fundamentais	Liberdades fundamentais
Agenda 2030	Diferentes realidades nacionais	Diferentes realidades
Agenda 2030	Dimensões regionais	Dimensões regionais
Agenda 2030	Ninguém deve ser deixado para trás	Ninguém será deixado para trás
Agenda 2030	Centradas nas pessoas	Centrado nas pessoas
Agenda 2030	Turismo sustentável	Turismo sustentável
Agenda 2030	Desenvolvimento urbano	Desenvolvimento urbano
Agenda 2030	Coesão das comunidades	Coesão social
Agenda 2030	Compreensão intercultural	Compreensão intercultural
Agenda 2030	Diversidade natural e cultural	Diversidade cultural
Agenda 2030	Indicadores	Dados de referência
Agenda 2030	Ninguém seja deixado para trás	Ninguém será deixado para trás
Agenda 2030	Carta para as pessoas	Centrado nas pessoas
Agenda 2030	Agenda é do povo, pelo povo e para o povo	Agenda do povo
Agenda 2030	Diferentes realidades	Diferentes realidades
Agenda 2030	Dados de referência para várias metas permanecem indisponíveis	Dados de referência
Agenda 2030	Diferentes abordagens	Diferentes realidades
Agenda 2030	Conhecimentos tradicionais associados	Conhecimentos tradicionais
Agenda 2030	Promoção de uma cultura de paz	Cultura de paz

Documento de origem	Expressão do documento de origem	Expressão padronizada
Agenda 2030	Valorização da diversidade cultural	Diversidade cultural
Agenda 2030	contribuição da cultura para o DS	Contribuição da cultura
Agenda 2030	Tecnologia da informação e da comunicação	Tecnologia da informação e comunicação
Agenda 2030	Tecnologias de informação e comunicação	Tecnologia da informação e comunicação
Agenda 2030	Turismo sustentável	Turismo sustentável
Agenda 2030	Tecnologias de informação e comunicação	Tecnologia da informação e comunicação
Agenda 2030	Patrimônio cultural e natural	Patrimônio cultural
Agenda 2030	Turismo sustentável	Turismo sustentável
Agenda 2030	Promove a cultura	Promoção da cultura
Agenda 2030	Melhorar educação	Melhorar a educação
Agenda 2030	Comunidades locais	Comunidades locais
Agenda 2030	Tecnologias de informação e comunicação	Tecnologia da informação e comunicação
Agenda 2030	Disponibilidade de dados	Dados de referência
Agenda 2030	Ninguém seja deixado para trás	Ninguém será deixado para trás
Agenda 2030	Centrado nas pessoas	Centrado nas pessoas
Agenda 2030	Indicadores globais	Dados de referência
Agenda 2030	Questões transversais	Questões transversais
Nova Agenda Urbana	desenvolvimento social e cultural	Desenvolvimento social e cultural
Nova Agenda Urbana	cultura e a diversidade cultural	Diversidade cultural
Nova Agenda Urbana	cidades para todos e todas	Cidade para todos
Nova Agenda Urbana	“direito à cidade”	Direito à cidade
Nova Agenda Urbana	função social	Função social
Nova Agenda Urbana	expressões culturais	Expressões culturais
Nova Agenda Urbana	coesão social	Coesão social
Nova Agenda Urbana	economias locais	Economia local
Nova Agenda Urbana	não deixar ninguém para trás	Ninguém será deixado para trás
Nova Agenda Urbana	diversidade socioeconômica e cultural	Diversidade cultural
Nova Agenda Urbana	integração ao espaço urbano	Integração do espaço urbano
Nova Agenda Urbana	centradas nas pessoas	Centrado nas pessoas
Nova Agenda Urbana	inclusão social	Inclusão social

Documento de origem	Expressão do documento de origem	Expressão padronizada
Nova Agenda Urbana	centradas nas pessoas	Centrado nas pessoas
Nova Agenda Urbana	diferentes realidades	Diferentes realidades
Nova Agenda Urbana	social, econômica e ambiental	Tripe da sustentabilidade
Nova Agenda Urbana	coesão social	Coesão social
Nova Agenda Urbana	centrado em pessoas	Centrado nas pessoas
Nova Agenda Urbana	promover a cultura	Promoção da cultura
Nova Agenda Urbana	respeito pela diversidade	Diversidade cultural
Nova Agenda Urbana	não deixar ninguém para trás	Ninguém será deixado para trás
Nova Agenda Urbana	contribuições sociais e culturais	Contribuição da cultura
Nova Agenda Urbana	integração cultural	Integração cultural
Nova Agenda Urbana	promover acesso equitativo à cultura	Acesso à cultura
Nova Agenda Urbana	tecnologia de informação e comunicação	Tecnologia da informação e comunicação
Nova Agenda Urbana	tecnologia e sistemas de informação e comunicação	Tecnologia da informação e comunicação
Nova Agenda Urbana	inclusão social	Inclusão social
Nova Agenda Urbana	expressões culturais	Expressões culturais
Nova Agenda Urbana	pessoas e cultura	Centrado nas pessoas
Nova Agenda Urbana	vida coletiva	Vida coletiva
Nova Agenda Urbana	inclusão social	Inclusão social
Nova Agenda Urbana	patrimônio natural e cultural	Patrimônio cultural
Nova Agenda Urbana	locais culturais	Locais culturais
Nova Agenda Urbana	conhecimento tradicional	Conhecimentos tradicionais
Nova Agenda Urbana	participação social	Participação social
Nova Agenda Urbana	diversidade em cidades e assentamentos humanos	Diversidade cultural
Nova Agenda Urbana	coesão social	Coesão social
Nova Agenda Urbana	diálogo intercultural	Diálogo intercultural
Nova Agenda Urbana	identidade	Identidade
Nova Agenda Urbana	sociedade multicultural	Sociedade multicultural
Nova Agenda Urbana	economias urbanas vibrantes, sustentáveis e inclusivas	Economia urbana
Nova Agenda Urbana	patrimônio cultural	Patrimônio cultural
Nova Agenda Urbana	econômicas sustentáveis e inclusivas	Economia urbana

Documento de origem	Expressão do documento de origem	Expressão padronizada
Nova Agenda Urbana	redes de tecnologia e comunicação	Tecnologia da informação e comunicação
Nova Agenda Urbana	coesão social	Coesão social
Nova Agenda Urbana	espaços públicos seguros	Espaços públicos
Nova Agenda Urbana	conectividade	Tecnologia da informação e comunicação
Nova Agenda Urbana	serviços públicos adequados, inclusivos e de qualidade	Serviços públicos
Nova Agenda Urbana	economia urbana inovadora	Economia urbana
Nova Agenda Urbana	prosperidade inclusiva	Prosperidade inclusiva
Nova Agenda Urbana	indústrias culturais e criativas	Indústria criativa
Nova Agenda Urbana	turismo sustentável	Turismo sustentável
Nova Agenda Urbana	atividades de conservação do patrimônio	Patrimônio cultural
Nova Agenda Urbana	crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável	Economia local
Nova Agenda Urbana	cidade inteligente	Cidade inteligente
Nova Agenda Urbana	tecnologias limpas	Tecnologia da informação e comunicação
Nova Agenda Urbana	função ecológica e social da terra	Função social
Nova Agenda Urbana	economia circular	Economia local
Nova Agenda Urbana	políticas urbanas inclusivas	Desenvolvimento urbano
Nova Agenda Urbana	tecnologias da informação e comunicação	Tecnologia da informação e comunicação
Nova Agenda Urbana	interações sociais	Interações sociais
Nova Agenda Urbana	espaços públicos de alta qualidade	Espaços públicos
Nova Agenda Urbana	preservando o patrimônio cultural	Patrimônio cultural
Nova Agenda Urbana	mistura social	Interações sociais
Nova Agenda Urbana	interação social	Interações sociais
Nova Agenda Urbana	valorização da diversidade	Diversidade cultural
Nova Agenda Urbana	espaços públicos seguros	Espaços públicos
Nova Agenda Urbana	escala humana	Centrado nas pessoas
Nova Agenda Urbana	pessoas para os espaços públicos	Espaços públicos
Nova Agenda Urbana	fatores culturais	Fatores culturais

Documento de origem	Expressão do documento de origem	Expressão padronizada
Nova Agenda Urbana	inclusão social	Inclusão social
Nova Agenda Urbana	coesão social	Coesão social
Nova Agenda Urbana	dimensões sociais, econômicas, culturais	Tripé da sustentabilidade
Nova Agenda Urbana	espaços públicos seguros, inclusivos	Espaços públicos
Nova Agenda Urbana	coesão social	Coesão social
Nova Agenda Urbana	uso de novas tecnologias	Tecnologia da informação e comunicação
Nova Agenda Urbana	patrimônios culturais materiais e imateriais	Patrimônio cultural
Nova Agenda Urbana	patrimônio cultural	Patrimônio cultural
Nova Agenda Urbana	patrimônio cultural material e imaterial	Patrimônio cultural
Nova Agenda Urbana	tecnologia da informação e comunicação	Tecnologia da informação e comunicação
Nova Agenda Urbana	tecnologias da informação e comunicação	Tecnologia da informação e comunicação
Nova Agenda Urbana	inovação social	Inovação social
Nova Agenda Urbana	tecnologias de informação e comunicação	Tecnologia da informação e comunicação
Indicadores Cultura 2030	contribuição da cultura	Contribuição da cultura
Indicadores Cultura 2030	patrimônio cultural e natural	Patrimônio cultural
Indicadores Cultura 2030	patrimônio material, imaterial e natural	Patrimônio cultural
Indicadores Cultura 2030	conhecimento tradicional	Conhecimentos tradicionais
Indicadores Cultura 2030	aspectos culturais	Aspectos culturais
Indicadores Cultura 2030	infraestruturas culturais	Infraestruturas culturais
Indicadores Cultura 2030	cultura	Cultura
Indicadores Cultura 2030	setor cultural	Setor cultural
Indicadores Cultura 2030	governança da cultura	Governança da cultura
Indicadores Cultura 2030	tradições locais	Conhecimentos tradicionais
Indicadores Cultura 2030	diversidade cultural	Diversidade cultural
Indicadores Cultura 2030	competências culturais locais	Competências culturais
Indicadores Cultura 2030	valores culturais	Valores culturais
Indicadores Cultura 2030	formação cultural	Formação cultural

Documento de origem	Expressão do documento de origem	Expressão padronizada
Indicadores Cultura 2030	coesão, inclusão de participação social	Coesão social
Indicadores Cultura 2030	vida cultural	Vida cultural
Indicadores Cultura 2030	expressões culturais	Expressões culturais

14.8. Enquadramento analítico das expressões padronizadas frente aos constructos

Origem	Expressão do documento de origem	Constructo
Agenda 2030	Plano de ação para pessoas	Centralidade da pessoa
Agenda 2030	Centrado nas pessoas	Centralidade da pessoa
Agenda 2030	Ninguém será deixado para trás	Centralidade da pessoa
Agenda 2030	Aplicável a todos, levando em conta diferentes realidades nacionais	Identidade urbana
Agenda 2030	Diversidade cultural	Identidade urbana
Agenda 2030	Tecnologias da comunicação	Passado e futuro
Agenda 2030	Liberdades fundamentais	Centralidade da pessoa
Agenda 2030	Diferentes realidades nacionais	Identidade urbana
Agenda 2030	Dimensões regionais	Identidade urbana
Agenda 2030	Ninguém deve ser deixado para trás	Centralidade da pessoa
Agenda 2030	Centradas nas pessoas	Centralidade da pessoa
Agenda 2030	Turismo sustentável	Espaços de encontro
Agenda 2030	Desenvolvimento urbano	Cultura estruturante
Agenda 2030	Coesão das comunidades	Identidade urbana
Agenda 2030	Compreensão intercultural	Cultura estruturante
Agenda 2030	Diversidade natural e cultural	Identidade urbana
Agenda 2030	Indicadores	Limite dos indicadores
Agenda 2030	Ninguém seja deixado para trás	Centralidade da pessoa
Agenda 2030	Carta para as pessoas	Centralidade da pessoa
Agenda 2030	Agenda é do povo, pelo povo e para o povo	Centralidade da pessoa
Agenda 2030	Diferentes realidades	Identidade urbana
Agenda 2030	Dados de referência para várias metas permanecem indisponíveis	Limite dos indicadores
Agenda 2030	Diferentes abordagens	Identidade urbana
Agenda 2030	Conhecimentos tradicionais associados	Memória coletiva
Agenda 2030	Promoção de uma cultura de paz	Cultura estruturante
Agenda 2030	Valorização da diversidade cultural	Identidade urbana
Agenda 2030	contribuição da cultura para o DS	Cultura estruturante
Agenda 2030	Tecnologia da informação e da comunicação	Passado e futuro
Agenda 2030	Tecnologias de informação e comunicação	Passado e futuro
Agenda 2030	Turismo sustentável	Espaços de encontro
Agenda 2030	Tecnologias de informação e comunicação	Passado e futuro
Agenda 2030	Patrimônio cultural e natural	Passado e futuro
Agenda 2030	Turismo sustentável	Espaços de encontro
Agenda 2030	Promove a cultura	Cultura estruturante
Agenda 2030	Melhorar educação	Cultura estruturante
Agenda 2030	Comunidades locais	Identidade urbana
Agenda 2030	Tecnologias de informação e comunicação	Passado e futuro

Origem	Expressão do documento de origem	Constructo
Agenda 2030	Disponibilidade de dados	Limite dos indicadores
Agenda 2030	Ninguém seja deixado para trás	Centralidade da pessoa
Agenda 2030	Centrado nas pessoas	Centralidade da pessoa
Agenda 2030	Indicadores globais	Limite dos indicadores
Agenda 2030	Questões transversais	Cultura estruturante
Nova Agenda Urbana	desenvolvimento social e cultural	Cultura estruturante
Nova Agenda Urbana	cultura e a diversidade cultural	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	cidades para todos e todas	Centralidade da pessoa
Nova Agenda Urbana	“direito à cidade”	Centralidade da pessoa
Nova Agenda Urbana	função social	Centralidade da pessoa
Nova Agenda Urbana	expressões culturais	Memória coletiva
Nova Agenda Urbana	coesão social	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	economias locais	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	não deixar ninguém para trás	Centralidade da pessoa
Nova Agenda Urbana	diversidade socioeconômica e cultural	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	integração ao espaço urbano	Espaços de encontro
Nova Agenda Urbana	centradas nas pessoas	Centralidade da pessoa
Nova Agenda Urbana	inclusão social	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	centradas nas pessoas	Centralidade da pessoa
Nova Agenda Urbana	diferentes realidades	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	social, econômica e ambiental	Cultura estruturante
Nova Agenda Urbana	coesão social	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	centrado em pessoas	Centralidade da pessoa
Nova Agenda Urbana	promover a cultura	Cultura estruturante
Nova Agenda Urbana	respeito pela diversidade	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	não deixar ninguém para trás	Centralidade da pessoa
Nova Agenda Urbana	contribuições sociais e culturais	Cultura estruturante
Nova Agenda Urbana	integração cultural	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	promover acesso equitativo à cultura	Cultura estruturante
Nova Agenda Urbana	tecnologia de informação e comunicação	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	tecnologia e sistemas de informação e comunicação	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	inclusão social	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	expressões culturais	Memória coletiva
Nova Agenda Urbana	pessoas e cultura	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	vida coletiva	Memória coletiva
Nova Agenda Urbana	inclusão social	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	patrimônio natural e cultural	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	locais culturais	Espaços de encontro
Nova Agenda Urbana	conhecimento tradicional	Memória coletiva
Nova Agenda Urbana	participação social	Centralidade da pessoa
Nova Agenda Urbana	diversidade em cidades e assentamentos humanos	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	coesão social	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	diálogo intercultural	Cultura estruturante
Nova Agenda Urbana	identidade	Identidade urbana

Origem	Expressão do documento de origem	Constructo
Nova Agenda Urbana	sociedade multicultural	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	economias urbanas vibrantes, sustentáveis e inclusivas	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	patrimônio cultural	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	econômicas sustentáveis e inclusivas	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	redes de tecnologia e comunicação	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	coesão social	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	espaços públicos seguros	Espaços de encontro
Nova Agenda Urbana	conectividade	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	serviços públicos adequados, inclusivos e de qualidade	Espaços de encontro
Nova Agenda Urbana	economia urbana inovadora	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	prosperidade inclusiva	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	indústrias culturais e criativas	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	turismo sustentável	Espaços de encontro
Nova Agenda Urbana	atividades de conservação do patrimônio	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	cidade inteligente	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	tecnologias limpas	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	função ecológica e social da terra	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	economia circular	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	políticas urbanas inclusivas	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	tecnologias da informação e comunicação	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	interações sociais	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	espaços públicos de alta qualidade	Espaços de encontro
Nova Agenda Urbana	preservando o patrimônio cultural	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	mistura social	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	interação social	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	valorização da diversidade	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	espaços públicos seguros	Espaços de encontro
Nova Agenda Urbana	escala humana	Espaços de encontro
Nova Agenda Urbana	peças para os espaços públicos	Centralidade da pessoa
Nova Agenda Urbana	fatores culturais	Cultura estruturante
Nova Agenda Urbana	inclusão social	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	coesão social	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	dimensões sociais, econômicas, culturais	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	espaços públicos seguros, inclusivos	Espaços de encontro
Nova Agenda Urbana	coesão social	Identidade urbana
Nova Agenda Urbana	uso de novas tecnologias	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	patrimônios culturais materiais e imateriais	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	patrimônio cultural	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	patrimônio cultural material e imaterial	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	tecnologia da informação e comunicação	Passado e futuro

Origem	Expressão do documento de origem	Constructo
Nova Agenda Urbana	tecnologias da informação e comunicação	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	inovação social	Passado e futuro
Nova Agenda Urbana	tecnologias de informação e comunicação	Passado e futuro
Indicadores Cultura 2030	contribuição da cultura	Cultura estruturante
Indicadores Cultura 2030	patrimônio cultural e natural	Passado e futuro
Indicadores Cultura 2030	patrimônio material, imaterial e natural	Passado e futuro
Indicadores Cultura 2030	conhecimento tradicional	Memória coletiva
Indicadores Cultura 2030	aspectos culturais	Identidade urbana
Indicadores Cultura 2030	infraestruturas culturais	Cultura estruturante
Indicadores Cultura 2030	cultura	Cultura estruturante
Indicadores Cultura 2030	setor cultural	Espaços de encontro
Indicadores Cultura 2030	governança da cultura	Cultura estruturante
Indicadores Cultura 2030	tradições locais	Memória coletiva
Indicadores Cultura 2030	diversidade cultural	Identidade urbana
Indicadores Cultura 2030	competências culturais locais	Cultura estruturante
Indicadores Cultura 2030	valores culturais	Memória coletiva
Indicadores Cultura 2030	formação cultural	Cultura estruturante
Indicadores Cultura 2030	coesão, inclusão de participação social	Identidade urbana
Indicadores Cultura 2030	vida cultural	Cultura estruturante
Indicadores Cultura 2030	expressões culturais	Cultura estruturante

14.9. Formulário de Avaliação Urbana: Dimensão Humana e Cultural

Este formulário busca entender sua percepção sobre como a dimensão humana e cultural é considerada no planejamento e na evolução da sua cidade. Suas respostas são muito importantes para aprimorar a avaliação urbana para além de indicadores puramente técnicos.

14.9.1. A Centralidade da Pessoa na Cidade

Este constructo enfatiza que o planejamento urbano deve focar nos cidadãos como protagonistas, reconhecendo que as cidades são moldadas pelas experiências cotidianas de seus habitantes e que a dimensão humana é essencial para cidades sustentáveis e inteligentes.

1. Sinto que minhas experiências e necessidades diárias são consideradas no planejamento e nas decisões sobre a minha cidade.
2. Acredito que os cidadãos são tratados como protagonistas na construção e evolução do espaço urbano onde vivo.
3. As ações e o planejamento da cidade onde vivo demonstram cuidado com a qualidade de vida das pessoas.

14.9.2. Os Limites dos Indicadores Urbanos

Este constructo discute as limitações dos indicadores puramente técnicos, que muitas vezes negligenciam a qualidade de vida dos habitantes, sua cultura, memórias e senso de pertencimento, focando excessivamente em TICs ou padrões econômicos.

1. Acredito que os indicadores utilizados para avaliar minha cidade capturam adequadamente aspectos como a cultura local, as memórias e o sentimento de pertencimento dos cidadãos.
2. Sinto que o planejamento urbano da minha cidade privilegia a tecnocracia em detrimento das práticas e narrativas dos habitantes.

14.9.3. Espaços de Encontro e Pertencimento

Este constructo valoriza os locais públicos como catalisadores das relações humanas e elementos essenciais para a criação de vínculos com os espaços da cidade (como patrimônios históricos, rios e praças), que fundamentam o sentimento de pertencimento e a formulação da identidade.

1. Os espaços públicos da minha cidade (praças, parques, ruas) são lugares onde me sinto conectado(a) e que promovem interações sociais significativas.
2. Sinto um forte vínculo e pertencimento com os patrimônios históricos, rios e praças da minha cidade.
3. A arquitetura e o planejamento da minha cidade promovem ativamente o encontro e a convivência entre as pessoas.

14.9.4. A Cultura como Estruturante da Cidade

A cultura é vista como a "alma da sociedade" e um elemento que diferencia as pessoas na globalização, sendo essencial para a identidade e para a própria existência da cidade, que é criada pelos laços culturais e ações dos grupos sociais que nela vivem.

1. Percebo que a cultura é um elemento central que define e estrutura a identidade da minha cidade.
2. Minha cidade valoriza e promove suas manifestações culturais próprias, tornando-a única.
3. Sinto que as decisões sobre a cidade onde vivo levam em consideração a experiência cotidiana e os laços culturais dos cidadãos.

14.9.5. A Memória Coletiva

Considerada vital, a memória coletiva (e individual) molda as sociedades e a forma de vida de cada grupo. O modelo deve incorporar a análise das lembranças compartilhadas, tradições, comportamentos e crenças que mantêm viva a identidade

local.

1. Minha cidade demonstra um cuidado efetivo na preservação e valorização de sua memória coletiva e patrimônio histórico.
2. As tradições e lembranças compartilhadas na minha cidade são reconhecidas e influenciam o modo de vida local.
3. Acredito que o planejamento urbano da minha cidade leva em conta o conhecimento do povo que nela habita e suas memórias.

14.9.6. A Relação entre Passado, Identidade e Futuro

Este constructo entende a memória não como estática, mas como um elemento em constante mutação que desafia o futuro e exige reflexão contínua. Pensar o passado é crucial para construir identidades futuras, buscando um equilíbrio entre o que precisa ser mantido e o que precisa ser renovado para o desenvolvimento urbano sustentável.

1. Sinto que o planejamento da minha cidade busca um equilíbrio entre a preservação do passado e a inovação para o futuro.
2. Acredito que o passado da minha cidade é revisitado para fortalecer nossa identidade e senso de pertencimento no presente.
3. Percebo que a memória da minha cidade é vista como um elemento dinâmico que contribui para a construção de identidades futuras.

14.9.7. A Identidade Urbana e a Diferença Cultural

A identidade, construída a partir de traços culturais e de diferenças e instabilidades, torna um povo único e promove o sentimento de inclusão. O modelo deve considerar essa complexidade e as particularidades culturais de cada sociedade ao propor indicadores urbanos.

1. Minha cidade possui uma identidade cultural forte e única, que a diferencia de outros lugares.
2. Sinto que a identidade da minha cidade é construída a partir da valorização de suas diferenças culturais e particularidades sociais.

3. Percebo que as políticas urbanas da minha cidade promovem um sentimento de inclusão, reconhecendo a diversidade de identidades culturais.

14.10. Dados brutos do Formulário de Avaliação Urbana: Dimensão Humana e Cultural

14.10.1. Perfil dos respondentes

ID	Data	Cidade em que reside?	Cidade em que trabalha?	Qual sua idade?	Qual é a sua faixa de renda mensal?	Com qual gênero você se identifica?	Gostaria de adicionar algum comentário ou observação sobre a dimensão humana e cultural no planejamento urbano da sua cidade?
1	08/10/2025	Canoas	Canoas	25 a 34 anos	De R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos)	Feminino	
2	08/10/2025	Canoas	Canoas	35 a 44 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	Acho que Canoas, minha cidade, ainda precisa olhar para uma dimensão mais abrangente no planejamento urbano. Resgatar o olhar humano e cultural no planejamento da cidade. Depois da enchente de 2024, ficou ainda mais claro que não dá pra pensar só em obras e infraestrutura. Percebemos que não é só sobre reconstruir casas e ruas, mas sobre reconstruir vidas, histórias e vínculos. A cidade é feita de pessoas, de memórias e de histórias que também precisam ser consideradas na hora de reconstruir e planejar o futuro. A cidade tem alma, tem memória — e sem considerar isso, qualquer plano urbano fica incompleto.
3	08/10/2025	Canoas	Canoas	18 a 24 anos	De R\$ 1.413 a R\$ 2.824 (1 a 2 salários-mínimos)	Feminino	
4	08/10/2025	Canoas	Canoas	25 a 34 anos	De R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos)	Feminino	
5	08/10/2025	Canoas	Canoas	35 a 44 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Feminino	
6	08/10/2025	Sapucaia do Sul	Sapucaia do Sul	35 a 44 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Masculino	
7	08/10/2025	Esteio	Porto Alegre	45 a 54 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	NA
8	08/10/2025	Porto Alegre	Porto Alegre	35 a 44 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Masculino	

ID	Data	Cidade em que reside?	Cidade em que trabalha?	Qual sua idade?	Qual é a sua faixa de renda mensal?	Com qual gênero você se identifica?	Gostaria de adicionar algum comentário ou observação sobre a dimensão humana e cultural no planejamento urbano da sua cidade?
9	08/10/2025	Canoas	Canoas	35 a 44 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	
10	08/10/2025	Canoas	Canoas	35 a 44 anos	Até R\$ 1.412 (um salário-mínimo ou menos)	Feminino	
11	08/10/2025	Canoas	Sapucaia do Sul	18 a 24 anos	Até R\$ 1.412 (um salário-mínimo ou menos)	Feminino	
12	08/10/2025	Canoas	Canoas	18 a 24 anos	De R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos)	Masculino	
13	08/10/2025	Canoas	Canoas	45 a 54 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Masculino	Analisar os vetores de crescimento dos bairros mais populosos e ampliar capilaridade das vias que conectam às vias de grande fluxo. Preservação e restabelecimento dos polders.
14	08/10/2025	Canoas	Porto Alegre	25 a 34 anos	De R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos)	Masculino	
15	08/10/2025	Porto Alegre	Porto Alegre	35 a 44 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	
16	08/10/2025	Canoas	Canoas	45 a 54 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Feminino	
17	08/10/2025	Canoas	Porto Alegre	25 a 34 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Masculino	
18	08/10/2025	Nova Santa Rita	Canoas	18 a 24 anos	De R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos)	Feminino	
19	08/10/2025	Canoas	Porto Alegre	35 a 44 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Feminino	
20	08/10/2025	Canoas	Canoas	18 a 24 anos	Até R\$ 1.412 (um salário-mínimo ou menos)	Feminino	

ID	Data	Cidade em que reside?	Cidade em que trabalha?	Qual sua idade?	Qual é a sua faixa de renda mensal?	Com qual gênero você se identifica?	Gostaria de adicionar algum comentário ou observação sobre a dimensão humana e cultural no planejamento urbano da sua cidade?
21	08/10/2025	Canoas	Região Metropolitana de Porto Alegre	55 a 64 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Masculino	Nossa cidade independente de qualquer partido político, não possui nos últimos 10 anos, no poder público, líderes na iniciativa pública que zelem ou pensem na nossa história, cultura e nossas necessidades. Somente tentam se defender das inúmeras ações judiciais que a estes são direcionadas. Pobre Canoas e sofram as pessoas e o município como um todo! Infelizmente.
22	08/10/2025	Canoas	Canoas	65 anos ou mais	De R\$ 1.413 a R\$ 2.824 (1 a 2 salários-mínimos)	Feminino	Não
23	08/10/2025	Canoas	Porto Alegre	35 a 44 anos	Prefiro não responder	Masculino	
24	08/10/2025	Porto Alegre	Canoas	55 a 64 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Feminino	Minha cidade é muito diversificada. Eu respondi com base no meu bairro, mas penso que em outros bairros as respostas seriam bem diferentes (moro em POA)
25	08/10/2025	Canoas	Esteio e Gravataí	35 a 44 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	Quando vim morar em Canoas ela era chamada cidade dormitório, pois não tinha nada.
26	08/10/2025	Canoas	Canoas	45 a 54 anos	De R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos)	Feminino	Eu percebo Canoas se particulariza na sua identidade. O fluxo conversa muito com o crescimento metropolitano.
27	08/10/2025	Porto Alegre	Canoas	45 a 54 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Feminino	
28	08/10/2025	Canoas	Canoas	55 a 64 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Masculino	
29	08/10/2025	Porto Alegre	Canoas	25 a 34 anos	De R\$ 1.413 a R\$ 2.824 (1 a 2 salários-mínimos)	Masculino	Acho importante que a organização urbana seja bem estruturada, seja para descer um projeto de arquitetura em outra cidade ou para qualquer outra coisa. É essencial se esforçar para garantir que o prédio ou a casa tenha qualidade e seja bem cuidado. Abraços
30	08/10/2025	Sapucaia do Sul	Canoas	35 a 44 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	

ID	Data	Cidade em que reside?	Cidade em que trabalha?	Qual sua idade?	Qual é a sua faixa de renda mensal?	Com qual gênero você se identifica?	Gostaria de adicionar algum comentário ou observação sobre a dimensão humana e cultural no planejamento urbano da sua cidade?
31	08/10/2025	Canoas	Porto Alegre	25 a 34 anos	De R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos)	Feminino	
32	08/10/2025	Novo Hamburgo	Sapucaia do Sul	45 a 54 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	
33	08/10/2025	Estância Velha	Canoas	55 a 64 anos	Prefiro não responder	Feminino	
34	09/10/2025	Canoas	Porto Alegre	45 a 54 anos	Prefiro não responder	Masculino	
35	09/10/2025	Brasília	Brasília	35 a 44 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Masculino	Brasília
36	09/10/2025	Canoas	Canoas	35 a 44 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Masculino	
37	09/10/2025	Porto Alegre	Porto Alegre	25 a 34 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Masculino	
38	10/10/2025	Novo Hamburgo	Canoas	55 a 64 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários mínimos)	Feminino	Cidade Novo Hamburgo
39	11/10/2025	Canoas	Aposentado	65 anos ou mais	Prefiro não responder	Masculino	
40	12/10/2025	Canoas	Porto Alegre	35 a 44 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Feminino	
41	12/10/2025	Canoas	Canoas	65 anos ou mais	De R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos)	Masculino	
42	12/10/2025	Canoas	Canoas	65 anos ou mais	De R\$ 1.413 a R\$ 2.824 (1 a 2 salários-mínimos)	Feminino	
43	12/10/2025	Canoas	Canoas	35 a 44 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Feminino	
44	12/10/2025	Canoas	Canoas	18 a 24 anos	De R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos)	Feminino	
45	12/10/2025	Canoas	Canoas	55 a 64 anos	De R\$ 1.413 a R\$ 2.824 (1 a 2 salários-mínimos)	Feminino	
46	14/10/2025	Canoas	Esteio	45 a 54 anos	De R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos)	Masculino	
47	14/10/2025	Canoas	Canoas	45 a 54 anos	De R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos)	Feminino	

ID	Data	Cidade em que reside?	Cidade em que trabalha?	Qual sua idade?	Qual é a sua faixa de renda mensal?	Com qual gênero você se identifica?	Gostaria de adicionar algum comentário ou observação sobre a dimensão humana e cultural no planejamento urbano da sua cidade?
48	15/10/2025	Canoas	Canoas	35 a 44 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Masculino	A nossa cidade, infelizmente, desrespeita a cultura local, tendo sua história escondida por detrás de monumentos que representam momentos obscuros do município.
49	15/10/2025	Canoas	Eldorado do Sul	35 a 44 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Masculino	Não
50	15/10/2025	Canoas	Canoas	35 a 44 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	A cidade subutiliza seu patrimônio cultural, falta investimentos e estímulo ao acesso aos espaços e dada a devida importância, visando o resgate histórico e identitário.
51	29/10/2025	Canoas	Canoas	45 a 54 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	
52	29/10/2025	Canoas	Porto Alegre	25 a 34 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	Acredito que em Canoas, cidade na qual eu resido hoje, ainda estamos precários no sentido de ações que facilitem a mobilidade urbana. Porto Alegre, por outro lado já está melhor desenvolvida. Ademais, acredito também que Canoas não possui tantas ações vinculada a cultura, ou não estão divulgadas de forma adequada.
53	29/10/2025	Porto Alegre	Porto Alegre	35 a 44 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Feminino	
54	29/10/2025	Porto Alegre	Lajeado	25 a 34 anos	Prefiro não responder	Masculino	
55	29/10/2025	Alvorada	Porto Alegre	35 a 44 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	
56	29/10/2025	Canoas	Canoas	55 a 64 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	Não priorizam as necessidades das comunidades e não favorecem a interação social e a melhoria da qualidade de vida

ID	Data	Cidade em que reside?	Cidade em que trabalha?	Qual sua idade?	Qual é a sua faixa de renda mensal?	Com qual gênero você se identifica?	Gostaria de adicionar algum comentário ou observação sobre a dimensão humana e cultural no planejamento urbano da sua cidade?
57	29/10/2025	Porto Alegre	Porto Alegre	45 a 54 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Masculino	Minha cidade está em processo de aprovação de novo plano diretor em que a escolha foi manipulada desde a coação de trabalhadores que são ligados a empresas que possuem interesse nos negócios mediados pelo plano urbano (abriram a "chance" de os trabalhadores votarem fora da sua região de moradia). Os votantes chegaram em ônibus fretados. Que identidade será construída nesse plano diretor?
58	29/10/2025	Canoas	Canoas	35 a 44 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Masculino	
59	29/10/2025	Canoas	Canoas	25 a 34 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Masculino	
60	29/10/2025	Canoas	Canoas	25 a 34 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Masculino	
61	29/10/2025	Cachoeirinha	Canoas	45 a 54 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Masculino	
62	30/10/2025	Canoas	Não estou trabalhando neste momento, mas trabalhei 27 Canoas	45 a 54 anos	De R\$ 1.413 a R\$ 2.824 (1 a 2 salários-mínimos)	Feminino	Sinto que Canoas, apesar do crescimento urbano e econômico, vive na sombra de Porto Alegre. Não há iniciativas que fortalecem a identidade cultural e é difícil identificar esses traços. É uma cidade que não agrega as pessoas.
63	30/10/2025	Esteio	Canoas	55 a 64 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Masculino	

ID	Data	Cidade em que reside?	Cidade em que trabalha?	Qual sua idade?	Qual é a sua faixa de renda mensal?	Com qual gênero você se identifica?	Gostaria de adicionar algum comentário ou observação sobre a dimensão humana e cultural no planejamento urbano da sua cidade?
64	30/10/2025	Porto Alegre	Porto Alegre	35 a 44 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	O planejamento urbano de Porto Alegre é pautado numa lógica neoliberal, de venda e concessão dos espaços públicos. Não há verdadeiro diálogo com a população, especialmente a população negra e periférica. As novas construções feitas na cidade não levam em conta impactos ambientais, precisa de muita organização popular para conter avanços de especulação imobiliária, que querem destruir florestas, como no caso da Sabará. Além disso, o patrimônio histórico é pouco valorizado pela gestão municipal.
65	30/10/2025	Porto Alegre	Porto Alegre	35 a 44 anos	Acima de R\$ 7.060 (mais de 5 salários-mínimos)	Masculino	
66	30/10/2025	Esteio	Atualmente estou desempregada	35 a 44 anos	Até R\$ 1.412 (um salário-mínimo ou menos)	Prefiro não responder	
67	31/10/2025	Porto Alegre	Porto Alegre	25 a 34 anos	De R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos)	Masculino	Não
68	03/11/2025	Porto Alegre	Porto Alegre	35 a 44 anos	De R\$ 2.825 a R\$ 4.236 (2 a 3 salários-mínimos)	Feminino	
69	03/11/2025	Canoas	Canoas	35 a 44 anos	De R\$ 4.237 a R\$ 7.060 (3 a 5 salários-mínimos)	Feminino	

14.10.2. A Centralidade da Pessoa na Cidade

ID	Data	1.1 Sinto que minhas experiências e necessidades diárias como cidadão (deslocamentos, saneamento básico, acesso à saúde e cultura, entre outros) são consideradas no planejamento e nas decisões sobre a minha cidade.	1.2 Acredito que os cidadãos são tratados como protagonistas na construção e evolução do espaço urbano onde vivo.	1.3 As ações e o planejamento da cidade onde vivo demonstram cuidado com a qualidade de vida das pessoas.
1	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
2	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
3	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
4	08/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
5	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
6	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
7	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
8	08/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
9	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
10	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
11	08/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
12	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
13	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
14	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
15	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
16	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
17	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
18	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
19	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	4 - Concordo
20	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
21	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
22	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
23	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo

ID	Data	1.1 Sinto que minhas experiências e necessidades diárias como cidadão (deslocamentos, saneamento básico, acesso à saúde e cultura, entre outros) são consideradas no planejamento e nas decisões sobre a minha cidade.	1.2 Acredito que os cidadãos são tratados como protagonistas na construção e evolução do espaço urbano onde vivo.	1.3 As ações e o planejamento da cidade onde vivo demonstram cuidado com a qualidade de vida das pessoas.
24	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
25	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
26	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
27	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
28	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	4 - Concordo
29	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	5 - Concordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo
30	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
31	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
32	08/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
33	08/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo	4 - Concordo
34	09/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo
35	09/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
36	09/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
37	09/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
38	10/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
39	11/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
40	12/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
41	12/10/2025	5 - Concordo totalmente	4 - Concordo	5 - Concordo totalmente
42	12/10/2025	5 - Concordo totalmente	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
43	12/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
44	12/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
45	12/10/2025	5 - Concordo totalmente	2 - Discordo	2 - Discordo
46	14/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
47	14/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
48	15/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
49	15/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo

ID	Data	1.1 Sinto que minhas experiências e necessidades diárias como cidadão (deslocamentos, saneamento básico, acesso à saúde e cultura, entre outros) são consideradas no planejamento e nas decisões sobre a minha cidade.	1.2 Acredito que os cidadãos são tratados como protagonistas na construção e evolução do espaço urbano onde vivo.	1.3 As ações e o planejamento da cidade onde vivo demonstram cuidado com a qualidade de vida das pessoas.
50	15/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
51	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
52	29/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
53	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
54	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
55	29/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	2 - Discordo
56	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
57	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
58	29/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
59	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	4 - Concordo
60	29/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
61	29/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
62	30/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
63	30/10/2025	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente
64	30/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
65	30/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
66	30/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
67	31/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
68	03/11/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
69	03/11/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo

14.10.3. Os Limites dos Indicadores Urbanos

ID	Data	2.1 Acredito que os indicadores utilizados para avaliar minha cidade (IDH, PIB, entre outros) capturam adequadamente aspectos como a cultura local, as memórias e o sentimento de pertencimento dos cidadãos.	2.2 Sinto que o planejamento urbano da minha cidade privilegia critérios técnicos em detrimento das práticas e narrativas dos habitantes.
1	08/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
2	08/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
3	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
4	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
5	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo
6	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
7	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
8	08/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo
9	08/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
10	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
11	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
12	08/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo
13	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo
14	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo
15	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	1 - Discordo totalmente
16	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
17	08/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo
18	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
19	08/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo
20	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
21	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
22	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
23	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo

ID	Data	2.1 Acredito que os indicadores utilizados para avaliar minha cidade (IDH, PIB, entre outros) capturam adequadamente aspectos como a cultura local, as memórias e o sentimento de pertencimento dos cidadãos.	2.2 Sinto que o planejamento urbano da minha cidade privilegia critérios técnicos em detrimento das práticas e narrativas dos habitantes.
24	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo
25	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
26	08/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo
27	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo
28	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
29	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
30	08/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo
31	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo
32	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo
33	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
34	09/10/2025	2 - Discordo	5 - Concordo totalmente
35	09/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
36	09/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
37	09/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
38	10/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
39	11/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo
40	12/10/2025	1 - Discordo totalmente	5 - Concordo totalmente
41	12/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
42	12/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo
43	12/10/2025	1 - Discordo totalmente	5 - Concordo totalmente
44	12/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
45	12/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo
46	14/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
47	14/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
48	15/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo
49	15/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo

ID	Data	2.1 Acredito que os indicadores utilizados para avaliar minha cidade (IDH, PIB, entre outros) capturam adequadamente aspectos como a cultura local, as memórias e o sentimento de pertencimento dos cidadãos.	2.2 Sinto que o planejamento urbano da minha cidade privilegia critérios técnicos em detrimento das práticas e narrativas dos habitantes.
50	15/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
51	29/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo
52	29/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo
53	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
54	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	4 - Concordo
55	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
56	29/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo
57	29/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo
58	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo
59	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo
60	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
61	29/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo
62	30/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
63	30/10/2025	5 - Concordo totalmente	4 - Concordo
64	30/10/2025	1 - Discordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo
65	30/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo
66	30/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
67	31/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
68	03/11/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
69	03/11/2025	2 - Discordo	2 - Discordo

14.10.4. Espaços de Encontro e Pertencimento

ID	Data	3.1 Os espaços públicos da minha cidade (praças, parques, ruas) são lugares onde me sinto conectado(a) aos demais cidadãos e que promovem interações sociais significativas.	3.2 Sinto um forte vínculo e pertencimento com os patrimônios históricos, rios e praças da minha cidade.	3.3 A arquitetura e o planejamento da minha cidade promovem ativamente o encontro e a convivência entre as pessoas.
1	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	1 - Discordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo
2	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
3	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
4	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
5	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
6	08/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
7	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
8	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
9	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
10	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	4 - Concordo	2 - Discordo
11	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
12	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
13	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
14	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
15	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
16	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
17	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
18	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
19	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
20	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	1 - Discordo totalmente
21	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
22	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
23	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
24	08/10/2025	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente	4 - Concordo
25	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo

ID	Data	3.1 Os espaços públicos da minha cidade (praças, parques, ruas) são lugares onde me sinto conectado(a) aos demais cidadãos e que promovem interações sociais significativas.	3.2 Sinto um forte vínculo e pertencimento com os patrimônios históricos, rios e praças da minha cidade.	3.3 A arquitetura e o planejamento da minha cidade promovem ativamente o encontro e a convivência entre as pessoas.
26	08/10/2025	5 - Concordo totalmente	4 - Concordo	4 - Concordo
27	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
28	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
29	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
30	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
31	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	2 - Discordo
32	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
33	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
34	09/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	2 - Discordo
35	09/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
36	09/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	4 - Concordo
37	09/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo	4 - Concordo
38	10/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
39	11/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
40	12/10/2025	4 - Concordo	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
41	12/10/2025	1 - Discordo totalmente	4 - Concordo	4 - Concordo
42	12/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	5 - Concordo totalmente
43	12/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
44	12/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
45	12/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
46	14/10/2025	1 - Discordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
47	14/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
48	15/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	2 - Discordo
49	15/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
50	15/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
51	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
52	29/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo

ID	Data	3.1 Os espaços públicos da minha cidade (praças, parques, ruas) são lugares onde me sinto conectado(a) aos demais cidadãos e que promovem interações sociais significativas.	3.2 Sinto um forte vínculo e pertencimento com os patrimônios históricos, rios e praças da minha cidade.	3.3 A arquitetura e o planejamento da minha cidade promovem ativamente o encontro e a convivência entre as pessoas.
53	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
54	29/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	1 - Discordo totalmente
55	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
56	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
57	29/10/2025	5 - Concordo totalmente	2 - Discordo	2 - Discordo
58	29/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
59	29/10/2025	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente	4 - Concordo
60	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
61	29/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo	2 - Discordo
62	30/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
63	30/10/2025	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente
64	30/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	2 - Discordo
65	30/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	2 - Discordo
66	30/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
67	31/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
68	03/11/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
69	03/11/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo

14.10.5. A Cultura como Estruturante da Cidade

ID	Data	4.1 Percebo que a cultura é um elemento central que define e estrutura a identidade da minha cidade.	4.2 Minha cidade valoriza e promove suas manifestações culturais próprias, tornando-a única.	4.3 Sinto que as decisões sobre a cidade onde vivo levam em consideração a experiência cotidiana dos cidadãos e dos laços culturais.
1	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	2 - Discordo
2	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
3	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
4	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
5	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
6	08/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
7	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
8	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
9	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
10	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
11	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo	4 - Concordo
12	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
13	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
14	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
15	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
16	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
17	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
18	08/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
19	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
20	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
21	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
22	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
23	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
24	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	5 - Concordo totalmente	4 - Concordo
25	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo

ID	Data	4.1 Percebo que a cultura é um elemento central que define e estrutura a identidade da minha cidade.	4.2 Minha cidade valoriza e promove suas manifestações culturais próprias, tornando-a única.	4.3 Sinto que as decisões sobre a cidade onde vivo levam em consideração a experiência cotidiana dos cidadãos e dos laços culturais.
26	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
27	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
28	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
29	08/10/2025	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente
30	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
31	08/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
32	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
33	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
34	09/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
35	09/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	2 - Discordo
36	09/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
37	09/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
38	10/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
39	11/10/2025	1 - Discordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
40	12/10/2025	1 - Discordo totalmente	4 - Concordo	1 - Discordo totalmente
41	12/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	2 - Discordo
42	12/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
43	12/10/2025	1 - Discordo totalmente	4 - Concordo	2 - Discordo
44	12/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
45	12/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo	2 - Discordo
46	14/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
47	14/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
48	15/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
49	15/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
50	15/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
51	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
52	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
53	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo	2 - Discordo

ID	Data	4.1 Percebo que a cultura é um elemento central que define e estrutura a identidade da minha cidade.	4.2 Minha cidade valoriza e promove suas manifestações culturais próprias, tornando-a única.	4.3 Sinto que as decisões sobre a cidade onde vivo levam em consideração a experiência cotidiana dos cidadãos e dos laços culturais.
54	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
55	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
56	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
57	29/10/2025	5 - Concordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
58	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
59	29/10/2025	5 - Concordo totalmente	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
60	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo	2 - Discordo
61	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
62	30/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
63	30/10/2025	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente
64	30/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
65	30/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
66	30/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
67	31/10/2025	5 - Concordo totalmente	4 - Concordo	4 - Concordo
68	03/11/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
69	03/11/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo

14.10.6. A Memória Coletiva

ID	Data	5.1 Minha cidade demonstra um cuidado efetivo na preservação e valorização de seu patrimônio histórico.	5.2 As tradições e lembranças compartilhadas na minha cidade são reconhecidas e influenciam o modo de vida local.	5.3 Acredito que o planejamento urbano da minha cidade leva em conta o conhecimento do povo que nela habita e suas memórias.
1	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
2	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
3	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
4	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
5	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
6	08/10/2025	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
7	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
8	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
9	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
10	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
11	08/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
12	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
13	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
14	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
15	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
16	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
17	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
18	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
19	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
20	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
21	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
22	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
23	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
24	08/10/2025	4 - Concordo	5 - Concordo totalmente	4 - Concordo
25	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo

ID	Data	5.1 Minha cidade demonstra um cuidado efetivo na preservação e valorização de seu patrimônio histórico.	5.2 As tradições e lembranças compartilhadas na minha cidade são reconhecidas e influenciam o modo de vida local.	5.3 Acredito que o planejamento urbano da minha cidade leva em conta o conhecimento do povo que nela habita e suas memórias.
26	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
27	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
28	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
29	08/10/2025	5 - Concordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
30	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
31	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
32	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
33	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo	4 - Concordo
34	09/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
35	09/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
36	09/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
37	09/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
38	10/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
39	11/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
40	12/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
41	12/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
42	12/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
43	12/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
44	12/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
45	12/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
46	14/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
47	14/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
48	15/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
49	15/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
50	15/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
51	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
52	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	5 - Concordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo
53	29/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo	1 - Discordo totalmente

ID	Data	5.1 Minha cidade demonstra um cuidado efetivo na preservação e valorização de seu patrimônio histórico.	5.2 As tradições e lembranças compartilhadas na minha cidade são reconhecidas e influenciam o modo de vida local.	5.3 Acredito que o planejamento urbano da minha cidade leva em conta o conhecimento do povo que nela habita e suas memórias.
54	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
55	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
56	29/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
57	29/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
58	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	2 - Discordo
59	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
60	29/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
61	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
62	30/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
63	30/10/2025	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente
64	30/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
65	30/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
66	30/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
67	31/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo	2 - Discordo
68	03/11/2025	2 - Discordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
69	03/11/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo

14.10.7. A Relação entre o Passado, Identidade e Futuro

ID	Data	6.1 Sinto que o planejamento da minha cidade busca um equilíbrio entre a preservação do passado e a inovação para o futuro.	6.2 Acredito que o passado da minha cidade é revisitado para fortalecer nossa identidade e senso de pertencimento no presente.	6.3 Percebo que a memória da minha cidade é vista como um elemento dinâmico que contribui para a construção de identidades futuras.
1	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
2	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
3	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
4	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
5	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
6	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
7	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
8	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
9	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	2 - Discordo
10	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
11	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
12	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
13	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
14	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	4 - Concordo
15	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
16	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
17	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
18	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
19	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	4 - Concordo
20	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
21	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	2 - Discordo
22	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
23	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
24	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
25	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo

ID	Data	6.1 Sinto que o planejamento da minha cidade busca um equilíbrio entre a preservação do passado e a inovação para o futuro.	6.2 Acredito que o passado da minha cidade é revisitado para fortalecer nossa identidade e senso de pertencimento no presente.	6.3 Percebo que a memória da minha cidade é vista como um elemento dinâmico que contribui para a construção de identidades futuras.
26	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
27	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
28	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
29	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
30	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
31	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
32	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
33	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
34	09/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
35	09/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo	4 - Concordo
36	09/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
37	09/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
38	10/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
39	11/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
40	12/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
41	12/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
42	12/10/2025	4 - Concordo	1 - Discordo totalmente	5 - Concordo totalmente
43	12/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
44	12/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
45	12/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
46	14/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
47	14/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
48	15/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
49	15/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
50	15/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
51	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
52	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
53	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo

ID	Data	6.1 Sinto que o planejamento da minha cidade busca um equilíbrio entre a preservação do passado e a inovação para o futuro.	6.2 Acredito que o passado da minha cidade é revisitado para fortalecer nossa identidade e senso de pertencimento no presente.	6.3 Percebo que a memória da minha cidade é vista como um elemento dinâmico que contribui para a construção de identidades futuras.
54	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
55	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
56	29/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo	2 - Discordo
57	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
58	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
59	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
60	29/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
61	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
62	30/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
63	30/10/2025	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente
64	30/10/2025	1 - Discordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
65	30/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
66	30/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
67	31/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
68	03/11/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
69	03/11/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo

14.10.8. A Identidade Urbana e Diferença Cultural

ID	Data	7.1 Minha cidade possui uma identidade cultural forte e única, que a diferencia de outros lugares.	7.2 Sinto que a identidade da minha cidade é construída a partir da valorização de suas diferenças culturais e particularidades sociais.	7.3 Percebo que as políticas urbanas da minha cidade promovem um sentimento de inclusão, reconhecendo a diversidade de identidades culturais.
1	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
2	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
3	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
4	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
5	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
6	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo
7	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
8	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	2 - Discordo
9	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
10	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
11	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
12	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
13	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
14	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	4 - Concordo
15	08/10/2025	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente	1 - Discordo totalmente
16	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
17	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	2 - Discordo
18	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
19	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
20	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
21	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
22	08/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
23	08/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
24	08/10/2025	5 - Concordo totalmente	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo

ID	Data	7.1 Minha cidade possui uma identidade cultural forte e única, que a diferencia de outros lugares.	7.2 Sinto que a identidade da minha cidade é construída a partir da valorização de suas diferenças culturais e particularidades sociais.	7.3 Percebo que as políticas urbanas da minha cidade promovem um sentimento de inclusão, reconhecendo a diversidade de identidades culturais.
25	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
26	08/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
27	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
28	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
29	08/10/2025	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente	5 - Concordo totalmente
30	08/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo
31	08/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo	2 - Discordo
32	08/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
33	08/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
34	09/10/2025	1 - Discordo totalmente	4 - Concordo	2 - Discordo
35	09/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
36	09/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
37	09/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
38	10/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
39	11/10/2025	1 - Discordo totalmente	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
40	12/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
41	12/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	2 - Discordo
42	12/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
43	12/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	4 - Concordo
44	12/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
45	12/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
46	14/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
47	14/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
48	15/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
49	15/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	2 - Discordo
50	15/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
51	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo

ID	Data	7.1 Minha cidade possui uma identidade cultural forte e única, que a diferencia de outros lugares.	7.2 Sinto que a identidade da minha cidade é construída a partir da valorização de suas diferenças culturais e particularidades sociais.	7.3 Percebo que as políticas urbanas da minha cidade promovem um sentimento de inclusão, reconhecendo a diversidade de identidades culturais.
52	29/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
53	29/10/2025	4 - Concordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
54	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
55	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo
56	29/10/2025	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	2 - Discordo
57	29/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	1 - Discordo totalmente
58	29/10/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
59	29/10/2025	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo
60	29/10/2025	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo
61	29/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
62	30/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	1 - Discordo totalmente
63	30/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	4 - Concordo	3 - Nem concordo, nem discordo
64	30/10/2025	4 - Concordo	2 - Discordo	1 - Discordo totalmente
65	30/10/2025	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1 - Discordo totalmente
66	30/10/2025	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
67	31/10/2025	2 - Discordo	4 - Concordo	4 - Concordo
68	03/11/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	3 - Nem concordo, nem discordo
69	03/11/2025	2 - Discordo	2 - Discordo	2 - Discordo